



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS
CIÊNCIAS

GRASIELLE SOUSA BULHÕES

DISCURSOS CIENTÍFICOS DOS MEMBROS DO IGHB NO PROJETO DE
MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BAHIA NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO E A DEMARCAÇÃO DA
FRONTEIRA BAHIA–ESPÍRITO SANTO

Salvador
2020

GRASIELLE SOUSA BULHÕES

**DISCURSOS CIENTÍFICOS DOS MEMBROS DO IGHB NO PROJETO DE
MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BAHIA NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO E A DEMARCAÇÃO DA
FRONTEIRA BAHIA–ESPÍRITO SANTO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Moema de Rezende Vergara.

Salvador
2020

Ficha Catalográfica

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Bulhões, Grasielle Sousa.

Discursos científicos dos membros do IGHB no projeto de modernização e desenvolvimento da Bahia na primeira república : um olhar sobre o território e a demarcação da fronteira Bahia-Espírito Santo / Grasielle Sousa Bulhões. - 2020.

224 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Moema de Rezende Vergara.

Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) -

Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2020.

Programa de Pós-Graduação em convênio com a Universidade Estadual de Feira de Santana.

1. Bahia - História. 2. Bahia - Desenvolvimento. 3. Ciência. 4. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. 5. Intelectuais - Discursos. 6. Divulgação científica. 6. Estado. I. Vergara, Moema de Rezende. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDD 981.42 - 23. ed.

GRASIELLE SOUSA BULHÕES

DISCURSOS CIENTÍFICOS DOS MEMBROS DO IGHB NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO E A DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA BAHIA–ESPÍRITO SANTO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Aprovada em: _____ de _____ de _____ .

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Moema de Rezende Vergara (MAST) – Orientadora

Prof. Dr. Rildo Borges Duarte (IFSULDEMINAS) – Examinador externo

Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel (UNIRIO) – Examinador externo

Prof. Dr. Luiz Carlos Soares (UFBA) – Examinador interno

Prof. Dr. André Luis Mattedi Dias (UFBA) – Examinador interno

A Florisval de Souza (in memoriam) e Marinalva Pereira
de Sousa, meu refúgio e fortaleza.

AGRADECIMENTOS

O doutoramento parecia um sonho distante. Por diversas vezes pensei que não conseguiria concretizá-lo. Os obstáculos foram muitos e as barreiras quase intransponíveis. De fato, sozinha não teria chegado até aqui, muito mais longe do que imaginei. Vencer meus medos e superar as dificuldades só foram possíveis graças a confiança, carinho, atenção, cuidado, colo, aconchego e muito amor de uma rede de amigos e familiares. Insuficientes são as palavras para expressar minha gratidão por todos aqueles que sonharam o meu sonho e caminharam comigo pelos trilhos da História das Ciências.

Agradeço primeiramente aquele que é digno de toda honra e glória: meu Senhor Jesus Cristo. O amor e a misericórdia de Deus fizeram brotar em mim a esperança perdida, a força não mais sentida, a sabedoria necessária, o sonho adormecido e a confiança na vitória. A ti, meu Senhor, toda minha gratidão.

Aos meus pais, Florisval (in memoriam) e Marinalva, pelo amor incondicional, incentivo aos meus estudos, por acreditarem em meu potencial e entenderem a minha ausência. Vocês sempre serão a minha “fonte” de força e coragem para enfrentar os obstáculos da vida e caminhar em busca de novas realizações.

À minha grande família Karla, Clériston, Jailda, Emille, Filipe, Brenno, Gabriel, Lúcio, Andreza, Mayanna, Neto Bullhões, Márcia, Loyana, Luyse, Ladislau e Luise Cristiane, pelo carinho, estímulo e por compreenderem os momentos de afastamento durante a elaboração dessa tese. Agradeço também a Débora e César pela hospitalidade e a Carlos Eduardo, por toda paciência, incentivo, e apoio técnico. A vocês minha eterna gratidão e todo meu amor.

Ao meu esposo Murilo Bulhões, pelo amor, carinho, paciência, dedicação, cuidado, auxílio e, principalmente, por ser amparo sempre que necessário. Agradeço também por compreender a minha ausência e acreditar mais em mim do que eu mesma, me convencendo que posso ir além das minhas expectativas.

Ao meu grande amigo Davi, por idealizar comigo esse curso de doutoramento, por todo auxílio, partilha de conhecimentos, palavras de estímulo e por todas as contribuições para a realização desse sonho. Amigo, você foi fundamental para efetivação dessa conquista.

Aos amigos e amigas que contribuíram com leituras, comentários, materiais, orações ou sendo fundamentalmente amigos no momento de reclusão: Karina

Martins, Ayane Paiva, Leonardo Celin, Eloísa Cecília, Daniele Fontoura, Eva Fonseca, Jaqueline Cardoso, Deíse Sampaio, Marileide Saba, Adson Bastos, Ana Paula Guedes, Nádia Pereira, Eudoxio Pereira e Hosana Borges.

Ao professor André Nunes pela generosidade, por todas as dicas, materiais e, sobretudo, por me acolher mesmo sem me conhecer. Gratidão!

À professora Laura Oliveira e aos colegas da Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia pelo acolhimento, partilha de conhecimento e todo auxílio.

A todos os funcionários do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em especial a Simone Santana e Antônio Fernando pela solicitude e todo auxílio. De forma particular, agradeço a Lindijane Silva que além de tudo isso, encheu meus dias de alegria, transformou-se em abrigo e colo. Tornou-se amiga, e hoje faz parte da minha família.

A todos os colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, em especial, as professoras Rosiléia Santana, Indianara Silva e Andreia Oliveira pelos ensinamentos compartilhados, generosidade e todo auxílio.

À minha orientadora, Moema Vergara, por ter acreditado e apoiado este projeto. Agradeço também pela leitura, partilha de conhecimento e orientação.

Aos professores Luiz Carlos e Rildo Duarte, pelas significativas contribuições que deram para esse trabalho no Exame de Qualificação e na Defesa de Tese. Sobretudo, pela generosidade e pelas críticas e sugestões que me proporcionaram olhares mais amplos.

Ao Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Exército Brasileiro, Arquivo Público da Bahia e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia pelo acesso aos documentos cartográficos e a outras fontes que foram de grande valia para essa investigação.

A Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB) pelo apoio financeiro.

A todos aqueles que, por meio de diversas maneiras, estão presente em minha vida e contribuíram para a realização desse sonho.

Obrigada!

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. (Cora Coralina)

RESUMO

Em diversos momentos da história do Brasil o seu vasto território foi tornando-se referência e alicerce no processo de construção e consolidação da Nação. A presença de uma população que não se ajustava à identificação de uma nação conforme os modelos identitários vigentes nos centros hegemônicos e a falta de tradição histórica estavam entre os principais motivos que levaram o Brasil a estabelecer a natureza e a grandeza do seu território como alicerces do nacionalismo no país e sua via de acesso à “civilização”. O modelo proposto para a formação da nação brasileira - inspirado nos países do Ocidente - e o anseio modernizador do Estado republicano e das classes hegemônicas, implicaram no consumo e importação de concepções modernas da Europa – liberalismo, positivismo, evolucionismo, darwinismo social -, moldadas e assimiladas ao contexto brasileiro. Fato que levou os articuladores do Brasil a imputarem à ciência um substancial papel na construção da nação. De forma correlata, o território da Bahia também assumiu importante papel no fortalecimento da sua identidade regional, na formação e desenvolvimento desse Estado, e se configurou como considerável elemento para a inserção da Bahia no projeto de construção, civilização e modernização nacional assumido pelo Brasil após a sua independência política, continuando esse processo, posteriormente, no período relativo à Primeira República. Desse modo, esta tese analisa os discursos científicos dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – dado essa instituição ser umas das mais importantes instituições científicas do período em estudo dedicada aos assuntos referentes ao Estado da Bahia – na implementação de alguns objetivos do projeto político de modernização e desenvolvimento do Estado da Bahia, especificamente no que diz respeito à formação do território baiano e a delimitação e demarcação da fronteira entre a Bahia e o Espírito Santo.

Palavras-chaves: Bahia. Ciência. Nação. Território.

ABSTRACT

At various times in Brazil's history its vast territory was becoming reference and foundation in the process of building and consolidating the nation. The presence of a population that did not fit the identification of a nation according to the current identity models in force in the hegemonic centers and the lack of historical tradition were between the main reasons that led Brazil to establish the nature and greatness of its territory as foundations of nationalism in the country and its path of access to "civilization". The proposed model for the formation of the Brazilian nation – inspired by the countries of the West and the modernizing long in gof the Republican state and of the hegemonic classes, implied the consumption and import of modern European conceptions - positivism, Darwinism, liberalism, evolutionism – shaped and assimilated to the Brazilian context. A fact that led Brazilian articulators to attribute to science a substantial role in construction of the nation. In related way, the territory of Bahia also assumed an important role in strengthening its regional identity, in the formation and development of that State, and has been configured as a considerable element for the insertion of Bahia in the project of construction, civilization and national modernization assumed Brazil after its political independence, continuing this process, subsequently, in the period related the First Republic. Thus, in the light of the territory – science- nation relationship, this the sisanalyzes the role of science in the nineteen than dearly twentieth centuries in the implementation of some objectives of the political project of modernization and development of the State of Bahia, specifically with regard to the formation of the Bahian territory and the delimitation and demarcation of the border between Bahia and Espirito Santo.

Keywords: Bahia. Science. Nation. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 -	Atual sede do IGHB no ano de sua inauguração - 1923.....	65
Imagem 2 -	Foto do sócio do IGHB Orville Derby	82
Imagem 3 -	Foto do sócio do IGHB Theodoro Sampaio	84
Imagem 4 -	Foto do sócio do IGHB Bernardino de Souza	85
Imagem 5 -	Foto do sócio do IGHB Hermenegildo Braz do Amaral.....	86
Imagem 6 -	Revista do IGHB – Primeiros volumes	92
Imagem 7 -	Comissão mista brasileiro-peruana – Rio Purus (Acre)	102
Imagem 8 -	Rio Chandless – Estado do Acre	102
Imagem 9 -	Representação hidrográfica da região do Prado (sul da Bahia) elaborado por Apolinário Frot	128
Imagem 10 -	Fotografia do Pico João Leão produzida por Apolinário Frot	128
Imagem 11 -	Representação hidrográfica da região noroeste da Bahia elaborada por Apolinário Frot	129
Imagem 12 -	Mapa Estado da Bahia (1892)	131
Imagem 13 -	Carta Topográfica e Administrativa da Província da Bahia (1857)	143
Imagem 14 -	<i>Mapa Físico do Brasil (1889)</i>	149
Imagem 15 -	<i>Mapa do Estado da Bahia (1892)</i>	150
Imagem 16 -	Mapa Físico da Bahia (1925)	153
Imagem 17 -	Planta Geral do Estado do Espírito Santo	154
Imagem 18 -	<i>Carta do Estado da Bahia (1908)</i>	155
Imagem 19 -	Carta do Estado do Espírito Santo (1908)	156
Imagem 20 -	Mapa do Estado da Bahia (1913)	158
Imagem 21 -	Marco provisório colocado pela comissão mista de 1925 – divisa Bahia e Espírito Santo	171
Imagem 22 -	Foz do rio Palmital	172
Imagem 23 -	Mapa físico do Estado da Bahia (2011)	173

Imagem 11 -	Mapa do Estado da Bahia (1934)	174
--------------------	--------------------------------------	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Ocorrência temática na Revista do IGHB, números 1 a 53 (1894 – 1931)	104
Gráfico 2	Ocorrência de artigos dedicados a história da Bahia e do Brasil na Revista do IGHB, números 1 a 53 (1894 – 1931).....	105
Gráfico 3	Ocorrência de artigos dedicados a geografia da Bahia e do Brasil na Revista do IGHB, números 1 a 53 (1894 – 1931)	105
Gráfico 4	Ocorrência de artigos dedicados a geografia da Bahia na Revista do IGHB, números 1 a 53 (1894 – 1931).....	108

LISTA DE ABREVIACOES

Fr	Frade
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Baia
IHB	Instituto Histórico da Bahia
IHG	Institutos Históricos e Geográficos
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
RIGHB	Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA: ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO SABER E <i>LOCUS</i> PRIVILEGIADO PARA O DIÁLOGO E REFLEXÕES ACERCA DA BAHIA	35
2.1 INÍCIO: PRIMEIRO INSTITUTO HISTÓRICO DA BAHIA	35
2.2 O NOVO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO NA BAHIA REPUBLICANA	40
2.3 AS OLIGARQUIAS E OS INTERESSES DOS INTELECTUAIS DO IGHB: REFLEXO DAS HEGEMÔNICAS CLASSES POLÍTICAS DA BAHIA	67
3 IGHB: INSTÂNCIA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BAHIA REPUBLICANA	73
3.1.1 Os homens de ciência e o IGHB	73
3.1.2 Congressos científicos	82
3.1.3 Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: portavoz da comunidade política e científica da Bahia	85
3.1.4 A História e a Geografia no IGHB	98
4 CIÊNCIA E IGHB: ATUAÇÃO NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BAHIA	107
4.1 CORRENTES CIENTÍFICAS PREVALENTES NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA	107
4.2 CIÊNCIA E TERRITÓRIO NA BAHIA REPUBLICANA	114
4.3 O PAPEL DA GEOGRAFIA E DA ENGENHARIA NO PROJETO DA BAHIA REPUBLICANA	118
4.4 AS PUBLICAÇÕES DOS AGREMIADOS DO IGHB E A DEMARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS INTERESTADUAIS DA BAHIA	137
5 A CIÊNCIA NA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BAHIA	142
5.1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BAHIA	143

5.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ZONA FROTEIRIÇA ENTRE OS ESTADOS DA BAHIA E DO ESPÍRITO SANTO	151
5.3 BAHIA E ESPÍRITO SANTO: UMA QUESTÃO DE LIMITE	156
5.3.1 iniciativas dos articuladores do Estado do Espírito Santo	161
5.3.2 Ações dos articuladores do Estado da Bahia	165
5.4 BAHIA E ESPÍRITO SANTO: AS CIÊNCIAS NATURAIS, GEODÉSICAS E HUMANAS NA DELIMITAÇÃO DE SEUS LIMITES	179
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	191

1 INTRODUÇÃO

Em diversos momentos da história do Brasil o seu vasto território foi tornando-se referência e alicerce no processo de construção e consolidação da Nação. De forma correlata, o território da Bahia também assumiu importante papel na formação e desenvolvimento desse Estado, bem como, na inserção do mesmo no projeto de construção, civilização¹ e modernização nacional assumido pelo Brasil após a sua independência política, continuando esse processo, posteriormente, no período relativo à Primeira República (recorte temporal do nosso estudo).

Mas, para melhor entendermos sobre a conjuntura baiana proposta nessa investigação, cabe voltarmos na história e termos algumas considerações sobre as características centrais da estrutura política em emergência na Europa durante o século XIX - o Estado-nação – que serviram de referência para moldar as bases sociopolíticas do Brasil (consequente da Bahia), e esclarecermos o nosso entendimento a cerca de alguns conceitos-chave (nação - território) que serão bastante utilizados nessa investigação.

De acordo com Bobbio citado por Moraes (2005), a importância dada à espacialidade teve sua gênese justamente no processo de centralização do poder que objetivava as monarquias absolutistas na Europa, e foi justificada por uma formulação filosófica-política pautada na teoria da soberania, cuja proposição básica diz respeito à indivisibilidade do poder num determinado âmbito espacial. Fato que passa a delimitar um dado território como área de exercício de um poder soberano. Ademais, a concepção de patrimônio territorial associado a um aparato estatal soberano também serviu como base inicial da noção de espaço público e da possibilidade de afirmação política de identidades coletivas de base territorial.

Dentro desse conjunto que conforma o Estado-Nação (Nação/Estado/Território), não podemos deixar de observar que a nação fora dessa relação não pode ser considerada uma entidade social, sendo sem sentido a

¹Segundo Rinaldo Leite (2005), a ideia de civilização difundida no século XIX e início do XX estabelecia um vínculo com o estado de saúde, higienização, estrutura urbana, urbanização, normatização, modernização, moralização dos costumes, ações de controle social, regulamentação dos usos dos espaços, entre outros. Dito isso de outra forma, civilizar se tonou uma expressão abrangente que resumia esse complexo de relações.

discussão de nação e nacionalidade fora desta relação com o Estado-nação. Clarificando essa assertiva, Bauer mencionado por Bresser-Pereira (2017), advoga que a nação é entendida como um tipo de sociedade politicamente organizada, caracterizada por uma história e um destino comum que conta (ou tem perspectivas de contar) com um território e um Estado para, assim, formar um Estado-nação que lhe sirva de instrumento. Ou seja, a nação é qualificada como uma sociedade que compartilha um destino comum e logra ou tem condições de dotar-se de um Estado, o qual possui como principais objetivos, a segurança ou autonomia nacional e o desenvolvimento econômico.

Falando por um viés mais ideológico, em consonância com José Murilo Carvalho (1998), percebemos nação como construções simbólicas, “traduzidas na junção entre um mesmo povo com um sentimento de pertencimento e de união entre si, compartilhando, na maioria das vezes, um conjunto relativamente definido de culturas, práticas sociais, idiomas”, etc., que impulsionam projetos políticos práticos, “como o do estabelecimento de seu espaço e da criação de estruturas de poder para sua manutenção e gestão” (BOBBIO apud MORAES, 2005, p. 58). Assim, de forma completar, Anderson, assevera que a nação moderna é limitada, pois, “mesmo a maior dela, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações” (Ibidem, 2008. p.33-34).

Nesse segmento, a equação nação = estado = povo, e especialmente povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois, em sintonia com Hobsbawm (1990), a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Ou seja, o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de sua cobiça territorial, fornece ao Estado uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição, configurando-o como um Estado territorial.

Dentro dessas reflexões, o território tanto pode ser equacionado como uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes, bem como, uma construção simbólica, vinculada a um imaginário territorial. Desse modo, acompanhando a apreciação de Antônio Carlos Moraes, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos,

políticos e culturais. O território material é referência para “formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares” (Ibidem, 2005, p. 59).

Na análise do referido autor, o território é,

concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva) (MORAES, 2005, p. 59).

Isso posto, é interessante assinalar que, embora reconheçamos que a Geografia atual não trata mais o território como um espaço por ele mesmo, concreto em si, mas, como um “espaço organizado e constituído pela formação histórico- social e suas relações entre o ser humano e o trabalho, com limites variáveis” (SOUZA, 2000, p. 84–113), na presente tese (apesar de estarmos em harmonia com a definição acima mencionada), ressaltamos a compreensão antes utilizada pela tradicional Geografia Política. Isto é, uma definição mais limitada, a qual, grosso modo, percebe o território como ente geopolítico ligado ao Estado-nação, entendido como “uma unidade geopolítica que inclui populações e o espaço físico onde se desempenha a soberania de um país e natureza como objeto de análise e classificação das ciências” (DE SA; VERGARA, 2011, p. 1).

Ante tais esclarecimentos, notamos que apesar dos intelectuais² do Brasil do século XIX e início do XX se embasaram nas ideias centrais que permearam o debate e a construção das nações europeias para construir sua nação, o Estado brasileiro, ante as suas particularidades, foi formado de forma diferente dos países da Europa. Enquanto lá o Estado foi gerado das contradições e lutas sociais, das

² Nas páginas seguintes apresentaremos uma discussão mais aprofundada sobre a concepção de intelectual utilizada na presente tese. Contudo, cabe aqui anteciparmos que, em consonância com as ideias de Gramsci (1975), entendemos por intelectuais todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo.

normas e formas de organização que os diversos grupos humanos desenvolveram no decorrer da história, aqui, como fomos colônia de Portugal durante mais de três séculos, a Coroa primeiro criou as instituições estatais (capitanias hereditárias e governo central na época colonial) e depois buscou a mão de obra escrava na África. Também escravizou os indígenas e permitiu a vinda de pessoas livres europeias, formando a sociedade para servir aos objetivos da metrópole colonizadora. Assim, segundo Nascimento (2015), a precedência do Estado sobre a sociedade gerou um sistema político autoritário, em que o governo não procura servir à sociedade, mas servir-se dela.

Frente a essa realidade não muito apropriada, o Brasil precisou de quase um século - o século XIX - para construir seu Estado-Nação. Na visão de Magnoli (1997), os processos de formação da identidade nacional e de consolidação do Estado somente tiveram início após a Independência, que assinala a gênese da história nacional. Antes desse período, notou-se apenas o início e formulação desses processos, identificados na criação de algumas estratégias que contribuiriam para a manutenção da unidade do território, da língua e de outras alternativas essenciais para a formação da nação brasileira.

É interessante recordar que a estreita relação estabelecida entre os conceitos de território e soberania foi determinante na formação da nação brasileira, isto é, a definição de soberania em diversas interpretações acadêmicas se relaciona ao simbólico, a cidadãos nacionais, ao sentido de comunidade política, e, sobretudo, aos limites territoriais e identificadores de seu Estado-nação. Nessa perspectiva, Bavaresco (2011) aponta que a autonomia soberana dos Estados tende a controlar e proteger o seu território, bem como garantir junto ao povo a legitimação de suas decisões, para incrementar um projeto político próprio.

Na condição de Estado soberano, era vital estabelecer sua própria territorialidade estatal, isto é, criar e organizar as técnicas de controle territorial que estabelecessem as relações dos homens entre si, as quais se dão, ao mesmo tempo, à medida do domínio do espaço. Dessa maneira, Janke (2011) afirma que a territorialidade criaria experiências e valores, sem os quais o Estado e a nação dificilmente conseguiriam se legitimar, permitindo a um só tempo: diferenciar o Império do Brasil como corpo político autônomo e soberano daquele Império do Brasil como parte do Império português.

Ainda de acordo com as ideias do autor acima citado e em sintonia com Matos

(2004), esse processo de incorporação e afirmação de uma territorialidade pautada na demarcação dos limites e definição das fronteiras do território imperial (e depois no republicano) afastou o Brasil da pretensão de possuir domínios territoriais ilimitados e não contíguos no espaço, suscitando nos dirigentes imperiais o interesse em desenvolver uma expansão para dentro do território; e, ao mesmo tempo, uma expansão para íntimo daqueles que deveriam se conceber, primeiramente, como brasileiros.

Essa noção se perpetuou durante a Primeira República. Garantir a unidade territorial do Brasil seria determinante para assegurar a conservação da unidade de todo o corpo político brasileiro. Assim, mais uma vez, o território assume posição de relevo, sendo ele e não a nação, a referência central na implementação da ação política estatal. Nessa perspectiva, os obstáculos que se apresentavam para a construção da nação no início de sua formação - a falta de tradição histórica³; a presença de uma sociedade fortemente hierarquizada, escravagista, com controle político sustentado na violência e sem a participação cívica da maioria -, poderiam ser transpostos por meio da ocupação física e política do espaço físico. Isso, de acordo com Esteves (2014), qualificou o território como elemento fundador da nacionalidade brasileira, encontrando na natureza os valores que poderiam amalgamar a ideia de nação e de identidade nacional.

Com tal significado, a dimensão espacial tornou-se veículo direto de produção e difusão de discursos e ideologias geográficas, os quais orientaram e legitimaram a interpretação do país e as políticas territoriais. Cunhado pelo geógrafo Antônio Robert Carlos Moraes, as ideologias geográficas – conjunto de representações e valores que expressa no campo das ideias “a relação sociedade-espaço, e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” – além de alimentarem e nortear as políticas territoriais dos Estados, também serviram para promover “à autoconsciência que os diferentes grupos sociais construíram a respeito de seu espaço e da sua relação com ele” (Ibidem, 2005, p.44).

É digno de nota que a Primeira República (período em foco nesse estudo) foi considerada como um momento de reorganização dos sentidos dados à nação.

³Desde meados do século XIX, os intelectuais brasileiros, seguindo os preceitos estabelecidos pela cultura letrada europeia, consideravam que uma nação desprovida de história estaria sem as condições fundamentais para a civilização. Desse modo, sendo o Brasil uma “nação” recém-formada e desprovida de tradições históricas, a natureza e o território serviram como vias alternativas para se atingir o tão sonhado estágio civilizatório brasileiro (VERGARA, 2003, p. 138).

Dotado de transformações significativas – o pós- abolição da escravatura, a crescente urbanização e industrialização, a classe média emergente e o novo regime político⁴ – , o próprio período exigia ainda mais esforços para a constituição nacional. Nesse momento a questão da cidadania, sua representação, e também de redefinição do povo, que deveria ser constituído por todos os elementos da população, tornaram-se ainda mais urgentes. Era vital também contemplar uma integração nacional simbólica (padronização da língua, literatura nacional, a caracterização do povo), inserida em uma unidade maior constituída pelo território.

De forma geral, para os intelectuais brasileiros dessa época, sob a ótica de Moema Vergara, era primordial pensar o Brasil e seus problemas; superar o atraso herdado pela tradição ibérica (os portugueses e espanhóis eram vistos por eles como pessoas “pouco afeitas às ciências” e, portanto, atrasados em relação às transformações intelectuais e econômicas das grandes nações); ultrapassar a falta do espírito científico deixado pelos colonizadores e valorizar o nacional. Tudo isso, tinha como pano de fundo o desenvolvimento de uma ciência brasileira, entendida por esses mesmos articuladores⁵ como parte essencial do projeto voltado para formação da “essência nacional”; modernização do país; desenvolvimento econômico (sobrepajar a herança agrária e extrativista); organização social e para a superação da “condição de periferia do capitalismo internacional” (Ibidem, 2004, p. 22–26).

⁴ Segundo Lessa (1999), a forma de Estado federativo implementada nessa época, conhecido como “política dos governadores”, buscou uma estabilidade advinda do acordo entre o governo nacional e os chefes estaduais, cuja finalidade seria a regulação da ordem e um processo intencional de fabricação institucional. Fato que possibilitaria maior autonomia aos Estados, com a promessa do presidente de não intervenção neles. Simultaneamente, ainda de acordo com o supradito autor, essa reciprocidade entre essas esferas de poder também serviria como um recurso para evitar conflitos gerados por opositores, facilitaria o exercício do mandato presidencial, solucionaria as dissensões entre os governos estaduais e federal e asseguraria a manutenção dos grupos dominantes locais nos cargos de comando. Em síntese, nesse arranjo “os Estados são autônomos, o Parlamento é digno e fundamental, mas quem manda é o Presidente” (LESSA, 1999, p. 142). Embora esse respaldo aos governos estaduais já ocorresse tacitamente no Império, de acordo com Tavares (2000), foi somente no governo presidencial de Campos Sales (1898–1902) que essa prática foi institucionalizada.

⁵ Grosso modo, aqui utilizamos os termos grupos dominantes, intelectuais e articuladores como sinônimos. De forma ampla, conceituamos esses termos como o conjunto que abarca os indivíduos mais privilegiados socialmente e economicamente, e com maiores habilidades intelectuais, os quais atuam e/ou influenciam direta ou indiretamente a política, a economia e a dinâmica do Brasil e do Estado baiano como um todo. Como exemplos de integrantes desses grupos, podemos citar os profissionais liberais de formação acadêmica - profissionais de direito, médicos, engenheiros, “geógrafos”, historiadores, professores, e estudantes acadêmicos dessas áreas-; pesquisadores; proprietários de terras; clérigos; oficiais militares; comerciantes; literatos e políticos. Em síntese, os componentes desses grupos tinham poder literário, científico, aquisitivo e/ou eram de forte influência política e econômica.

Nesse segmento, “construir o país” era o lema ideológico que orientava o projeto republicano nacional. As ideias e as práticas dos dirigentes do Brasil do período em foco voltaram-se notadamente para a “civilização” e modernização do Brasil. Destrinchando essas assertivas, Moraes (2005) aponta que construir o país significava levar a civilização aos sertões, ao mesmo tempo que ocupar o solo era subtrair os lugares da barbárie. Tendo como referencial a política imigratória e indigenista, a submissão das populações locais aparece como decorrência natural do processo civilizatório. “Integrar o índio” - ao se apropriar de sua terra - e povoar as áreas pioneiras com imigrantes brancos (podendo ser interpretado como embraquecimento da população) eram tidos como resultados de alta positividade. Para o aludido autor, essa idéia de “levar as Luzes para o interior longínquo” conformava uma mentalidade de que a natureza e os meios naturais associavam-se à situação de barbarismo e atraso, “ao passo que a devastação do quadro natural era entendida como progresso” (Ibidem, 2005, p. 95).

De forma correlacionada, ainda nas palavras de Antonio Carlos Robert de Moares, modernizar para os intelectuais brasileiros, entre outros fatores, consistia em reorganizar e ocupar o território, provê-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Com esse intento, em conformidade com Duarte (2018), as principais ideologias vinculavam a integração material do território via ferrovias e telégrafos com avanço da “civilização” as áreas “incógnitas” do país, promovendo a migração, a atração de investimentos e a modernização territorial.

Em síntese, nota-se que os argumentos de caráter geográfico, “tomado de empréstimo a partir de diversas ideias que já circulavam na Europa e adaptadas ao contexto brasileiro, serviu como instrumental para o projeto de formação da Nação, para os debates sobre os problemas do país, bem como para a construção e legitimação do Estado forte e centralizador, pois lhe é atribuída a condução desse projeto (DUARTE, 2018, p. 137).

Nessas considerações, Moraes ainda complementa que um país marcado por vastos fundos territoriais - constituídos por áreas “vazias”, de conhecimento incerto e

de extensões futuras, como os “sertões⁶”, as “fronteiras”, e os lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais” –, imputava ao Estado a defesa da soberania sobre os fundos territoriais de seu espaço e por meta sua ocupação (ibidem, 2005, p. 69). Segundo o aludido estudioso, na ótica dos governantes federais e regionais, esses espaços eram definidos como estoques de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão e desenvolvimento econômico, haja vista, a utilização de recursos raros ou escassos dos seus patrimônios naturais, ou seja, nessas paragens acumulam-se os estoques de fontes minerais, vegetais e animais, passíveis de serem apropriadas como mercadorias pela produção capitalista.

Além disso, a manutenção do domínio sobre os fundos territoriais também se configurou como elemento agregador dos diversos interesses regionais, pelo fato de que todas as economias regionais vivenciavam processos ou perspectivas de expansão sobre tais fundos. O controle da terra e do trabalho, a expansão física e econômica nacional, a construção das fronteiras e, principalmente, a construção do país como um todo, se concretizaram como objetivos do pacto oligárquico firmado entre as oligarquias regionais que sustentavam as bases políticas do novo Estado. Simultaneamente, esses movimentos também foram utilizados como “mote ideológico” que agregava os grupos dominantes e diferentes atores políticos que buscavam construir um projeto nacional comum, pois se sobrepunha aos projetos locais e regionais traduzidos em uma obra coletiva (MORAES, 2005, p. 97).

Nessa conjuntura, o conhecimento geográfico do território, traduzido em linguagem cartográfica, também serviam aos interesses daqueles que pretendiam fazer avançar a modernização e o desenvolvimento do país.

⁶ Apesar da definição de sertão ser de grande complexidade pela possibilidade de diferentes interpretações e não necessariamente classificar negativamente um determinado espaço, o termo sertão, era entendido pelos intelectuais brasileiros como lugar distante, atrasado, dotado de áreas estagnadas e decadentes, e constituído de uma população rústica. Tais definições, segundo Lima (2013), se referiam especialmente a traços de paisagem, demográficos e culturais e ressaltava a “persistência de modo de vidas tradicionais e refratários à mudança” (OLIVEIRA apud LIMA, 2013, p. 17– 18). Para Antonio Carlos Moraes a compreensão de sertão elaborada no pensamento social brasileiro daquela época estava vinculada ao imaginário da conquista territorial, portanto, associada as orientações que embasaram a construção da nação brasileira. Nesse sentido, o referido autor define sertão como [...] um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. A designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão (MORAES, 2003, p. 6). Assim, “o sertão é qualificado para ser superado, por meio de um exercício onde a denominação já expressa interesses projetados pelo qualificador para os lugares abordados.

Isto é, segundo Duarte (2018), as preocupações com o planejamento territorial e execução de projetos de infraestrutura - ferrovias, mineração, ordenamento e segurança territorial, agronegócio, hidrelétricas, escoamento de produção, etc. -; bem como, os objetivos políticos, econômicos e a modernização capitalista de qualquer região somente seriam possíveis se realizado um eficaz processo de reconhecimento e mapeamento – dado a ideia precisa do território que serviria como guia a todos que por ele se interessasse.

Associado a isso, também era uma exigência da época a confecção de uma imagem cartográfica do Brasil acompanhando os ideais e padrões científicos modernos. Lembrando que até os anos de 1922, o país não tinha seu território totalmente demarcado e ainda não dispunha de uma carta nacional elaborada por esses moldes. Nessas circunstâncias a confecção da carta nacional também auxiliaria no estudo sistemático da natureza e do território; na integralização do território; na delimitação e demarcação das fronteiras nacionais, assim como, na resolução dos litígios fronteiriços ainda existentes entre os Estados brasileiros – como, por exemplo, o litígio entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo (que será tratado na presente tese).

De certa forma, tal atividade resultaria em maior empenho governamental na conclusão desses impasses e sintonizaria o Brasil com as concepções sobre a realidade política e geográfica do mundo, pois a carta geográfica nacional incluiria o país no projeto da confecção da Carta do Mundo, que fora idealizado internacionalmente com intuito de confeccionar um novo mapa que se apresentava “unido sob a égide do cientificismo e do liberalismo, como forma de se conectar ao discurso modernizador que associava progresso técnico, avanços científicos e evolução civilizatória” (DUARTE, 2018, p. 9) ditado nos século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Certamente, nas palavras de Duarte (2028), o projeto de mapeamento de todas as regiões brasileira (do país como um todo) e de produção da primeira Carta do Brasil republicano, tentava sintetizar o duplo olhar para dentro e para fora, servindo para fins de planejamento e fornecendo uma imagem de país que a um só tempo servisse de referência para planos de integração e modernização do Brasil.

Nessa conjuntura, os conhecimentos da Geografia e da História, as ciências astronômicas, geodésicas, cartográficas, bem como, os conhecimentos e técnicas científicas do campo da engenharia, também se constituíram como expressivos

conhecimentos científicos para atender as demandas do Brasil dessa época. Ademais, também foram vitais no processo de formação e delimitação de todas as fronteiras⁷ nacionais. Basta dizer que os conhecimentos produzidos nesses campos permitiram, dentre outras questões, a observação do espaço terrestre em “variadas condições, como no mar e em lugares inexplorados” (VERGARA, 2010, p. 348); e possibilitaram a superação das dificuldades de interpretação para encontrar no terreno o rio, a montanha ou outro acidente geográfico que tenha servido de base para a delimitação dos espaços físicos (KRUKOSKI, 2009).

Nessa seara científica, ganhou destaque os Institutos Históricos e Geográficos (IHG), distribuídos por vários Estados do Brasil, pois estes foram apontados como uma iniciativa de persistência da acima mencionada convicção a respeito da ciência e da natureza. De acordo com Castro (2006), esses institutos possuíam, dentre outras finalidades, a tarefa de melhor conhecer o território e, com base no enraizamento da nação e na reafirmação por meio da natureza, oferecer subsídios ao projeto civilizatório da nação em construção. Assim, nas palavras de Figueirôa (1995), foram estas agremiações, que, “seguindo um padrão geral, ideal de referência que se procurava compartilhar e igualar” e, mediante a necessidade de forjar e firmar uma identidade nacional, voltaram-se “para as questões da construção da nacionalidade” por meio dos estudos científicos, “especialmente através dos campos da História e da Geografia” (FIQUEIRÔA, 1995, p. 775).

Paralelamente a todas as transformações que o país estava passando, o advento da República também vivificou a possibilidade de redefinição da participação dos Estados nos rumos da política nacional. Porém, a engrenagem da política dos governadores era desfavorável para o Estado da Bahia. Composto por uma classe hegemônica política que ainda possuía um número considerável de simpatizantes da monarquia⁸, estava debilitado, e enfrentando graves problemas resultantes da crise econômica do recôncavo açucareiro iniciada em 1870.

⁷É pertinente esclarecer aqui que há uma diferenciação entre ‘limite’ e ‘fronteira’. O primeiro termo remete a uma concepção mais precisa, linear e impecavelmente definida no terreno, já o conceito de fronteira possui um significado mais abrangente por compreender não só uma linha, mas uma região ou faixa territorial (KRUKOSKI, 2009).

⁸Sobre a população baiana apreciadora do regime monárquico falaremos com maiores detalhes nos capítulos seguintes quando abordarmos a relutância da Bahia ao regime republicano e a Guerra de Canudos – entendido também como um foco de resistência desse Estado a esse sistema político.

Diante desse quadro, no âmbito político, a Bahia, que antes era considerada como um dos fundamentais alicerces do regime imperial (representada por um número significativo de ministros e chefes de gabinete), exercendo sua hegemonia sobre a nação, declinara, cedendo lugar para os Estados que começaram a se projetar no plano econômico: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande Sul. De forma equivalente, Leite (2011) afirma que no setor econômico a Bahia também deixou de ser o principal Estado gerador de riquezas, quando, com exceção do cacau, seus produtos de exportação (principalmente o açúcar, algodão, fumo) deixaram de ser os mais rentáveis para o país, assim, cedeu seu lugar de destaque no cenário nacional para Pernambuco e para os mesmos Estados acima mencionados em ascensão na área econômica do Brasil.

Tudo isso apressou e acentuou o distanciamento da Bahia com o núcleo de decisões do poder, que passou a se concentrar quase que exclusivamente no eixo Rio de Janeiro/Minas Gerais/São Paulo, deixando esse e os demais Estados menos participativos nas decisões que regiam o futuro político-administrativo do Brasil. Destarte, com o declínio econômico e político, a Bahia também perdia outras formas de representatividade nos planos simbólico e cultural. Pairava uma percepção generalizada de que a República possuía responsabilidade pelo cenário decadente desse Estado. A nostalgia do seu antigo prestígio e o ressentimento por se sentirem preteridos nos novos tempos, impulsionaram os intelectuais baianos a reivindicarem o respeito pelas suas tradições históricas e o reconhecimento do direito de reconquistar um lugar proeminente no novo regime republicano e no plano brasileiro.

Na ocasião, cabe aqui abrimos um parêntese e esclarecermos que, embora haja uma rica e ampla discussão na literatura a respeito do conceito e tipos de intelectuais, no presente trabalho definimos esses importantes membros da nossa sociedade apoiados nas ideias de Antonio Gramsci, expressas pelos olhares dos estudiosos Giovanni Semeraro, Deise Silva e Maria Lúcia Duriguetto. Acreditamos que a definição do autor acima mencionado seja a mais apropriada para descrever os atores envolvidos no processo de formação da nação brasileira e do território da Bahia.

Segundo Semeraro (2006), o filósofo Antonio Gramsci advoga que o trabalho intelectual é inerente aos humanos, embora, seja demonstrado de diferentes formas. Portanto, estes não são vistos de maneira abstrata, avulsa, como uma classe superior

e separada das outras (mentalidade que definia os intelectuais a partir da sua qualificação interior), e sim, “como sujeitos intimamente entrelaçados nas relações sociais, pertencentes a uma classe, a um grupo social vinculado a um determinado modo de produção” (GRAMSCI apud SEMERARO, 2006, p. 376-377).

Nessa perspectiva, Gramsci define duas categorias de intelectuais: os orgânicos e os tradicionais. Comparado como uma parte de um organismo vivo e em expansão - daí o termo intelectuais “orgânicos” -, os intelectuais desse tipo se conectam simultaneamente ao âmbito do trabalho e às organizações políticas e culturais, desempenhando alguma função de organização essencial em determinado grupo social. Assim, mantém-se conectado a sua classe social de origem ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse da mesma. Já os intelectuais tradicionais eram aqueles que ainda permaneciam presos a uma formação socioeconômica superada. Para Gramsci, citado por Semeraro, os integrantes dessa categoria ficavam empalhados dentro de um mundo antiquado, permaneciam fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos. Sempre vinculados a um determinado grupo social, instituição ou corporação, esse tipo de intelectual defendia os interesses particulares compartilhados pelos seus membros. Como exemplos desse grupo, podemos citar os clérigos, os militares, os professores universitários, acadêmicos, etc.

Sob esse ponto de vista, não se considera como intelectuais apenas os acadêmicos ou aqueles com formação especializada em determinadas áreas do saber científico, mas, todo “sujeito histórico-crítico que exerce alguma influência sobre os outros na sua sociedade, propagando ou combatendo uma visão de mundo” (SILVA, 2010, p. 90). Assim, podem manifestar sua atividade intelectual de diversas formas: “no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados”; na sociedade civil, para “construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem”; e na sociedade política, “para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social” (SEMERARO, 2006, p. 377–378).

Em resumo, em conformidade com Maria Lúcia Duriguetto, entendemos como intelectual todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, da cultura ou no campo político-administrativo. Isto é, aos intelectuais caberia a função de “operar para a organicidade de pensamento dos grupos sociais considerados subalternos, ou seja, contribuir para uma relação coerente entre teoria (concepção de mundo) e ação” (DURIGUETTO, 2014, p. 276).

Com essa missão, enquadrados como tradicionais na concepção de Gramsci, os

intelectuais baianos fundamentalmente aqueles ligados ao IGHB e que articulavam a Bahia (profissionais de direito, médicos, “geógrafos”, engenheiros, professores e estudantes acadêmicos dessas áreas; proprietários de terras, oficiais militares, comerciantes, jornalistas, literatos, políticos, entre outros), ante ao supracitado quadro descaído e preocupante em que esse Estado se encontrava, e habituados a interferir nas importantes decisões e rumos do Brasil, se empenharam na busca de engrandecer sua região; enaltecer seu regionalismo; recuperar a importância política e econômica da Bahia frente à nação, modernizar e desenvolver esse Estado, ao mesmo tempo, que também buscavam atender as aspirações das principais oligarquias baianas que delas faziam parte ou eram seus representantes.

Em se tratando do enaltecimento do seu regionalismo por meio do apelo às tradições históricas, o reforço das potencialidades e das qualidades baianas se constituiu como elemento de uma identidade regional que, ao ser promovida, mostrava a Bahia e os baianos como elementos imprescindíveis na construção da nacionalidade, fosse na dimensão simbólica, fosse no efetivo exercício de influência e poder político. Divulgar as virtudes se tornou um meio de “exortar os baianos a lutar pela retomada da posição prestigiosa que conheceram um dia” (LEITE, 2005, p. 299), e representava uma cobrança aos detentores do poder republicano para que devolvessem a Bahia o lugar supostamente merecido. Como exemplos desse empenho em fortificar e valorizar as tradições e características que a conferiram um lugar proeminente da Bahia na história do Brasil, não esgotando todos, citamos os seguintes:

- i) *O destaque da Bahia na história do Brasil* - O Estado da Bahia foi primeiro foco de colonização europeia na América do Sul. Considerada como berço da nação brasileira, pois, foi justamente na cidade baiana de Porto Seguro que aportaram os portugueses da frota de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500. A capitania da Bahia foi a primeira das capitanias hereditárias a se transformar em capitania real. Também foi a cidade de São Salvador, na Baía de Todos os Santos, a primeira capital da colônia. De acordo com Alcoforado (2003), além de sede política e administrativa, a referida cidade também funcionou como polo de desenvolvimento econômico de toda a região, com produtos primários no século XVIII e tráfico de escravos até meados do século XIX;

- ii) *Extensa área territorial formada por cinco capitanias hereditárias entre os anos de 1534 e 1566* - A dimensão de sua vasta área territorial - atualmente composta por 564.732,450 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017) – conformou a Bahia como o maior Estado nordestino, quinto maior Estado brasileiro e dono do maior número de divisas com outras unidades federativas (faz limite com oito Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco, Sergipe e Alagoas);
- iii) *Posição geográfica e importante centro comercial* - sua estratégica posição geográfica, banhado pelo oceano Atlântico (numa extensão de 932 km) possibilitou o desenvolvimento vigoroso do porto de Salvador no século XVIII e facilitou o escoamento e movimentação comercial dos seus produtos direcionado para Europa, África e para o Rio Grande do Sul e portos do Prata, fazendo da Bahia um poderoso centro comercial;
- iv) *Economia* - configurada como uma sociedade agrária, escravista e mercantil, a Bahia assumiu significativo papel na economia capitalista comercial do Brasil no período colonial e imperial. Segundo Tavares (2000), possuidora de uma economia de exportação de produtos primários, a Bahia tinha na lavoura de cana de açúcar o artigo de maior exportação para o mercado da Europa. O algodão, fumo e mandioca também foram comercializados em grande escala. Colocada na condição de fornecedora de matérias primas e de artigos da lavoura tropical, teve seus principais produtos (pau-brasil, algodão, açúcar, fumo, madeira, couros, solas, aguardente, ouro, diamante, café, cacau, entre outros) amplamente comercializados ao longo dos séculos XVI ao XIX;
- v) *Bens naturais* - as riquezas naturais - vegetação, fauna, minerais (ouro, esmeraldas, diamante, turmalina, etc.), solo e diversos produtos oriundos da natureza da Bahia foram, e ainda são, fontes de imenso valor financeiro e cultural. Esses produtos são largamente utilizados para o desenvolvimento de pesquisas científicas, nas indústrias farmacêuticas, alimentícias, cosméticas,

para fins medicinais, terapêuticos, ornamentais, comerciais, entre outros, concebendo ainda mais valor as terras baianas.

vi) *Questões simbólicas* - A participação heroica da Bahia na Independência do Brasil na Bahia, consolidando-se a separação política do Brasil de Portugal; o destaque dado as suas lutas em defesa do território brasileiro; a coragem e patriotismo do seu povo, também deram a Bahia relevante representatividade.

De forma associada, no que se refere à recuperação da importância política e econômica da Bahia frente à nação e a necessidade de inserir esse Estado no projeto republicano brasileiro, as principais ações dos intelectuais baianos voltaram-se fundamentalmente para modernizar e desenvolver seu Estado. Com esse intuito, de forma semelhante ao que acontecia no cenário nacional, esses intelectuais lançaram mão da sua natureza, das riquezas naturais e do seu território. Também se apoiaram nos conhecimentos da geografia, da história, da botânica, das ciências astronômicas, geodésicas, cartográficas, bem como, dos conhecimentos e técnicas científicas do campo da engenharia.

Nessa empreitada ganhou destaque o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), uma das principais instituições científicas desse Estado na época em questão e, juntamente com a Escola Politécnica da Bahia, as únicas voltadas para atender as tão discutidas demandas dessa região. Para além de produzir e difundir as narrativas da história baiana e nacional, pelas suas especificidades, durante a Primeira República o IGHB se converteu em um espaço capaz de pensar o Estado, desenvolver a ciência e atender as principais necessidades da Bahia e das suas principais oligarquias no momento em evidência.

Tudo isso posto, notamos que o modelo proposto para a formação de uma nação brasileira conforme os moldes das nações modernas ocidentais - elaborado principalmente mediante as noções de povo, território, nação e ciência -, também se fez presente na constituição do Estado da Bahia, no fortalecimento do seu regionalismo e auxiliou a inserção desse Estado no projeto de modernização e civilização nacional. Contudo, de forma específica, tais proposições foram adequadas

e ajustadas às particularidades da Bahia e às suas necessidades emergenciais impostas pelo contexto daquele período.

Assim, a presente investigação surgiu justamente da minha curiosidade e da necessidade de entender como esses mesmos princípios e ideias (notadamente as que envolveram a questão de território e ciência), que embasaram a construção do Brasil, implicaram na formação do território da Bahia, bem como, na implementação do seu projeto político de modernização e desenvolvimento. Logo, defendemos a hipótese de que a demarcação do território baiano e os estudos sobre o processo de formação das fronteiras interestaduais da Bahia (um dos objetivos do projeto político da Bahia do momento em evidência) refletem a posição da ciência como saber hegemônico (instituído, sobretudo, pela associação saber científico/verdade absoluta/evolução/progresso) e imbuído na formação e progresso das nações.

Nessa linha de raciocínio, temos o seguinte **problema de pesquisa** a ser investigado: **sob o ponto de vista político e científico, como as atividades dos intelectuais do IGHB influenciaram a implementação de alguns objetivos do projeto de modernização e desenvolvimento da Bahia durante a Primeira República?**

Como **objetivo geral** da presente tese, pretendemos compreender as implicações das práticas científicas dos intelectuais do IGHB na implementação de alguns objetivos do projeto político de modernização e desenvolvimento do Estado da Bahia, especificamente no que diz respeito à formação do território baiano e à delimitação e demarcação da fronteira entre a Bahia e o Espírito Santo. Cabe dizer aqui que, apesar de considerarmos de suma importância o estudo sobre as implicações da ciência na construção dos contornos da Bahia e no mapeamento de todo o Estado, a complexidade dos processos envolvidos nessas questões e o tempo disponível para a realização da nossa investigação nos impossibilita de realizarmos uma análise mais aprofundada e completa sobre a temática em evidência. Desse modo, analisaremos especificamente a formação da fronteira entre a Bahia e o Estado do Espírito Santo, considerando que a partir da exploração mais intensa dessa parte, possivelmente, poderemos construir algumas reflexões acerca do fenômeno como um todo, haja visto que, muitos procedimentos e os responsáveis por essa tarefa foram praticamente os mesmos envolvidos na demarcação das demais divisas interestaduais da Bahia.

Concomitantemente, analisaremos como os conhecimentos científicos em voga no período em estudo se incorporam às ações e produções dos agremiados do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Desse modo, buscaremos analisar como determinadas produções e práticas envolvidas nos processos de estudo, exploração e demarcação do território da Bahia mobilizaram conhecimentos e técnicas científicas dos campos da geografia, da história, da cartografia, da astronomia, geodesia, da engenharia, entre outros.

De maneira mais específica, trataremos de entender o contexto histórico da Bahia nos séculos XIX e XX, notadamente durante a Primeira República, para analisarmos como os acontecimentos desse momento influenciaram a implementação do projeto de modernização e desenvolvimento da Bahia; compreender as origens, constituição, organização, consolidação e finalidades do IGHB; selecionar e analisar os textos divulgados na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (principal meio de divulgação científica do período em estudo), voltando nosso olhar especialmente para os assuntos referentes à demarcação das fronteiras da Bahia; e compreender a visão científica prevalente na Bahia ao longo do período em evidência.

Para isso, construiremos nossa análise investigativa alinhando o processo de demarcação do território baiano com a historiografia da ciência e com as pesquisas nacionais que investigam a construção de ciência nacional. Ao utilizarmos a historiografia da ciência, de forma complementar, também poderemos compreender a produção do território no conjunto da definição da Bahia e do “[...] Brasil como um lugar de produção de conhecimento e reflexão” (VERGARA, 2004, p. 30) e, conheceremos ainda mais sobre uma época pouco explorada pela divulgação da ciência. Trata-se de uma pesquisa histórica que analisa o período que perpassa a Primeira República do Brasil - análise de eventos passados da demarcação do território para se chegar a uma explicação de fatos e processos ocorridos neste período. Caracteriza-se como pesquisa documental, cujo entendimento de objetos demanda a compreensão de uma contextualização histórica e sociocultural.

A constituição dos dados foi concretizada mediante a busca, seleção, estudo e análise das diversas fontes documentais depositadas nos acervos do Arquivo Nacional; Biblioteca Nacional; Exército Brasileiro (localizados na cidade do Rio de Janeiro); do Arquivo Público da Bahia; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Biblioteca Pública do Estado da Bahia; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

localizados na cidade de Salvador/BA. Dentre as fontes analisadas destacamos livros; artigos; documentos oficiais – Atlas do Brasil, cartas geográficas, mapas, plantas, cartas de doação de terras, auto de criação de vilas, forais da capitania da Bahia, tratados, decretos, leis, atos, ofícios, Constituição Brasileira de 1891, resoluções, pareceres, cartas, projetos⁹, etc.; e as Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A escolha dos aludidos documentos ocorreu pelos mesmos assumirem importantes papéis no processo de demarcação das terras da Bahia e também, por muitos deles serem considerados notáveis espaços de expressão de intelectuais da época, fato que nos possibilitou maior análise sobre as inter-relações entre a ciência, território, Bahia e nação.

Para análise das fontes acima citadas, exploraremos o olhar crítico e a prudência concernente com Cellard (2008), considerando os seguintes aspectos: i) o *contexto* social global de produção do documento e de seu autor (conjuntura, social, política e econômica) e o endereçamento do documento; ii) *O autor e os autores*, suas intencionalidades, motivações e suas identidades serão consideradas na análise, sobretudo a alocação de recursos e as lutas pela hegemonia nas Ciências Naturais e a produção do discurso sobre a formação do território baiano; iii) a *autenticidade e a confiabilidade do texto*, no qual observaremos a procedência dos documentos. Notaremos também se os autores vivenciaram o que descreveram, associando o acontecimento dos fatos com suas descrições e observaremos as condições dos autores para fazerem as análises que por ventura fizeram. Em pormenores, ressaltaremos os conhecimentos que produziram sobre a Ciência, a Natureza, o território e os métodos que utilizaram para constituir as informações sobre o que escreveram; iv) a *natureza do texto*, buscando elementos relacionados ao contexto de sua produção, intencionalidades, saberes científicos e o público alvo. Este último será analisado por acreditarmos que essa avaliação também nos ajudará a compreender a natureza do conteúdo do texto; por fim; v) *os conceitos-chave e a lógica interna do texto* também serão utilizados para demarcar o sentido semântico de cada conceito-

⁹Para maiores esclarecimentos sobre tais documentos ver: AMARAL, Braz Hermenegildo do. Memorial acerca da questão de limites entre a Bahia e Sergipe apresentado ao Exm^o Sr. Dr. Governador do Estado. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 37, p. 147-191, 1911-1913.

chave do documento sem perder de vista a temporalidade histórica na qual fora produzido. Procuraremos também entender a lógica interna do texto: sua produção e a constituição dos argumentos.

Assim, a tese estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro deles apresentará um breve panorama da origem, formação e finalidades do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Essas considerações visam traçar um paralelo entre os principais acontecimentos históricos, políticos e sociais da Bahia e do Brasil e a criação dessa instituição; desenvolver algumas reflexões sobre a importância da fundação desse instituto para a Bahia republicana; explicitar os princípios e referências que embasaram a constituição dessa agremiação; e conhecer o corpo intelectual do IGHB e seus possíveis campos de atuação.

Na continuidade, o segundo capítulo abordará as principais características do IGHB que o qualificaram como uma instituição científica. Para isso discorreremos sobre o perfil dos agremiados mais ativos dessa instituição e o comprometimento dos mesmos em construir uma ciência nacional. Também compreenderemos sobre a rede intelectual desses associados, apontando seus principais contatos do cerne do conhecimento científico brasileiro e mundial. Por fim, comentaremos sobre a participação efetiva dos integrantes do IGHB em eventos científicos; sobre os conteúdos e os formatos dos artigos relativos à História e a Geografia produzidos e publicados por eles na Revista do IGHB; e sobre as características e o papel desse periódico para a difusão científica.

Em vista disso, no terceiro capítulo refletiremos como as atividades desenvolvidas pelos agremiados do IGHB influenciaram a implementação de algumas propostas do projeto de desenvolvimento e modernização instituído na Bahia durante o período da Primeira República. Como o referido plano embasou-se nas mesmas determinações que orientavam a construção da nação brasileira, nessa seção também discorreremos sobre as principais correntes teóricas e científicas prevalentes no pensamento social brasileiro durante de que se fala; abordaremos sobre as implicações dessas correntes no projeto republicano nacional e nas ações e produções dos sócios do IGHB voltadas para o desenvolvimento da Bahia.

Por fim, no quarto capítulo demonstraremos os principais aspectos científicos envolvidos no processo de formação do território da Bahia e na demarcação e delimitação da divisa desse Estado com o Estado do Espírito Santo. A análise dessa

divisa se justifica por essa ser uma das zonas que mais apresentou complexidade, divergências de ideias e maiores esforços dos responsáveis por dirimir os litígios fronteiriços da Bahia; e pelo expressivo número de artigos publicados na revista do IGHB versando sobre essa temática.

Sem embargo, muito longe de esgotar os estudos sobre a temática de nossa investigação, ainda restará bastante conteúdo a ser explorado sobre a ciência do século XIX e início do século XX no projeto de modernização e desenvolvimento da Bahia da Primeira República. Sendo um conteúdo de amplo espectro e vasta possibilidade de estudo por diferentes vieses e perspectivas, decerto, tanto os aspectos aqui analisados poderão ser retomados, aprofundados e esclarecidos, em face de novos questionamentos e visões distintas, tanto quanto outros estudos poderão ser desenvolvidos, apresentando outras trajetórias e enriquecendo o campo dessas discussões.

Acreditamos, porém, que este trabalho poderá suscitar entre os pesquisadores de um modo geral o interesse no aprofundamento do conhecimento acerca da relação ciência-território-nação, bem como melhor depreender sobre o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, configurado como um meio de excelência para o diálogo e reflexões da comunidade científica baiana e acerca do Estado da Bahia. Ademais, poderá fortalecer os estudos e as pesquisas nas áreas da História da Bahia, História do Brasil e História das Ciências; e ofertar subsídios para enriquecer a compreensão a respeito das relações entre ciência e cultura no Brasil.

2 INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA: ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO SABER E *LOCUS* PRIVILEGIADO PARA O DIÁLOGO E REFLEXÕES ACERCA DA BAHIA

Sendo o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia umas das fundamentais instituições científicas da Bahia do final do século XIX e início do XX e um dos principais *locus* de concentração da intelectualidade baiana envolvida no debate sobre a nação, neste capítulo apresentaremos as origens, constituição, organização, consolidação e finalidades dessa agremiação. Como o corpo intelectual do IGHB era composto basicamente de pessoas de grande prestígio e influência na Bahia - componentes e/ou representantes das principais oligarquias baianas - também teceremos algumas considerações sobre como os interesses desses grupos influenciaram as atividades desenvolvidas no Instituto. Essas considerações visam traçar um paralelo entre os principais acontecimentos históricos, políticos e sociais da Bahia e do Brasil e a criação dessa instituição; desenvolver algumas reflexões sobre a importância da fundação desse instituto para a Bahia republicana; explicitar os princípios e referências que embasaram a constituição dessa agremiação; e conhecer o corpo intelectual do IGHB e seus possíveis campos de atuação. Decerto, tais reflexões são essenciais e elucidativas para os diálogos acerca da Ciência no projeto de modernização da Bahia e sobre a formação do território desse Estado que teceremos nos capítulos subsequentes.

2.1 INÍCIO: PRIMEIRO INSTITUTO HISTÓRICO DA BAHIA

No esforço de conceber uma identidade coletiva e estabelecer uma unidade nacional, a elaboração de um passado histórico se constitui como um importante recurso de integração e assimilação dos grupos e indivíduos, pois contribui para elaboração de um “todo articulado” baseado, entre outros fatores, em “vínculos de interesses comuns e em nexos de associação” (MURARI, 2009, p. 273). Por essa razão, muitos intelectuais do Brasil do século XIX e início do século XX se motivaram a buscar elementos históricos e/ou culturais que permitissem a delimitação de uma identidade nacional, tão necessária à construção da nação brasileira no período supracitado. Nessa missão, ganha relevo os institutos históricos e/ou geográficos, importantes edificadores da nossa história.

Em linhas gerais, a gênese desses institutos se deu na Europa no início do século XIX, buscando o reconhecimento do passado “glorioso” de um Estado e possibilitando o vislumbre das bases da sua continuidade, o que tanto servia ao fortalecimento da ideia de nação quanto à produção de esforços para construir a história nacional. Somado a isso, segundo Pereira citado por Silva (2012), ainda durante essa mesma época, os avanços científicos e tecnológicos, os novos meios de comunicação, a necessidade progressiva de mercados e matérias primas para a produção industrial e o crescimento acelerado da população estimularam o conhecimento da natureza. Isto é, os estudos históricos e das ciências naturais tornaram-se preponderantes para as aspirações centrais dos Estados-nação. Como resultado desse interesse despontaram na Europa diversas instituições científicas de caráter histórico e/ou geográfico, sendo as principais a *Société Géographique* de Paris (1821), a *Gesellschaft für Erdkunde* de Berlin (1828) e a *Royal Geographical* de Londres (1830).

Na América Latina, em consonância com Silva (2012), as primeiras organizações criadas com esse mesmo ideal foram a *Sociedad Mexicana de Geografía e Historia* (1833) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). No caso do Brasil, diferentemente das instituições europeias que se caracterizam apenas como geográficas ou históricas, as instituições brasileiras já surgiram desenvolvendo um estudo conjunto da História e da Geografia, sendo assim denominadas como institutos históricos e geográficos e/ou geográficos e históricos.

Outro dado que merece destaque diz respeito à relevância que essas agremiações obtiveram nas citadas regiões. Quero dizer que, na América Latina, nas nações criadas pelos processos de colonização exploratória, esses institutos além de exercerem a mesma função de quase todos as agremiações congêneres europeus (podemos citar os institutos franceses e alemães como exemplos de exceção)¹⁰ também serviram como um instrumento fortalecedor dos incipientes

¹⁰ É válido salientar que, segundo Ribeiro (2009), apesar das instituições geográficas da Alemanha e da França (países constituídos em um cenário bastante desconexo, de grande complexidade para se atingir a unidade nacional e com relevante distinção em relação ao contexto da maioria dos países europeus) estarem relacionadas com a formação dos seus Estados-nação e com o desenvolvimento político e econômico dos mesmos, as disputas geopolítica e científica entre esses dois países ocorridas nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, grosso modo, levaram seus campos geográficos a se preocuparem mais em difundir suas doutrinas e consolidar seus modelos intelectuais do que com as questões relativas as potencialidades do seu Estados- nação.

projetos de nacionalidade e como uma ferramenta capaz de realçar as potencialidades econômicas desse Estados em formação. Desse modo, obtiveram aqui maior valor e notoriedade.

Nessa compreensão, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 pelos integrantes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), localizado na cidade do Rio de Janeiro, nasce como uma instituição responsável por coletar, organizar e divulgar a documentação histórica indispensável a produção e ao ensino da história nacional. Isso se realizaria, em grande parte, pelo estímulo à criação de institutos provinciais, responsáveis pelas mesmas tarefas em nível local. Essa articulação entre o IHGB e os institutos provinciais baseava-se, de acordo com Guimarães (1988), no modelo francês, o qual relacionava as informações entre as academias literárias provinciais francesas com a academia de Paris.

Em síntese, como observou Lilia Moritz Schwarcz (1993), essa instituição primeira tinha como finalidades construir uma história da nação brasileira, recriar o passado, solidificar mitos de fundação e ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos pretéritos, ou seja, cabia a ela prezar pela construção e consolidação de uma identidade histórica nacional. Simultaneamente, nutrido desse sentimento de orgulho nativista e ante a emergência da constituição da nação brasileira; do desejo e da necessidade do universo intelectual de forjar uma ciência autóctone e plenamente capaz de conhecer o Brasil; de desenvolver sua economia e o progresso do país, essa agremiação também se configurou como um relevante espaço de estudo e discussão de distintas áreas científicas, principalmente das ciências naturais.

Conforme Silvia Figueirôa (1992), as temáticas dessa área do saber eram constantemente abordadas nas publicações da Revista do IHGB; nas discussões das sessões ordinárias e nas correspondências trocadas entre essa instituição e as associações científicas estrangeiras. Por essa razão, os sócios dessa agremiação tornaram-se importantes colaboradores dos trabalhos de expedições científicas e de exploração do território nacional, uma demanda emergente no século XIX e início do século XX. Sobre isso, Kury (2009) pontuou que foram os membros do IHGB que apoiaram o governo Imperial na primeira expedição científica nacional (1859 a 1861) feita somente por brasileiros, concretizada com o objetivo de refutar os erros

cometidos por naturalistas estrangeiros em suas descrições e estudos sobre o nosso país.

A partir da fundação do IHGB multiplicaram-se as organizações desse tipo pelo Brasil. Melhor dizendo, era necessária a criação de institutos provinciais capazes de fornecer ao IHGB os resultados de trabalhos e os elementos de caráter regional que propiciassem a centralização das informações sobre a nação brasileira e a elaboração da história nacional. Todos os institutos fundados nas províncias buscaram adequar-se ao modelo proposto pelo IHGB no que concerne à identificação da documentação histórica relativa aos locais que lhes abrigavam e aos estudos de caráter geográfico.

Tratando sobre o mesmo tema, Ribeiro (2011) assevera que a fundação dessas agremiações provinciais objetivava criar símbolos tanto regionais quanto nacionais necessários a formação da identidade histórica da nação; salvar e eternizar tudo aquilo que fosse suscetível de tornar-se memorável, a partir de uma série de disposições teóricas e metodológicas que abrangessem desde a descoberta e a preservação das fontes até a produção textual e; ser um espaço oficial de produção da memória nacional. Nesse segmento, o primeiro instituto regional a ser criado foi o Instituto Histórico Provincial da Bahia, fundado em 1856 e extinto no ano de 1877. Na sequência, de acordo com Leite (2011), foram criados o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (1862), e os Institutos Históricos e Geográficos de Alagoas (1869) e do Ceará (1887)

Como visto, a Bahia foi a primeira província a fundar seu instituto histórico em 03 de maio de 1856. Apesar dessa agremiação surgir com a denominação de Instituto Histórico da Bahia (IHB), diferentemente dos demais institutos brasileiros que já nasceram intitulados como históricos e geográficos, o estudo associado da História e Geografia foi preservado. Anos depois (1894), com a criação de um novo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia essa discrepância foi solucionada.

Sua gênese foi resultado da iniciativa particular de um pequeno grupo formado por intelectuais locais, ganhando destaque entre os membros fundadores o professor Manoel Correia Garcia (identificado como criador do IHB) e D. Romualdo Antônio Seixas - Arcebispo da Bahia (patrocinador). Na visão do associado do IHB Tranquilino Leovigildo Torres (1894), os referidos sócios eram caracterizados, respectivamente, como uma “mentalidade fecunda e espírito patriótico altamente alevantado” e “nome venerando e sagrado”. Permanecendo em lugares de relevo, o arcebispo D.

Romualdo - Marquês de Santa Cruz tornou-se primeiro presidente e o professor Manuel Correia Garcia, primeiro secretário do Instituto Histórico da Bahia.

Apesar do IHB não ter sido um projeto oficial, havia a expectativa de se obter o apoio do governo imperial, contribuição essencial para a manutenção e permanência dessa agremiação. Entretanto, o imperador não ofereceu nenhum suporte financeiro ao instituto provincial baiano, como observou o agremiado Torres: “os poderes públicos, o parlamento para quem em balde recorreu o Instituto por vezes, nunca lhe mitigaram os sofrimentos; nunca lhe deram um auxílio...” (1894, p. 66). Ainda assim, o IHB permaneceu com seus objetivos regimentais: produzir biografias dos homens eminentes¹¹ da província; corresponder-se com o IHGB e outras instituições congêneres no exterior; formar biblioteca; adquirir, organizar e arquivar documentos de interesse histórico e geográfico para a província e para o império; publicar seu periódico; e discutir temáticas relacionadas ao interesse e aos objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No período inicial de sua fundação o IHB contava com sócios de diferentes áreas e atuação, compondo um perfil institucional diversificado. Eram eles: marqueses, barões, senadores, ministros, conselheiros provinciais, oficiais militares e clérigos e professores da faculdade de medicina, magistrados, advogados, médicos, comerciantes e proprietários de terras (RELAÇÃO..., 1894). Por apresentar um perfil institucional variado, semelhante aos institutos congêneres, o IHB optou por constituir seu próprio modelo e critérios de status e autorreconhecimento. Aceitava como membro a figura do intelectual letrado, mas não necessariamente acadêmico, apresentando um modelo possível de interlocução entre os diferentes meios da intelectualidade nacional em um ambiente heterogêneo. Tal característica fez com que essa agremiação se constituísse como um modelo de interlocução mais frouxo do que aqueles próprios do ambiente acadêmico e “produzisse seu periódico para fins de instrução pública” (INSTITUTO..., 1894).

¹¹ A imagem do herói nacional foi significativamente evocada nos discursos do Instituto, trazendo para a história a obrigação de oferecer os melhores exemplos e ensinamentos que os homens poderiam receber.

Semelhante ao instituto brasileiro, além dos cargos de administração o IHB compunha-se de sete comissões de trabalho permanente, a saber: Comissão de História da Província; de História e Geografia; de Estatística e História Natural; de Topografia, Geodésia e Arqueologia; de Fundos e Orçamento; de Admissão de Sócios; e de Redação de Periódicos (ATA..., 1894).

Todavia, em harmonia com os estudos de Leite (2011) e Silva (2012)¹², o número reduzido de sócios, a carência de recurso financeiro para a manutenção do IHB, falta de uma sede própria, a indiferença e a ausência de apoio¹³ material e político do governo provincial acarretaram o fechamento dessa agremiação. Destarte, após 21 anos de vida, o IHB desapareceu deixando pouquíssimos registros documentais de sua existência. “De pé ficaram somente aquela saudação e aqueles sobreviventes para incentivo e exemplo, e como centelha do fogo, inextinguível fé pela ciência e do amor pela história pátria” (INSTITUTO..., 1894).

2.2 O NOVO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO NA BAHIA REPUBLICANA

Com o passar dos anos, como vimos anteriormente, a instauração do Regime Republicano no Brasil imputou aos seus intelectuais, dentre outros fatores, a responsabilidade de pensar o país e seus problemas para ajustá-lo aos objetivos da nação em construção. Esse esforço tinha como pano de fundo o desenvolvimento de uma ciência autóctone, entendida por esses intelectuais como parte essencial do projeto republicano nacional.

Sendo os Institutos Históricos e Geográficos um dos espaços centrais dedicados a construção da nação e a produção de atividades científicas dessa época, as convicções da nova ordem política não apenas promoveram maior

¹²É digno de nota que Aldo José Morais Silva realizou uma tese de doutoramento, desdobrada em um livro, totalmente dedicada ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Seus trabalhos discutem amplamente sobre as origens e estratégias de consolidação institucional desse Instituto. Mas, apesar desses estudos terem em comum com a nossa investigação a análise das origens e estratégias de consolidação do IGHB; e o seu recorte temporal (1894–1930) se assemelhar ao período focalizado no nosso trabalho (1889–1930), é válido esclarecer que percorremos por vieses distintos. Enquanto o estudo de Aldo José enfoca o próprio IGHB, a nossa tese enfatiza as implicações da ciência produzida nessa instituição na adequação da Bahia ao projeto nacional, na conformação do território desse Estado e na delimitação de suas fronteiras interestaduais, notadamente, na concretização do limite entre o Estado da Bahia e do Espírito Santo.

¹³É digno de nota que, talvez, essa falta de amparo governamental tenha ocorrido porque o império já estava consolidado, considerado por aqueles que governavam o país como fato político incontestado, não necessitando vigorosamente de instituições que auxiliassem a sua solidificação no Brasil.

valorização para as agremiações dessa natureza já existentes, como também impulsionaram a fundação de novos institutos regionais. Ademais, favoreceram a reativação de projetos antigos e abandonados, como é o caso do instituto baiano, reinaugurado em 1894. Nesse mesmo ano, segundo Silva (2012), fundou-se o instituto paulista, seguido pelos institutos de Santa Catarina (1896), do Paraná (1900), da Paraíba (1905), de Minas Gerais (1907), de Sergipe (1912), do Espírito Santo (1916), do Pará (1917), do Amazonas (1917), do Piauí (1918), do Mato Grosso (1919), do Rio Grande do Sul (1920), do Maranhão (1925) e de Goiás (1932) continua a sequência de inaugurações durante o século XX.

Em outros termos, em sintonia com o ponto de vista de Leite (2002), a condição em que se encontra o país durante o final do século XIX e início do XX, e a busca de representações pelos princípios da brasilidade e pelos modelos mais legítimos de expressão da mesma, estimulavam os Estados e regiões a valorizar seus papéis e particularidades; a validar suas identidades regionais (a “paulistanidade”, a “nordestinidade”, a “baianidade”, por exemplo), bem como, “alinhar os elementos predominantemente regionais ou locais aos fundamentos mais gerais (e generalizantes) da identidade nacional” (LEITE, 2002, p. 2-3). Essa competição entre os Estados pela hegemonia na esfera federal deflagrou também as lutas simbólicas pela ascendência e monopólio sobre a nacionalidade.

Mas, como posto, apesar dos institutos também servirem de vitrine para seus Estados - possibilitando-os o alcance de um espaço significativo no panorama político brasileiro¹⁴ -, e da recém instaurada ordem política do Brasil suscitar a esperança de uma participação mais equilibrada dos Estados na nova gestão administrativa, o cenário decaído da Bahia daquele momento não a beneficiaria nesse sentido. Dentro desse desfavorável quadro, as questões mais relevantes foram as seguintes:

- i) Uma parte considerável dos dirigentes políticos e da intelectualidade baiana não enxergava a República com bons olhos (associando os dissabores que a Bahia enfrentava a instalação do novo regime) e apresentou certa resistência ao novo sistema político assumido

¹⁴ Como um exemplo disso, podemos citar a supervalorização do desenvolvimento urbano e, principalmente, econômico do Estado de São Paulo – enriquecida pela produção e comercialização do café – o que fez com que os representantes políticos desse Estado conseguissem apoio dos grupos agrários dominantes de outras regiões do Brasil, controle das eleições e predomínio na presidência do país (juntamente com o Estado de Minas Gerais) durante a Primeira República.

- assumido pelo Brasil;
- ii) A Bahia estava enfraquecida politicamente, pois, diferentemente do período imperial, quando esse Estado possuía grande representatividade e poder no centro político brasileiro, na Primeira República esse privilégio foi dado aos principais Estados em crescimento econômico (notadamente, São Paulo e Minas Gerais);
 - iii) Economicamente e socialmente esse Estado enfrentava graves problemas decorrentes da crise do recôncavo açucareiro (iniciada em 1870) e das condições inadequadas em que se desenvolviam suas atividades econômicas;
 - iv) A Bahia não tinha seu território totalmente conhecido, povoado e demarcado, e ainda enfrentava conflitos fronteiriços com alguns Estados vizinhos.
 - v) Havia um percentual de negros, índios e mestiços na população baiana muito acima do que era considerado pelos reformistas do Estado como aceitável e/ou viável para a “civilização” e modernização desse Estado.
 - vi) A maior parte da população da Bahia estava empobrecida e suas condições de vida eram geralmente difíceis e com poucos recursos.
 - vii) A infraestrutura da capital ainda mantinha a estrutura colonial - vias estreitas e sistemas de esgotamento sanitário deficiente ou inexistente (ambiente bastante insalubre para seu povo) -, e seus prédios e casas estavam deteriorados. Condições incompatíveis com os ideais de modernidade e civilidade adotados pela intelectualidade brasileira e baiana.

Em se tratando da pouca participação dos baianos no núcleo político do país, podemos inferir que muito se deve a vantajosa situação¹⁵ política e eleitoral dos monarquistas baianos frente aos republicanos, e a relutância desses mesmos representantes políticos a ideologia igualitária da República. De acordo com Araújo

¹⁵Durante a Primeira República muitos dirigentes baianos monarquistas ainda assumiam importantes cargos políticos como deputados provinciais e gerais, intendentes municipais, vereadores, juizes e conselheiros.

(1992), ao contrário das grupos dominantes do Estado de São Paulo, cujo crescimento econômico suscitava a busca por maior poder político, encontrando nas ideias republicanas o principal meio para essa conquista, a classe política dominante da Bahia, enquanto perdurou a monarquia, não se tornou republicana.

Para o referido autor, a condição vivida pelas grupos dominantes baianos durante o período imperial legitimava a oposição das mesmas ao sistema político republicano. Enquanto era província, o grupo dominante agrário ou mercantil da Bahia se associou aos interesses e ao destino do regime monárquico, estabelecendo entre eles uma benéfica e sucedida relação. A província, economicamente estagnada, conseguia manter certa posição no plano nacional, sobretudo pela interferência da sua política nos Ministérios, com amplo número de representantes baianos. Por isso, corroborando Sampaio (1999), a Bahia foi a última das províncias a reconhecer o novo regime, dois dias após ter sido Proclamada a República do Brasil, tornando-se republicana somente após a partida da família imperial para Europa.

Esclarecendo essa retardatária adesão à República, Tavares (2000) evidencia que o último Presidente da Província, o liberal José Luiz de Almeida Couto, recusou o convite para ser governador do Estado feito pelo Marechal Deodoro da Fonseca logo que assumiu o governo provisório. Na condição de presidente da província, Almeida Couto decidiu permanecer no governo e defender o sistema monárquico na Bahia. O Conselho Municipal de Salvador também rejeitou solenemente a “ditadura militar, sob o nome de governo provisório”, e afirmou sua “completa adesão as instituições e ao imperador deposto” (JORNAL DO COMÉRCIO apud TAVARES, 2000, p. 221).

Ainda discutindo essa questão, Tavares (2000) assevera que na manhã do dia 16 de novembro de 1889, o coronel republicano Frederico Cristiano Buís convidou os republicanos Virgílio Clímaco Damásio e Deocleciano Ramos para uma reunião no Forte de São Pedro, na cidade de Salvador. Reunidos com vários oficiais militares eles decidiram colocar o forte em prontidão, proclamar a República e indicar Virgílio Damásio para governador. Após a proclamação no forte, houve uma negociação entre oficiais do exército, políticos republicanos, monarquistas liberais federalistas e conservadores dissidentes, ficando decidido, no dia 17 de outubro, uma nova Proclamação da República. Desse modo, no dia 18 de novembro Virgílio Damásio tomou posse como primeiro governador republicano da Bahia, mas, segundo o supracitado autor, por exigência do governo provisório, e empenho especial do então

ministro Ruy Barbosa, transmitiu o posto para o médico, jornalista e político, Manuel Vitorino Pereira, que tomou posse do cargo em sessão solene na Câmara Municipal de Salvador.

Na esteira dessas discussões, Aldo José Silva explicita que os políticos baianos tiveram que articular uma “reacomodação no novo cenário, de forma a garantir o “mínimo possível de rupturas e perdas de poder e prestígio”. Para o mesmo pesquisador, essa estratégia de acomodação da sociedade monarquista às novas instituições garantiu a permanência da supremacia dos políticos do Império. Mais do que uma estratégia momentânea, contudo, “tal política de acomodação veio a caracterizar o cenário baiano durante toda a Primeira Republica, estendendo-se para além desta” (SILVA, 2006, p. 69-70).

Ainda segundo Silva (2006), a explicação para adoção desse modelo estava na “fragilidade econômica do Estado” e sua consequente sujeição de recursos originários do governo federal, e na própria estrutura política baiana. Esta, “cindida entre as forças da capital e do interior”, era determinante para conseguir apoio central para o governo estadual, ante a independência político-econômica das oligarquias rurais baianas¹⁶ e o peso destas como arregimentadoras de votos e apoio político” (SILVA, 2006, p. 69 -70).

Essa continuidade dos mesmos grupos políticos e econômicos hegemônicos à frente da condução do Estado garantiu a preservação de uma estrutura social e econômica interessante a esses mesmos grupos, sendo incapaz de possibilitar o real desenvolvimento do Estado. Em consonância com o autor acima mencionado, o bem comum e as necessidades da maioria da população não eram priorizados por aqueles que regiam a Bahia. As camadas populares também pouco ou quase nunca participavam ativamente da política partidária instalada nesse Estado durante o período em evidência. No geral, esse quadro político excluiu os baianos de participarem efetivamente das importantes decisões político-administrativo do Brasil,

¹⁶ Para Antonio Santana Carregosa (2015), as oligarquias são configuradas como uma forma de poder político e econômico constituído a partir de famílias. Ao construir um esquema tipológico das oligarquias, Eul Soo Pang (1979) as distinguiu em quatro variações: a *familiocrática* - predominante no Brasil - sinônimo de clã que envolve o núcleo familiar e os parentes por afinidade; a *tribal* - aquelas formadas por “confederações” de clãs; a *colegiada* - uma combinação das duas primeiras variações; e a *personalista* - aquela sustentada pelo carisma de seu líder. Explicitaremos melhor sobre essa questão na seção intitulada *As oligarquias e os interesses dos intelectuais do IGHB: um reflexo das hegemônicas classes políticas da Bahia*, exposta nas páginas posteriores.

ofuscou seus préstimos ao país e desvalorizou sua cultura e sua história.

Dentro dessas considerações é interessante salientar que, apesar do IGHB já nascer sob os ideais republicanos; ser uma iniciativa decorrente dos acontecimentos políticos desse regime; seus dirigentes majoritariamente defenderem a república e não quererem se associar as ideias do antigo IHB (por essa agremiação ter apoiado o regime imperial), uma parcela minoritária dos sócios e menos influente politicamente também apreciava a monarquia. Como representantes desse grupo podemos citar alguns membros¹⁷ da igreja, como, por exemplo, o sócio e Frade Beneditino Francisco da Natividade Carneiro da Cunha, o qual, na tentativa de manter aceso os princípios do IHB (inclusive alguns ideais compartilhados pela monarquia), propôs durante a sessão de instalação do IGHB, que a nova instituição fosse considerada restauradora e reorganizadora do antigo Instituto baiano.

Essa proposta foi logo combatida pelo sócio efetivo e fundador do IGHB Severino Vieira, alegando que a presente geração não podia “reorganizar uma coisa que desaparecera completamente sem deixar o menor vestígio de sua passagem (Ibidem, 1894, p. 30.). Na tentativa de solucionar esse desacordo sem comprometer a identificação do IGHB com a República e contemplar o pedido do Fr. Francisco Cunha, o então presidente Tranquilino Torres sugeriu que se escrevesse uma memória sobre a existência, fins e serviços prestados pelo IHB. Mas, o Fr. Francisco, após comentar o assunto, pediu dispensa da agremiação. Seu pedido foi rejeitado, comprovando que os demais associados julgavam os serviços desse agremiado imprescindíveis ao IGHB. É relevante dizer que a igreja possuía uma força política significativa na Bahia durante a primeira República e, portanto, também havia uma preocupação dos sócios do IGHB em manter uma boa relação com a mesma (ATA..., 1894).

Ainda tratando sobre a imagem da Bahia contrária ao regime republicano, outra questão importante se refere à Guerra de Canudos, conflito caracterizado por aqueles que assumiram o governo federal no período em estudo como um foco de resistência

¹⁶ Para conhecer quais sócios do IGHB eram representantes da igreja ver: Relação dos Sócios. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 2, p. 335- 340, dez. 1894.

ao sistema político instaurado no país. Ocorrido no sertão baiano no período de 1896 e 1897, esse conflito foi travado entre as tropas do governo federal e um grupo de sertanejos comandado pelo líder religioso Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro.

Segundo Fausto (2015), o aludido dirigente do grupo (formado com mais de 20 mil habitantes) exerceu várias profissões – professor, vendedor ambulante, etc.- até se converter em beato, um misto de sacerdote e chefe de jagunços. Levou uma vida nômade pelo sertão, congregando o povo para construir igrejas, erguer muros de cemitérios e seguir o caminho de uma vida ascética. Esse líder religioso também pregava a volta da monarquia porque, segundo ele, citado pelo referido autor, “a República era coisa de ateus e maçons”, pois comprovava o casamento civil e uma suposta interdição da Companhia de Jesus (FAUSTO, 2015, p. 146).

Mesmo o governo baiano sendo contra esse movimento e ter tentado combatê-lo, aos olhos de muitos componentes das frentes políticas do Brasil, Canudos (denominação do povoado onde se estabeleceram os sertanejos) passou a ser visto como um arraial de fanáticos religiosos, ninho de rebeldes monarquistas e perigosos que precisavam ser eliminados. É pertinente esclarecer aqui que, só encontramos uma única alusão a Canudos nas revistas do IGHB publicadas durante o tempo que abarca a Primeira República do Brasil. A menção a Canudos foi realizada pelo consociado Theodoro Sampaio, em uma memória de Euclides da Cunha¹⁸, publicada no ano de 1919, décimo aniversário de sua morte. Ao longo dessa memória, o aludido sócio declarou ter fornecido ao mencionado escritor, uma cópia do mapa alusivo a Canudos, por ele mesmo traçado e inédito. Este mesmo mapa, segundo Theodoro Sampaio, foi também por ele copiado e oferecido ao então Ministério de Guerra, para as primeiras operações militares contra o povoado de Canudos.

Cabe abrir um parêntese aqui e salientar que houve um silêncio por parte dos membros do IGHB em relação a Canudos. O descuido com essa questão além de sinalizar o desejo dos intelectuais do IGHB em não se associarem as ideias monarquistas, também pode ser considerado como uma pista sobre as concepções que esses agremiados sustentavam sobre o sertão e os sertanejos baianos.

¹⁷Ver: A memória de Euclides da Cunha no décimo aniversário de sua morte. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 44, p. 247–264, 1919.

Certamente, os intelectuais desse instituto estavam em harmonia com as interpretações de sertão atrasado e dos sertanejos incivilizados que pairavam na mentalidade vigente dos dirigentes do país e foram expressas nas ideologias geográficas que orientaram a formação do Brasil.

No que diz respeito à crise econômica enfrentada pela Bahia, é interessante elucidar que em 1873 a produção e a qualidade do açúcar, da cana, do fumo, café e algodão (principais produtos de exportação) sofreram uma baixa considerável. Em relação ao açúcar, o produto mais rentável, Tavares (2000) observou que a queda de preço e a sua má qualidade estavam associados ao desequilíbrio das estações (grandes chuvas ou secas severas), à falta de recursos e ao enfraquecimento dos meios de trabalho. Recordando que, segundo o mesmo estudioso, a Bahia ainda utilizava os velhos e inadequados métodos de produção, como o trabalho escravo (havendo 40.000 escravos nesse Estado nesse período) e outras formas de exploração do trabalho na área rural, como a parceria, terça e dias de trabalho não remunerado. Com a pouca oferta e qualidade ruim, a comercialização desse produto com o mercado externo (seu mais importante comprador) ficou comprometida, desencadeando assim a crise econômica da Bahia.

Além disso, conforme Leite (2011), os produtos acima supramencionados e as demais mercadorias negociadas externamente (diamante, couro, aguardente, produtos agrícolas, etc.) não rendiam mais tantos lucros para o país, fazendo a Bahia perder sua antiga posição de relevo na economia do Brasil para os Estados que estavam em ascensão no setor econômico (principalmente pela produção e comercialização do café) e no âmbito político, a saber: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Restando apenas o cacau como fonte significativa de geração de riqueza desse Estado.

Durante o período republicano, em concordância com Silva (2006), a economia da Bahia se qualificou como agrícola-exportadora, complementada por uma pecuária extensiva, tendo sua capital como centro convergente da atividade comercial, especialmente daqueles produtos voltados para o mercado internacional de trocas (açúcar, fumo, escravos, diamantes, couro, madeira, algodão e cacau). Para o autor acima citado, essa desaceleração do setor econômico efetuou uma acomodação tácita dos diferentes setores sociais, o que implicou na conservação das práticas, valores e instituições da Bahia imperial, conferindo a esse Estado um ritmo moroso, mas, mesmo assim, tolerados pelos segmentos dominantes da sociedade, ante o

caminho incerto de alterações propostas pelo regime republicano.

No tocante ao seu território, ainda existiam na Bahia terras desconhecidas e desocupadas, seu contorno ainda não estava totalmente estabelecido e a Bahia ainda enfrentava conflitos fronteiriços com alguns dos seus Estados vizinhos, como por exemplo, com o Espírito Santo e Pernambuco. Isso tudo ocasionava relevantes prejuízos para o domínio político desse Estado, para a construção de sua identidade regional, exploração dos seus recursos naturais, desenvolvimento da sua economia e para a comunicação entre as cidades desse Estado, inclusive entre a capital e seu interior. Apenas as regiões do seu contexto urbano, entorno imediato e do Recôncavo (compreendendo a Bahia de Todos os Santos) eram bem conhecidas. Por sua vez, em harmonia com Pedrão (1996), esse contato entre a capital e essas regiões circunvizinhas foi efeito da articulação agromercantil do conjunto Salvador-Recôncavo, existente desde o século XV por causa da cultura da cana de açúcar.

Essa preocupante situação do território baiano também trazia implicações negativas para o Brasil que, nesse mesmo momento, buscava construir sua identidade, unidade territorial e a sua carta nacional. Além disso, o desconhecimento, mal uso e mal aproveitamento do território da Bahia também alimentou a inapropriada conjuntura baiana da Primeira República, já que esse Estado estava caracterizado no pensamento social brasileiro e, também, no pensamento social baiano, com o conceito pejorativo de sertão.

Seguindo essa linha das adversas reações encadeadas na Bahia, o quadro social e a infraestrutura desse Estado também não eram dos melhores. Em seus estudos sobre a população da Bahia, Fraga Filho (1996) sinalizou que sociedade baiana da Primeira República se encontrava empobrecida em sua maior parte, tendo acentuadas as suas desigualdades econômicas. Ainda para o mencionado estudioso, a abolição da escravatura e a inexistência de uma estrutura social e econômica capaz de absorver a mão de obra que surgia, gerou um grande contingente de subempregos, de população abaixo do nível de pobreza e de mendigos nas ruas da capital. A maioria dos trabalhadores (carregadores, mercadores, feirantes, etc.) estavam sujeitos a instabilidades dos mercados, as baixas remunerações e o alto custo de vida, levando-os a garantir apenas o mínimo para sua sobrevivência. Ademais, essa população era marcada pelo grande percentual de negros, índios e mestiços, considerados pelos intelectuais do Brasil e da Bahia como característica desfavorável aos ideais civilizatórios e modernistas do Estado.

Já no que se refere à infraestrutura, de acordo com Silva (2006), a carência generalizada de recursos acentuou o caráter inadequado da mesma. No início do século XX a capital ainda apresentava uma estrutura colonial (o que se estendia ao interior), com suas vias estreitas, sistemas de esgotamento sanitário deficiente ou inexistente e uma proeminente degradação de seus prédios e ruas. Tudo isso tornava o meio ambiente insalubre, propício para uma série de doenças e epidemias.

Embora seja pertinente nessas reflexões explicitar as tristes circunstâncias do contexto baiano na Primeira República, é de suma importância esclarecermos que a Bahia, nesse mesmo período, também tinha seu lado profícuo. Sem nos determos em suas qualidades geográficas, suas riquezas naturais e nas especificidades benéficas da sua gente, apresentaremos como exemplo as suas atividades produtivas, por estas serem parte influente no desenvolvimento de qualquer região. Podemos iniciar dizendo que nos fins do século XIX e durante as primeiras décadas do XX o comércio de gado e a atividade mineira tiveram um desenvolvimento considerável, com destaque para região central desse Estado. A atividade cacauera colocou a Bahia como segunda produtora mundial de cacau, destacando esse Estado no comércio internacional.

Em seus estudos sobre a produção de charutos como uma atividade eminentemente feminina, Silva (2001) demonstrou que no início do século XX, no recôncavo baiano, a lavoura de fumo e a produção de charutos experimentou uma significativa expansão. Receberam investimentos estrangeiros, notadamente alemães e estabeleceram fábricas especializadas na região. Em 1926, segundo a mesma pesquisadora, o fumo baiano alcançou um lugar de destaque no comércio de Bremen, na Alemanha, dividindo seu domínio somente com os Estados Unidos.

Também se desenvolveu nesse Estado uma atividade industrial expressiva principalmente pelo ramo têxtil. Ao tratar sobre esse tema, Almeida (1997) revela que em 1892, a Bahia ocupava o terceiro lugar na produção industrial nacional, com um total de 142 indústrias. De acordo com esse autor, a exceção de São Paulo, a Bahia apresentou o maior índice de crescimento industrial no período, com um aumento de 6,3 vezes no número de suas indústrias, contra uma média 3,1 vezes dos demais Estados brasileiros.

O comércio baiano também era diversificado, concentrando em Salvador os negócios de exportação dos produtos agrícolas e de importação de manufaturas. De acordo com Almeida (1977), as casas de comércio no ano de 1912 atingiram um total

de 16.094, ocupando o sexto lugar no Brasil, sendo as casas atacadistas (257) o quinto lugar, no total brasileiro. Por mais algum tempo, numa tendência decrescente, o comércio baiano alcançou todo o norte de Minas, Goiás, o sertão de Pernambuco e Piauí, além de Sergipe.

Tudo isso propiciou o crescimento da economia, o florescimento de várias localidades da Bahia (Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Belmonte e Canavieiras, etc.) e trouxe benefícios para a sociedade, mas a conservação de uma estrutura agromercantil e a pequena capitalização desse setor impediu maior desenvolvimento econômico desse Estado e a mudança do cenário adverso que a Bahia vivenciava.

Essa realidade despertou nos baianos expressões e definições variadas em relação aos fatos experimentados:

Indignação, revolta, inconformidade, orgulho ferido; sensações de abandono, exploração e sacrifício; idéias como falta de reconhecimento, perseguição e desprezo... tudo isso, e muito mais, começou a compor os discursos que expressavam as interpretações das elites locais a respeito do crítico processo atravessado pela Bahia, o qual parecia indicar para uma flagrante situação de “decadência”, a que se recusavam aceitar (LEITE, 2002. p. 2).

Destarte, a imprópria condição da Bahia unida ao desejo e a necessidade dos articuladores desse Estado em reverter esse panorama e atender as aspirações das oligarquias as quais eram representantes, fez com que se desenvolvesse nessa região um campo de discussão mais enfático acerca da modernização, desenvolvimento e civilização¹⁸ desse Estado. Em outras palavras, embora essas proposições já estivessem contempladas no ideário maior do regime republicano, a situação de declínio que a Bahia amargurava e sua condição sociocultural muito aquém a dos Estados brasileiros ascendentes naquela época, exigiram ações mais efetivas dos intelectuais baianos em relação ao fortalecimento da sua identidade regional, ao delineamento e integralização dos seus espaço físico, ao desenvolvimento e execução de projetos de infraestrutura, ao desenvolvimento econômico, as condições insalubres das suas cidades e a natureza mestiça da população. Estigmas entendidos pelos articuladores baianos e brasileiros como os principais empecilhos para a concretização do projeto republicano nacional.

De forma geral, talvez a primeira expressão de tais esforços possa ser identificada no desenvolvimento dos planos e ações de readequação das cidades, e a reorganização dos demais espaços e das práticas sociais em voga no país. Nesse

caso, Silva (2012) afirma que os elementos mais característicos eram, primeiramente, a intenção de destituir as cidades de seus traços colônias, com a ampliação e iluminação das ruas e das vias de circulação da população e do comércio, bem como, a demolição dos antigos padrões de moradia e da redefinição dos espaços sociais, segundo critérios econômicos e raciais, tendo o modelo de urbanização europeu como referência para a redefinição desses espaços.

Na Bahia, conforme Albuquerque (1999, p. 23-24), essas modificações do cenário urbano já estavam acontecendo em Salvador ao mesmo tempo em que ocorria nos demais Estados brasileiros, mas, de forma mais contida, pois, envolviam muitos investimentos e recursos monetários, despesas muito altas para um Estado em crise financeira. Não se pode negar que reformas urbanas importantes foram concretizadas, principalmente no governo de J. J. Seabra (1912–1916), porém, a morosidade na execução, as frequentes interrupções e as adaptações das obras públicas ao orçamento disponível frustravam os intelectuais baianos, encantados com as mudanças urbanísticas e sociais postas em curso na cidade do Rio de Janeiro.

Para Pesavento mencionada por Silva (2012), outra dimensão complementar e indissociável desse processo, em âmbito mais amplo, diz respeito à pretensão de associar as reformas urbanas a outras de natureza social, alterando ou extinguindo costumes e práticas populares. Algumas dessas práticas estavam relacionadas às questões de ordem médica, outras envolviam fatores concernente com a moral burguesa, especificamente no que se refere a valorização do trabalho e a negação do ócio, consonante com o incipiente capitalismo nacional.

Vale ressaltar que as medidas acima mencionadas estavam em sintonia com uma política de caráter eugenista¹⁸ que orientava o tratamento da questão racial no país inteiro, e o IGHB não foi exceção. O processo de “branqueamento” da população brasileira também era respaldado por um discurso higienista, o qual concebia a proliferação de muitas das doenças existentes no meio urbano como

¹⁸ Sobre isso falaremos com maior riqueza de detalhes nas páginas seguintes quando abordamos as correntes científicas prevalentes no Brasil durante o decurso da Primeira República.

uma evidência “da inferioridade racial ou da degeneração pela mestiçagem das raças inferiores (leia-se negros) de boa parte da população” (SEYFERTH apud SILVA, 2012, p. 195).

Assim, a fundamental mudança a ser feita na área social da Bahia estava relacionada à forte presença física e cultural da população negra no corpo da sua sociedade. Ainda eram evidente nesse Estado durante a Primeira República algumas características, hábitos urbanos e culturais execrados pelos intelectuais brasileiros e entendidos por eles como traços de “incivilidade” dos costumes dos baianos, a saber: o “predomínio de negros e índios na população baiana, as músicas, as rodas de samba, as exposições públicas de práticas afro-religiosas”, entre outros (ALBUQUERQUE, 1999, p. 23 - 24).

Nessa direção, de acordo com Silva (2012), a principal alternativa defendida pelos intelectuais baianos para melhorar esse quadro seria a então diminuição da população negra do corpo social, fosse essa redução direta ou por meio da miscigenação. O sócio Theodoro Sampaio foi um dos principais membros do IGHB a defender essa ideia. Para ele era necessário “uma civilização de tipo próprio e da especificidade do povo brasileiro como uma síntese positiva da mistura de raças – uma nova raça mestiça (Ibidem, 1917, p. 133). Sob essa perspectiva, a vinda do europeu¹⁹, nas palavras de Wlamira Albuquerque, “era um passo considerado essencial ao processo de condução da sociedade a “civilização” almejada e ao ingresso no novo tempo” (Ibidem, 1999, p. 40).

Sendo assim, o discurso em prol da imigração²⁰, de igual maneira as demais medidas civilizatórias e modernas acima citadas, também ganhou mais reforço no caso da Bahia. Para seus intelectuais, o Estado esmorecido em que a Bahia do século XIX e início do XX se encontrava só poderia ser superada com a chegada dos europeus. Sobre isso, o então presidente do IGHB Tranquilino Torres também afirmou que o colono europeu “inteligente, moralizado e laborioso que se introduz

¹⁹ Segundo Albuquerque (1999), nesse período existia uma idealização do estrangeiro como pessoa superior em assunto de comportamento da sociedade elegante ou de estética urbana, como também veremos de forma pormenorizada na seção dedicada as correntes científicas predominante no Brasil no século XIX e início do XX.

²⁰ Apesar dessa ideia ser amplamente defendida e comungada pela maioria dos intelectuais baianos, o advogado negro Maxwell Porphirio (parte da importante família Alakija de origem africana, defensor da causa negra e um dos fundadores da Frente Negra da Bahia), defendeu uma concepção contrária ao lembrar que um dos elementos indispensáveis para o desenvolvimento da lavoura no país foi o negro (ALBUQUERQUE, 1999, p. 40).

nessa região, além de ser uma força produtiva, em relação à agricultura, é um elemento de civilização para esses centros do Estado” (TORRES, 1897).

Caberia a esses imigrantes contribuir para o predomínio da sua cultura nessas terras tropicais. Caracterizados naquela época como “pessoas de bons hábitos”, eles colaborariam para “edificação de valores dignos de maneira civilizada” e para afirmação da “cultura e dos “elevados ideais da raça branca²¹” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 35). Isto é, a campanha imigracionista apresentava os caminhos pelos quais a modernidade poderia chegar a essa região e evidenciava qual a sociedade era sonhada pelos articuladores da Bahia, assim como a matriz cultural que desejavam hegemônica. Entretanto, como observou Albuquerque (1999), a Bahia não se mostrava uma região tão atrativa para os europeus. Por estar à margem do desenvolvimento industrial em curso no eixo sul-sudeste, carente de um polo industrial e de empresas agenciadoras de imigração, e apresentando um clima tropical, esses imigrantes davam preferência as cidades sulistas, ao invés de aqui se estabelecerem.

Restava a ela (Bahia) regressar às glórias do passado de modo a acentuar o papel determinante que sempre possuíra ao longo da história brasileira. Essa estratégia também se tornou fundamental para chamar a atenção das forças políticas republicanas de São Paulo e Minas Gerais (novos grupos no poder) sobre a imprescindibilidade da contribuição mais efetiva dos baianos no concerto político nacional. “Significou clamar por respeito e reconhecimento a uma história de valiosas contribuições” (LEITE, 2002. p. 2).

Como bem pontuaram Sena Junior (2010) e Leite (2005), era urgente a construção de uma identidade regional, embasa na retomada e valorização dos seus costumes, tradições, potencialidades e qualidades baianas, para assim apresentar a Bahia e sua gente como partes fundamentais da nação brasileira e garantir a oportunidade de reconquistar seu espaço perdido, isto é, enaltecer a Bahia, fortalecer e reconhecer sua história, sua gente, seu território, suas riquezas naturais e destacar suas peculiaridades se configuraram como principais objetivos dessa região naquele momento.

²¹ Segundo Thomas Skidmore citado por Wlamyra Albuquerque, difundiu-se nessa época a ideia do branqueamento gradual da população através da miscigenação, para que tivesse uma “população sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente”, como veremos detalhadamente nas páginas posteriores dedicadas as correntes científicas que permeavam o pensamento social brasileiro durante o período em estudo (ALBUQUERQUE, 1999, p. 37).

Essa situação particular da Bahia imputou ainda mais valor à criação do novo instituto baiano, reinaugurado em 1894, após 17 anos do fechamento do antigo IHB. Segundo Leite (2011), apesar de estar em consonância e comprometido com os propósitos republicanos mais amplos, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Imagem 1), por meio de seus associados, deveria principalmente, assumir as seguintes funções: portavoz dos interesses dos intelectuais baianos; defensor do respeito pelas tradições históricas da Bahia; de órgão responsável pela construção e preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural desse Estado e; de forma mais imediata e vital, orientar a sociedade baiana pelo caminho reto do desenvolvimento e modernização do seu Estado. Cabia aos componentes desse instituto “expressar suas ideias sobre as possibilidades e os meios de a Bahia superar seu estado de atraso e declínio e ingressar no mundo moderno” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 29-30).



Imagem 1 – Atual sede do IGHB no ano de sua inauguração - 1923²²
Fonte: Revista do IGHB, n. 48, 1923, p.329,

²² Antes da construção dessa sede o IGHB não possuía um espaço próprio, ocupava salas alugadas (Ata da 6ª Sessão do IGHB, 26 de agosto de 1894. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 63, set. 1894). O último espaço ocupado antes da sua sede atual foi um sobrado (considerado sua primeira sede oficial), também alugado, na praça 15 de novembro – Terreiro de Jesus, próximo a Faculdade de Medicina. Por esse motivo, apresentamos a foto da segunda (primeira sede própria) e atual sede do IGHB no ano de sua inauguração.

De fato, a equação entre tradição e modernidade apresentava-se como um exercício inevitável para transformar a situação adversa e periférica vivenciada por esse Estado. O próprio IGHB já era considerado pela intelectualidade baiana como um espaço de progresso. Apesar de muitos sócios não quererem relacionar o novo instituto ao velho IHB, o recém-formado IGHB possuía as mesmas finalidades do instituto pretérito: coligir, identificar, organizar, arquivar e publicar documentos relativos à História e à Geografia; produzir biografias dos célebres que prestaram serviços a Bahia; corresponder-se com instituições correlatas nacionais e estrangeiras; organizar bibliotecas, museus etnológicos e exposições temáticas; organizar expedições de estudo para o interior do Estado, para os Estados da república e outros países; publicar periódicos; e oferecer aos sócios cursos de geografia e história (ARTIGOS..., 1894a).

Outra questão compartilhada entre o antigo IHB e o novo IGHB se refere a designação de comissões. Apesar do IHB contar apenas com sete comissões (História da Província; História e Geografia; de Estatística e História Natural; de Topografia, Geodésia e Arqueologia; de Fundos e Orçamento; de Admissão de Sócios e; de Redação de Periódicos) e estas apresentarem uma nomenclatura um pouco diferente das comissões do IGHB, de certa maneira, estas comissões foram preservadas, se consideramos que objetivos propostos por elas foram conservados nas novas comissões.

Assim sendo, o IGHB preservou seis das comissões do IHB (excluindo apenas a de História da Província) e formou mais quatro, totalizando 10 comissões. São elas:

- I. *Comissão de admissão dos sócios* – compete dar parecer sobre a idoneidade e conveniência da admissão de todos os sócios.
- II. *Comissão de fundos e orçamento* – responsável por examinar as contas; organizar o orçamento anual da receita e das despesas do IGHB; e auxiliar a mesa administrativa quando fosse necessário.
- III. *Comissão de estatutos, redação da Revista, livros e jornais* – encarregada de dar parecer e escolher os artigos que deveriam ser publicados na Revista do IGHB; propor emendas, reforma ou aditamentos necessários; publicar atas, documentos, biografias e memórias; apresentar planos sobre impressão e distribuição da Revista; e propor a impressão de obras avulsas desde que estas fossem compatíveis com os fins do IGHB.

- IV. *Comissão de manuscritos, autógrafos e documentos* – incumbida de pesquisar, obter, examinar, conservar, emitir juízos sobre os manuscritos, autógrafos e documentos.
- V. *Comissão de Geografia, História e Etnografia* - responsável por receber e dar parecer sobre as memórias, documentos e artigos que fossem remetidos pela mesa administrativa; propor os meios indispensáveis no país ou no estrangeiro de obter-se documentos, memórias ou livros que faziam alusão a esse Estado e pertencentes a essa seção; pesquisar e propor os meios de se obter memórias, artigos ou livros que tratavam da etnografia dos indígenas, principalmente de sua língua.
- VI. *Comissão de Estatística, demografia e história natural* – encarregada de obter documentos, dados e organizar circunstanciadamente o movimento do Estado sobre a sua propriedade, comércio, indústria, agricultura, renda, despesas e força militar; proceder à descrição ou relação numérica dos fatos em qualquer ramo da administração do Estado; proceder à relação numérica dos nascimentos, mortes e doenças; obter dados e organizar anualmente as relações da população quanto à sua idade, sexo e profissões; promover a aquisição, descrição, exposição dos objetos e produtos da natureza por meio de suas propriedades e caracteres; e proceder sua disposição em classes, ordens e gêneros.
- VII. *Comissão de Topografia, Geodesia e Arqueologia* - responsável por promover a aquisição de documentos descritivos das localidades do Estado, com a precisão da sua latitude, longitude e tudo mais que diz respeito a sua geografia e história; obter documentos que precisassem os limites tanto do Estado como de comarca a comarca, suas distâncias, medições de terrenos, as operações trigonométricas e astronômicas necessárias, aplicáveis e que tenham relação com os fins do instituto e seus climas; proceder aos estudos dos monumentos, costumes e modos de vida dos primeiros habitantes do Brasil e do Estado, principalmente dos indígenas.
- VIII. *Comissão de filatelia, numismática, cerâmica e inscrições* – incumbida de promover a aquisição de selos e moedas; verificar, coligir e historiar

objetos de cerâmica indígenas; propor os meios de obter uma coleção deles; pesquisar, verificar e interpretar as inscrições nacionais ou indígenas.

- IX. *Comissão de mapas, cartas geográficas, plantas e retratos* - competente por obter todos os mapas, cartas geográficas, plantas de edifícios do Estado; verificar as lacunas ou insuficiências dos mesmos e indicar as correções necessárias e o meio para isso se conseguir; proceder a estudos completos para se levantar um mapa verdadeiro do Estado, promovendo os meios e orçando das despesas necessárias; promover a aquisição dos retratos de todos os nacionais ou estrangeiros que se assinalarem por serviços prestados à Bahia; promover a permuta ou troca de retratos que, por ventura, tenham em duplicata o instituto, formando os meios e organizando o orçamento necessário para aquisição dos mais raros.
- X. *Comissão de biografias* – responsável por escrever a história de todos os nacionais ou estrangeiros que se tornaram notáveis pelos seus serviços com a especialidade da Bahia (CAPÍTULO..., 1894a).

Os membros que compunham as aludidas comissões eram escolhidos durante as sessões do IGHB por meio de votação. Apenas os três mais votados assumiam a direção das mesmas. A cada ano uma nova votação era realizada para a escolha de novos diretores, ou, para confirmar a permanência dos antigos, visto que, algumas vezes, estes continuavam nos postos de diretores por mais tempo.

Nos dois primeiros anos de sua fundação o IGHB contou com o total de 147 sócios (RELATÓRIO..., 1895). Esse conjunto inicial de associados foi constituído por membros com formação educacional diversa e que desenvolviam atividades bastante variadas na política, na imprensa, em pesquisas históricas, científicas e também na escrita de obras literárias. Havia o predomínio de profissionais liberais de formação acadêmica, ressaltando os profissionais de direito, médicos, engenheiros, professores, e estudantes acadêmicos dessas áreas. Em número menos expressivo encontravam-se os proprietários de terras, clérigos, oficiais militares, comerciantes, jornalistas, farmacêuticos, telegrafistas, contadores, escritores, escriturários, entre outros. As mulheres também eram aceitas nessa agremiação, a exemplo da

professora e poetiza Amélia Rodrigues, admitida em 1896²³ (INSTITUTO..., 1909).

Todos os membros eram distribuídos em diferentes categorias: sócios fundadores, efetivos, correspondentes, honorários e sócios beneméritos. Ganhando realce nos nossos estudos os sócios efetivos, pois, além de serem maioria, muitos deles eram autores ativos dos artigos publicados na RIGHB.

Para se admitir um sócio efetivo, era necessário que o candidato residisse na capital do Estado e apresentasse um trabalho original ou traduzido acerca de quaisquer assuntos (histórico, científico ou literário) a que se propunha o instituto, quer esse trabalho fosse inédito ou já publicado – para abonar a capacidade do autor. Ou oferecesse algum presente de valor científico, histórico ou literário sobre a Bahia. A proposta apresentada pelo pretendente era avaliada pela comissão de admissão dos sócios, a qual concluiria pela suficiência ou insuficiência da prova da capacidade literária do autor para os fins do instituto. Do mesmo modo, o presente ofertado também era avaliado pela mesma comissão. Verificava-se o valor histórico, científico ou real do objeto (ARTIGO..., 1894).

Como visto, os critérios utilizados para admissão de novos membros nos levam a assegurar que havia uma preocupação em selecionar aqueles com maiores habilidades intelectuais para dissertarem em nome da casa e contribuírem ativamente para o alcance dos objetivos do instituto. Naquela época, eram assim admitidos apenas um grupo seletivo, componente das redes de relações dos grupos dominantes e do corpo político que regia o Estado. Questões como a educação, a posição e a atuação social, a obra e as convicções políticas eram essenciais para a aprovação do candidato.

O posto de sócio honorário só poderia ser ocupado por pessoas de saber e distinta representação ou por antigos sócios efetivos e correspondentes que foram distinguidos por serviços notáveis prestados ao Instituto ou exercido qualquer lugar da mesa administrativa por mais de cinco anos (presidente, vice-presidente, secretário, orador, tesoureiro). Já para ser sócio benemérito, era indispensável apresentar os seguintes pré-requisitos: já ter sido sócio honorário e/ou efetivo que, por

²³ Para conhecer a relação de mulheres admitidas ao IGHB entre 1896 e 1930 ver: SILVA, A. J. M. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origens e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)**. Feira de Santana: UEFS, 2012.

prestarem novos serviços relevantes, se tornaram merecedores desta distinção. Também poderiam ocupar esse posto se os mesmos fizessem donativos de importância superior a 1:000\$000 (um conto de réis), ofertar prédios ou objetos de valor, a juízo e com aprovação dos sócios do IGHB (ARTIGOS..., 1894b). Ou seja, a seleção para os sócios honorários e beneméritos, apesar de suas particularidades, segue a mesma linha dos critérios admissionais dos sócios efetivos - poder literário, científico, aquisitivo e/ou de forte influência política e econômica.

Comungando das ideias de Schwarcz (1993), podemos afirmar que os requisitos para a seleção dos membros do IGHB eram bastante flexíveis. De um lado, o intelectual (com trabalhos relacionados à história, à geografia, a botânica, e à etnografia, etc.), de outro, o econômico (presente de valor, doações). Todavia, como exposto, predominava um interesse maior em admitir componentes com formação educacional mais consistente, ativos, produtores, capazes de compreender e atuar criticamente frente às conjunturas sociais, viabilizando o cumprimento do papel do instituto baiano.

É pertinente mencionar que muitos desses agremiados buscavam a oportunidade de adquirir o status associado a uma instituição do saber. Nesse sentido, em sua constituição, à agremiação caberia assumir outros papéis: “local de projeção intelectual e um espaço de promoção pessoal” (SCHWARCZ, 1993, p. 105). No âmbito do segundo caso, especificamente para os membros atuantes no meio político, associar-se ao IGHB possibilitava legitimação perante a sociedade. Simultaneamente, em sintonia com as ideias de Silva (2012), esses integrantes também garantiam a instituição um tratamento privilegiado, estabelecendo assim uma relação mútua entre essa agremiação e as esferas governamentais.

Dessa maneira, foram definidos dois grupos distintos na constituição do IGHB: um grupo determinado por aquele que buscavam o instituto pelo prestígio - oriundo dos reduzidos segmentos médios da sociedade baiana -, e outro formado pelos que tinham afinidades e interesses nas atividades realizadas por essa instituição. Apesar dos componentes do primeiro grupo não produzirem estudos e trabalhos intelectuais, sua existência possibilitava interlocução dessa agremiação com os diversos segmentos da sociedade (já que esses eram seus representantes), ao mesmo tempo em que contavam com seu apoio. Diferentemente, os participantes do segundo grupo atuavam em um campo mais ligado as atividades internas do Instituto, com

participação ativa nas instâncias de organização e gestão do IGHB. Foram esses nomes de grande notoriedade nos meios acadêmicos da época (muitos ainda na atualidade) e que se destacaram simultaneamente no IGHB e na vida pública, por sua atuação profissional ou pela qualidade de seu trabalho científico.

Nota-se que um número expressivo dos sócios fundadores do Instituto eram homens públicos, característica que perduraria durante o início do século XX. Também se percebe que, análogo as instituições irmãs, havia uma homogeneidade cultural e ideológica que aproximava os membros do IGHB, propiciada por fatores como carreira, educação e relações sociais. Contudo, isso não impedia a ocorrência de dissensões e diferenças nos discursos dos autores que escreviam em nome da Casa; e muito menos excluía a existência de intensas discussões políticas e ideológicas, próprias de um universo que incluía controvérsias, polêmicas e disputas por prestígio, cargos e poder. Para Ribeiro (2011), esses intelectuais, circunscritos aos seus círculos de sociabilidade, geralmente eram homens inseridos em lugares e tempos específicos e que queriam buscar determinados marcos culturais de identidade nacional para a Bahia, ao mesmo tempo que também almejavam suas próprias aspirações.

Outro dado interessante, ainda em relação aos sócios do IGHB, se refere às alterações realizadas em alguns dos critérios exigidos para a admissão de novos pretendentes, logo no ano seguinte a sua fundação. A necessidade de aumentar a renda do IGHB foi a principal razão para essa mudança.

Ao exibir o relatório anual da receita²⁴ do IGHB para os demais agremiados, o então tesoureiro Bernardino Francisco de Almeida ressaltou que, apesar da receita ter apresentado um saldo positivo de 429\$790 réis, havia a precisão de aumentar a mensalidade paga pelos membros de 1\$000 para uma quantia nunca inferior a 2\$000, e a urgência da admissão de novos sócios, pois, somente essas providências propiciaram os recursos financeiros compatíveis com o desenvolvimento das atividades realizadas no IGHB. Ainda para Bernardino Almeida, o instituto “estava sendo mais conhecido e os descrentes iriam se convencendo da realidade do mesmo”, o que acarretaria no interesse de mais pessoas pelo IGHB e o ingresso de um número maior de associados (ALMEIDA, 1895, p. 190-191). Entretanto, aumentar a admissão de novos agremiados significava afrouxar os critérios de seleção, implicando na alteração do estatuto do IGHB.

Como resposta à solicitação do aludido tesoureiro e considerando a

necessidade da vida progressiva do instituto e a obtenção de novos elementos de força, na 19^o sessão ocorrida no dia 27 de outubro de 1895, foi decidido em assembleia a retificação do Art. 8^a do estatuto do IGHB. Como justificativa para essa decisão, alegaram que esse artigo, como redigido no princípio restringia a entrada de novos associados, de tal modo que, no futuro, tornar-se-ia impossível a vida regular do instituto por falta de pessoal para o exercício dos diversos encargos e comissões, quando não poderia ser essa a intenção do legislador.

Dessa maneira, foram feitas as seguintes alterações nas condições estabelecidas para a admissão de um sócio efetivo, a saber: Onde antes se lia: Art. 8^a

Para ser admitido sócio efetivo deverá o candidato residir na capital do Estado, apresentar ao Instituto trabalho original ou traduzido acerca de quaisquer assuntos (histórico, científico ou literário) a que se propõe o instituto, quer esse trabalho seja inédito, quer já publicado, uma vez que abone a capacidade do autor; ou oferecer algum presente de valor científico, histórico ou literário sobre o Estado (ARTIGO..., 1894).

Passou-se a ler:

São requisitos para sócio efetivo: a) residência efetiva na sede do instituto; b) mérito literário, notoriamente reconhecido e que habilite-o a concorrer para qualquer dos fins declarados no art. 1^o e §; c) oferta de valor científico, histórico ou literário sobre o Estado ou sobre a Federação Brasileira (ATA..., 1895).

Como resultado desse arranjo, houve o alargamento de um dos principais critérios de admissão para novos agremiados. Ao invés do pretendente ter que, obrigatoriamente, apresentar um trabalho original ou traduzido de cunho histórico, científico ou literário a que se propõe o instituto, o mesmo seria aceito apenas se comprovasse seu mérito literário, o qual seria certificado pela comissão de admissão dos sócios. Tal certificação se dava por meio da análise da proposta apresentada

²⁴ A receita do IGHB era adquirida por meio de donativos em moedas, joias, doações, ofertas, mensalidades, assinaturas da Revista, doações governamentais de dinheiro, móveis, objetos históricos, etc. (Relatório do tesoureiro Bernardino Francisco de Almeida. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 4, p. 187-192, jun. 1895).

e pela avaliação de outras características, como a idoneidade e conveniência de sua admissão. É digno de nota que, mesmo havendo maior abertura para entrada de novos membros, o rigor em relação a sua capacidade e contribuição intelectual, ainda que com mais dilatação, foi mantido, o que certifica o compromisso do IGHB com a qualidade e o desenvolvimento dos estudos e atividades a que se incumbia.

Dentro da moldura da instituição, corroborando com os estudos realizados por Silva (2012), também é interessante destacar o ingresso de pelo menos 35 mulheres ao IGHB no período de 1896 a 1930. Ainda que algumas delas tenham sido admitidas, provavelmente, por suas relações familiares (como pode ter sido o caso de Maria Elisa Valente Muniz de Aragão, associada em 1902²⁵ - esposa de Egas Moniz Barreto de Aragão - médico, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, poeta e foi deputado estadual em 1921 e 1923), muitas dessas mulheres foram aceitas pelas sua atuação intelectual, como por exemplo, Amélia Rodrigues (poetiza e professora), Maria Luiza de Souza Alves²⁶ (poetiza, literata e professora do Instituto Normal), Eufrosina Miranda²⁷ (professora e poetiza), Henriqueta Martins Catarino²⁸ (cultivava as letras e a história), dentre outras.

Esse particular, de acordo com Silva (2000), demonstra maior predisposição do IGHB para acatar a presença feminina do que outras instituições baianas, a saber, a Academia de Letras da Bahia, que teve o ingresso de sua primeira acadêmica somente no ano de 1938, em meio a tensões, conflitos e rupturas na esfera da referida instituição. Sobre isso é válido ressaltar que desde a fundação do IGHB, logo nos princípios do estatuto de criação dessa agremiação, os organizadores do instituto já demonstravam essa receptividade as mulheres para comporem o corpo dessa instituição, quando explicitaram que “as senhoras que se acharem nas condições dos artigos. 8º, 9º, 13º e 15º²⁹ podem ser eleitas sócias efetivas, correspondentes, honorárias ou beneméritas” (CAPÍTULO..., 1894b).

²⁵ Arquivo do IGHB. Caixa 06 (1909-1912). Proposta de 1902 – documentos em desacordo com o período indicado na caixa.

²⁶ Admitida em 1911. Arquivo do IGHB. Caixa 06 (1909-1912). Proposta de outubro de 1911.

²⁷ Admitida em 1911. Arquivo do IGHB. Caixa 06 (1909-1912). Proposta de outubro de 1911..

²⁸ Arquivo do IGHB. Caixa 08 (1914-1915). Proposta de 1915

²⁹ Esses artigos, respectivamente, referem-se à exigência da produção científica ou literária, a disponibilidade de realizar estudos em outras localidades fora da capital baiana (nacionais ou internacionais) e aos critérios de admissão dos sócios honorários e beneméritas. Isto é, as mulheres para serem admitidas, passavam pelos mesmos processos de seleção que os homens.

De forma semelhante aos homens, parte das mulheres que compunham o IGHB procurava o instituto com o intuito de adquirir status social. Todavia, algumas delas integraram-se efetivamente as atividades dessa agremiação. Nesse seguimento, Silva (2012) afirma que em 1919 havia nove mulheres entre os 537 sócios, sendo provável que uma parte considerável delas estivessem entre os 282 sócios efetivos³⁰. Dentre essas sócias, Maria Luiza de Souza Castro³¹ e Leocádia de Sá Martins Catarino³² publicaram na revista do IGHB durante o período dessa investigação.

Dentre os membros e colaboradores de maior evidência, inclusive pelos trabalhos desenvolvidos em prol da história, da geografia e especificamente da natureza e do território da Bahia, destacaram-se Braz Hermenegildo do Amaral, Theodoro Sampaio, Bernardino de Souza, Miguel de Teive Argolo e Orville Derby. Sobre esses associados trataremos pormenorizadamente nas páginas posteriores.

Ainda empenhados com os mesmos anseios, mas com menos relevo, destacaram-se José Wanderley de Araújo Pinho, Manoel Querino, Xavier Marques, Reis Magalhães, Aristides Queiroz, José de Oliveira Campos, Afrânio Peixoto, Antonio Carneiro Ribeiro, Satyro Dias, Francisco Borges de Barros, Franklin Américo de Menezes Doria, Francisco Hermano de Sant'Ana, entre outros. Nenhum deles era historiador ou geógrafo de formação, naquela época não havia profissionalização dessas áreas no Brasil, mas, ainda assim, desenvolveram trabalhos de cunho geográfico, histórico e com documentação.

Nessas reflexões, é interessante pontuar que, os governos federal, estadual e municipal ao reconhecerem o Instituto como aliado aos interesses e implementações da nova ordem política, se tornaram patrocinadores físicos e financeiros dessa agremiação, sendo o governo do Estado o seu principal mantenedor. Conforme Leite (2005), essas subvenções representavam uma parte expressiva dos recursos do IGHB e complementavam suas receitas próprias, obtidas por meio de diferentes

³⁰ Arquivo do IGHB. Caixa 14 (1923-1924). Expediente do mês de abril de 1924. Informe à Diretoria Geral de Estatística.

³¹ Ver: CASTRO, Maria Luiza de Souza. A atuação de Abílio Cesar Borges sobre os processos educativos no Brasil. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 50, p. 42–58, 1925.

³² Ver: CATARINO, Leocádia de Sá M. Protesto de uma senhora baiana. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 54, p. 433–435, 1928.

fontes, sendo as mais rentáveis e duradouras a assinatura das revistas, as (taxas de) joias e as entradas e mensalidades dos sócios.

Os membros do IGHB, como acontecia em todo o país, mantinham contato com teóricos advindos das leituras de autores estrangeiros (a maioria deles norte-americanos) e com algumas instituições brasileiras, como por exemplo, as agremiações congêneres, a Escola Politécnica baiana e a Faculdade de Medicina da Bahia. Chama atenção a Escola Politécnica da Bahia criada no ano de 1897, a qual, segundo André Luís Mattedi Dias (2002), tinha como objetivos principais formar agrimensores e engenheiros civis e, semelhante ao IGHB, promover o progresso do Estado da Bahia na Primeira República, haja vista, ser a primeira escola livre de ensino superior desse Estado voltada para a formação de engenheiros e os conhecimentos e técnicas de engenharia se tornarem fundamentais para a concretização dos projetos políticos baiano e nacional.

Além de partilhar objetivos comuns (desenvolver e modernizar a Bahia), muitos membros da Escola Politécnica da Bahia ocuparam simultaneamente o quadro de associados do IGHB, a exemplo de Arlindo Coelho Fragoso, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Alexandre Maia Bittencourt, Antônio Ferrão Moniz de Aragão e tantos outros que certamente existiram, mas não identificamos satisfatoriamente porque não estavam diretamente relacionados ao foco da nossa investigação. Dentre esses agremiados, ressaltamos o engenheiro Arlindo Coelho Fragoso (1865 – 1926), que juntamente com Braz do Amaral e Eduardo Espínola, compôs a comissão para tratar dos assuntos relativos a formação dos limites fronteiriços da Bahia durante o período de 1919 - 1920. Todos esses fatos reportados nos permite realçar a relação estabelecida entre os agremiados da Escola Politécnica da Bahia e do IGHB, entretanto, os escritos dos intelectuais do Instituto, os documentos oficiais e demais fontes por nós analisados não trazem evidências de como se estabeleceu a relação entre os membros das referidas instituições. Em geral, no que tange as instituições brasileiras que dialogavam com o IGHB, os teores de suas obras, em harmonia com as ideias prevalentes no Brasil durante o período em análise, sempre valorizavam o modo de vida exterior, advogavam pela sua cultura e os caracterizavam como modelos de progresso e sucesso.

Era constante também a troca de revistas e materiais entre o IGHB e as instituições brasileiras e estrangeiras, e com jornais e revistas nacionais e

internacionais. Dentre as instituições estrangeiras de maior contato com o IGHB destacamos as seguintes: Academia Real de Ciências de Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa (Portugal), Sociedade de Geographia de Paris, Madrid, Roma, Lisboa, Bélgica, New York; etc. Já dos jornais e revistas internacionais ressaltamos: *Bulletim de La Societé de Geographie*, *Comptes Rendus de Seances*, *Revue dês Sciences Naturelles Appliqués*, *La Medicine Internationale*, *Bulletin de La Societé de Geographie de Marseille* (França), *Bolletín dela Societá Geografica Italiana* (Itália), *Mitteilungen aus der Etnographischen- Sammlungen der Universitat Basel*, *Berichteuber die Leuckenhergische Naturforschende Gesellschaft* (Alemanha), *Bulletin of the Americangeographicat Society* (EUA), *Practical Engineer*, *Geological Society of London* (Inglaterra), *Boletín de la Sociedad Geografica de Lima* (Peru), *Boletín Del Intituto Geographico Argentino* (Argentina), *Societé Royale Belge de Geographie* (Bélgica) (RELATÓRIO..., 1895), entre outros.

No que concerne às revistas nacionais, ganham relevo nessa troca de conhecimentos as seguintes: *Gazeta Médica*, *Revista dos Tribunais* e a *Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia* (Bahia); *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, *Revista Brasileira*, *Archivo do Districto Federal*, *Anuario Medico*, *Revista Juridica* (Capital Federal); *Revista do Instituto Archeologico Pernambucano*, *Revista Contemporânea*, *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* (Pernambuco); *Revista do Instituto do Ceará* (Ceará); *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses* (Pará); *Revista Industrial* (Minas Gerais) (RELATÓRIO..., 1895, p. 173-174), etc.

Também não podemos deixar de explicitar aqui alguns jornais nacionais que fizeram parte dessa rede de construção do saber: jornais do Estado da Bahia: *Dário da Bahia*, *Jornal de Notícias*, *Correio de Notícias*, etc. Jornais de fora do Estado: *Diário Oficial e o parlamento*, *Jornal do Brasil*, *O Paíz*, *O Brasil Ilustrado*, *Gazeta de Notícias*, *A Ilustração Sul Americana* (Capital Federal); *A Cidade*, *Jornal de Recife*, *O Estado de Pernambuco* (Pernambuco); *Diário do Ceará*, *Ceará Ilustrado* (Ceará); *Jornal de Penedo*, *Cruzeiro do Norte* (Alagoas); *Minas Gerais*, *Órgão Oficial* (Minas Gerais); *Diário Oficial* (Amazonas); *Rio Grande do Sul* (Rio Grande do Sul); *A pátria*, *Diário Oficial*, *Correio Paulistano* (São Paulo); *Gazeta de Sergipe* (Sergipe). Jornais estrangeiros: *Jornal Atlântico* e *a Madrugada* (Portugal); *The Graphic* (Estados Unidos da América) (RELATÓRIO..., 1895), entre outros.

Quanto especificamente à correspondência estabelecida entre o IGHB e as sociedades estrangeiras, podemos inferir que, em consonância com Sanchez (2003), essa comunicação não apenas garantia a troca de ideias, mas, também, reservava a esse instituto o reconhecimento do status de igual natureza. Sendo a Europa o centro intelectual a ser alcançado, o primeiro e principal alvo dessa investida foi o Institut Historique de Paris (IHP) – o mesmo que serviu como modelo para a concepção do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e demais instituições irmãs. É relevante dizer que a presença de brasileiros entre os membros de algumas das agremiações estrangeiras e atuação dos sócios correspondentes foram significativos nessa tarefa.

No âmbito nacional, conforme o estudioso referido acima, o estabelecimento de uma rede de saber era vista como necessária para o bom funcionamento e o desenvolvimento dos estudos e atividades a que se propunha o IGHB. Ademais, estabelecer correspondência com diversas sociedades, clubes, gabinetes e bibliotecas espalhadas pelo país, também significa alargar o número de seus intelectuais.

Do exposto, fica a certeza de que o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nasceu, segundo os critérios da mentalidade republicana, com a “dupla condição de símbolo e instrumento da modernização e civilização da sociedade baiana” (SILVA, 2012, p. 273-274). Enquanto instituição científica, essa agremiação se comprometeu e promoveu o conhecimento sobre a história, a natureza, a geografia, as riquezas, a cultura e sobre diferentes aspectos característicos da Bahia, destacando a importância desse Estado à nacionalidade brasileira.

Formado por pessoas de grande prestígio, influência e poder nas diversas instâncias da sociedade baiana e brasileira ao longo de toda a Primeira República (1889-1930), o IGHB converteu-se em um lugar capaz de pensar o Estado, fornecer os elementos para o entendimento das suas questões e problemas mais fundamentais, desenvolver a ciência e, também, atender os interesses das principais oligarquias baianas desse período, se tornando, segundo seus membros, a “Casa da Bahia”.

2.3 AS OLIGARQUIAS E OS INTERESSES DOS INTELECTUAIS DO IGHB: UM REFLEXO DAS HEGEMÔNICAS CLASSES POLÍTICAS DA BAHIA

Como explícito, o IGHB nasceu sob os ideais republicanos e foi também uma iniciativa decorrente dos acontecimentos políticos desse regime. Sendo seu quadro de sócios composto por pessoas de prestígio e influência que integravam e/ou serviam as principais oligarquias baianas da época, cabe aqui - antes de tratarmos especificamente sobre as atividades científicas desenvolvidas por eles na concretização do projeto político republicano -, tecermos alguns comentários sobre as ações e práticas de alguns dos representantes desses grupos dominantes, que algumas vezes, se reverterem na obtenção de benefícios próprios. Vale lembrar que essa relação entre o IGHB e as oligarquias também trouxe vantagens para o Instituto, sendo a principal delas o apoio político e financeiro dos governos Federal, Estadual e municipais da Bahia para manutenção dessa agemiação e para as atividades desenvolvidas pelos seus associados.

Como exposto na introdução dessa tese, o regime político implantado no Brasil durante a Primeira República não apresentou rupturas significativas com o sistema imperial, levando o “marco-liberal democrático da Constituição de 1891 a acomodar-se com dificuldade a um contexto político dominado por clãs”. Assim, a Primeira República não se constituía nem num sistema federativo autêntico nem num regime centralizador, mas “num sistema de pirâmide assentado em uma hierarquia entre os Estados e entre as próprias oligarquias, conforme o alcance da influência que essas exerciam” (CARREGOSA, 2015, p. 27).

Melhor dizendo, o poder político era exercido a partir de uma estrutura oligáquica, sendo o coronelismo, como aponta Eul Soo Pang (1979), a forma de organização do poder predominante. Para Antonio Santana Carregosa, o coronelismo é resultado de um acordo entre oligarquias locais e o poder central “numa relação de reciprocidade que envolvia fidelidade por parte dos primeiros e concessão de privilégios por parte do segundo” (ibidem, 2015, p. 27).

De acordo com Pang e André Luís Mattedi Dias (2002), o início e a institucionalização oficial dessa complexa estrutura em algumas regiões pode ser explicada por dois vieses: a política e a história - por um lado como uma herança

das formas de organização do poder nos engenhos de açúcar e nas propriedades dedicadas a criação de gado do período colonial, onde esse domínio e poder foi exercido de maneira quase soberana pelos proprietários das terras; por outro, a ausência de um estado forte e centralizador impossibilitava suas instituições exercerem o poder nas diferentes localidades do Brasil. Frente a ausência do poder público e do Estado, os coronéis assumiram a função de dirigentes políticos locais.

Em geral, ainda de acordo com os autores acima citados, representados pelo patriarca de um família ou clã, os coronéis controlavam os processos eleitorais, a nomeação e até o exercício de cargos públicos, interferindo nas instituições políticas, sociais e econômicas. Todavia, como lembra Corregosa, o poder de mando dos coronéis estava condicionado ao compromisso que tinham com os presidentes de província e o ministro da justiça, sendo esse poder particular praticado com o intuito de atender aos interesses da sua oligarquia (família, clã, padrinhos e protegidos). Fato que, em concordância com Dias, se dava por meio da distribuição de favores, tráfico das influências, ocupação dos cargos, e outras diversas formas de privatização das instâncias estatais.

No caso da Bahia, os conflitos entre os interesses particulares, a mentalidade provinciana e a pouca participação dos baianos no núcleo político do país, levaram ao recrudescimento da organização de esquemas fechados para a conquista e a manutenção do poder entre os membros de poderosas famílias das frações dominantes agrária, comercial e política desse Estado. Consuelo Sampaio (1985) e Dias afirmam, inclusive, que o movimento republicano nesta província limitou-se a um pequeno grupo de estudantes, doutores e intelectuais oriundos da aristocracia agrária e comercial organizados pelos conservadores e liberais em torno de alguns partidos políticos, conservando os padrões de exercício do poder oligárquico dos coronéis.

Observa-se a presença dessa mesma fração de grupos dominantes na implantação, gestão e composição do corpo intelectual do IGHB, refletindo em suas ações os interesses desses grupos, que por meio da difusão e aplicação dos conhecimentos científicos, objetivavam a modernização da agricultura, a implementação de programas de infraestrutura (principalmente aquelas voltadas para as vias de comunicação e transporte) e o desenvolvimento da economia agrícola – pautas do tão mencionado projeto político da Bahia republicana. Em outras palavras, grande parte da *intelligentia* baiana reunida na instituição ora

analisada também ocupava os principais cargos técnicos e administrativos oferecidos pelo poder público.

Para exemplificar a nossa assertiva, convém citar alguns associados do IGHB, dentre eles: Miguel de Teive e Argollo (1851 – 1916?), filho de Miguel José Maria de Teive e Argollo, influente fazendeiro e militar brasileiro. Este agremiado era engenheiro de formação e, em harmonia com Jonildo Bacelar (2019), foi um dos pioneiros na construção de ferrovias no Brasil. Ele foi diretor e arrendatário da Estrada de Ferro do São Francisco, como gerente da empresa Argollo Aragão & Comp. e depois pela empresa Argollo Cardoso & Comp. (1901). Em concordância com o aludido autor, no ano de 1909, Miguel Argollo, juntamente com Alencar Lima e Austriciano Carvalho, fundaram a Companhia Viação Geral da Bahia. Essa Companhia tinha a concessão das quatro principais estradas de ferro da Bahia - Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia, Bahia ao São Francisco, a Estrada de Ferro do São Francisco e a Central da Bahia, as quais foram adquiridas por uma empresa franco-belga nos anos de 1911 a 1913. Sócio fundador do IGHB, Miguel de Teive Argollo produziu importantes artigos sobre a divisa Bahia e Espírito Santo, construiu o primeiro mapa desse Estado - confeccionado pelos métodos cartográficos mais modernos da época e o mais utilizado como discurso legitimador dos direitos da Bahia sobre a zona fronteira acima citada.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1879 – 1935), também era oriundo de uma família de ricos proprietários do Recôncavo Baiano. De acordo com Dias, esse engenheiro foi o mais novo dos três irmãos que ao longo da Primeira República chefiaram a oligarquia Calmon, envolvida com uma rede de interesses que se estendia da cultura do açúcar ao comércio e à atividade bancária. Além de ocupar o cargo de 2º vice-presidente do IGHB durante o período de 1905 a 1913, esse associado foi catedrático de cálculo e geometria analítica na Escola Politécnica de Salvador de 1901 a 1903. Também foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas no período de 1906 a 1909, respectivamente no governo de Afonso Pena e Nilo Peçanha. Foi Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1922 – 1926) no governo de Artur Bernardes e na Bahia assumiu a secretaria da agricultura no governo Severino Vieira e José Marcelino (1900 – 1908).

José Wanderley de Araújo Pinho (1890 -1967), ocupou ao mesmo tempo o posto de prefeito de Salvador nos anos de 1924 a 1926 e os cargos de 2º secretário

(1921 – 1922) e orador do IGHB (1923 – 1951). Também foi 1º vice-presidente do Instituto nos anos de 1953 a 1959 e presidente de honra no período de 1960 a 1961.

Já Braz do Amaral (1861-1949), era filho de capitão de polícia da Bahia. Médico de formação e jornalista. Foi um dos sócios fundadores do IGHB, atuou como seu orador oficial durante o período de 1894 a 1913 e ocupou os cargos de 1º vice-presidente (1915-1918) e 2º vice-presidente (1919-1922) nessa instituição. No cenário político, foi eleito deputado federal para as legislaturas 1924-1926, 1927-1929 e 1930, na chapa do Partido Republicano da Bahia. Foi nomeado pelo governador J. J. Seabra em 1912 para representar a Bahia nas negociações da formação das fronteiras interestaduais, permanecendo como delegado desse Estado até os anos de 1928.

O associado Joaquim Reis Magalhães³³, era médico e jornalista. Foi 1º secretário do IGHB nos anos de 1915 – 1918; 1º vice-presidente durante o período de 1919 a 1935 e componente da comissão da redação da RIGHB, livros e jornais no período de 1895 – 1904. No setor público, presidiu a Sociedade Agrícola da Bahia durante os anos de 1907 a 1911. Além disso, assumiu a função de 1º Secretário da comissão organizadora do 5º Congresso de Geografia, ao lado de Braz do Amaral, Bernardino José de Souza e Theodoro Sampaio.

E, por fim, Theodoro Sampaio (1855 – 1937), filho não reconhecido de Francisco Antônio da Costa Pinto e Domingas da Paixão. Segundo Consuelo Pondé de Sena (2019), o genitor de Theodoro era Major da Guarda Nacional do município de Santo Amaro, senhor de engenho Canabrava, fidalgo cavaleiro da Casa Imperial e Cavaleiro da Ordem da Rosa, e sua mãe uma escrava da citada propriedade. Mas, como afirma Jaime Oliveira Nascimento (2019), o mesmo não recebeu o nome do seu pai biológico e sim do capelão padre Manuel Fernandes Sampaio, pois, no ano do seu nascimento ainda não era permitido pelo regime escravocrata da época que o filho de uma escrava fosse registrado e tomasse o sobrenome dos senhores de

³³ No que diz respeito ao associado Reis Magalhães, não encontramos na literatura específica quase nenhuma informação sobre ele. Os dados aqui informados foram encontrados ao longo das revistas do IGHB analisadas nesse estudo.

sua mãe. Ainda em consonância com Nascimento, desde o império que Theodoro Sampaio já desenvolvia importantes trabalhos no setor público, como por exemplo, quando fez parte das Comissões Hidráulica e de Melhoramentos do Rio São Francisco (1883) e da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886). Na República, em 1892 foi nomeado engenheiro sanitário responsável pela realização das obras de saneamento de São Paulo e chefe do Departamento de Águas e Esgotos também desse Estado (1898 a 1903). Em 1904 realizou estudos para obras de saneamento e de melhoramento dos serviços de água e esgoto em Salvador. Se elegeu deputado federal pela Bahia para a legislatura 1921-1923. No IGHB ocupou o cargo de presidente durante o período de 1923 a 1937.

Contemporâneos ao processo de organização do sistema federativo no Brasil, no qual os estados passaram por “desdobramentos de formação de uma matriz discursiva lastreada no cientificismo, da configuração de organismos especializados dentro do aparelho de Estado e na formalização de canais políticos extrapartidários para institucionalização de seus interesses” (ARAÚJO, 2018, p. 14), os membros do IGHB engendraram um projeto modernizador e civilizatório que buscava conciliar as demandas do Estado incipiente aos seus próprios propósitos.

De forma que, na visão de Cid Teixeira, citado por André Luís Mattedi Dias (2002), a defesa enfática por partes dos mesmos na promoção da modernização e progresso do Bahia poderia também ser interpretada como uma “referência à situação crítica pela qual passava o tradicional setor agroaçucareiro exportador e às possibilidades decorrentes da exploração técnica e industrial das riquezas naturais locais” (Ibidem, 2002, p. 42), dominadas pelos grandes latifundiários.

Assim sendo, as prioridades das obras de engenharia no país e no Estado - implementação de programas de infraestrutura, voltados para a via de comunicação e transporte como as estradas de ferro, navegação fluvial e marítima, e a construção e o aparelhamento dos portos – criaria uma infraestrutura de apoio a economia agroexportadora. Basta lembrar os trabalhos realizados por Miguel de Teive Argollo, engenheiro responsável pela implementação das Estradas de Ferro Bahia ao São Francisco e Estrada de Ferro do São Francisco no período de 1891 a 1907.

De fato, a ferrovia acima mencionada, articulada com a navegação do rio São Francisco, atingiu os principais objetivos almejados: penetrar, explorar e ocupar o norte da Bahia; garantir o escoamento das manufaturas, proporcionar o intercâmbio dos produtos e auxiliar no desenvolvimento dos negócios dos grandes proprietários

de terras e comerciantes do Estado. Ademais, dentre outros fatores, a Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco também favoreceu a chegada de muitos operários ingleses à Bahia, outro anseio da intelectualidade do IGHB, os quais buscavam “civilizar” a população baiana por meio dos modos e costumes europeus.

Em suma, apesar dos membros do IGHB estarem comprometidos com a ciência, com a modernização e o desenvolvimento do Estado da Bahia, de certa maneira, estes intelectuais também defenderam os interesses dos principais grupos sociais locais (dos quais muitos deles faziam parte) que visavam perpetuar as bases do seu monopólio e poder no regime republicano. Estabelecida uma relação mútua entre essa agremiação e as esferas governamentais, seus intelectuais encontraram no IGHB um espaço apropriado e estratégico para alinhar seus objetivos científicos, políticos e privados.

Ante a imprescindibilidade do IGHB para a Bahia e o mesmo ser o *locus* da intelectualidade baiana envolvida com as principais demandas desse Estado no período em foco, o capítulo seguinte tratará de forma pormenorizada sobre as atividades desenvolvidas pelos membros desse instituto, notadamente as de caráter científico, que influenciaram a implementação de algumas propostas do projeto de desenvolvimento e modernização instituído na Bahia durante o período da Primeira República.

3 IGHB: INSTÂNCIA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BAHIA REPUBLICANA

No presente capítulo refletiremos sobre as principais características do IGHB que o qualificaram como uma instituição científica. Para isso discorreremos sobre o perfil dos agremiados mais ativos dessa instituição e o comprometimento dos mesmos em construir uma ciência nacional; abordaremos sobre a rede intelectual desses associados, apontando seus principais contatos do cerne do conhecimento científico brasileiro e mundial. Também comentaremos sobre a participação efetiva dos integrantes do IGHB em eventos científicos; sobre os conteúdos e os formatos dos artigos relativos à História e a Geografia produzidos e publicados por eles na Revista do IGHB; e sobre as características e o papel desse periódico para a difusão científica.

3.1.1 Os homens de ciência e o IGHB

Os Institutos Históricos e Geográficos constituíram-se como um modelo de interlocução intelectual mais abrangente do que aqueles próprios do ambiente acadêmico. Em outros termos, Certeau (1995) assevera que agremiações dessa natureza foram qualificadas como instâncias de produção do saber em uma realidade social e histórica específica e, portanto, voltada para a articulação de sua produção com as particularidades do local em que está inserido.

Nesse sentido, o IGHB se conformou como uma das principais instituições científicas da Bahia durante a Primeira República e o seu periódico, reconhecido pelos seus membros como *Verbo do Instituto* (ORGANIZAÇÃO..., 1894, n. 01, p. 05),

converteu-se em um instrumento significativo de difusão científica³³. Juntamente com outras renomadas instituições baianas dessa época, como, por exemplo, a Escola Politécnica da Bahia e a Faculdade de Medicina, o IGHB colaboraria para atender às emergentes demandas por informações específicas acerca do Estado, notadamente no que se refere à sua história, sua gente, seu território, condições naturais e sua geografia. Sua importância foi bastante ressaltada nas cartas de apresentação escritas pelos fundadores desse instituto e endereçadas aos juizes de direito e vigários das freguesias, cônsules brasileiros (pessoas de prestígio da população baiana) e sociedades congêneres: “essa instituição veio preencher uma lacuna já bem sensível em nossa civilização e preparo social e que prestará consideráveis serviços ao Brasil e especialmente a Bahia” (TORRES, 1984, p. 61).

É digno de nota que, apesar de José Aldo Moraes e Silva relatar em seus estudos sobre o IGHB que essa instituição estabelecia uma relação de “subserviência” com a sociedade e, por isso, somente conseguiu desenvolver seu caráter mais técnico e científico após os anos de 1923, quando, segundo o mesmo estudioso, o IGHB ganhou prestígio social e estabilidade financeira³⁴, em nossa

³³ Considerando as características gerais do periódico do IGHB e seu público alvo - composto notadamente por intelectuais -, entendemos que esse periódico de comunicação científica se destinava a disseminação científica. Segundo Caribé (2011; 2015), Bueno (2009) e Calvo (2006), a disseminação da ciência é a transferência de informação científica, transcrita em códigos especializados, direcionada ao público seletivo de especialistas. Dito com outros termos, é o envio de mensagens elaboradas em linguagens especializadas a receptores selecionados e restritos, classificada de comunicação horizontal. Ainda de acordo com os referidos autores, a disseminação científica abrange dois níveis: intrapares e extrapares. No nosso caso, entendemos que o periódico do IGHB se encontra no nível extrapares, onde há circulação de informações científicas para especialistas que estão fora da área-objeto da disseminação. Isto é, compreende um público especializado, embora não necessariamente no domínio específico, apresentando abordagem multidisciplinar (história, geografia, botânica, cartografia, etc.) que pode ser consumida por diferentes especialistas e não obrigatoriamente por apenas um grupo de uma área específica.

³⁴ Para justificar essa afirmativa, José Aldo Moraes e Silva advoga que somente após os anos de 1923 as revistas do IGHB apresentaram um número de estudos históricos maior do que a quantidade dos artigos de caráter biográfico, ou seja, na visão desse autor, a diminuição dos trabalhos de cunho biográfico em detrimento do aumento do número de artigos históricos sinalizou a preocupação e maior dedicação dos sócios do IGHB em desenvolver atividades e estudos nos campos da História, fato que, de certa maneira, só se consolidou depois que o IGHB ganhou mais independência financeira. Entretanto, talvez, por não ser o foco dos seus estudos, o aludido autor não tenha levado em consideração as diversas características que denotam o caráter científico ao IGHB desde a sua gênese e não tenha analisado a ocorrência dos estudos geográficos em conformidade com a visão de geografia compartilhada pelos intelectuais daquele momento, os quais a definiam como um campo de estudo vasto sobre a natureza e território (incluindo diversos conhecimentos de outras áreas do saber como a botânica, geologia, etnologia, astronomia, etc.). Diferentemente desse autor, percebemos que os estudos históricos e geográficos ocuparam um espaço significativo nas RIGHB desde o segundo volume desse periódico, publicado no mês de dezembro do mesmo ano de inauguração do Instituto. Dos 17 artigos publicados nesse volume (contando com os textos voltados para organização do IGHB – atas, relação de sócios, etc.), nove deles, número significativo, foram dedicados a história do Brasil e da Bahia (cinco trabalhos) e a geografia do Estado baiano (quatro artigos). Apenas três textos se dedicaram aos estudos de caráter biográfico. Além disso, esse volume também apresentou na seção de Variedades, alguns textos e curiosidades científicas relacionados a estudos arqueológicos que estavam sendo desenvolvidos em diversos países naquele momento. Também percebemos que ao longo do recorte temporal da nossa investigação, os intelectuais do IGHB permaneceram dedicados aos estudos históricos e geográficos, haja vista, suas atividades, produções e publicações (dentro e fora da RIGHB) voltadas para esses campos do conhecimento.

investigação, diferentemente, entendemos que o IGHB, desde o seu primeiro ano de fundação, já expressava seu interesse científico.

Sobre isso, podemos asseverar que o perfil dos seus agremiados mais ativos e o comprometimento dos mesmos em construir uma ciência nacional; a metodologia utilizada por eles para produzir seus estudos e artigos; o constante diálogo e a troca de ideias entre os associados do IGHB e importantes membros do cerne do conhecimento científico brasileiro e mundial; a participação efetiva dos integrantes dessa instituição em eventos científicos; o número e o formato de artigos relativos à História e a Geografia produzidos e publicados pelos sócios do IGHB na Revista dessa agremiação; o papel desse periódico para a difusão científica; dentre outros fatores, denotam o caráter científico do Instituto desde a sua gênese.

Como já era de se esperar, a afinidade e atuação de alguns intelectuais do Instituto com as abordagens correntes das suas áreas de formação trouxeram implicações significativas para a consolidação do IGHB como uma instituição de caráter científico. Agremiados como Orville Derby, Teodoro Sampaio, Bernardino de Souza e Braz do Amaral, nomes de grande notoriedade nos campos de geografia, história, geologia e engenharia do país, concretizaram relevantes estudos acerca da natureza e do território da Bahia e do Brasil, e influenciaram o desenvolvimento das atividades e produções científicas realizadas no Instituto. Ademais, também foram importantes para pensar esse Estado e auxiliar na evolução do mesmo.

Como as ações e contribuições desses agremiados na implementação do projeto de modernização da Bahia serão discutidas de forma mais detalhada posteriormente, aqui achamos satisfatório somente apresentar os dados biográficos dos mesmos que sinalizam suas influências nos estudos e nas atividades científicas do IGHB. Também cabe ressaltar que nem todos os homens da ciência associados ao IGHB eram baianos, como é o caso de Orville Derby e Bernardino de Sousa, como veremos a seguir.

Segundo Figueirôa (2008), o sócio Orville Derby (1851-1915) nasceu em Nova Iorque, formou-se em geologia pela Universidade de Cornell (EUA) e realizou relevantes trabalhos nos campos da geologia e da geografia do Brasil. De acordo com a mesma autora, esse naturalista e geólogo fez sua primeira visita ao país no ano de 1870, quando participava da viagem da Expedição Morgan. Durante essa expedição, Derby organizou uma importante coleção de fósseis dos Estados de Pernambuco e Mato Grosso. De acordo com Campos et al. (2016), em 1874, o referido

estudioso publicou o primeiro trabalho sobre a geologia brasileira - sua tese “On the Carboniferous Brachiopoda of Itaituba, Rio Tapajóz, Province of Pará, Brazil” no Bulletin of Cornell University, Ithaca. Ao todo, em concordância com Dieguez, Fonseca e Baião Neto (2019), Derby publicou 169 trabalhos sobre mineralogia, geologia, geografia, cartografia, petrografia, meteorologia, arqueologia e paleontologia. Dentre esses, alguns importantes estudos estavam relacionados ao Estado da Bahia, como por exemplo, *A Bacia Cretacia da Bahia de Todos os Santos* (1878), *Manganese deposits of Nazareth, Brazil* (1905), *O Manganês de Nazaré – Bahia* (1905), *O Manganéz na Bahia* (1905), *Notas Geológicas sobre o Estado da Bahia* (1905); e os artigos *Lavras diamantinas: Relatório apresentado ao secretário da Agricultura da Bahia* e *Os primeiros descobrimentos de diamantes no Estado da Bahia*, publicados na Revista do IGHB, respectivamente nos anos de 1904 e 1905.

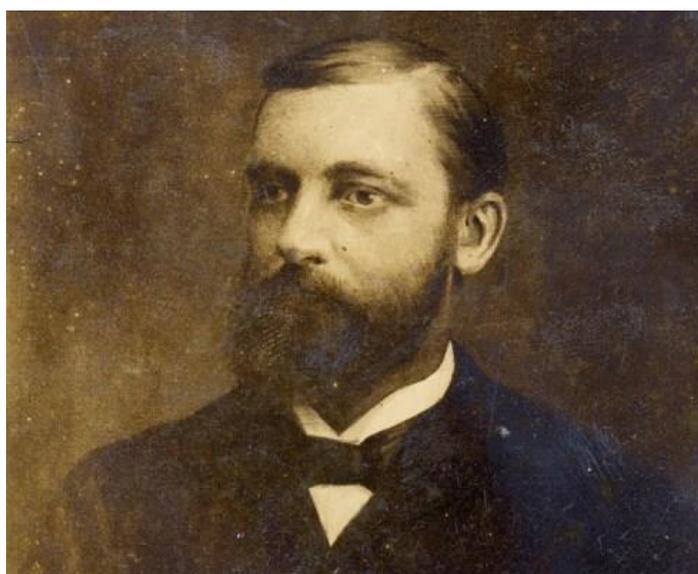


Imagem 2: Orville Derby
Fonte: Clube de Engenharia, 2015.

Em consonância com Fernandes e Scheffler (2014), Derby também foi membro da Comissão Geológica do Império do Brasil³⁵, realizada entre 1875 e 1878,

³⁵ De acordo com Fernandes e Scheffler (2014), a Comissão Geológica do Império percorreu diversas localidades do território brasileiro, particularmente das regiões Nordeste e Norte. O acervo geológico produzido por essa comissão compõe atualmente grande parte do acervo de crinoides fósseis do Museu Nacional, com acentuada importância histórica e científica para o patrimônio paleontológico brasileiro.

com o objetivo de construir um mapa geológico do país. Essa comissão coletou um vasto acervo geológico posteriormente incorporado ao Museu Nacional. Ainda sob o ponto de vista dos aludidos autores, no período de 1879 até 1886, Derby se dedicou às atividades da referida instituição como pesquisador, professor e organizador das coleções de mineralogia e de paleontologia. Também atuou na Comissão Hidráulica do Império, criada em 1879 para exploração do rio São Francisco (1810-1881). Participou de estudos sobre as obras de melhoramento do porto de Santos; colaborou nos estudos paleontológicos da Carta Geológica de Minas Gerais; organizou a Comissão Geográfica e Geológica da província de São Paulo (1886 - 1931), destacando-se como produtos de sua atuação a realização de cartas geológicas, geográficas e topográficas desse Estado. Além disso, segundo Dieguez, Fonseca e Baião Neto (2019), Orville Derby dirigiu o Serviço de Terras e Minas do Estado da Bahia durante os anos de 1905-1907 (quando estudou a geologia local e intensificou suas pesquisas acerca da ocorrência de manganês e de diamante nessa região) e administrou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil durante os anos de 1907 a 1915, criado para fazer o estudo científico da estrutura geológica e mineralógica do país. Nota-se que os trabalhos desenvolvidos por Orville Derby, bem como, sua produção científica foi de grande relevo para o desenvolvimento da ciência brasileira, especificamente nos campos da geologia e paleontologia, e para a organização e desenvolvimento de importantes entidades técnico-científicas do Brasil, como o Museu Nacional (Rio de Janeiro), o Horto Florestal e Instituto Geológico de São Paulo, e o próprio IGHB.

O baiano Theodoro Sampaio (1855-1937) era formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi orador do IGHB (1913-1922) e presidente do mesmo instituto no período de 1923 a 1937. Enquanto exerceu tais funções elaborou cerca de 200 discursos e conferências sobre os diversos temas (História, Geografia, Orografia, Hidrografia, Etnografia, etc.). Também foi deputado Federal para a legislatura de 1921-1923. De acordo com Santana (2001; 2009), ele foi um dos membros da comissão organizadora da Escola Politécnica de São Paulo e integrou a primeira equipe da Comissão Geográfica e Geológica desse mesmo Estado, atuando como o “primeiro ajudante” de Orville Derby (diretor da supracitada Comissão). Também foi responsável pela primeira expedição de exploração dos

Rios Itapetinga e Paranapanema. Novamente ao lado de Derby, Theodoro Sampaio integrou a Comissão Hidráulica, que tinha como objetivo o estudo dos portos e da navegação interior dos rios do Brasil sob o comando do engenheiro norte americano William Milnor Robert. Além do IGHB, o aludido engenheiro também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, etc. Produziu mais de 176 trabalhos de grande valor científico - compreendendo monografias, artigos, discursos e memórias.



Imagem 3: Theodoro Sampaio
Fonte: SAMAPOIO, 1949, s/p.

Dentre as principais produções desse baiano, Santana (2001; 2009) realça os seguintes: o artigo intitulado *A respeito dos caracteres geológicos do território compreendido entre as cidades de Alagoinhas e a de Juazeiro pelo trajeto da linha férrea em construção*, publicado na Revista de Engenharia, em 1884, com comentários de Orville Derby; as *Notas sobre a geologia compreendida entre o rio São Francisco e a Serra Geral (do Espinhaço) nas imediações da cidade do Juazeiro*, escritas por solicitação de Orville Derby em 1884; o mapa *Trecho da Carta da Bahia*, que inclui informações sobre o sertão de Canudos; *Atlas dos Estados Unidos do Brasil* (1908). Na revista do IGHB ressaltamos os seguintes trabalhos: *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil* (1922); *O rio São Francisco e a chapada Diamantina* (1906); *O tupi na geografia nacional* (1901); *História da Fundação da Cidade do Salvador* (póstumo); *Tremores de terra na Bahia de Todos*

os Santos (1919); *Excursão ao rio Pardo* (1925); *A ilha de Madre de Deus na Bahia de Todos os Santos* (1927); *A Bahia: atualidade e futuro* (1928).

O sócio Bernardino José de Souza (1884-1949), natural do município de Cristinápolis, Estado de Sergipe, era bacharel em Direito. Foi o 1º secretário do IGHB no período de 1913 a 1918 e 1º Secretário-Perpétuo ao longo dos anos de 1919 a 1949. Em sintonia com Silva (2019), o supradito agremiado lecionou as disciplinas de Geografia, História Universal e do Brasil no Ginásio Carneiro Ribeiro (Bahia), mesmo local onde fez o curso de Humanidades. Também foi professor da Faculdade de Direito da Bahia e deputado estadual (1905-1908). Na administração pública Bernardino exerceu os cargos de Diretor do Ginásio da Bahia, Diretor da Faculdade de Direito e Secretário do Estado na interventoria de Artur Neiva. Foi membro da Câmara de Reajustamento Econômico da cidade do Rio de Janeiro e Ministro do Tribunal de Contas Federal.



Imagem 4: Bernardino de Souza
Fonte: SENA, 2013, s/p. [registros fotográficos]

Ainda em conformidade com os estudos de Nilson Silva, suas principais obras foram: *Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil*, tese que originou um dos seus livros mais notáveis, cuja terceira e quarta edições apresentaram modificações em sua titulação, respectivamente, *Onomástica Geral da Geografia Brasileira e Dicionário da Terra e Gente do Brasil*. Também publicou *Por Mares e Terras, A Bahia na*

História Nacional e o Ciclo de Carros de Bois no Brasil (pós-morte) – considerada, segundo o pesquisador mencionado anteriormente, a obra mais original já feita por um historiador no Brasil. “Uma obra de exceção nos quadros da literatura nacional, com riqueza de detalhes e precisão documental sobre o carro de bois” (objeto que, de acordo com o próprio Bernardino, o remetia ao passado do Brasil e a sua infância) (SILVA, 2019, p.35). Na RIGHB destacamos os seguintes trabalhos: *Relatório sobre o 1º Congresso de Geografia* (1909); *A ciência geográfica, seus conceitos e suas divisões* (1914); *Em torno da Carta Geográfica da Bahia* (1914); *Ensino primário de Geografia* (1914); *A Bahia* (1916); *A geografia da alimentação* (1924). Vale lembrar que Bernardino de Souza também foi o construtor da sede atual do IGHB e, segundo Nilton Silva, fez reerguer o monumento da Independência da Bahia, conhecido como *Monumento ao Caboclo* ou *Monumento ao Dois de Julho*, situado na capital do Estado.

O soteropolitano Hermenegildo Braz do Amaral (1861-1949) foi um dos sócios fundadores do IGHB. Como já antecipamos na seção dedicada as oligarquias da Bahia, nessa instituição ele atuou como orador oficial durante o período de 1894 a 1913 e ocupou os cargos de 1º vice-presidente (1915-1918) e 2º vice-presidente (1919-1922). De acordo com Brito (1996), Braz do Amaral era médico de formação e jornalista. Foi professor de elementos de antropologia no Instituto de Instrução Secundária da Bahia e, a partir de 1902, professor da Faculdade de Medicina. Foi filiado, também, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Imagem 5: Hermenegildo Braz do Amaral
Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia, 2007.

Estimado como um dos intelectuais de grande prestígio no meio baiano da Primeira República, publicou cerca de 36 textos na revista do IGHB entre 1894 e 1930. Suas principais obras se referiam especialmente à História da Bahia e do Brasil. Dentre todas as suas produções podemos salientar as seguintes: *Memória histórica: a proclamação da república na Bahia*; *Colonização na Bahia*; *Bahia- Espírito Santo limites entre os dois Estados*; *Memória Histórica Sobre a Proclamação da República na Bahia*; *Rememorações Históricas: Fundação da Bahia*; *A Província da Bahia nas Lutas da Independência*; *A Bahia na Independência Nacional*; *História da Independência na Bahia*; *Esclarecimento sobre o modo como se preparou a Independência*”, entre outros.

Suas principais publicações na RIGHB foram: *Explorações do município do Prado pelo engenheiro Apolinário Frot* (1898); *Exploração do subterrâneo do seminário da Bahia* (1898); *Bahia e Espírito Santo: limites entre os dois Estados* (1905); *Bahia e Espírito Santo* (1908); *Limites entre Bahia e Espírito Santo* (1909); *Memorial acerca da questão de limites entre Bahia e Sergipe* (1913) e o *Relatório sobre o 6º Congresso Brasileiro de Geografia em Minas Gerais: questões de limites* (1920), elaborado em conjunto com os sócios Eduardo Espínola e Arlindo Fragoso.

Em consonância com Rinaldo Cesar Leite, Braz do Amaral pode ser qualificado como “o fundador da historiografia moderna na Bahia”, visto que, realizou significativos trabalhos - muitos deles dedicados exclusivamente a demarcação das fronteiras interestaduais da Bahia - embasados nos fundamentos que passaram a definir a produção do conhecimento da história no século XIX, sobretudo no que se refere a tendência positivista de crítica das fontes” (2013, p. 1).

Em uma época em que não havia no Brasil cursos de formação para historiadores e geógrafos, os sócios acima mencionados (em conjunto com os demais membros do IGHB), harmonizados com a tendência positivista da ciência e com os métodos racionalistas vigentes no seu tempo, desenvolveram um trabalho relevante e persistente nesses campos do saber. Suas atividades e obras explicitam o compromisso desses associados em produzir o conhecimento acerca da Bahia e auxiliar o progresso desse Estado, ao mesmo tempo que buscavam atender as aspirações dos grupos dominantes que representavam. Além da História e Geografia, diversas outras ciências também foram por eles exploradas: Geologia, Cartografia, Geodésia, Biologia, Botânica, etc.

3.1.2 Congressos científicos

Em se tratando dos eventos científicos, podemos começar dizendo que alguns associados do IGHB participarem e/ou coordenarem alguns congressos de grande notoriedade na Bahia e no Brasil, como, por exemplo, os Congressos Brasileiros de Geografia, destacando aqui o 1º encontro ocorrido no Rio de Janeiro (1909) e o 5º congresso realizado na Bahia (1916) – sendo esses, segundo Luciene Cardoso (2011), os mais importantes congressos brasileiros ocorridos durante o período de 1909 a 1926³⁶ porque alcançaram o maior índice de adesões e maior número de contribuições publicadas. Também evidenciaremos o 3º Congresso Brasileiro de Instrução por ter sido de relevância considerável para as discussões em voga naquele momento e por ter sido realizado na Bahia.

Cabe destacar que, apesar do 6º Congresso de Geografia, concretizado na cidade de Belo Horizonte (1919), também ter contado com a presença de alguns sócios do IGHB e ter sido de grande notoriedade para o Estado da Bahia e para o País como o todo, já que se dedicou a dirimir os litígios interestaduais, este não será abordado nessa seção, pois, discutiremos sobre o mesmo no capítulo seguinte, quando abordamos especificamente sobre a demarcação das fronteiras entre os Estados da Bahia e do Espírito. Por ora, as considerações realizadas sobre os demais eventos contemplam os nossos objetivos para esse segmento.

De acordo com Cardoso (2011) os congressos de geografia foram organizados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SJRJ) - entidade criada sob os modelos das congêneres europeias -, a qual, além de ser um espaço de sociabilidade intelectual e de divulgação científica, também se tornou um instrumento específico a serviço do Estado, visto que, as informações levantadas por meio desta sociedade auxiliavam no estudo e no reconhecimento do território.

Segunda a mencionada autora, o 1º Congresso de geografia surgiu com intuito de promover uma reunião geográfica a fim de comemorar os 87 anos da independência nacional. Contando com a presença do presidente da República, Nilo Peçanha, ao todo, se fizeram representar nesse evento 14 estados. Para Luciene

³⁶ Após o ano de 1926 os congressos de geografia só voltaram a ser realizados no ano de 1940. Assim sendo, analisamos os eventos dentro do nosso recorte temporal.

Cardoso, as contribuições desse encontro evidenciavam a necessidade de mais informações sobre o território brasileiro, “ao passo que se reafirmava o caráter utilitário e pragmático dos estudos geográficos, dentro da ideia da utilização da ciência para o progresso e para a integração nacional” (Ibidem, 2011, p. 87). Assim, predominaram as discussões acerca da questão da revisão da nomenclatura dos acidentes geográficos, sobre a reforma do ensino de geografia e o problema da elaboração dos mapas cartográficos.

Estando os intelectuais do IGHB diretamente envolvidos nessas discussões, o sócio Bernardino de Souza (Secretário perpétuo do IGHB) participou do referido evento como representante da Bahia e do Ginásio Carneiro Ribeiro (onde atuava como professor) e apresentou duas memórias: uma versando sobre a remodelação do ensino de geografia, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física nos currículos das escolas de engenharia, e a outra abordando as denominações peculiares à Geografia da Bahia, intitulada *Nomenclatura Geográfica Peculiar do Brasil*. Ambas publicadas nos Anais do referido congresso³⁷. Pelo olhar do mencionado associado, tais discussões buscavam emparelhar a Geografia do Brasil a dos “países que vão à frente” (SOUZA, 1909, p. 9). No que se refere a cartografia, de acordo com estudos de Cardoso (2011), a Bahia, assim como a maior parte dos Estados que participaram desse evento (com exceção de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo), não apresentou seus mapas.

Já no 5º Congresso de Geografia, os agremiados do IGHB tiveram maior envolvimento, pois, além de apresentaram seus trabalhos, compuseram a comissão organizadora desse encontro. Theodoro Sampaio, Braz do Amaral, Bernardino José de Souza e Joaquim dos Reis Magalhães, respectivamente, ocuparam as acentuadas funções: Presidente, Vice-presidente, Secretário Geral e 1º Secretário³⁸. Em harmonia com Cardoso (2011) essa reunião científica que pretendia traçar um grande painel da geografia pátria consoante o ideário nacionalista então difundido, reuniu um total de 1.057 participantes; promoveu uma exposição de 104 documentos (cartas, mapas e fotografias); e inaugurou, ainda segundo a mesma autora, uma galeria com 19

³⁷ Segundo Cardoso (2011), ao todo foram expostos 108 trabalhos no 1º Congresso de Geografia.

³⁸ Ver a respeito em: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., 1916, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Imprensa Oficial do Estado, v. 1, 1917.

importantes personalidades nacionais³⁹ e estrangeiros que mais contribuíram para o desenvolvimento da disciplina Geografia no Brasil. É digno de nota que dentre estas personalidades de projeção nacional no campo da geografia encontravam-se os sócios do IGHB Orville Derby e Theodoro Sampaio.

Entre os trabalhos apresentados nesse congresso, houve uma predominância dos estudos relacionados ao ensino de Geografia e às “Monografias descritivas regionais”, com destaque para 28 descrições de municípios, sendo 19 baianos e escritos pelos sócios antevistos. Em concordância com Silva (2012), por ser um evento nacional, igualmente aos congressos mencionados anteriormente, as mentes mais ilustradas da área permaneciam discutindo sobre os estudos e referências brasileiras⁴⁰. As principais moções aprovadas nesse encontro dizem respeito a necessidade de confeccionar as cartas geográficas do país na escala de um para milhão, “de acordo com as convenções estipuladas nos congressos internacionais de Paris (1911) e Londres (1913)” e a precisão da publicação de um “Dicionário geográfico dos estados”, por ocasião das comemorações do centenário da independência (CARDOSO, 2011, p. 90).

Em relação ao 3º Congresso Brasileiro de Instrução, realizado na Bahia no ano de 1913, o sócio do IGHB e da SGRJ Bernardino de Souza, também se fez presente e apresentou uma memória intitulada *A ciência geográfica, seu conceito e*

³⁹De acordo com Luciene Cardoso (2011), essa coleção era composta por nomes de grande notoriedade na comunidade científica daquela época, a saber: Peter Lund, Louis Agassiz, Frederic Hartt, Orville Derby, almirante Ernest Mouchez, Henri Coudreau, Élisée Réclus, von Martius, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Cândido Rondon, Couto de Magalhães, João Barbosa Rodrigues, Cândido Mendes de Almeida, João Severiano da Fonseca, Antônio Rebouças, Alfredo Moreira Pinto e barão Homem de Mello.

⁴⁰Cardoso (2011) ressalta que, de forma semelhante aos eventos anteriores, esse encontro manteve sua organização em 12 seções, a saber: geografia matemática (geoplanetologia, noções topográficas e geodésicas, cartografia); geografia física (aerologia, oceanografia, geomorfologia); vulcanologia e sismologia; climatologia e geografia médica; biogeografia (fitogeografia e zoogeografia); antropogeografia ou geografia humana; geografia política e social; geografia econômica e comercial; geografia agrícola; geografia militante e geografia histórica; ensino da geografia, regras e nomenclatura; e monografias descritivas regionais. Apesar de preservar tal organização, ainda sob o ponto de vista da referida autora, realizou-se algumas mudanças ao longo desse encontro: além de separar a seção de geografia física da de geografia política, incorporou-se ao programa a seção de antropogeografia ou geografia humana; a seção de geografia biológica tomou a denominação de biogeografia, enquanto que a denominada geografia militante tratava das explorações geográficas. Criou-se também uma seção de monografias dedicadas a temáticas regionais e introduziu-se um segmento dedicado à geografia médica, área que buscava articular a climatologia com a medicina (CARDOSO, 2011, p. 89).

suas divisões. Embasando-se nas ideias de nomes proeminentes da Geografia e da História daquele momento (Alexandre Humbold, Karl Ritter, W. Rosier, Mill, Gilbert Trafton, Simons e Richardson, Naville, William Morris Davis, Ralph Fernando Ratzel, Hettner, entre outros), o referido membro do Instituto discutiu nessa obra a imprescindibilidade da Geografia para a humanidade; apresentou os objetivos, campo de atuação, divisões e subdivisões dessa área; e defendeu a urgência na reforma dos estudos geográficos realizados no Brasil.

Para Bernardino de Souza, não mais se poderia aceitar que no ensino brasileiro a geografia fosse julgada como uma “nomenclatura descritiva, pesada relação de números e nomes, um exercício de memória antes que um assunto de reflexão, constante observação e bem apontado raciocínio”. Ainda segundo ele, esse modelo de ensino muito colaborava para a “notória inferioridade” do Brasil nesse campo científico que “tanta relevância encerra, conchavando-se muito de perto à própria existência independente e digna de uma nação” (SOUZA, 1914, p. 11, 23). Portanto, para o mesmo sócio, o ensino de geografia deveria ocupar um posto mais amplo e mais lógico; em vez de uma disciplina morta, uma geografia viva, reflexo da ativíssima dinâmica do globo.

Nota-se claramente, por essa análise da participação dos integrantes do Instituto nos eventos científicos acima citados, que eles detinham uma visão cientificista; estavam conectados com as principais ideias científicas vigentes naquele período (podemos citar, por exemplo, as ideias de Karl Ritter, considerado o fundador da Geografia Moderna); buscavam construir uma geografia brasileira (uma ciência nacional) amparada nos moldes dos mais notáveis centros da intelectualidade mundial e; compartilhavam a crença de que, somente por meio da ciência, o Brasil poderia progredir e se equiparar as grandes nações – características que também apontam o espírito científico do IGHB.

3.1.3 Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: portavoz da comunidade política e científica da Bahia

A Revista do IGHB, desde seu primeiro exemplar publicado no mesmo ano de fundação dessa agremiação (1894), tornou-se um dos instrumentos para a construção da identidade regional e do projeto de modernização da Bahia, bem como, um

importante veículo de difusão dos trabalhos produzidos pelos membros desse Instituto. Desse modo, se configurou em um meio imprescindível de propagação de ideias, propostas políticas, produção e divulgação científica.

É válido salientar que a RIGHB também é substancial para essa investigação, pois, a análise desse periódico nos permitiu mais conhecimento acerca do nosso objeto de estudo e nos oportunizou traçar um paralelo entre a ciência, o território e a formação do Estado da Bahia. Ademais, também nos possibilitou depreender sobre como os intelectuais do IGHB utilizaram os conhecimentos científicos em voga durante a Primeira República nas suas atividades e produções referentes a demarcação das fronteiras interestaduais da Bahia. Por essa razão, falaremos sobre a Revista do IGHB com maior riqueza de detalhes.

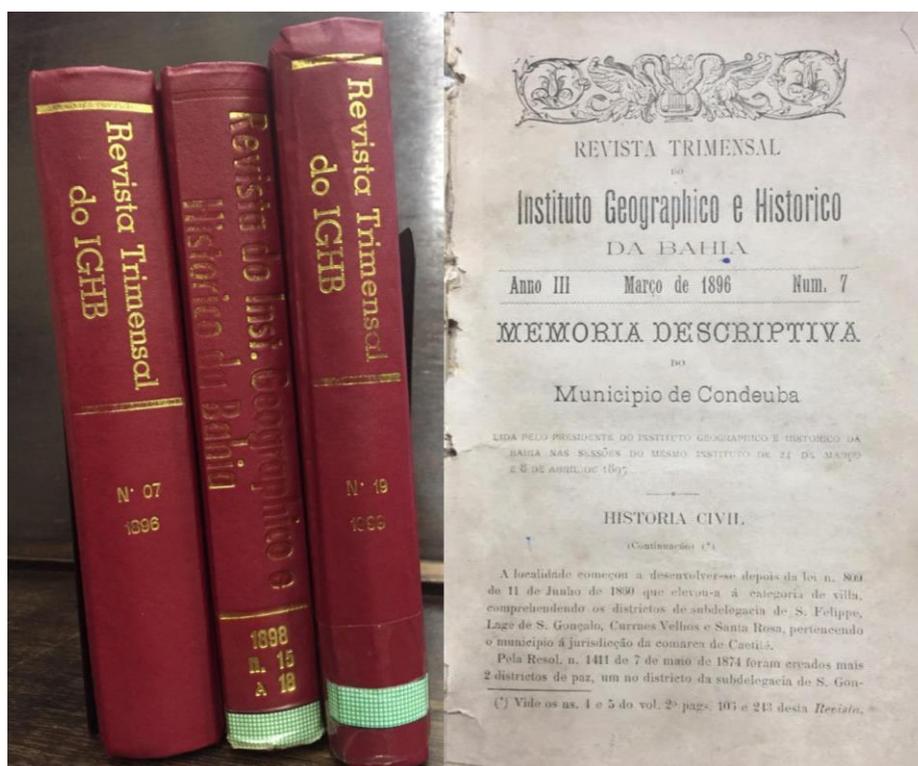


Imagem 6: Revista do IGHB – Primeiros volumes

Fonte: Foto elaborada pela autora. Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, 2016.

De acordo com Sanches (2003), inicialmente as tarefas primordiais da RIGHB eram: i) revelar os documentos históricos e geográficos julgados mais relevantes ao longo de sua existência; ii) publicar os textos produzidos pelos sócios – resultados dos seus estudos, descrições de viagens, biografias de personalidades brasileiras, etc. e; iii) divulgar os papéis administrativos do Instituto - atas das sessões ordinárias, das

assembleias gerais de eleições, das sessões aniversárias, informações sobre os acervos e ofertas recebidas pelo IGHB. Tinha como objetivo principal construir e difundir narrativas que primassem pelos valores estaduais ligados à unidade nacional. Desse modo, o *Verbo do Instituto* tornou-se um importante instrumento a serviço do IGHB, capaz de oferecer maior visibilidade a posição do instituto baiano, ampliando o seu raio de ação e alcançando mais (possíveis) leitores por todo o país.

A edição desse periódico ficava incumbida aos membros da Comissão da redação da revista, livros e jornais. Os primeiros componentes dessa comissão foram João Nepomuceno Torres, Filinto Justiniano Ferreira Bastos e Satyro de Oliveira Dias, eleitos na sessão de 15 de julho do ano de 1894. Mesmos membros da Comissão de estatutos. Segundo Torres (2014), João Nepomuceno Torres (1855-1913) foi sócio fundador do IGHB, um importante intelectual e jurista baiano. Formou-se em Humanidades e em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi autor de diversas obras literárias e de alguns artigos da revista do IGHB, como A Lapa de Mangabeira e Vila do Brejo Grande. De igual forma, Filinto Justiniano Ferreira Bastos (1856-1939) também foi membro fundador do IGHB e jurista. Para Oliveira (2018), esse associado também foi um dos formadores da Sociedade Emancipadora Acadêmica e da Academia de Letras da Bahia e professor da Faculdade Livre de Direito desse mesmo Estado. E Sátiro de Oliveira Dias (1844 - 1913), além de ter sido um dos fundadores da agremiação de que fala, atuou como vice-presidente do Instituto no período de 1894 a 1913. Em consonância com Freitas e Sampaio (1894), Sátiro Dias era diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia; foi deputado provincial na Bahia (1878-1879); assumiu o cargo de secretário do governo da província (1879); foi diretor geral da Instrução Pública da Bahia e autor de diversos artigos.

No que diz respeito à Comissão da redação da RIGHB, esta se encarregava de: escolher os escritos que seriam publicados na Revista; publicar as correspondências que a mesa administrativa ordenasse; exhibir as observações e avisos que nela deviam figurar; publicar as memórias, documentos, artigos e biografias que lhe fossem remetidos por outras Comissões do IGHB, com o competente parecer sobre a conveniência da sua publicação. Além disso, também era de responsabilidade da referida comissão apresentar um plano sobre a impressão e distribuição da Revista, no qual se calculavam as despesas indispensáveis para serem aprovadas; propor os meios de se obter os livros ou jornais que fossem

concernentes com a história pátria; e recomendar a impressão de obras avulsas sobre qualquer fim a que se destina o Instituto e cujo produto líquido constituiria fundos da sociedade (CAPÍTULO..., 1894).

Com exceção de Filinto Bastos, que pediu dispensa da Comissão em questão, os demais integrantes foram reeleitos e permaneceram na referida comissão por mais um ano. Para substituir o membro dispensado, foram nomeados os senhores Joaquim dos Reis Magalhães e Cosme Moreira de Almeida. No que diz respeito ao associado Reis Magalhães, não encontramos na literatura específica nenhuma informação sobre ele, apenas sabemos que além de integrar a Comissão da redação desse periódico, ele também presidiu a Sociedade Agrícola da Bahia (1907-1911). Já Cosme Moreira de Almeida, de acordo com Araújo (1992), era médico de formação, exerceu a função de tesoureiro do Clube Republicano e também foi editor do Jornal desse mesmo clube - Jornal Republicano Federal.

Em se tratando da sua distribuição, desde o dia da sua admissão todos os associados tinham o direito a um exemplar do periódico, perdendo tal garantia aqueles que devessem mais de seis meses de prestação (TÍTULO..., 1894a). Nos anos iniciais da sua publicação a assinatura da Revista valia para os sócios do IGHB a quantia de 10\$000, o que garantia o recebimento do periódico por 6 meses, e 16\$000 para quem desejasse recebê-lo durante o ano inteiro. Fazendo uma correspondência de valores, a assinatura semestral da revista (10\$000) valia naquela época a quantia equivalente a uma botina de couro de boa qualidade (calçado bastante usado naquele período). Ou ao mesmo valor de um chapéu elegante para mulheres. Já o valor da assinatura da RIGHB por um ano (16\$000) equivalia ao mesmo preço de cinco camisas francesas de boa qualidade. Para fazermos essa comparação utilizamos, respectivamente, as propagandas do fabricante de calçados da marca Clark e C. e de uma loja denominada Primeiro de Setembro, veiculadas no Jornal Diário da Bahia em 3 de janeiro de 1889. Os não sócios pagavam a quantia de 12\$000 e tinha direito a sua assinatura por um ano.

Considerando a receita do instituto nos primeiros anos de sua fundação, notamos que a revista também era um dos principais instrumentos de arrecadação de recursos financeiros. Podemos citar como exemplo a receita do primeiro ano de funcionamento do IGHB, proveniente de joias, mensalidades (1\$000 por sócio), doações e assinaturas da revista, totalizou um valor de 6:935\$000. Deste montante, uma quantia considerável foi oriunda da assinatura desse periódico: 1:282\$000,

ficando abaixo apenas do valor das doações das joias: 4:305\$000.

A sua distribuição competia ao agente do tesoureiro ou cobrador do Instituto, o qual fazia tanto a repartição do periódico na cidade de Salvador quanto à remessa pelo correio para os lugares de fora da cidade. Dessa maneira, a RIGHB, ao final de seu primeiro ano, dispunha de um número de 147 assinantes (distribuídos entre sócios e associações nacionais e estrangeiras). Decerto este número cresceu, sobretudo nos primeiros anos, quando a política do Instituto era francamente favorável à admissão de novos membros (Idem, p. 189).

Embora o grupo de leitores da RIGHB tenha assumido importante função na divulgação e circulação da mesma, ao que tudo indica, esse grupo não era numericamente expressivo até o final da Primeira República. Isto é, como a maioria dos associados era integrante da classe média, apesar de não termos dados seguros sobre a estratificação social baiana nesse período, podemos supor que, corroborando com Silva (2006) e Araújo (1992), em uma estimativa otimista, apenas 5% da população poderia ter acesso a revista. Vale lembrar que, segundo os mesmos autores, no final do Império esse contingente da classe média estava estimado em aproximadamente 2% da população soteropolitana. Assim, ainda que os discursos da instituição se pretendessem representativos e direcionados a toda a sociedade, apenas uma fração do conjunto total da população era considerada pelo Instituto e, portanto, o número de leitores também se enquadrava nessa pequena parcela da população.

Nesse quadro caracterizado pelo analfabetismo da maior parte da população, a ampla parcela iletrada tinha limitada a possibilidade de conhecer diretamente e de forma consistente a produção do IGHB, fosse ela veiculada pela sua revista ou pelos jornais em que frequentemente as atividades desse instituto eram anunciadas ou seus sócios assinavam artigos. Como as instituições científicas e literárias, em particular, as instituições congêneres, são um fenômeno próprio de uma parcela específica de intelectuais e das “comunidades urbanas, igualmente urbana é a sociedade com a qual o IGHB dialogava” (SILVA, 2012, p. 18).

Ainda nessa linha de raciocínio, em harmonia com Silva (2012), o IGHB também almejava construir um caráter estadual, predispondo a se relacionar com todas as cidades do território baiano. Entretanto, a exiguidade de centros economicamente relevantes no interior durante a Primeira República, a carência das vias de comunicação e, sobretudo, pelo fato de boa parte dos jovens com recursos

para se envolverem com essa instituição se fixarem com frequência na capital do Estado (estabeleciaram residência em Salvador para concluir seus estudos), restringiram o universo social do IGHB a capital baiana.

Em relação à tiragem da Revista, não encontramos nos volumes estudados a quantidade de exemplares que eram impressos. Sobre isso, Sanchez (2003) chama atenção e observa que uma das maiores dificuldades para quem estuda o cenário editorial brasileiro é, exatamente, a tiragem dos periódicos, pois, raramente há indicação precisa a esse respeito nos próprios periódicos ou em outros documentos. Não foi exceção a RIGHB. Contudo, pela realidade financeira não muito satisfatória que o IGHB apresentou ao longo dos anos iniciais de sua existência e pelos déficits das contas das revistas apresentadas nos relatórios dos tesoueiros⁴¹, podemos inferir que a tiragem era de número limitado, evitando maiores gastos.

Nos primeiros anos da fundação do instituto, a publicação da RIGHB era realizada trimestralmente (ESTATUTOS..., 1894, p. 38). Estava organizada em volumes e cada exemplar era composto por quatro números, os quais, conseqüentemente, correspondia a um ano. Mas, a partir de 1901 a sua publicação passou a ser anual. Cada volume possuía sempre um número mínimo de 100 páginas, ultrapassando frequentemente as 200, como percebemos sem demora nos primeiros tomos publicados (2, 4, 5, 6). No final do recorte temporal do nosso estudo (1928-1930) as revistas passaram a apresentar mais de 600 páginas.

Ainda no mencionado período inicial, a RIGHB era composta basicamente de três partes principais: Atas, artigos e biografias. A seção das atas dedicava-se a apresentar todas as atividades político-administrativas dos membros do IGHB, inclusive a relação de todos os sócios (mesmo os falecidos) dessa agremiação com suas respectivas datas de admissão. No espaço reservado para os artigos eram divulgadas as produções dos agremiados e de outros colaboradores.

⁴¹ Como exemplo podemos citar o Relatório do tesoureiro Bernardino Francisco de Almeida, apresentado no dia 28 de maio de 1895, no qual está especificado que a receita da revista foi de 1:151\$000 (um mil cento e cinquenta e um mil-réis) e sua despesa no valor de 2:079\$940 (dois contos, setenta e nove mil e novecentos e quarenta réis), atingindo um déficit de 628\$940 (seiscentos e vinte e oito, novecentos e quarenta mil réis) (RIGHB, ano 2, n. 4, junho, 1895, p. 188)

Os trabalhos poderiam ser originais ou extratos publicados por outras sociedades, ou por pessoas literatas, nacionais ou estrangeiras, precedendo a respeito deles o relatório de uma comissão do seio do instituto para esse efeito nomeada. Já a seção biografias (TÍTULO..., 1894b) destinava-se a exibir a história de vida dos baianos ilustres.

O primeiro volume (publicado em setembro de 1894) contemplou os processos da organização do IGHB e os documentos relativos às bases e propósitos dessa agremiação - ata de instalação, estatutos, relatórios, relação de sócios, discursos dos oradores, composição da primeira mesa administrativa e das comissões, e as cartas de adesão. Também apresentou o juízo da imprensa sobre a fundação do IGHB e uma memória histórica acerca do antigo IHB, exibindo a história da criação, relação dos sócios, atas de algumas sessões, relatórios e alguns discursos dos sócios fundadores.

No decorrer das suas páginas é frequente a defesa pela permanência e desenvolvimento do IGHB, justificado pelo seu papel no desenvolvimento social da Bahia e do Brasil e, especialmente, pela função que este assume na preservação e exaltação da história da Bahia, como demonstra o excerto a seguir:

Uma vez que o espirito nacional por força dos últimos acontecimentos políticos que libertaram o país da centralização atrofiadora de todas as suas grandiosas aspirações, vae pressurosamente se erguendo para o desenvolvimento da vida social da nação, em todas as suas modalidades, não pode a Bahia ficar estacionaria por mais tempo, no levantamento de sua história, guia de todos os outros empreendimentos. A exemplo de outros Estados, alguns dos quais já a longos anos possuem instituições desse gênero, como a capital federal, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Pará, prestando cada qual os mais relevantes serviços ao país, não pode, nem deve, a Bahia, berço da nacionalidade brasileira, ficar na retaguarda dos mais Estados, dilatando a função dessa instituição, que virá a prestar serviços reais e incontestáveis (INSTITUTO..., 1894, n. 01, p. 06).

Conclui o número a seção Poetas Baianos com uma biografia de Manuel Botelho de Oliveira. Percebe-se o cuidado dos intelectuais do IGHB em salientar nessa primeira edição do seu periódico a funcionalidade dessa agremiação como “centro instrutivo, científico e literário” (INSTITUTO..., 1894, n. 01, p. 06) e prestar homenagens aos beneméritos baianos.

Na sequência, a revista de número 2 (publicada em dezembro de 1894 e compilada com a primeira revista no exemplar de número 01)⁴² conservou a apresentação dos apontamentos históricos sobre o antigo instituto, das atividades administrativas do IGHB e manteve as seções de Biografia e Poetas Baianos. Diferentemente da unidade anterior, o segundo número trouxe maior diversidade de conteúdo: expôs cinco artigos relativos a História do Brasil - *Descoberta da América, Descobrimto do Brasil pelos franceses, O Brasil, A descoberta do Brasil e do Estado da Bahia* (expedição de Pedro Álvares Cabral), *A viagem de Cabral segundo um seu companheiro* -; e três artigos relacionados a geografia do Estado baiano - *A fortaleza do Morro de São Paulo, A lapa de Mangabeira (Brejo-grande), Navegação a vapor do Rio São Francisco e seus afluentes*. Ademais, ofereceu três novas seções: Variedades, Bibliografia e Noticiário, e Juízos da imprensa.

A seção *Variedades* abordava alguns textos e curiosidades relacionados a estudos arqueológicos que estavam sendo desenvolvidos em diversos países naquele momento, a saber: *O homem pré-histórico; Descobrimto arqueológico importante; A América pré-colombiana; e Uma obra prima artística*⁴³. A parte de Bibliografia e Noticiário era destinada a noticiar as obras recebidas pelo IGHB (livros, quadros históricos, coleção de retratos, cartas de adesão de futuros associados, etc.) e a relação dos sócios.

Já a seção *Juízos da Imprensa* era designada para evidenciar a opinião dos principais jornais brasileiros e baianos⁴⁴ a respeito do IGHB e da sua revista, como demonstram os excertos abaixo:

⁴² Apesar da RIGHB geralmente ser composta por três volumes, a primeira delas apresentou apenas dois, pois foi lançada em setembro do ano de 1894, segundo semestre.

⁴³ Todos esses textos fazem alusão a estudos e descobertas realizados por cientistas de diversos países (Suíça, Egito, França, Colômbia e Rússia) no campo da Arqueologia. Para maiores informações ver: Organização do Instituto. *Variedades. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 2, p. 327 – 333).

⁴⁴ Os jornais que nos referimos foram: *Correio de Notícias*, 1894; *Gazeta de Notícias da Bahia*, 1894; *Diário da Bahia*, 1894; *Estado da Bahia*, 1894; *Jornal de Notícias*, 1894; *A Província*, 1894; *Jornal de Recife*, 1894; *Gazeta de Notícias do Rio*, 1894 (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *A nossa Revista. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 2, p. 306 - 316, dez. 1894).

Ao Estado da Bahia, adiantado, rico, populoso, faltava uma agremiação dessa espécie, pois que, extinto o Instituto Provincial, decorreram quase quarenta anos sem que se levasse a cabo a criação de uma associação científica, que, ao mesmo tempo em que procurasse difundir o gosto pelo estudo, impedisse o esquecimento, o abandono e a destruição de tantos documentos valiosos da história pátria (JORNAL DO RECIFE, 1894, p. 311- 312).

[...] a sua revista tão agradável na forma quanto valiosa na essência [...] Resumindo nestas palavras o conceito honroso que fazemos do novo órgão de publicidade científica, que vem satisfazer uma necessidade imensa, batemos palmas ao seu aparecimento. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1894, p. 310).

Acontecimento de alta relevância para a ciência, que vai utilizar tão valiosos subsídios, recolhidos em vasto depósito, no sentido de encaminhar nosso futuro destino [...] representa uma soma poderosa de bons esforços, de aptidões provadas, de energias avigoradas pelo patriotismo, para fertilizar a educação popular, de cuja monta surgirá exuberante de seiva a nossa nacionalidade, em toda a correção das linhas de índole e de seu caráter (DIÁRIO DA BAHIA, 1894, p. 311).

Em geral, esses órgãos de comunicação prestigiaram e consideraram o Instituto e a sua revista, respectivamente, como um ato de grande importância para a ciência e um trabalho de alto renome e honroso veículo de publicidade científica, os quais iriam preencher uma necessidade do povo baiano que ainda não dispunham de uma instituição desse tipo. Como era comum acontecer entre revistas e jornais da época, também percebemos que existiu uma relação proveitosa entre o IGHB e a imprensa baiana, ocorrendo uma frequente veiculação dos artigos e atividades produzidas pelos membros do Instituto nos jornais da Bahia. O IGHB valeu-se da imprensa, explorando seus espaços e conjunturas, principalmente para divulgar seus trabalhos para aqueles que não tinham acesso a sua revista e se fortalecer enquanto instituição.

No nosso caso, podemos citar como exemplo dessa relação o artigo *Comarca de São Francisco* que versa sobre a divisa entre os Estados do Espírito Santo e da Bahia, de autoria de Miguel de Teive e Argollo, que foi publicado no Jornal de Notícias em 24 de agosto de 1893 e na RIGHB do ano de 1896. Igualmente, tivemos a veiculação do trabalho intitulado *Bahia-Espírito Santo limites entre os dois Estados*, escrito pelo sócio e orador do IGHB Braz do Amaral, publicado na RIGHB do ano de 1905 e no Jornal Diário da Bahia no dia 30 de maio de mesmo ano.

Na sequência os volumes 3-6, divulgados respectivamente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de 1895, seguiu o mesmo formato dos volumes

anteriores: ofereceu aos leitores todas as informações referentes as questões políticas e administrativas do instituto; compartilhou diversos conteúdos a respeito do contexto social da Bahia e do Brasil – distribuídos nesses exemplares nas seções Variedades e Noticiários-; apresentou as seções Necrologia e Biografias e; ofertou, predominantemente, uma maior variedade de artigos relacionados as Ciências Naturais do Brasil e, principalmente, da Bahia.

Entretanto, apesar desses exemplares darem sequência a algumas seções dos volumes iniciais (como por exemplo, as seções Variedades e Biografias), nem todas elas foram perpetuadas. O caso da seção Notas Científicas, responsável por abordar curiosidades científicas⁴⁵, foi um exemplo disso. Apresentada pela primeira vez no volume 3 (1896), essa seção ficou um longo tempo sem retornar ao periódico, reaparecendo somente no volume 15 (1908), 12 anos depois. De forma similar, mas com menos espaço de tempo entre suas comparências, as seções Poetas Baianos, Noticiário e Variedades também apresentaram essa descontinuidade.

No entanto, mesmo com algumas variações no interior da Revista, a composição desse periódico manteve ao longo dos anos uma organização semelhante aos primeiros exemplares. Mesmo não formando um espaço relativamente delimitado, um grupo de textos era frequentemente publicado em praticamente todas as Revistas por nós analisadas, a saber: as atas e demais produções da administração do Instituto; os discursos, os trabalhos, os estudos e as memórias dos sócios; os documentos e artigos relativos aos propósitos do IGHB; e as biografias dos baianos ilustres.

Como se observa, as atas das sessões ordinárias e das assembleias do IGHB foram publicadas na RIGHB desde o primeiro tomo. A princípio elas apareciam ao longo da Revista em todos os trimestres. Mas, a partir do ano de 1895 estas foram reunidas e exibidas anualmente no final de cada volume, antes da seção de necrologia. Prática que se tornou regra daí em diante. A publicação regular das atas do IGHB (mesmo que por vezes não tenham sido publicadas na íntegra) tornou-se

⁴⁵ Podemos apresentar como exemplos dos artigos exibidos nessa seção os seguintes: *Os pigmeus do Congo*; *A coloração vermelha das águas do lago Morat, na Suíça*; *As maiores profundidades oceânicas*; *Abertura do caminho marítimo do oriente*, etc.;

um conjunto de conhecimento muito rico sobre as atividades e práticas dos seus intelectuais, acerca de suas ideias e aspirações e sobre as questões mais relevantes do IGHB.

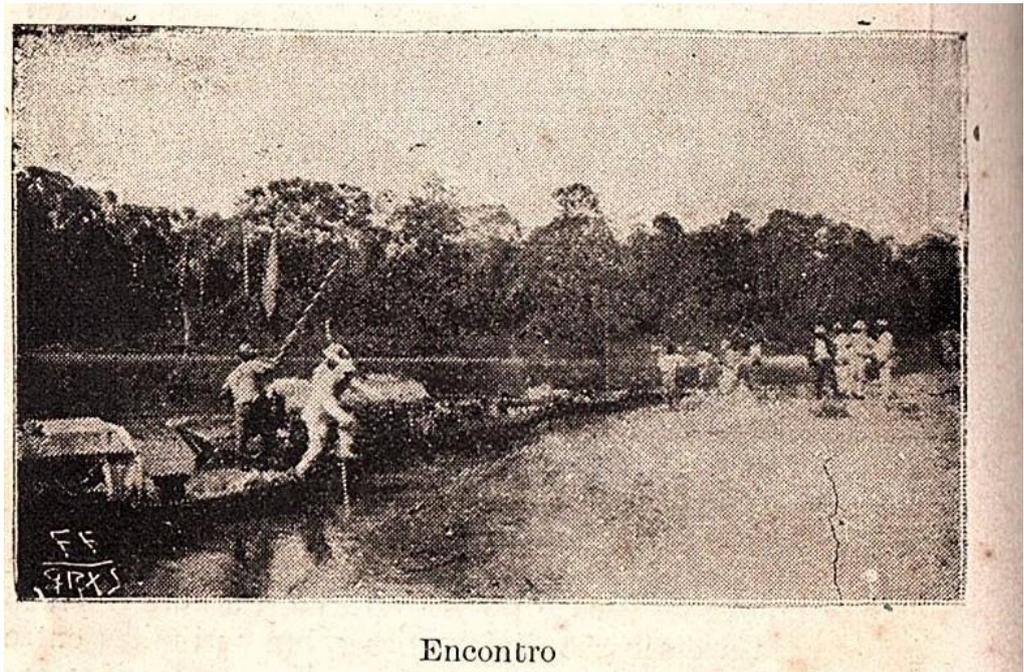
Os discursos, trabalhos ou memórias dos sócios e os documentos e artigos relativos aos objetivos a que se propõe o instituto foram as partes essenciais para a circulação e produção do saber. Esses segmentos da RIGHB permitiram, entre outros fatores, evidenciar a produção dos sócios do IGHB; conhecer as principais ideias e correntes científicas que embasaram as atividades e obras desses agremiados; depreender acerca dos conhecimentos científicos, especificamente aqueles do campo da história e da geografia, construídos também por esses membros; e identificar os principais componentes da rede intelectual desses associados. É esse repertório que expõe as principais ideias e temáticas em proeminência no período em estudo, bem como, as concepções ideológicas comprometidas com processo de formação da identidade regional da Bahia, com a formação do território e a delimitação das fronteiras interestaduais desse Estado, com a modernização da Bahia.

Ainda nessa compreensão, a sessão destinada a expor as ofertas de livros, revistas e obras recebidas pelo IGHB também dão indicativos das leituras e preferências teóricas dos sócios, como, por exemplo, o recebimento constante dos exemplares das Revistas da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, das revistas da Sociedade de Geographia de Paris (França), Revista Philosophica ou Propaganda Humanitaria – Revista Universal Lisbonense (INSTITUTO..., 1894, n. 06, p. 304-308), Société de Geographie de Geneve (Suíça), Royal Geographical Society (Inglaterra), American Geographical Society (Estados Unidos) (ORGANIZAÇÃO..., 1904, n. 30, p. 204-214), entre outros.

Cabe aqui também uma observação em relação à participação dos leitores, veiculação de propagandas e imagens nas Revistas. Percebemos que até o ano de 1930 não havia nenhum espaço dedicado a propaganda e a participação do leitor. Esse fato sinaliza a preferência dos membros do IGHB pelos trabalhos produzidos pela sua rede intelectual e também, podemos arriscar dizer, o empenho em manter o caráter científico impresso em suas obras.

No que concerne às imagens, a RIGHB apresentou pouquíssimas figuras durante o recorte temporal da nossa investigação. Algumas vezes trouxe imagens e representações cartográficas do território (como as que demonstramos nas páginas

seguintes); retratos de Santos da Igreja Católica e dos baianos e baianas ilustres; fotografias de lugares históricos da Bahia (como o Barracão dos caboclos, Castelo da Torre de Garcia D'Avila, entre outros); e algumas fotografias retiradas em trabalhos expedicionários, como ocorreu ao longo das atividades da Comissão Brasileira de Reconhecimento dos rios Purus e Juruá (corpos d'água que percorrem os territórios do Peru e dos Estados brasileiros do Acre e do Amazonas), da qual o sócio Arnaldo Pimenta da Cunha fazia parte, vejamos:



Encontro

Imagem 7: Comissão mista brasileiro-peruana – Rio Purus (Acre)
Fonte: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n.45, p. 258, 1919

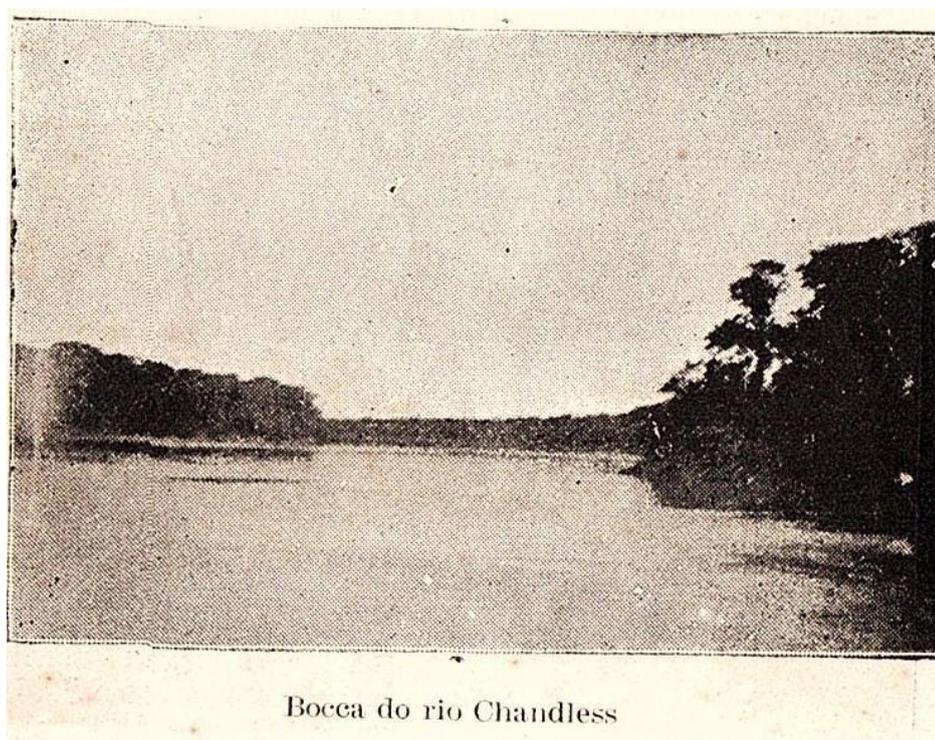


Imagem 8: Rio Chandless – Estado do Acre

Fonte: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n.45, p. 260, 1919

Essas fotografias foram exibidas pelo associado Arnaldo Pimenta da Cunha ao longo da memória apresentada pelo do também agremiado Theodoro Sampaio em homenagem ao décimo aniversário de morte de Euclides da Cunha, visto que, o referido homenageado também compusera a equipe da Comissão Brasileira de Reconhecimento dos rios Purus e Juruá. A introdução de imagens na RIGHB somente se tornou mais efetiva a partir do ano 1914 em diante e, ainda assim, estas aparecem em pouca quantidade (geralmente, menos de 15 imagens ao longo de cada exemplar da Revista).

A RIGHB durante o período de nossos estudos preservou os principais segmentos dos modelos principais; conservou seus objetivos iniciais; e ofereceu (ainda continua ofertando) rico material e conhecimentos fundamentais acerca da História, da Geografia e do Estado da Bahia como um todo. A produção da sua própria revista e a preocupação dos intelectuais desse Instituto em divulgar seus estudos não apenas apontam a natureza científica do IGHB – considerando a importância e necessidade da divulgação dos conhecimentos científicos, a submissão dos artigos ao crivo de seus pares e a validação dos conhecimentos produzidos pela comunidade científica -, como também sinalizam que essa agremiação, em harmonia com o

movimento de intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do XX, também almejavam a institucionalização e a profissionalização das ciências, visto que, segundo Vergara (2010), a prática da divulgação científica e a publicação dos periódicos próprios das instituições científicas colaboravam para construir suas identidades e legitimá-las junto à sociedade. Ademais, por se configurar como um órgão de divulgação científica e pelo papel que assumiu na publicação das atividades do IGHB e das produções dos seus componentes, também podemos considerar a RIGHB como uma importante fonte de dados para a História da Ciência brasileira.

3.1.4 A História e a Geografia no IGHB

Não podendo ser diferente - dado as finalidades do IGHB, os estudos históricos e geográficos predominaram os trabalhos dos seus associados, sendo os artigos de história e geografia os que ocuparam maior espaço ao longo da RIGHB. Harmonizadas com os estudos de Silva (2012), notamos que entre os anos de 1894 e 1930 foram publicados 585 textos nesse periódico, dos quais, as temáticas mais abordadas - excluindo as transcrições das atas, relatórios, discursos, correspondências e os planejamentos orçamentários -, foram: História - 229 ocorrências (39,15% do total); Geografia⁴⁶ – 111 ocorrências (percentual de 18,9% do total); e Biografias, necrológicos, memórias e homenagens - 100 ocorrências (percentual de 17,09% do total), como demonstra o gráfico abaixo (gráfico 1).

⁴⁶ É válido salientar que aqui nos referimos a geografia tal como era vista pelos intelectuais que articulavam o Brasil durante a Primeira República. Naquela época, além do seu próprio objeto de estudo, a geografia também se dedicava aos estudos dos campos da geologia, botânica, zoologia, etnografia, entre outros.

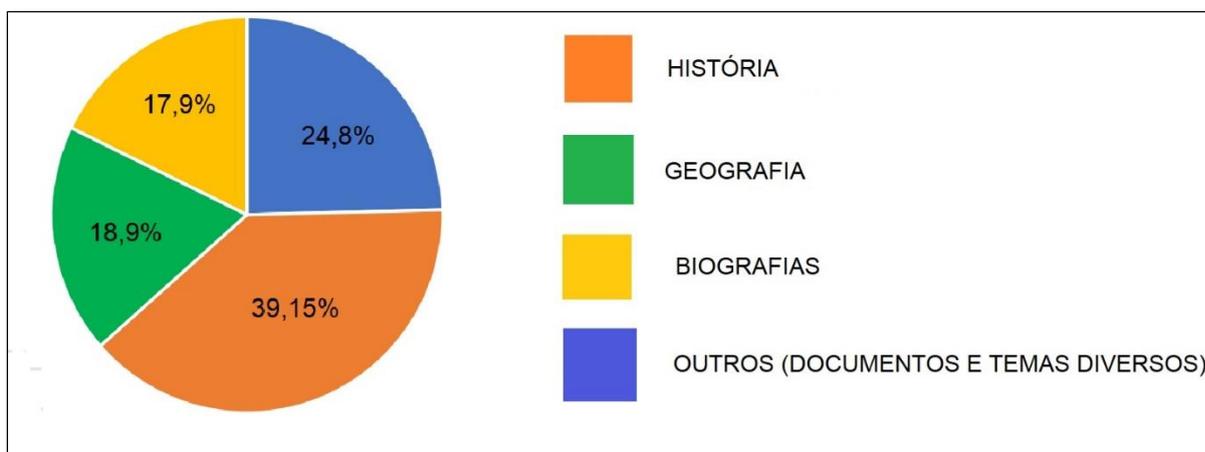


Gráfico 1 – Ocorrência temática na Revista do IGHB, números 1 a 53 (1894 – 1931)

De acordo com tal levantamento, agora voltando nosso olhar para os trabalhos dedicados especificamente a História e a Geografia da Bahia, constatamos que do total de 229 ocorrências dos artigos relacionados à História, 155 desses (67,7 %) versaram especificamente sobre a história da Bahia e 74 artigos (32,3%) abordaram sobre a história do Brasil, como evidencia o gráfico a seguir (gráfico 2). No que diz respeito à geografia, verificamos que das 111 ocorrências dos trabalhos dedicados a essa temática, 82 artigos fizeram alusão a geografia do Estado baiano (73,8%); 25 trabalhos se reportaram a geografia do Brasil (22,5%); e quatro deles abordaram conjuntamente a geografia do Estado da Bahia e do Brasil (3,6%), como demonstrado no gráfico 3.

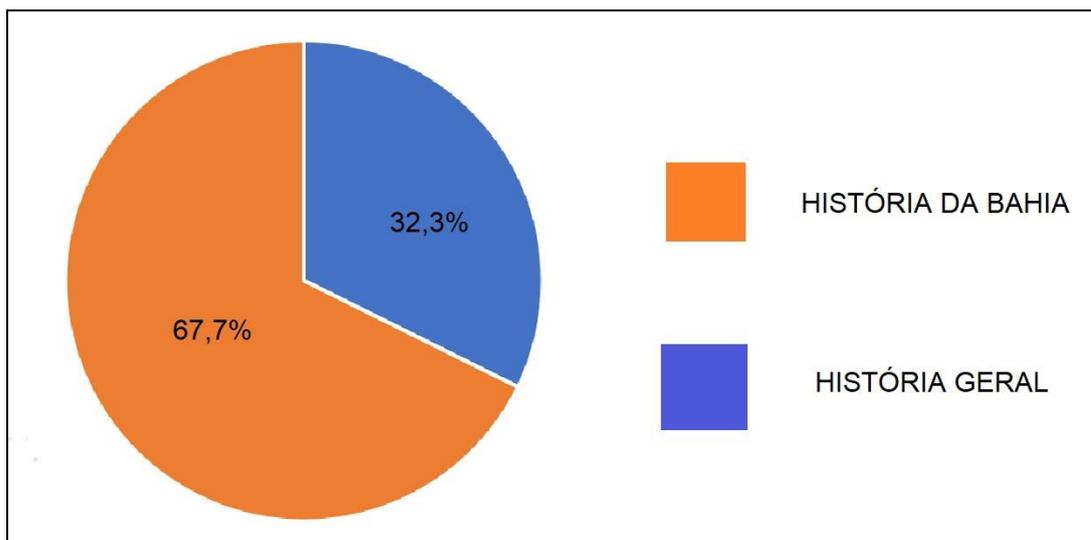


Gráfico 2 – Ocorrência de artigos dedicados a história da Bahia e do Brasil na Revista do IGHB, números 1 a 53 (1894 – 1931).

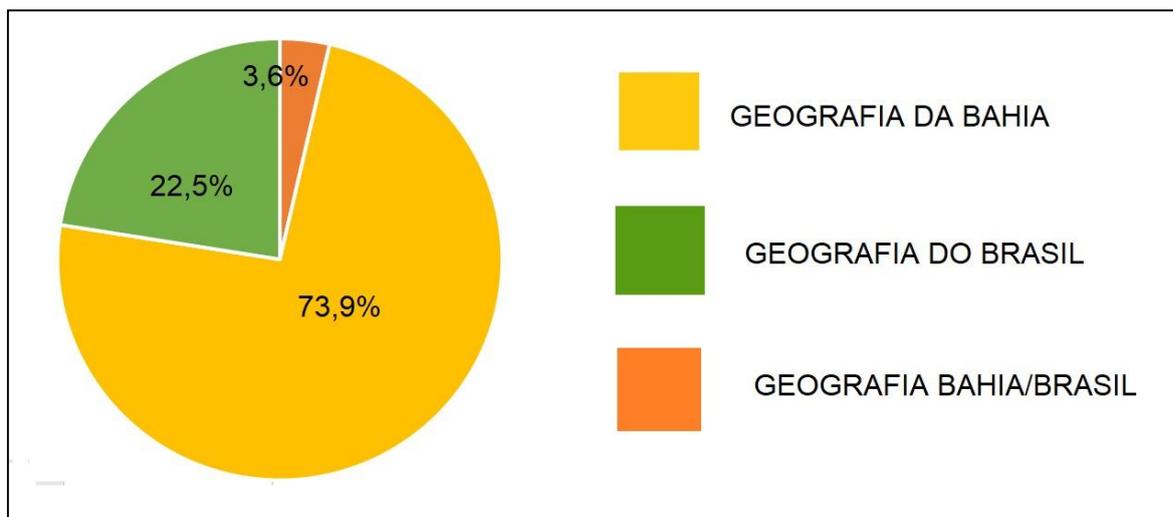


Gráfico 3 – Ocorrência de artigos dedicados a geografia da Bahia e do Brasil na Revista do IGHB, números 1 a 53 (1894 – 1931).

Como se constata, os gráficos acima ratificam a acentuada ocorrência dos estudos históricos e geográficos realizados pelos sócios do IGHB, o que confirma o papel assumido por essa agremiação de instituição científica e promotora da memória baiana.

Em se tratando dos artigos históricos, em geral, estes eram escritos com considerável teor de civismo e marcava o papel do historiador como construtor do

patriotismo e dos sentimentos nacionais. Predominavam nas publicações os principais acontecimentos políticos da história do Brasil, notadamente da história da Bahia e os comentários biográficos de grandes vultos necrológicos baianos. Nesses trabalhos o período imperial aparece como uma época de importantes realizações, nas quais se sobressaíam personalidades decisivas para a história e as contribuições da Bahia para a formação do Brasil.

Surpreendia realmente que a Bahia, cuja história é a história da nacionalidade brasileira, pela antiguidade de suas tradições, pelo número de seus filhos estadistas, pela sua intervenção em todos os grandes movimentos da vida nacional, não contivesse ainda agremiação de tal espécie, como opulento repositório dos mais preciosos documentos para o estudo pátrio (INSTITUTO..., 1894, n. 1, p. 14).

Em terras baianas se ouviram primeiro os ruidosos combates contra o invasor da Batávia, disfarçada numa companhia de ávidos mercadores [...] pelos sertões, muitas levadas de guerrilheiros vieram ajudar na construção da maior epopeia da nossa história colonial. Nelas também se organizaram bandeiras que se rumavam para os gerais do sertão, caravanas das entradas inconsistentemente civilizadoras. Se não teve mártires na Inconfidência Mineira, arroubo de sonhadores que trocavam a lira pela espada, foi na Bahia mater que um rei violentado e benemérito traçou a primeira fórmula da emancipação do Brasil (INSTITUTO..., 1916, v. 42, p. 24).

Como visto, os parágrafos acima evidenciam a preocupação dos componentes do IGHB em destacar alguns acontecimentos históricos que imputam ao Estado baiano a imprescindibilidade na história brasileira, como o fato da Bahia ter sido o berço da colonização brasileira, “marco inicial” da formação do país; o patriotismo dos heróis baianos que deram sua própria vida pelo Brasil na luta da independência do Brasil na Bahia; e o próprio combate pela independência do Brasil, visto pelos sócios do Instituto como um dos principais responsáveis pela ruptura total dos laços coloniais do Brasil com Portugal.

Ressaltar os feitos históricos e propagar os exemplos dos baianos notáveis, além de auxiliar na preservação da memória e da História da Bahia, também servia para alcançar alguns dos objetivos propostos pela intelectualidade desse Estado naquele momento, isto é, colaboraria para valorizar e exaltar o Estado da Bahia e sua importância para a formação do país, contribuiria para a construção da identidade regional da Bahia e favoreceria a propagação dos exemplos dos homens notáveis, que, em consonância com a História *Magistra Vitae* do filósofo Marco Túlio Cícero (“História professora da vida”), deveriam ser seguidos pela população. Além disso, o

elogio histórico de todos os membros extintos que também se praticava no IGHB também colaborava para a construção da tradição interna do IGHB, haja vista que os elogios prestados aos sócios ilustres ressaltavam a própria agremiação que estes sujeitos estavam inseridos.

Outro dado que merece atenção em relação aos estudos históricos realizados pelos associados do Instituto, se refere ao papel de historiador como construtor do patriotismo e dos sentimentos nacionais desempenhado pelos mesmos. Apesar de não haver o ensino superior para habilitação profissional em história antes da década de 1930, os inúmeros discursos e textos de variadas modalidades construídos na época (literários, crônicas históricas, etc.), são definidos pela literatura não somente como memória histórica, mas, também, como textos de labor histórico-historiográfico, pois, segundo Curado (2001), apresentam características definidas na atual metodologia da pesquisa histórica – recolha, análise e crítica das fontes, eventual análise de períodos temporais mais longos, investigações voltadas para o campo social, entre outros. Nesse sentido, podemos considerar alguns intelectuais do IGHB como historiadores de ofício, embora não fossem de formação.

No que se refere aos textos de conteúdo geográfico, antes de falarmos sobre os mesmos é importante dizer que, a seleção dos artigos se deu pela análise dos títulos e pelo conteúdo relacionado ao tema de nossa investigação, visto que, apesar de alguns trabalhos serem de nosso interesse, algumas vezes os títulos não expressavam claramente o teor dos mesmos. É válido frisar também que restringimos nossa análise apenas aos textos voltados especificamente para o território e para a geografia da Bahia (lembrando que naquela época a geografia também se dedicava aos estudos da flora, fauna, geologia, etnografia, botânica, etc.), separando todos aqueles que apresentavam em seu teor conhecimentos relacionados à natureza da Bahia como um todo, aos aspectos físicos do território e a formação das fronteiras interestaduais desse Estado.

Dos 82 artigos dedicados à geografia da Bahia publicados durante o período de 1894-1931⁴⁷, a maior parte deles se dedicou aos estudos da geografia física e

⁴⁷ Apesar do recorte temporal do nosso estudo corresponder ao período instituído como Primeira República, a primeira RIGHB foi publicada no ano de 1894 (mesmo ano de fundação do IGHB). Outro dado que merece ser esclarecido diz respeito a análise das revistas do ano de 1931, um ano após o período do nosso recorte temporal de estudo. Esses exemplares foram investigados porque achamos pertinente avaliar se havia uma continuidade acerca dos estudos sobre o território baiano. Como resultado dessa curiosidade, encontramos um Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, trabalho de grande valia para nossa investigação.

e humana. De maneira geral, focalizaram o estudo e exploração da natureza dessa região e das suas potenciais riquezas econômicas; discutiram sobre o domínio, ocupação, integralização e povoamento do território baiano; sobre a delimitação das fronteiras interestaduais e sobre a produção cartográfica do Estado da Bahia. Também versaram acerca dos meios de transporte e comunicação desse Estado e sobre as possibilidades de transformação do espaço natural visando o desenvolvimento econômico, à modernidade e progresso da Bahia. Do total desses textos, predominaram os estudos corográficos dos municípios e regiões baianas (27 obras), seguidos pelas discussões sobre a demarcação das fronteiras interestaduais desse Estado (15 obras) e dos estudos geológicos, com ênfase nas riquezas minerais da Bahia (11 artigos), como evidencia o gráfico abaixo (gráfico 4).

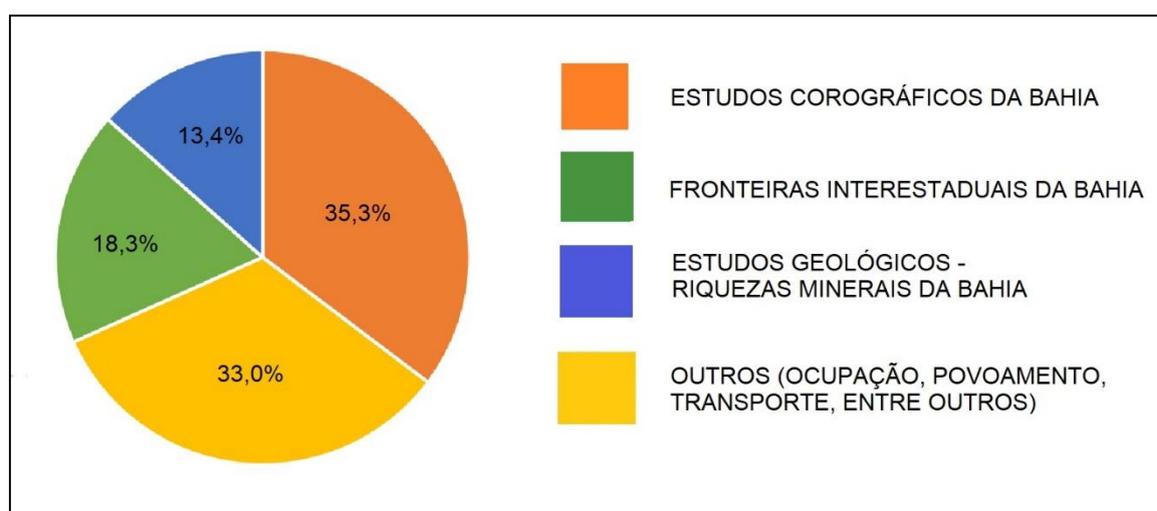


Gráfico 4 – Ocorrência de artigos dedicados a geografia da Bahia na Revista do IGHB, números 1 a 53 (1894 – 1931).

O número de estudos voltados para o território baiano, como evidencia o gráfico acima, quanto à predominância de temáticas relacionadas às ciências naturais e humanas na Revista, de imediato, já sinalizam que os integrantes do IGHB entendiam a natureza e o território embasados nas correntes de pensamento da época - positivista – cientificista – evolucionista -, compartilhando a crença em uma ciência sem limites, capaz de fornecer subsídios para o desenvolvimento econômico e modernização da Bahia e do país, e acompanhavam os princípios do projeto de construção da nação, principalmente aqueles que se referiam ao conhecimento,

integração e domínio territorial, e a exploração econômica do território e das suas fontes naturais. Assuntos estes que necessitavam do aporte científico de vários campos para serem discutidos – Geografia, História, Botânica, Geologia, Mineralogia, Zoologia, Engenharia, Cartografia, Geodesia, Astronomia, etc., e que serão mais bem aprofundados no item posterior.

Semelhante à forma de descrição utilizada pela maioria dos intelectuais brasileiros contemporâneos, mesmo nos textos de caráter científico, os estudiosos baianos apresentaram a natureza da Bahia de forma superlativa, exuberante e, algumas vezes, de maneira poética. Um exemplo disso é o trabalho *Curiosidades naturais: A Lapa da Mangabeira* de autoria de João Torres. Para esse autor essa gruta, localizada na mesorregião metropolitana de Salvador, era “uma das mais notáveis do Brasil, e que pelas suas particularidades poderia ser considerada “a maior, a mais rica e a mais notável do mundo”. Na concepção dele, não existia uma pessoa “mais apurada” que pudesse descrever o lindo fenômeno que se via, pois era necessário obter “uma imaginação vivíssima, um talento superior” (TORRES, 1894, p. 241). Por essa razão, considerando que seu lado científico e geológico não lhe permitia tal habilidade, o aludido autor convidou o poeta baiano João Brito auxiliá-lo na descrição da Gruta da Mangabeira, como vemos no excerto abaixo:

O espírito mais forte ali se abate e se humilha; confunde-se a razão ante o que surge à vista; quanto mais contemplada a eterna maravilha; mais se fica a cismar na inspiração do artista [...] Cheia de incrustações de infindos cambiantes, desenha-se uma arcada, o íris do antro escuro. Não faz igual efeito a mina de diamantes, onde do sol batesse um raio vivo e puro [...] Entrais num camarim. Que luxo do Oriente! Veste a parede e o chão fina tapeçaria; móveis de um gosto novo, o lustro, astro pendente, cristais em profusão, um foco que irradia [...] O que pode idear um cérebro dantesco, um mágico cinzel, uma palheta ardente, em forma, em rendilhado, em cor, em arabesco, tudo se faz notar naquela gruta ingente (BRITTO, 1894, p. 244-243).

Do mesmo modo, ao representar a Bahia no 4º Congresso de Geografia realizada na cidade de Recife, Bernardino de Souza, ao caracterizar esse Estado, também expôs a natureza e o território da Bahia de forma elogiada e romântica:

[...] contornos pitorescos de variada paisagem, da montanha verde e florente á praia banhar de branca roupagem, e as terras marginais encantadoras estendem-se em campinas ou se enrugam em colinas sempre alegres e viçosas, povoadas de bosques, perfumadas de jardins, retalhadas de rios, fecundas de fontes, sempre uma esmeralda rodeada de uma safira, que a vai cingindo por três lados, num amplexo

amorável e salutar. Enfeitam-se nas 35 ilhas, um arquipélago frondoso, da ubérrima Itaparica que fronteira a cidade, á rasa insula do Medo, da penhosa terra dos frades ao sombreado ilhéus das cristalinas fontes. Para mais de 6 dezenas de povoações debruçam-se sobre suas bonançosas águas, daquela cidade do Salvador, nascida como guerreira no alto de uma escarpa, até as poéticas aldeias que a rodeiam de faixa louça e bela. Do grande golfo disse admirado Rocha Pitta⁴⁸ o seguinte: o céu, que o cobre, é o mais alegre; os astros, que o alumiam os mais claros; o clima, que lhe assiste, o mais benévolo; os ares, que os refrescam, os mais puros; as fontes, que o fecundam, as mais cristalinas; os prados que os florescem, os mais amenos; as plantas aprazíveis, as árvores frondosas, os frutos saborosos, as estações temperadas (SOUZA, 1916, p. 8 - 9).

De forma semelhante, o artigo *O Estado da Bahia* (INSTITUTO..., n. 10, v. 3, 1896, p. 551-563), elaborado pela organização do instituto e publicado na revista no ano de 1896, define o Estado da Bahia da seguinte maneira:

O Estado da Bahia é um dos maiores da confederação [...] na margem oriental da Bahia de Todos os Santos uma das mais notáveis do mundo pela grandeza e pela profundidade e tranquilidade de suas águas acha-se a cidade do Salvador [...] neste particular Estado da Bahia passa por ser um dos mais favorecidos pela natureza tropical, infatigável nas manifestações das forças de criação vegetal. As florestas que ainda sombreiam uma imensa superfície do nosso território fornecem as mais preciosas madeiras aplicáveis a todos os misteres [...] o clima é dos mais saudáveis [...] desde o descobrimento do Brasil distinguiu-se sempre a Bahia a fama de suas muitas riquezas mineralógicas (INSTITUTO..., n. 10, v. 3, 1896, p. 551-563).

Essa retórica otimista apontando a positividade da natureza e a magnitude do território permeou claramente as correntes de pensamento durante todo o século XIX e nas primeiras décadas do XX. Acompanhando o movimento romântico iniciado na Europa que promoveu uma abertura histórica para a valorização da natureza no universo da modernidade e buscando uma autodeterminação nacional, os intelectuais brasileiros se nutriram do sentimento de nacionalismo que, como já discutimos, nas palavras de Moraes (2005), nascia como louvor dos méritos naturais e físicos do país, e não como ostentação de uma herança histórica ou de uma

⁴⁸De acordo com Karvat (2005), o baiano Sebastião Rocha Pitta produziu a obra *História da América Portuguesa*, primeira história do Brasil a ser publicada. Este trabalho relata os acontecimentos ocorridos no Brasil no período de 1500 até 1724. Foi publicado em Lisboa no ano de 1730.

antiguidade mítica. Nesse sentido, o conhecimento, valorização, expansão territorial e/ou ocupação antiguidade mítica. Nesse sentido, o conhecimento, valorização, expansão territorial e/ou ocupação do território faziam parte do projeto nacional, dotado de sentido e de identidade para a existência do Estado brasileiro. Além disso, a fecundidade da natureza exuberante também era garantia de desenvolvimento material e moral do Brasil, entendida como o passaporte para equiparar esse país aos do Velho Mundo.

Por outro lado, esse enaltecimento da natureza também pode ser entendida como uma contrapartida ao pensamento de muitos naturalistas europeus do século XVIII, construído principalmente a partir das ideias do naturalista francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, o qual qualificou a natureza americana como inferior e debilitada. Na visão de Santos (2009), Buffon entendia o estado bruto da natureza americana como hostil ao desenvolvimento da vida. Para ele, a natureza sem a marca do empreendimento humano tudo deformava e corrompia, imprimindo o eurocentrismo da ciência na natureza. Desse modo, estudar sistematicamente a natureza da Bahia, elogiar o território desse Estado, divulgar suas riquezas naturais e indicar as potencialidades econômicas dessa região acompanhava as ideologias internacionais e nacionais, mas, prioritariamente, objetivavam concretizar o projeto modernizador da Bahia.

Ante ao exposto, entendendo que o conhecimento científico não pode ser isolado do “emaranhado de constrições culturais e de compromissos ideológicos que dão forma às escolhas sociais e políticas (VESSURI apud VERGARA, 2010, p. 33), podemos asseverar que o IGHB se constituiu desde sua origem como uma instância de produção de conhecimento científico.

4 IGHB E CIÊNCIA: ATUAÇÃO NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BAHIA

No presente capítulo refletiremos como as atividades desenvolvidas pelos sócios do IGHB influenciaram a implementação de algumas propostas do projeto de desenvolvimento e modernização instituído na Bahia durante o decurso da Primeira República. Com a dupla missão de superar o declínio econômico e político que esse Estado enfrentava na época em questão e inserir a Bahia no projeto republicano nacional, o referido plano embasou-se nas mesmas determinações que orientavam a construção da nação brasileira, ou seja, os intelectuais do IGHB configuraram a relação ciência, território e natureza como um fator primordial para a concretização dos seus anseios modernizadores. À vista disso, discorreremos sobre as principais correntes teóricas e científicas prevalentes no pensamento social brasileiro durante a Primeira República; abordaremos sobre as implicações dessas correntes no projeto republicano nacional, bem como, nas ações e produções dos sócios do IGHB voltadas para o desenvolvimento da Bahia. Concomitantemente, discutiremos acerca das fundamentais estratégias utilizadas pelos associados do Instituto para alcançar os objetivos do projeto de modernização da Bahia.

4.1 CORRENTES CIENTÍFICAS PREVALENTES NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

É quase unanimidade nos meios acadêmicos e eruditos o fato de que o cientificismo dos meados do século XIX, que se estendeu pelo início do XX, exerceu grande influência nos meios intelectuais e políticos e serviu como base estruturante para elaboração do projeto nacional republicano. De acordo com Vergara (2010), o cientificismo possuía várias expressões: materialismo, positivismo e darwinismo. Entretanto, aqui no Brasil, o positivismo se tornara a forma mais difundida deste cientificismo. Essa concepção positivista-cientificista que permeou o pensamento social brasileiro durante a época em que se fala acompanhou um movimento mundial de supervalorização da razão e da técnica, o qual caracterizou a ciência como saber absoluto, superior, “salvadora da humanidade”.

Conforme Raymond Aron (2002), a fundamentação da Filosofia Positiva de Auguste Comte se baseia na célebre lei dos três estados que pode ser sintetizada pela afirmação de que todas as ciências e o espírito humano como um todo desenvolvem-se através de três estados distintos: estado teológico, estado metafísico e estado positivo. Basicamente, a humanidade passaria por esses três estágios que se sucedem.

Ainda sob a interpretação de Aron, no primeiro estado, denominado teológico, os seres humanos explicavam o mundo e os fenômenos atribuindo-os a forças ou seres sobrenaturais como espíritos e deuses. Nessa fase, a mentalidade teológica tanto serve para explicar a natureza, quanto desempenha a função de coesão social e fundamenta a vida moral. No segundo, metafísico, invocavam-se entidades abstratas, como a natureza. De acordo com Souza e Murguia (2015), esse estado se caracteriza pela concepção de forças - físicas, químicas e forças vitais - para explicar os diferentes grupos de fenômenos, em substituição aos deuses da fase teológica. Diferencia-se do primeiro estado (teológico) pela substituição do concreto pelo abstrato e da imaginação pela argumentação, destruindo assim a ideia de subordinação da natureza e do homem ao sobrenatural. No plano político o espírito metafísico corresponde a substituição dos reis pelos juristas; a sociedade metafísica origina-se de um contrato e tende a basear o Estado na soberania do povo. E no terceiro estado, o positivo, o espírito humano observava os fenômenos sociais, no curso do tempo; abre mão de suas causas para compreender as leis que os governam.

Entendida como a máxima desejada por Comte para toda a sociedade humana, o terceiro estado ora falado se caracteriza pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Nessa fase, segundo Nady Moreira Domingues da Silva (2011), a união entre a teoria e a prática apoia-se no conhecimento das relações constantes entre os fenômenos e na previsibilidade que é característica da ciência: ver para prover, sendo possível então o desenvolvimento da técnica. O melhor exemplo que se aproximava era a sociedade industrial - o estado positivo corresponderia à indústria -, isto é, à exploração da natureza pelo homem.

Melhor explicando, em concordância com Bianca Souza e Eduardo Murguia, a fase positivista via na sociedade industrial e na organização científica do trabalho a possibilidade de realização, configurando a sociedade industrial como a sociedade de todos os homens, não por imposição, e sim porque era a vocação da humanidade voltar-se para a unidade. Essa vinculação do indivíduo à coletividade é concebida por

Comete de forma recorrente, já que para ele é o caráter coletivo que comanda a ação humana. Conforme Lincoln de Abreu Penna (1997), na perspectiva desse filósofo, não se pode explicar a humanidade pelo homem, mas antes o homem pela humanidade.

Assim, nos planos social e político o estado positivo caracterizar-se-á pela passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas, e do poder material para o controle dos industriais. Nesse quadro, “as ciências são a investigação do real, do certo e indubitável. Científico ou Positivo é o fato, o concreto que pode ser quantificado, analisado, provado” (SILVA, 2011, p. 1). Logo, na visão de Penna (2020), o positivismo pode ser considerado como a consagração da cientificidade, ou seja, da era na qual o ser humano dominaria pela ciência todos os fenômenos naturais e sociais.

Sugerindo respostas válidas para um país que estava em face de um novo tempo, necessitando de uma nova estrutura político-econômico-social e de uma nova estrutura ideológica e cultural, em sintonia com Ivan Lins (1964), a tradição positivista chegou ao Brasil no século XIX, por volta dos anos de 1832 a 1840, trazida por brasileiros que foram completar seus estudos na Escola Politécnica de Paris. Mas, segundo o mesmo autor, só por volta dos anos de 1850 que as ideias comteanas começaram a aparecer de forma mais consistente e sistemática na Escola Militar do Rio de Janeiro. Posteriormente foram se firmando sempre no meio estudantil, como seja: Colégio Pedro II, Escola da Marinha, Escola de Medicina e Escola Politécnica.

Para Nady da Silva, o marco inaugural da difusão do Positivismo, em caráter especulativo, é a obra de Luís Pereira Barreto, *As Três Filosofias*, cujo primeiro volume foi publicado em 1874 e o terceiro jamais chegou à publicação. Dois anos depois, em 1876, funda-se a Sociedade Positivista Brasileira, que mais tarde viria a se transformar na Igreja Positivista do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Segue-se, então, a tradição positivista do Brasil, tendo em Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos seus principais doutrinadores, e em Benjamin Constant Botelho de Magalhães seu líder. Estes homens, objetivando a organização da sociedade brasileira em nível positivo, inspiraram os dizeres da bandeira brasileira com o lema Ordem e Progresso e se empenharam em dar suporte à ideia de uma República unitária, capaz de pôr em prática as vontades gerais.

Desse modo, em harmonia com Aron (2002), a componente política do positivismo fez surgir entre muitos brasileiros um ideal de república similar à ditadura sociocrática positivista, uma filosofia política que parte do pressuposto de que a

sociedade caminha necessariamente para uma estruturação racional, ou científica. Essa ideia possuía um fundamento autoritário e sustentava o princípio de uma república unitária, na qual o primeiro dos cidadãos agiria ditatorialmente, no sentido de possuir a faculdade de ditar os anseios do povo. Entretanto, esse entendimento criou interpretações antidemocráticas, sobretudo amparadas em ambientes de forte tradição política mandonista.

Mesmo não contando com a simpatia dos velhos políticos do passado nem com os políticos liberais de tradição monarquista que haviam se apoderado da jovem república, a combinação da leitura positivista na esfera da política com os valores embasados no jacobinismo e nas tradições patrimonialistas produziram uma cultura política que esteve a alimentar uma das vertentes de República nos primórdios do regime republicano brasileiro.

Para Vergara (2010), a maior incorporação da doutrina de Comte no Brasil se deu por conta de seu modelo, embasado na “unidade da civilização”. Desse modo, entende-se que as diferenças entre as nações “seriam mais de estágio civilizatório do que propriamente de natureza”, reforçando a crença da intelectualidade brasileira na possibilidade da tão sonhada integração do Brasil na cultura ocidental (Ibidem, 2010, p. 43). Em síntese, concordando com a referida autora, essa ideia de unidade, baseada na ciência e na ordem social, e os desdobramentos dessa proposta, tais como, formação de uma nação, sentimento único de identidade e pertencimento, foram os principais ensinamentos retirados pelos seguidores de Auguste Comte nesse país.

Assim como a filosofia comtiana permeou o pensamento social brasileiro durante a época em estudo, o evolucionismo e o darwinismo social também influenciaram as percepções e ações dos dirigentes do Brasil. As ideias contidas nessas enunciações são desdobramentos da teoria evolutiva - que é a base da teoria da seleção natural elaborada pelo inglês Charles Darwin e consagrada na sua memorável obra “Teoria da origem das espécies” (1859). Para esse naturalista, as espécies se transformavam a partir de uma seleção natural em que características mais adaptadas a um ambiente se tornavam predominantes. Com isso, os organismos que melhor se adaptam ao meio (e não necessariamente os mais fortes) têm maiores chances de sobrevivência do que os menos adaptados, deixando um número maior de descendentes. Entre as ideias de Darwim, destacam-se a crença em um mundo

vivo, a defesa do processo de mutação lento e gradual e a afirmação de que o mecanismo de mudança é a seleção natural.

Ao aplicar alguns desses princípios na vida e na sociedade humana, em sintonia com Lilia Schwarcz (1993), os evolucionistas sociais elaboraram um discurso de matiz monogenista, representando a humanidade “como una e defendendo a inexorabilidade do desenvolvimento de todos os povos”. A máxima do evolucionismo social sublinhava a noção de que as sociedades humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”. Ao afastar a ideia de raças ou espécies humanas, os adeptos dessa corrente afirmavam que as diferenças entre as nações deveriam ser enxergadas como “mera contingência, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo” (Ibidem, 1993, p. 57-58).

Já os seguidores do Darwinismo Social sugeriam que assim como os seres vivos se adaptavam ao meio, também sobreviveriam as sociedades mais bem adaptadas, em detrimento de outras que sucumbiriam com o passar do tempo. Tendo como seu mentor o filósofo inglês Herbert Spencer, o darwinismo social também considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, isto é, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores.

Nessa perspectiva, como afirma Schwarcz, as espécies humanas eram produtos finais, existindo entre “as raças⁴⁹ humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno”, decorrendo assim o elogio das raças puras e uma peremptória condenação à miscigenação. “Os brancos eram colocados no topo da pirâmide racial, acima dos amarelos, caracterizados como raça intermediária, e dos negros e índios, muitas vezes considerados incivilizáveis” (Ibidem, 1993, p. 58 – 59).

⁴⁹Michael Yudell et al (2016), argumentam que atualmente o conceito clássico de raça (uma mescla entre algo cultural e algo genético que vinha representado pela cor da pele) como ferramenta para entender a diversidade genética humana está superado. Raça refere-se a uma única subdivisão das espécies conhecidas, membros de uma herança física, a qual visa distinguir-se de outras populações da mesma espécie. Apesar desta definição, os referidos cientistas entendem que não existe entre os humanos uma diferença genética bem definida entre raças. A maior parte das pessoas pertencem a categorias entre subdivisões do que propriamente àquela da qual pertencem, ou de que um mesmo indivíduo pode ter características que o colocam em diversas categorias simultaneamente.

Na visão dos darwinistas sociais, a divisão da humanidade em raças correspondia a uma divisão entre culturas, fato que asseverava a preponderância do componente racial no comportamento do indivíduo, “em um discurso que desaguava na defesa de uma política de intervenção na população com o objetivo de eliminar os componentes étnicos inferiores”. É pertinente dizer que Darwin não concebeu uma doutrina de sobrevivência dos mais fortes, conceito bastante utilizado no darwinismo social (SCHWARCZ, 1993, p. 59).

Dessa forma, o darwinismo social foi utilizado como argumento ideológico para explicar a superioridade racial e a divisão da sociedade em subgrupos com características diferentes, vincunlando-se a ideologias racistas e eugenistas. No que tange a eugenia, cabe dizer que em harmonia com Maria Augusta Bolsanello (1996), essa ideologia foi fundada pelo primo de Darwin, Francis Galton (1822–1911), e preconizava o favorecimento pelo Estado da formação de uma elite genética concebida através do controle científico da procriação humana, onde os inferiores, menos aptos, seriam eliminados ou desencorajados a procriar. Visava essencialmente o aperfeiçoamento da raça.

Como os intelectuais brasileiros defendiam um projeto nacional modernizador e civilizatório, no qual o contingente populacional brasileiro (formado em larga medida por negros e mestiços) era entendido como um dos principais entraves aos seus ideais, a entusiástica do evolucionismo, do darwinismo social, do racismo científico e da eugenia, segundo Schwarcz (1994) eram oportunos e foram popularizados enquanto justificativa teórica-científica para dar saídas a alguns dos problemas da nação. Segundo Bolsanello e Rafael Fulgêncio (2014), partia-se do princípio que o brasileiro não tinha conseguido promover o desenvolvimento adequado do país, por ter-se tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente devido ao calor e a mistura das “raças” inferiores. Também acreditava-se que a economia nacional, com o esgotamento do modo de produção escravagista, passaria por uma grave crise de escassez de mão de obra, uma vez que os negros e mestiços eram inaptos para o trabalho livre.

Assim, para os intelectuais brasileiros era urgente resolver o problema dessa população que não se ajustava à identificação de uma nação conforme os centros de referência e não estava apta para o novo regime de trabalho que a República implantava. Nessa direção, a classe intelectual do Brasil elevou a miscigenação do povo a um princípio de arenização, a um ideal de democracia social, atribuindo um

valor ao grau de embaquecimento da pele. Na visão deles o homem branco europeu era mais apto para o regime de trabalho, tinha o padrão da melhor saúde, da maior beleza e da maior competência civilizacional em comparação às demais “raças” - “amarela” (asiáticos), a “vermelha” (povos indígenas) e a negra (africana).

O resultado foi atrair o maior número de indivíduos europeus da raça branca, que, mediante a mistura com o indivíduo nacional, daria ensejo à criação de um povo de qualidade biológica e, conseqüentemente, cultural e laborativa superior. Na percepção dos articuladores brasileiros, a entrada do imigrante europeu produziria um “tipo racial brasileiro mais eugênico”, porque este seria possuidor de maior quantidade de sangue branco (RAMOS, 1996, p. 61). Trata-se da Teoria do Branqueamento, a qual defendia que, com a miscigenação, a raça branca prevaleceria sobre a negra e a população brasileira se tornaria branca e civilizada em três gerações. Esse pensamento que teve no antropólogo e médico João Baptista de Lacerda seu principal expoente, imputou aos “mestiços superiores” a saída necessária para um país cuja população se encontrava em avançado estágio de deterioração racial.

De acordo com Schwarcz, essa teoria racial brasileira trazia incongruências, pois, na tentativa de conciliar elementos da teoria evolucionista com princípios do darwinismo social, trazia elementos teóricos inconciliáveis - a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento. Da interpretação darwinista social, extraiu-se o argumento da diferença biológica para manter a estratificação social revogada pelo direito republicano. Do Evolucionismo Social, extraiu a possibilidade de recuperação, pela miscigenação, de uma população racialmente degenerada, garantindo para o país um futuro branco e civilizado.

Nas palavras da mesma autora, ao buscar uma saída para um país mestiço, os “homens de ciência” do Brasil em finais do século XIX e início do XX - “mistos de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários” -, se moveram nos “incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado” (Ibidem, 1993, p. 18-19). Ainda para Schwarcz (1994), as teorias estrangeiras trazidas para o Brasil, não parecem ter sido fruto da sorte, mas introduzidos de forma crítica e seletiva para atender os argumentos que interessavam ao discurso racial no País, transformando-se em instrumento conservador e autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo às antigas hierarquias sociais.

E assim, foram lançadas as bases científicas do projeto nacional republicano que pautado numa ciência positiva, mesclava ideias de teor liberal conservador, racistas, deterministas e preconceituosas. O resultado foi a criação de um modelo que, ao buscar uma nação moderna, desenvolvida e civilizada, de certa maneira, feriu a dignidade humana, a cidadania; legimou as desigualdades sociais e acomodou a defesa da industrialização e de uma política de incentivo à imigração, como veremos a seguir ao tratarmos sobre as implicações dessas correntes na implementação do projeto político da Bahia no decurso da Primeira República.

4.2 CIÊNCIA E TERRITÓRIO NO PROJETO DA BAHIA REPUBLICANA

Antes de falarmos especificamente da relação ciência-território no projeto de modernização e desenvolvimento da Bahia republicana, cabe tecermos algumas considerações sobre essa mesma relação no projeto republicano nacional, haja vista, o projeto político da Bahia seguir as mesmas determinações desse projeto mais amplo.

Como exposto, as influências científicas, positivistas e das teorias evolucionistas, cujos conteúdos filiavam-se ao darwinismo, especialmente a do biólogo Ernest Haeckel e a do filósofo social inglês Herbert Spencer, despertaram nos intelectuais brasileiros uma crença “no poder revolucionário da técnica, capaz de produzir um progresso irrefreável”. Para os adeptos dessa ideia, somente por meio do conhecimento científico o homem poderia alcançar suas aspirações, solucionar seus problemas mais essenciais, promover o desenvolvimento e progresso das nações.

Ao discutir essa temática em seus estudos sobre natureza e cultura no Brasil, Luciana Murari (2009) assevera que as leis do spenciarismo defendiam a existência de uma ordem da natureza que conduzia, de maneira inevitável, “à evolução em direção a formação de espécies, indivíduos e sociedades mais complexas, integradas, especializadas, eficientes e coerentes”, desde que nenhuma força externa interferisse em seu desenvolvimento normal. Essas ideias produziam explicações finalistas e conferiam um sentido à história, depositando irrestrita confiança no progresso dos indivíduos e das sociedades por meio da contínua redistribuição de energia e da melhoria constante de seus meios de vida e de seu conhecimento (SANTOS, 2009, p. 320).

Logo, ainda de acordo com Murari, a teoria evolucionista se tornou a principal matriz ideológica da classe hegemônica modernizadora brasileira no período em estudo, justamente por ter encontrado nela argumentos que sustentavam seu discurso e sua intervenção, ao mesmo tempo em que contribuía para a afirmação das ideias de progresso e de transformação técnica no país. Somado a isso, “o evolucionismo adicionava à leitura da evolução do mundo natural uma crença positiva e conquistadora”, notavelmente utilitarista, que se adequava com perfeição a um universo social a ser convertido às finalidades gerais do aprimoramento capitalista (SANTOS, 2009, p. 320).

Sob essa linha de raciocínio e sendo o Brasil um país agrícola, dotado de grande espaço físico ainda desconhecido e inexplorado e cheio de notáveis riquezas naturais, era imprescindível, segundo Alberto Torres citado por Murari (2009), que os brasileiros adaptassem suas atividades produtivas às condições da natureza utilizando-se dos pressupostos científicos e tecnológicos para desenvolver o setor agrícola no Brasil, sua principal fonte de renda naquele período. Isto é, o conhecimento das condições geográficas brasileiras em seu conjunto integrado – clima, solo, vegetação, regime de chuvas, riquezas naturais, etc. – associado ao desenvolvimento de uma técnica agrícola adequada e eficaz promoveria o melhor uso possível das terras para a agricultura e para as diversas possibilidades de atividades produtivas ligadas a natureza.

Com essa perspectiva, os articuladores que pensavam o país, apesar de divergirem em alguns aspectos, advogavam pela diversificação produtiva, criação de uma agricultura científica e modernização do campo brasileiro. De maneira geral, eles partilhavam um projeto modernizador que defendia que a regeneração da agricultura brasileira viria de pesquisas científicas, da intensificação dos processos produtivos também por meio da ciência, da adoção de técnicas modernas de cultivo e tratamento do solo, do ensino técnico agrícola e da criação de infraestrutura de apoio à produção e comercialização (TORRES apud MURARI, 2009, p. 285).

A ideia da atualização da agricultura visava criar uma nova racionalidade que possibilitasse a superação das técnicas morosas e precárias de produção, a adoção de novas tecnologias e métodos que elevassem a eficácia do sistema produtivo, melhorassem a economia do país e, simultaneamente, articulassem os interesses da agricultura com os da indústria, promovessem o aumento da renda gerada pelo setor primário, modernizassem o campo e “civilizassem” os homens rústicos do sertão

brasileiro. A crença absoluta na eficiência dos programas de progresso e modernização adotados segundo os princípios científicos ligados a agricultura traria soluções para os grandes problemas do campo brasileiro, isto é, pelo poder da racionalidade e da técnica seria possível superar a monocultura, o atraso técnico do setor agropecuário e o latifúndio que nesse período estava relacionado a ausência de uma educação técnica e a prática para o aprimoramento do trabalho agrícola (também fornecido por uma educação técnico-científica).

Porém, essa pretendida modernização do setor agrícola e das relações da sociedade com seu meio físico dependia da integralização e expansão do domínio do poder público nacional sobre a totalidade do território - outros problemas emergentes do Brasil. Era urgente “desbravar” os sertões, ocupar e transformar os espaços desconhecidos e vazios, conhecer suas riquezas, torná-los produtivos e conectados às regiões em desenvolvimento do país, adequando-os aos objetivos nacionais vigentes naquele período. É pertinente dizer aqui que, em sintonia com Antonio Carlos Robert Moraes, essa valorização espacial dos sertões conformava-se em uma ideologia geográfica, já que o sertão não estava sendo visto apenas como uma materialidade da superfície terrestre, mas, também, como uma realidade simbólica. “Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e interesses vigentes neste processo” (2011, p.101).

Nesse segmento, a partir do final do século XIX, o Estado Brasileiro também estabeleceu uma política de integração territorial objetivando, sobretudo, a incorporação do centro político do país (zonas de expansão econômica) às regiões da fronteira ocidental e do extremo norte. Fato que também implicava na produção de um conhecimento técnico-científico específico para atender essas demandas.

Assim, na tentativa de atender os anseios pela modernidade e civilização do país, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX foram marcadas pelo considerável impulso e investimento da ciência no Brasil. Nesse momento as instituições científicas existentes foram reestruturadas e tiveram suas atividades dinamizadas, outras novas foram criadas e/ou passaram a ter uma existência mais constante, como o caso das comissões exploratórias e os Institutos Históricos e Geográficos. Sobre isso, Dantes (1995) ainda complementa que também foram criadas escolas profissionais, instituições de História Natural (hortos, museus, etc.), observatórios, institutos de ciências biomédicas - segundo o modelo pasteuriano -, como o de Manguinhos (rio de Janeiro), o Instituto Bacteriológico e o Butantan (São

Paulo), entre outros. Esses institutos de ciências biomédicas introduziram no país um novo modelo de ciência, tornando-se as instituições científicas nacionais mais prestigiadas até o início do século XX.

Vale frisar que, nessa busca pelo fortalecimento das instituições de pesquisa para a construção de uma ciência nacional e para a modernização do país, além dos conhecimentos da engenharia, as ciências da natureza se destacaram, pois, segundo Vergara (2010), os intelectuais envolvidos no desenvolvimento do Brasil depositaram nas mesmas as esperanças de grandeza nacional, ou seja, acreditavam que as ciências naturais, através da astronomia, da botânica, da zoologia, da geologia, da geografia e da etnografia deveriam se orquestrar conjuntamente para conhecer todos os aspectos do território e constituir a nação brasileira. Assim, o território, a natureza e o povo eram objetos da ciência que iriam ditar as diretrizes para a construção da nação.

No bojo dessas discussões, Antônio Candido citado por Silvia Figueirôa, salientou que o nativismo, um dos traços marcantes nesse período, impregnou significativamente os cientistas e as instituições de pesquisas brasileiras, “tingindo com cores locais os modelos importados” (CANDIDO apud FIGUEIRÔA, 1995, p. 775). Sob a luz do movimento romântico, eles buscavam conectar a “poética e sagrada” natureza do Brasil ao progresso do país, numa combinação entre o divino e o humano. Mesmos nos textos científicos, encontrava-se a natureza descrita com palavras poéticas, metáforas, de grande teor valorativo, contemplativo e carregado de emoção. Tal relação também estava interligada a afirmação do sentimento nacional, atração de imigrantes e a promoção ao turismo. Era necessário oferecer um ambiente atraente, bonito e que despertasse a saúde e o bem-estar da população para atrair a força “civilizadora”.

Numa análise mais ampla e sintética do exposto, percebemos que a intelectualidade brasileira seguia um padrão geral. Embasava-se no ideal de referência que se buscava compartilhar e equiparar para construir uma ciência autóctone, necessária a formação da identidade e da nação brasileira. Os modelos científicos prevalentes especialmente na Europa foram aqui disseminados e adequados ao contexto nacional. Dentro desse movimento, Figueirôa (1995) assevera que foram os Institutos Históricos e Geográficos as agremiações científicas de maior relevo no período em análise, pois, eram os principais encarregados de zelar pela história e geografia pátria.

Assim, inseridos nessa conjuntura e imbuídos nas determinações centrais que

permeavam o debate sobre a construção da nação brasileira durante a Primeira república, os intelectuais do IGHB também reconheceram o território e a ciência como instrumentos imprescindíveis para conquistar um espaço para o Brasil dentro da comunidade mundial e como elementos vitais para forjar uma identidade própria que nos distinguíssem como nação independente. De modo mais pontual, esses agremiados, embasados nas correntes científicas prevalentes no pensamento social brasileiro, lançaram mão das mesmas estratégias dos dirigentes do Brasil para construir a identidade regional da Bahia; reverter a realidade desfavorecida que esse Estado vivenciava durante a Primeira República; modernizar essa região; e reaver seu antigo lugar de prestígio no cenário nacional - principais demandas desse Estado no momento ora falado. Desse modo, como também ocorreu no cenário nacional, a geografia e a engenharia ganharam bastante relevo para a implementação do projeto de modernização desse Estado, como demonstra o item a seguir.

4.3 O PAPEL DA GEOGRAFIA E DA ENGENHARIA NO PROJETO DA BAHIA REPUBLICANA

No período em estudo, apesar da ciência geográfica ocupar um lugar central e fornecer o aparelho para os discursos e debates sobre a nação, a geografia ainda não era institucionalizada no Brasil. Segundo Moraes (2005), além dos Institutos Históricos e Geográficos, a discussão dos temas e das teorias geográficas eram realizadas em diversas outras instituições, como por exemplo, faculdades de direito, medicina, engenharia, nas escolas e também em comissões e em órgãos públicos dedicados a serviços do território. Conforme esse estudioso, o marco de consolidação e institucionalização da Geografia ocorreu somente na década de 1930, com a criação de órgãos específicos dedicados ao ensino e pesquisa de geografia, como os cursos universitários da disciplina (surgidos primeiramente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo), o Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Em concordância com Monteiro (2001), esses primeiros cursos superiores foram implementados com a colaboração de docentes franceses e nos anos iniciais de sua fundação trataram a geografia associada à História.

Na falta de um campo geográfico forte e consolidado, os “geógrafos” brasileiros

também construíram sua cultura erudita sob a influência dos estilos e conteúdos definidos, especialmente, nos países europeus (especificamente nas instituições geográficas da Alemanha, da França), ajustando as ideias externas às necessidades práticas da vida brasileira. Dentre as referências principais compartilhadas pelos componentes do IGHB, destacam-se os mesmos nomes que atuaram na geografia mundial, a saber: os alemães Alexander von Humboldt e Karl Ritter (considerados como os criadores da geografia moderna) e Friedrich Ratzel; e do norteamericano William Morris Davis.

Falando de forma geral sobre as contribuições desses estudiosos para o campo da geografia, Pena (2019) afirma que Humboldt e Ritter foram os responsáveis pela adoção e uso exclusivo da razão para explicar o espaço e suas características físicas e humanas, rompendo com os antigos pensamentos sobre a natureza, marcados pela presença de mitos, crenças e superstições. Para esse autor, mesmo esses estudiosos realizando trabalhos distintos (Humboldt dedicava-se a viagens e observações descritivas e Ritter priorizava as revisões bibliográficas), eles se assemelhavam no pioneirismo de seus trabalhos em sistematizar o pensamento geográfico, aplicando e atribuindo os seus próprios métodos sobre o estudo das paisagens e territórios.

Já Friedrich Ratzel, inserido no complexo contexto de formação da Alemanha e engajado no projeto estatal dessa nação, definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Sob o ponto de vista de Marquessuel Dantas de Souza (2014), ao relacionar com maior clareza o homem com a terra, dando ênfase ao fator humano (algo até então não debatido explicitamente no seio da geografia), Ratzel buscou demonstrar o poder natural do meio físico sobre a vida dos homens distribuídos ou espacializados pela superfície do globo.

Para Ratzel, conforme Arcassa e Mourão (2011), a sociedade é um organismo que mantém relações duráveis com o solo. O homem precisaria utilizar os recursos da natureza para conquistar sua liberdade. O progresso significaria um maior uso dos recursos do meio, logo, uma relação mais íntima com a natureza. Assim, quanto maior o vínculo com o solo, maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse.

Em outros termos, Antonio Carlos Robert Moraes (2003) esclarece que o geógrafo em apreço, advogava que o homem conquistaria sua liberdade caso se

apropriasse dos recursos da natureza, visto que, numa relação proporcional, à medida que a sociedade se expande ela utiliza maior quantidade de recursos. Se estes fossem escassos, conseqüentemente a sociedade não se desenvolveria. Desse modo, a sociedade deveria se organizar para proteger a natureza e defender seu território, pois deles dependia. Por essa razão, a sociedade cria o Estado, isto é, na visão de Friedrich Ratzel: “quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado” (Ibidem, p.59-60).

Num âmbito mais amplo, Moraes assegura que a geografia proposta por Friedrich Ratzel privilegiou o elemento humano e

[...] abriu várias frentes de estudo, valorizando questões referentes à história e ao espaço, como: a formação dos territórios, a difusão dos homens no globo (migrações, colonizações etc.), a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre, o isolamento e suas conseqüências, além de estudos monográficos das áreas habitadas (MORAES, 2003, p.61).

Em termos de método, em sintonia com o autor acima mencionado, sua obra ainda trazia traços da Geografia como ciência empírica, cujos procedimentos de análise seriam a observação e a descrição, porém, propunha ir além da descrição; buscava síntese das influências na escala planetária, ou, nas palavras de Ratzel, “ver o lugar como objeto em si, e como elemento de uma cadeia” (MORAES, 2003, p.61). Em síntese, para Moraes e Souza, Ratzel teve o mérito de trazer para o debate geográfico os temas políticos e econômicos, colocando o homem no centro das análises e dar à geografia um método científico, podendo ser considerado como o primeiro a ter estudado cientificamente a geografia humana.

Em relação ao geógrafo norte americano William Morris Davis, Monteiro (2001) afirma que suas obras sobre os ciclos de erosão foram decisivas para a sistematização dos estudos do relevo terrestre – geomorfológicos e no estabelecimento de uma geografia como disciplina acadêmica. Sendo suas ideias bastante utilizadas até a primeira metade do século XX.

Mesmo essas ideias perpassando as discussões no campo geográfico brasileiro e mundial, durante o recorte temporal da nossa investigação a geografia ainda não estabelecia em sua reflexão a diferenciação entre a análise do território e a análise da formação territorial. De acordo com Moraes (2005), dominada por ótica

positivista, a geografia ainda concebia o seu objeto de estudo como um fato ou um produto, apresentando dificuldade para teorizar acerca de abordagens processuais e dinâmicas envolvidas na relação da sociedade com o espaço. Para ele, apesar de Friedrich Ratzel já ter proposto (no final do século XIX) o estudo da formação dos territórios como objetivo maior deste campo, os trabalhos empíricos da geografia “pouco se dedicaram ao exame da sua constituição histórica, tomando em geral os territórios existentes no globo como dados, numa abordagem estática e centrada no presente” (MORAES, 2005, p. 51-52). O território ainda não era visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, portanto, não se realizava o estudo de sua gênese e desenvolvimento, permanecendo assim até as últimas décadas do século XX.

Nessa perspectiva, na definição de Inês Freitas, os “geógrafos *stricto sensu*, descobridores do território brasileiro, os mais científicos e objetivos, como no passo evoluído dos viajantes-naturalistas, assumindo o papel do geógrafo moderno”, dedicaram-se essencialmente em conhecer a natureza e construir o território brasileiro. Em conjunto com os cartógrafos, físicos, astrônomos e, principalmente, com os engenheiros (notórios estudiosos da natureza e da geografia, por isso também estes também foram denominados na literatura como engenheiros-geógrafos), descreveram a natureza de um modo geral, inclusive os costumes do homem (também percebido como objeto de ciência); mediram e observaram as diferenças anatômicas da fauna e da flora; catalogaram e classificaram os fenômenos e as espécies. Descobriram novas terras, delimitaram suas fronteiras e produziram suas cartas geográficas. Tudo isso com caráter científico, baseado em métodos rigorosos, buscando sistematizar o máximo possível as informações sobre a o mundo natural (2004, p. 3).

Mergulhados nesses moldes científicos e com a missão de solucionar as questões mais emergentes do Bahia, os intelectuais do IGHB do período em que se fala (e a maior parte da intelectualidade brasileira), abandonaram a visão romântica da natureza e criaram um novo olhar em face dela, criando, segundo Luciana Murari um

olhar transfigurador, pragmático, mas não menos tomado de arrebatamento. A paisagem tornou-se uma realidade a ser transformada, seus elementos passaram a ser tidos como materiais a serem utilizados pelo homem, potenciais a serem aproveitados ou óbices a serem vencidos, combustível para uma imaginação modernizante igualmente exaltada (MURARI, 2009, p. 315).

Ou seja, enquanto a paisagem romântica colocava o observador em situação de passividade, em seu deleite estético e sensorial face ao ambiente sublime, as descrições realistas da paisagem, segundo Sevcenco citado por Murari (2009), eram intermediadas pela ideia de mercado, e se concentravam no desejo de assimilação dos elementos naturais como fontes de riquezas, “objetos inertes prontos a serem apropriados pelo empreendedor vigoroso” (MURARI, 2009, p. 316). Buscava-se transformar os modos tradicionais de gestão do espaço, um dos principais fundamentos do pensamento social brasileiro do século XIX e início do XX.

Assim, José Ciryno dos Santos, na sua obra intitulada *Limites entre a Bahia e Pernambuco*, ilustra muito bem essa preocupação em transformar os produtos naturais em fontes de riqueza. Ao descrever a parte de terras em litígio entre os dois Estados acima citados, o autor prezou por exaltar o território baiano e a sua potencialidade para atividades mercadológicas: “seu terreno presta-se a todo gênero de criação”, ganhando destaque a “lavoura de cana de açúcar, plantações de feijão, milho, arroz, diversos cultivos de frutas” e inúmeras outras riquezas naturais, “uma promessa do mais grandioso empório de atividade, indústria e comércio da Bahia, Piauí, Goiás e Minas Gerais” (SANTOS, 1896, p. 459-551).

Outro exemplo que podemos mencionar é o estudo sobre a formação geológica do Estado da Bahia realizado Henrique Prager. Ao apresentar os resultados de suas investigações, o aludido estudioso tanto expõe os tipos de minério existentes no Estado baiano quanto aborda sobre a necessidade de exploração econômica dos mesmos:

Abundam neles nos quartzos metalíferos, o diamante, o carbonato e ouro, o crisólito, o berilo, a água marinha, o topázio as turmalinas, granadas de ametistas, a galena nos xistos calcários, o grafito misturado com a argila para constituir a plumbagina, o chumbo, o cobre, o mercúrio, o enxofre, o sal, o salitre, a pedrahumi, turfas, linhões e xistos betuminosos, o petróleo, o trípoli, o mármore e os enormes depósitos e montanhas de ferro oligista, nicaceo, magnitite, manganês, com camada de centenas de metros de potência e léguas quadradas de superfície [...] Existem no Estado numerosas minas por explorar, mas não para esforço individuais, e sim por meio de empresas e associações, com grandes capitais e pelos estudos investigadores de peritos científicos e aplicação de poderosos instrumentos que arranquem os tesouros escondidos no seio do subsolo (PRAGER, 1897, p. 420-421)

De modo similar, ao explorar a região de Abrolhos, arquipélago localizado na costa marítima da Bahia, Collatino Souza também associa natureza e economia:

Este vasto parcel [...] É um magnífico campo de exploração de diversas espécies: peixes, cetáceos, crustáceos e zoófitos, (pérolas, esponjas e corais), e bem assim para a extração inesgotável de inúmeras toneladas de preciosa pedra calcária para a construção doméstica e hidráulica [...] como vê-se, toda aquela vasta extensão da costa marítima do Estado da Bahia é cercada de pedra de formação contínua porque é de natureza calcária e submarina e por conseguinte é um pesqueiro tão grande como o de Terra Nova, e que alimenta muitas variedades de peixes de grande poder de reprodução [...] sendo uma região muito piscosa, e na qual entretanto não existem em cardumes os tubarões, como na baía de São Marcos nas Rocas, etc. é muito procurado durante o inverno pelas baleias afim de se alimentarem, o que dá lugar a uma outra pesca assaz lucrativa destes cetáceos [...] O campo, pois, para as grandes empresas de pesca de diversas qualidades é ali o mais vasto, inesgotável e lucrativo possível (SOUZA, 1895, p. 28–29).

Semelhantemente, Theodoro Sampaio tanto vangloria as potenciais riquezas naturais da Bahia, quanto considera o território como um dos principais instrumentos utilizados para alcançar tempos melhores:

A Bahia possui no seu vasto território, o sexto em tamanho entre os Estados brasileiros, o com que aparelhar-se para as lutas das competições e intercambio entre os povos. São extensas as suas costas de mais de mil quilômetros sobre o Atlântico; e ampla, bem rasgada a sua esplêndida Bahia de Todos os Santos, duas vezes maior do que a Guanabara do Rio de Janeiro; muitos os seus portos em bahias próprias, como as do Morro de São Paulo, de Camamu, dos Ilhéus e de Santa Cruz, além de outros das embocaduras e estuários dos seus rios maiores, descidos do sertão [...] Com bom clima de que desfruta o solo baiano [...] é susceptível das culturas mais variadas [...] As riquezas dos solos baianos são consideráveis, de referências aos minerais e rochas de valor econômico: o ouro [...] diamante e os carbonatos [...] pedras semipreciosas como as ametistas [...] topázios, turmalinas, berilos, águas marinhas, pingos d'água [...] Exploram-se em menor escala areias monazíticas [...] a essas riquezas mineralógicas do solo baiano, ajuntem-se as de procedência vegetal de mais larga exploração [...] se cortam e se exportam preciosas madeiras de construção e os belos jacarandás, cedros, brasil, pulumujús, canelas [...] madeira, Taboado [...] Em todo o Estado contam-se para o fabrico de açúcar [...] Certo, a luta ainda não terminou coroada por uma vitória decisiva, qual a que aspira a Bahia, confiada nos recursos inigualáveis do seu solo, confiada no trabalho e na orientação política, dos responsáveis dos graves problemas, próprios dos países novos (SAMPAIO, 1928, p. 147-172).

Nessa mesma linha de raciocínio, mas trazendo para campo de discussão outras questões imprescindíveis para Bahia, Honório Silvestre, ao estudar o sul desse Estado, coloca em pauta a necessidade da modernização dos meios de produção agrícola; a urgência do desenvolvimento das vias de transporte e comunicação da Bahia; a precisão do povoamento e do desenvolvimento das regiões sertanejas; e o estímulo a imigração – entendidos como meios de modernização do Estado da Bahia:

[...] a terra da abundância em que o descuidoso habitante ribeirinho com pequeno esforço atira na vazante aneada a semente fecunda da rudimentar roça, que em seara abundante e rica vai espontar alguns meses depois em meio das malhas e das roçadas rústicas [...] a rústica roça, que o lavrador abre ao meio da caatinga empedregada aqui e ali com os calhaus da erosão secular, cresce, reverdece e engorda na espiga do milho, na vagem do feijão ou na carne rubra da melancia, da abóbora ou do melão, graças ao concurso de duas forças: a riqueza do solo nitrofilado pela ação contínua do sol criador e pela ação genesiaca da chuva acariciadora e criadora. Mas em meio dessa região grandiosa em que transitoriamente o homem é pequeno porque a distância enorme dos sertões adentro e a falta de transporte fácil o entibiam, o matam e o desanimam, desenvolve-se a pecuária pelos processos antigos, pelos processos usados nas antigas fazendas de criação dos sertanistas do século XVII e XVIII [...] confessar é necessário. Já em alguns lugares a criação já se vai fazendo de acordo com métodos modernos [...] o solo é propício a todas as culturas de feição tropical e intertropical [...] não temos a menor dúvida quanto ao futuro desenvolvimento agrícola de toda a região, porém urge que uns tantos fatores de real valor concorrem como elementos de eficiência. [...] atrair correntes imigratórias de italianos e portugueses [...] e a questão dos transportes, questão vital para todo o país, pois que dois são os inimigos do Brasil: a falta de transporte e a carência da população. [...] os arrecifes são entraves a fácil, lucrativa e necessária navegação costeira. Sob o ponto de vista econômico o conjunto de todos os arrecifes costeiros [...] é de avantajado valor visto que se torna área oceânica em que o peixe é abundante, sendo por consequência lugares buscados por pescadores que dali usufruem boa fonte de renda e exercitam as tendências hereditárias de bons marinheiros (SAMPAIO, 1928, p. 6-65).

Nas páginas finais dos seus escritos, Silvestre (1928) salienta a presença de muitos rios na região que poderiam ser úteis a navegação e muitos portos que poderiam ser elementos de “alcandorado valor econômico” como escoadores da produção futura. Também chama atenção para a construção de rodagens e estradas de ferro a fim de dar saída à produção agrícola da região e facilitar as comunicações entre os municípios desta área. Para o mesmo autor, apesar de já haver três estradas de ferro na Bahia (Estrada de ferro de Nazaré, Ilhéus e Bahia-Minas⁵⁰) estas estavam bastante distantes uma das outras, e, por consequência, no exame do conjunto geral, deixavam de prestar serviços de ordem econômica a região (SAMPAIO, 1928, p. 5-67).

Honorio Silvestre fecha seu artigo esboçando algumas alternativas para melhorar as estradas de ferro, a comunicação e a economia do Estado, como por exemplo, quando diz que as estradas das cidades de Ilhéus e de Nazaré passam muito longe, sendo necessário construir duas estradas de ferro que partissem respectivamente dos portos de Valença e Camamu; e quando assevera que a estrada de ferro Bahia-Minas poderia também lançar um ramal que fosse atingir as cabeceiras do rio Buranhem (curso d'água que corta esses dois Estados). Para ele, a colaboração com os ramais aconselhados iria facilitar o escoamento dos produtos regionais, penetração de colonos, maior comunicação entre as regiões contempladas por essas vias de transporte e o desenvolvimento das áreas menos favorecidas. E por fim, ao defender que as rodovias são auxiliares as estradas de ferro e servem para ligar pontos distantes das estações, facilitando assim as intercomunicações, o autor aconselhou que os dirigentes do Estado, construíssem umas tantas estradas de rodagem que prestariam serviços aos centros de população e incentivariam a atividade agrícola em todo o sul da Bahia.

Ainda sob esse mesmo ponto de vista, o engenheiro Camerino Teixeira de Freitas, ao se reportar sobre o Rio São Francisco e sobre inauguração da navegação do referido rio, ressaltou que a comunicação entre o rio São Francisco e seus afluentes não seria benefício apenas para o Estado da Bahia, visto que, essa benfeitoria seria “extensiva às populações dos Estados circunvizinhos, segregados do litoral e separado dos centros mais ativos do país por grandes distâncias”, tendo fácil saída para os seus produtos. Para esse autor, as artérias fluviais seriam os canais principais do comércio promissor de inúmeros resultados para as populações ribeirinhas e para o Estado, já que, isso promoveria a colonização das áreas ainda

⁵⁰ Segundo Silvestre (1928), a primeira dessas ferrovias, a estrada de ferro de Nazaré, tinha sua estação inicial na cidade de Nazaré e pretendia ter a ponta dos trilhos na cidade de Vitória da Conquista, grande centro agrícola do Estado no que diz respeito ao café. Mas, até o ano de publicação desse artigo, a estrada ainda não tinha atingido seu ponto final. A estrada de ferro de Ilhéus iria ligar o porto dessa cidade ao município de Conquista, mas só foi realizada até a uma pequena parte entre Ilhéus e Itabuna. A Estrada de ferro Bahia-Minas, buscava subordinar ao Porto da Ponta da Areia as duas importantes regiões de incontável valor econômico: a do sul baiano e do nordeste mineiro. Essa estrada atingiu a serra dos Aimorés, se aproximou da cidade de Assuai, já nos domínios da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, servindo para toda região banhada pelo rio Mucuri e seus afluentes. Ainda para o aludido autor, a região tributária dessa estrada não estava tendo o desenvolvimento econômico que era de esperar, embora o tráfego de trânsito para Minas Gerais não fosse desprezível.

despovoadas, a exploração efetiva das florestas virgens e dos “terrenos de proverbial riqueza”. Isto é, com a rápida comunicação desses rios, aquelas populações que pouco produziam para sua subsistência e para a “riqueza geral, devido às dificuldades que lhes acorrentavam os passos, sentirão o argumento imediato do comércio e das indústrias fabris explorativas, pastoril e agrícola” (Ibidem, 1894, p. 276-278).

Os supracitados engenheiros acreditavam que a abertura de vias de acesso, transporte e de comunicação no território baiano e a atividade produtiva ligada a esses meios e a exploração científica do território, somadas à ampla disponibilidade de recursos naturais a serem aproveitados, trariam o povoamento, o que promoveria a indústria agrícola e pastoril, que por sua vez estimularia a construção/ou o desenvolvimento de novas vias de comunicação, que dinamizariam a circulação de recursos humanos e materiais. Ademais, para eles, os meios de comunicação e transporte, principalmente as vias férreas, promoveria maior conhecimento e penetração do território, delimitação de suas fronteiras, colaboraria para a integração do povoamento esparso e para a conexão entre as regiões periféricas desse Estado aos seus centros mais dinâmicos e entre a Bahia e demais Estados do Brasil.

Esse entendimento, concebidos por claras ideologias geográficas que envolviam o discurso de modernização e controle dos chamados “sertões”, permeavam fortemente as correntes de pensamento da época e as ideias de muitos intelectuais do Brasil e da Bahia, como os engenheiros Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio, Miguel de Teive Argollo. Nesse sentido, a engenharia era percebida como campo do saber vital para a superação dos entraves do território – suas condições geográficas, suas distâncias, a barbárie da natureza selvagem – e para transformar os elementos naturais em fonte de riquezas. Na visão dos mencionados engenheiros, sem o conhecimento e as atividades da engenharia o projeto modernizador que pretendia inserir as terras distantes na dinâmica de aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e circulação de bens e informações, ao mesmo tempo em que buscava construir a unidade e o controle político sobre a totalidade do território, não seria concretizado. Isto é, cabia ao engenheiro “superar as distâncias e os obstáculos impostos pela natureza ao aprimoramento da civilização”, promovendo a criação de riquezas, sua livre circulação e “intercâmbio rápido de mercadorias, bens materiais e humanos” (MURARI, 2009, p. 321-322).

Discutindo sobre essa mesma temática, Euclides da Cunha mencionado por Murari (2009) ressalta que além da engenharia colaborar para a “superação das

distâncias e dos obstáculos impostos pela natureza ao aprimoramento da civilização, ainda cabia aos engenheiros “converter os elementos da natureza em recursos, e sua força, em energia” (MURARI, 2009, p. 321-322). Nessa perspectiva, os engenheiros também se encarregariam pela modernização da agricultura do país, pois eles, adotando diversos conhecimentos e princípios científicos, dentre outras ações, executariam as obras necessárias para a utilização de novos maquinários, superação da monocultura, implementação da cultura intensiva e para prática de conservação e utilização do solo, como por exemplo, as obras de drenagem utilizadas para a conservação de terrenos pantanosos em campos férteis.

Assim, ao aperfeiçoar o mundo natural esses especialistas poderiam articular a tradição nacional com o progresso técnico de expansão internacional. Por essa razão, como afirma Berman citado pela antevista autora, esses projetos de engenharia voltados principalmente para a aceleração do ritmo dos transportes, desenvolvimento das forças produtivas em longo prazo, integração entre homens e regiões e produção de energia foram utilizados no Brasil como modelos de crescimento até o século XX. Essa política de exploração e unificação do território teve como principais estratégias a organização de viagens e comissões expedicionárias, e a criação de programas de infraestrutura técnica, principalmente nas áreas de comunicação e transporte no Brasil.

Vale lembrar que, como qualquer projeto exploratório e modernizador, as ações e transformações mencionadas acima também acarretaram danos a natureza e a população como um todo. Alguns estudiosos da época também pontuaram essa questão, como o próprio Euclides da Cunha, mas, como abordamos sobre isso na seção dedicada a caracterização socioeconômica da zona fronteiriça entre a Bahia e o Espírito Santo (mesmo não sendo o foco da nossa investigação, mas de importante discussão), por ora basta citar alguns exemplos desses prejuízos: destruição de fontes e recursos naturais; degradação ambiental; extinção de animais e plantas nativas; destruição da biodiversidade; degradação e perda dos atributos da fertilidade do meio; deteriorização dos recursos hídricos; devassamento, esgotamento e abandono de terras; e o que é pior, a dizimação e expropriação dos costumes e territórios dos índios, negros e da população nativa das áreas ocupadas e modernizadas.

Nessa direção, como percebemos nos excertos dos textos dos sócios do IGHB Honório Silvestre e Camerino Teixeira de Freitas, estes e demais membros dessa

agremiação tanto compartilharam da ideia da engenharia como fonte substancial para a concretização dos projetos de modernização da Bahia, quanto concretizaram importantes ações relacionadas a construção das vias de comunicação e transporte desse Estado. Sobre essa assertiva podemos indicar os trabalhos realizados por Miguel de Teive Argollo, engenheiro responsável pela implementação das Estradas de Ferro Bahia ao São Francisco e Estrada de Ferro do São Francisco⁵¹ no período de 1891 a 1907.

A construção da aludida viação férrea, primeira a ser construída na Bahia, foi iniciada no ano de 1859 e somente inaugurada em 1895. Segundo Magalhães (1896) a importância deste empreendimento

está na cópia imensa de vida, de progresso e de civilização que dele há de provir para o nosso organismo econômico e social [...] considerada a mais poderosa artéria do Norte da República brasileira, não só pela extensão do seu percurso como pelo número de Estados que dela vão se utilizar para a expansão de suas forças produtivas e conseqüente desenvolvimento de suas transações, comerciais, industriais e políticas (MAGALHÃES, 1896, p. 78).

De fato, a ferrovia acima mencionada, articulada com a navegação do rio São Francisco, transformou totalmente a rotina e os espaços por onde passava. Mesmo com o atraso da sua conclusão, a estratégica Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco atravessou os sertões da Bahia e conquistou os objetivos almejados pelos intelectuais baianos: penetrar, explorar e ocupar o norte da Bahia; garantir o escoamento das manufaturas provenientes da capital – a cidade de Juazeiro era um porto estratégico para o escoamento da produção agropecuária -; proporcionar o intercâmbio dos produtos locais e de outras regiões férteis, como a de Minas Gerais

⁵¹ Apesar de ter uma dupla denominação, as Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco e Estrada de Ferro do São Francisco são parte de uma mesma ferrovia. Segundo Fernandes (2006), inicialmente foi construída a primeira parte da estrada de ferro que ligava Salvador a Alagoinhas, denominada de Estrada de ferro Bahia ao São Francisco. Após 13 anos das obras paralisadas, estabeleceu-se uma ruptura do processo construtivo na ferrovia. Para atingir a meta original, foi necessário construir uma ligação de Alagoinhas a Juazeiro, que foi inicialmente denominada de Prolongamento e posteriormente recebeu o nome de Estrada de Ferro do São Francisco. Por isso a dupla denominação dada a essa ferrovia. É digno de nota que, segundo a supracitada autora, ainda restam na Bahia as linhas de Salvador a Propriá, em Sergipe; de Mapele a Monte Azul, em Minas Gerais; de Alagoinhas a Petrolina, em Pernambuco; e os ramais do Porto de Aratu a Campo Formoso. As demais linhas que atravessam o Estado da Bahia foram privatizadas em 1996, passando a ser administradas pela Ferrovia Centro Atlântica. Todas essas linhas transportam exclusivamente cargas.

e Piauí (transporte de gado) para Salvador; desenvolver a economia do Estado. Também contribuiu para a geração de empregos; colaborou para a integração entre as pessoas e uma melhor comunicação dos sertanejos com a cidade de Salvador; e proporcionou o benefício da água àquelas terras áridas, que chegava pelo trem de ferro.

Adicionado a isso, de acordo com Fernandes (2006), a construção dessa ferrovia também favoreceu a chegada de muitos operários ingleses à Bahia, interferindo no modo de vida e habitar da população baiana. Fato interessante e também muito almejado pela intelectualidade do IGHB que buscava “civilizar” a população baiana por meio dos modos e costumes europeus⁵². Além disso, segundo a mesma autora, os conhecimentos da engenharia também propiciaram a construção de uma represa em Aramari (onde havia uma oficina de manutenção para a ferrovia) e os açudes em Cacimba e Extrema, obras muito importantes para o combate à seca do sertão. Também construíram pontes sobre os rios Itapicuru-mirim e o Itapicuru, que enchiam no período de dezembro a janeiro.

Não menos importante, os engenheiros responsáveis por esse empreendimento, concomitantemente, realizaram um rico levantamento geográfico e geológico dessa região, produziram material etnográfico, iconográfico, cartográfico e foram essenciais para o conhecimento da natureza e dessa parte do território baiano, como demonstra Miguel de Teive Argollo ao descrever a estação de Angico:

a estação de Angico fica em uma vasta planície limitada ao leste pelo conforto da serra do Espinhaço, conhecida vulgarmente por serra do Curralinho, e ao oeste pelo conforto da mesma serra, conhecida por serra da Boa vista [...] o terreno ali é [...] favorecido apenas pelas chuvas de trovoada e em geral muito estéril, e utilizado quase que exclusivamente de gado de diferentes espécies. Os rios nessas zonas, que são secos quase durante todo o ano, tornam-se caudalosos quando as chuvas de trovoadas são copiosas (ARGOLLO, 1896, p. 94).

Do mesmo modo que Argollo, ao atender uma demanda de abertura de uma estrada, agora no sul da Bahia, mais precisamente na cidade do Prado, o engenheiro

⁵²Vale lembrar que, por já termos explicitado nas páginas iniciais dessa tese sobre a defesa dos membros do IGHB em prol da imigração europeia e da necessidade do branqueamento da população baiana, visando a “civilização” da mesma, nessa seção não nos reportaremos sobre essa questão, dando relevo apenas as influências da geografia e da engenharia no projeto de modernização da Bahia.

Apolinário Frot, contratado pela câmara desse município, realizou não apenas um significativo estudo sobre essa região baiana, bem como, elaborou um mapa hidrográfico da mesma. De acordo com Braz do Amaral, o trabalho desse engenheiro foi vital para o conhecimento e povoação do sertão sul da Bahia, “abrindo enfim à civilização o caminho preciso para que possa vencer a barbaria e a ignorância do indígena gentio e a feracidade improdutivo dos sertões” (AMARAL, 1898, p. 5); e, principalmente, para identificar com precisão diversos pontos desconhecidos dessa área e auxiliar na construção e retificação de mapas desse Estado:

O engenheiro Frot está levantando plantas e cartas que vêm preencher uma das muitas lacunas dos nossos mapas em que as nascentes, os cursos dos rios e até a posição dos povoados são traçados muitas vezes um tanto à esmo [...] As nascentes do Enchadão, afluente pouco conhecido do Jequitinhonha e as do Jucuruçu estão a muito pouca distância uma da outra, as serras, serrotes e montes isolados que formam o maciço entre o Jequitinhonha e o Jucuruçu, acham-se aqui indicados e marcados as suas posições com precisão até agora desconhecida, verificada a sua altitude, estudadas as cachoeiras desses rios, os seus tratos navegáveis, os elementos de vida e os recursos que o homem civilizado e o comércio podem encontrar nessas terras onde agora só dominam a caça grossa e algumas bandeiras de índios inofensivos mas selvagens. É esta zona uma espécie de centro ou chave dos vales dos Aymorés de que até aqui não se tinha ideia segura nem base científica [...] o engenheiro Frot subiu a serra triangulando, médio os graus, tomou altitudes e estudou os vales desde o João de Leão para o sul. Este pico é o mais interessante e me parece que é o mais alto depois do Paschoale fica fronteiro no Jundiá, de onde foi tirada a má fotografia que aqui junto... (AMARAL, 1898, p. 8).

Dito isso, o antevisto autor apresenta o “croqui” que, segundo ele, foi traçado a lápis e às pressas por Apolinario Frot e uma fotografia que juntos demonstram, respectivamente, a disposição dos rios acima citados e a ilustração do pico João Leão:

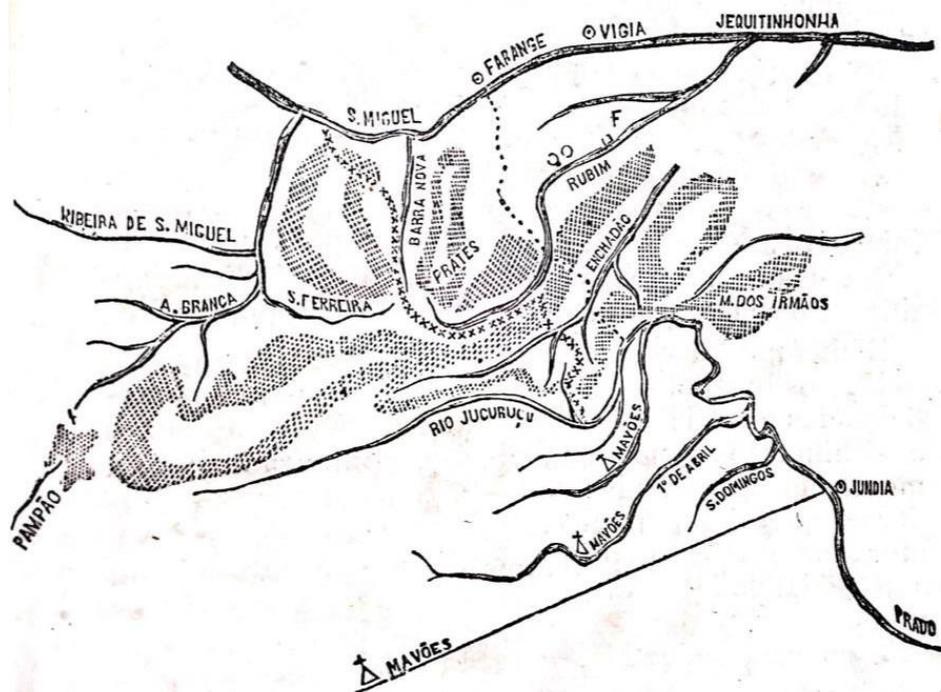
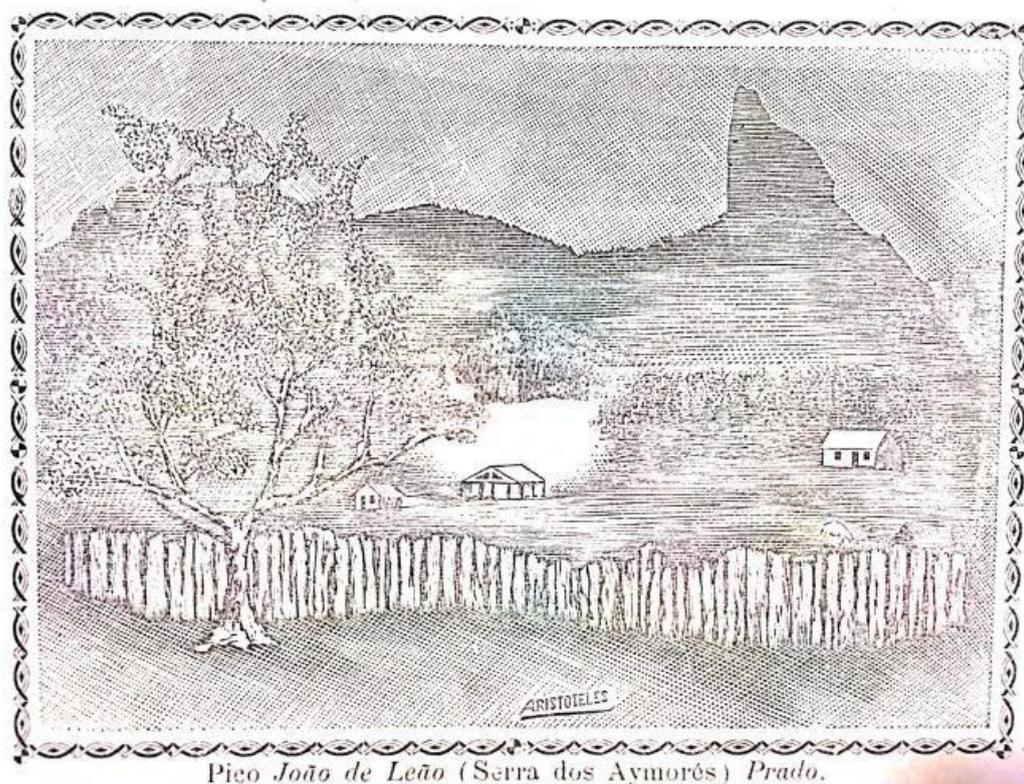


Imagem 9: Representação hidrográfica da região do Prado (sul da BA) elaborado por Apolinário Frot
 Fonte: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n.15, p. 5, 1898.



Pico João de Leão (Serra dos Aymorés) Prado.

Imagem10: Fotografia do Pico João Leão produzida por Apolinário Frot
 Fonte: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n.15, p. 9, 1898.

Além do mais, o referido engenheiro chamou a atenção para alguns erros e equívocos que foram reproduzidos acerca da aludida terra baiana, como percebemos ao descrever a serra da Mangabeira:

As serras da Mangabeira e das Figuras, muito impropriamente chamadas de serras, porque representam apenas uma parte do antigo planalto, que se prolonga ainda para o oriente entre o rio Preto e o rio Grande, correm de norte a sul. Esse planalto é atravessado na mesma direção pelo sulco do Varedão. As duas serras são representadas por um paredão de mais de 100 quilômetros de altura, que margeia, paralelamente, o canal, em toda a sua extensão. Surgem dali, por grutas profundas, alguns riachos, cujas águas vão engrossar o tremedal do Varedão (REVISTA..., 1919, p. 148).

É pertinente esclarecer que, a produção textual e cartográfica desses especialistas, de acordo com Figueirôa mencionada por Vergara (2010), seguiu uma estrutura comum da época, se assemelhando aos relatórios produzidos nas viagens e expedições exploratórias e científicas pelo território brasileiro, os quais possuíam como características básicas: textos técnicos sobre geografia, botânica, geologia, meteorologia, coordenadas geográficas, população etc.; fotografias e as cartas e mapas das regiões visitadas.

Numa ação encadeada, essas considerações retratam não apenas a imprescindibilidade da ciência e dos trabalhos desenvolvidos pelos engenheiros no levantamento e exploração do território; escoamento de produção, implementação das vias de transporte e comunicação da Bahia; ocupação e transformação dos sertões baianos -, mas, também, nos encaminham para outra questão de grande interesse dos intelectuais da Bahia naquele momento: domínio político e controle total do território, consolidados, também, por meio da delimitação do espaço físico-geográfico dessa região, demarcação de suas fronteiras interestaduais e construção da sua carta geográfica, a qual somente começou a ser gestada no ano de 1911 e somente foi finalizada nos últimos anos da Primeira República.

Ou seja, em conformidade com Duarte (2018), as preocupações com o planejamento territorial e execução de projetos de infraestrutura, bem como, os objetivos políticos, econômicos e a modernização capitalista de qualquer região somente seriam possíveis se realizado um eficaz processo de reconhecimento e mapeamento. Dessa maneira, o estudo sistemático e sob as bases científicas da

natureza e do território baiano que foram concretizados pelos agremiados do IGHB nas atividades descritas acima e demais ações por eles realizadas, também intencionavam e serviram para identificar, caracterizar, localizar e delinear com maior grau de exatidão os acidentes geográficos da Bahia (utilizados como ponto de referência na demarcação de fronteiras); esclarecer algumas incoerências e incertezas presentes nas cartas de doações, nas representações cartográficas e outros documentos legais desse Estado; construir novas cartas e mapas de maior exatidão (alcançada pela evolução tecnológica e pelo uso de métodos mais modernos) e auxiliar na delimitação das fronteiras interestaduais da Bahia.

Cabe aqui abrir um parêntese e dizer que, segundo John Bryan Harley (2009), os mapas não devem mais ser percebidos essencialmente como levantamentos inertes de paisagens morfológicas ou como reflexos passivos do mundo dos objetos, e sim, como “representações culturais carregadas de mensagens políticas, seja nos seus conteúdos explícitos, nas distorções e ausências, nos signos convencionais ou no claro simbolismo das decorações de suas margens, cartuchos e vinhetas” (GOMES, 2004, p. 71).

À luz dessa perspectiva, Duarte sustenta que o mapa enquanto representação gráfica que registra o ordenamento territorial dos fenômenos carrega em seus traços - nada neutros – um conjunto de “intencionalidades e representações produto e produtoras de discursos sobre o território” (Ibidem, 2018, p. 34). Dessa forma, os mapas são enxergados como meios de comunicação que permitem a “transmissão visual de informações que se prestam também a manipulações retóricas (persuasão, engano, sedução, decisão) ” - tanto por sua complexidade semiótica “como pelas instâncias sociais que o produzem, utilizam ou controlam” - conformando-se assim em um instrumento de “duplo poder, no qual a eficácia não se reduz à representação objetiva de um fragmento da superfície”, mas, também, servirá para atender aos interesses em jogo no projeto cartográfico (CHRISTIAN JACOB apud GOMES, 2004, p. 72).

Nesse sentido, por serem imagens que contribuem para o diálogo num mundo socialmente construído, o mapa é um instrumento de poder capaz de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens. Assim, “classificar o mundo é apropriar-se dele, de modo que todas as metodologias e processos técnicos “representam atos de controle sobre sua imagem, que se estende para além das utilizações propostas da

cartografia” (HARLEY apud DUARTE, 2018, p.34), prestando-se às manipulações por parte dos poderosos na sociedade.

Assim, certamente dotado de traços de intencionalidades, o associado Miguel de Teive Argollo confeccionou o primeiro mapa da Bahia (Imagem 12) - seguindo os métodos cartográficos mais modernos da época -, quando ele dirigia o prolongamento da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco. É importante dizer que dentre as cartas geográficas da Bahia, esse mapa foi o mais utilizado como argumento legitimador dos direitos desse Estado na demarcação da fronteira Bahia-Espírito Santo. Fato que, em consonância com as ideias de Harley, Duarte, Jacob e tantos outros pesquisadores, confirma a utilização desse mapa não apenas como uma representação objetiva do território da Bahia, mas, também, como discurso ideológico e instrumento político de poder que serviria para atender aos interesses defendidos pelos membros do IGHB.

Apesar dos trabalhos dos associados do Instituto baiano trazerem pouquíssimas informações sobre a metodologia e os instrumentos científicos utilizados por eles nas atividades de campo e confecção das cartas e mapas, a análise das representações cartográficas produzidas pelos mesmos nos permite dizer que, basicamente, eles fizeram uso dos conhecimentos geodésicos e dos métodos clássicos de triangulação⁵³ e poligonação para determinar as coordenadas geográficas, construir os levantamentos topográficos, confeccionar as cartas geográficas, etc., como revelou Braz do Amaral ao dizer que o engenheiro Apolinário Frot, quando realizou seus estudos sobre a região sul da Bahia, “subiu a serra triangulando, mediu os graus, tomou altitudes e estudou os vales desde o João de Leão para o sul” (AMARAL, 1898, p. 8).

Nesse ponto, a funcionalidade exercida pela ciência geodésica merece relevo, pois, segundo Vergara (2010) seus estudos voltados para as dimensões e forma da Terra permitem analisar, medir e representar o espaço geográfico do planeta com precisão. Em seu conjunto, a cartografia, a topografia, a fotogrametria, o sensoriamento remoto e a astronomia de posição, auxiliam na obtenção de informações mais exatas sobre as complexas características do formato da Terra. Dessa maneira, a utilização das metodologias e dos conhecimentos de vários campos técnicos e científicos - geografia, matemática, geodesia, topografia, astronomia, cartografia, etc. -, associado ao uso de instrumentos científicos de maior exatidão desenvolvidos e/ou aperfeiçoados no século XIX, como, por exemplo, o teodolito, cronômetro, bússola, barômetro, etc., tornaram possíveis o acesso e a observação em lugares desconhecidos e sob variadas condições, o levantamento geográfico mais acurado e o mapeamento mais preciso do território baiano.

De forma associada, a construção de cartas mais precisas e “verdadeiras” e o conhecimento sistematizado da natureza e do território, se configuram como ferramentas poderosas para delimitar as fronteiras interestaduais e demarcar os contornos da Bahia. No caso específico do mapa de Miguel de Teive Argollo, esse

⁵³ Entende-se por triangulação a rede de triângulos com que se cobre uma região cuja carta se quer construir. Ainda em consonância com os mesmos autores, os comprimentos medidos por esse método servem de bases para determinar-se “a posição dos objetos de detalhe pelos processos da *topografia*” (GUILLOBEL apud VERGARA; CAPILÉ, 2011, p. 8).

instrumento foi bastante utilizado como legitimador dos direitos da Bahia pelas terras em disputa com o Estado do Espírito Santo, dentre outros fatores, por ele apresentar uma localização mais exata dos rios Doce e Mucury, corpos d'água que indicariam a divisa entre esses dois Estados, e por desfazer alguns erros de outros mapas e documentos oficiais, os quais, segundo eles, apresentavam erroneamente a localização do riacho Doce, causando dúvidas acerca do lugar exato que deveria se estabelecer a linha fronteira entre esses Estados. A “verdade” da ciência, de certa maneira, imputou a esse mapa maior valor e credibilidade (não esquecendo dos traços de intencionalidades que, certamente, este carregava), ante as cartas, mapas e documentos oficiais construídos em períodos antecessores, dando aos representantes da Bahia, responsáveis por resolver essas questões, um forte argumento em defesa dos direitos desse Estado.

4.4 AS PUBLICAÇÕES DOS AGREMIADOS DO IGHB E A DEMARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS INTERESTADUAIS DA BAHIA

Nessas considerações, as publicações dos associados do IGHB no periódico desse instituto também foram utilizadas em prol da delimitação do espaço físico-geográfico dessa região e demarcação de suas fronteiras interestaduais. Ao todo foram veiculados durante o recorte temporal de nossa investigação 15 artigos (18,2% do total de trabalhos referentes a geografia da Bahia) na RIGHB que versaram ou fizeram alusão a esses conteúdos, número considerável em relação ao total de 82 artigos referentes ao território da Bahia como todo. Desses 15 trabalhos, a maior parte delas - 10 artigos – fez alusão aos limites entre Bahia e Espírito Santo (tema do nosso próximo capítulo). Quero dizer que, para além da divulgação e compartilhamento das discussões sobre a demarcação das fronteiras interestaduais da Bahia com o público alvo desse periódico, estas produções, elaboradas a luz dos preceitos científicos, assim como as cartas geográficas (e demais documentos oficiais), também serviram como fontes de comprovação dos direitos da Bahia sobre as terras em disputa com os Estados vizinhos, tornando-se um atributo valoroso no firmamento dos acordos políticos entre as partes envolvidas.

Trocando em miúdos, a confecção dessas obras estava em harmonia com a instituição de uma historiografia preocupada com a crítica documental, sintonizada com a concepção de verdade histórica e com a forma como o historiador deveria

manter-se neutro em relação ao seu objeto de estudo. Isto é, acompanhando as ideias positivistas e científicas que permeavam o cenário mundial, de acordo com Ribeiro (2011), floresce no século XIX uma historiografia com um caráter mais científico, na qual a produção do conhecimento da história passou a embasar-se nos princípios positivistas de uso, crítica e validade das fontes e na posição de neutralidade do historiador frente a seu objeto de estudo.

Cumprindo o duplo encargo - construir uma História “verdadeira” da Bahia e auxiliar a demarcação de suas fronteiras interestaduais - os autores da RIGHB produziram seus artigos seguindo as técnicas e procedimentos orientados pelo método histórico, como como podemos constatar nos seguintes artigos:

- i) *Estudos sobre os limites entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo* (ARGOLLO, 1895, p. 267-273), de autoria de Miguel de Teive Argollo e publicado na RIGHB no ano de 1885. Nessa obra, visando comprovar seus argumentos, legitimar o direito da Bahia sobre a parte do território localizado ao sul do rio Mucuri (uma das zonas de litígio entre Bahia e o Estado do Espírito Santo) e demonstrar os fatos narrados pela história, o referido autor serviu-se de obras da História da América e do Brasil e de documentos oficiais, a saber: História da América Portuguesa⁵⁵ e o primeiro volume da Chorografia do Brasil⁵⁶ - essas fontes apresentaram provas do direito da Bahia sobre as terras contestadas pelo Estado do Espírito Santo; foral⁵⁷ de 26 de agosto de 1534 e de 23 de setembro - demonstraram, respectivamente, os limites da capitania de Todos os Santos da capitania de Porto Seguro, duas das cinco capitanias que formaram o território baiano; entre outros.
- ii) *Estudos sobre os limites entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo* (MAGALHÃES, 1895, p. 395-402), escrito por Reis Magalhães e publicado na RIGHB no ano de 1895. Ao defender a jurisdição da Bahia sobre a porção de terra em disputa com o Estado do Espírito Santo (situada entre os rios Mucuri e riacho Doce), o aludido autor também faz uso de alguns documentos oficiais, são eles: Carta Regia de três de março de 1755; mapas da Bahia organizados pela Repartição de Obras Públicas e a cópia⁵⁸ do auto da criação da vila de São José de Porto Alegre no ano de 1779, antiga aldeia ou arraial denominado de Mucuri - região que também fazia parte da zona de fronteira entre esses dois Estados. Desejando ainda mais reforçar a verdade das fontes, ao finalizar o seu texto, o antevisto autor ressalva que “tudo desaparece ante a força dos

⁵⁵ Coleção de obras relativas a história da capitania depois província da Bahia e a sua geografia, de autoria de Sebastião da Rocha Pitta (1878). Posteriormente, o Barão Homem de Mello mandou publicá-la. Disponibilizada no Portal do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242473>>.

⁵⁶ Livro escrito por Alexandre José de Mello Moraes no ano de 1886. Versa sobre noções históricas e políticas da América e do Brasil. Aborda os acontecimentos do período do povoamento das terras brasileiras; seus governadores; origem das diversas famílias brasileiras; a história dos ministérios e sua política; das assembleias; história da independência e; descrição geográfica do Brasil. Essa obra encontra-se no Portal do Senado. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179475>>.

⁵⁷ Carta monárquica que regulamentava a administração de terras conquistadas.

⁵⁸ Ver *Estudos sobre os limites entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo*. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, v. 2, n. 6, p. 395 -402, dez. 1895.

documentos conhecidos e dos que talvez ainda se achem soterrados no pó dos nossos arquivos”, pois, estes demonstram os reais limites da Bahia com o Estado do Espírito Santo (Ibidem, 1895, p. 396).

iii) *O artigo Limites entre Bahia e Pernambuco*⁵⁹, escrito por José Cyrino dos Santos e publicado na Revista no ano de 1896. Ao expor suas concepções sobre a demarcação da divisa Bahia – Pernambuco, aludido autor utiliza-se da história da antiga comarca do Rio de São Francisco e apresenta alguns aspectos legais e geográficos que incompatibilizam a posse dessas terras pelo Estado de Pernambuco, são eles: Decreto régio de 11 de janeiro de 1715 – demonstra que as terras contestadas da Bahia passaram a pertencer a Pernambuco na parte administrativa e eclesiástica, mas ainda continuava pertencente a Bahia na parte judicial; Decreto de três de janeiro de 1820 – apresenta a legitimação da criação da comarca do Rio São Francisco desmembrada da comarca do Sertão de Pernambuco; Decreto de sete de julho de 1824 – expõe o desmembramento da comarca de Pernambuco e anexação da mesma ao Estado de Minas Gerais; Decreto de 15 de outubro de 1827 – evidencia o desligamento da comarca antes incorporada a Minas Gerais e reincorporação da mesma à Bahia; Artigo 2º da Constituição brasileira promulgada em 2 de julho de 1891 – demonstra ser ilegal a subdivisão do território baiano.

iv) O trabalho intitulado Bahia e Espírito-Santo (AMARAL, 1908, p. 83- 91), de autoria de Braz do Amaral e publicado no ano de 1908. No mesmo sentido e modelos expostos acima, o sócio do IGHB faz uso de diversas fontes ao longo dos seus escritos: Decreto da Corte de Portugal - demonstra como pertencente a Bahia a freguesia da Villa de São Matheus, área contestada pelo Espírito Santo; Ofício encaminhado a D. Fernando José de Portugal (1809) informando sobre o envio do Diário de Viagem e de mapas elaborados durante estudos sobre a Comarca da Porto Seguro - esclarece que a Comarca de Porto Seguro é compreendida entre o rio Belmonte e o rio Doce (rio localizado na divisa entre esses Estados); Ofícios, licenças, documentos de jurisdição, entre outros comprovantes que explicitam ao longo dos seus textos que a vila de São Matheus (localizada na área de litígio) faz parte da Capitania da Bahia. Por fim, salientando a fidedignidade dos “documentos e provas do mais rigoroso valor histórico”, o antevisto autor salienta que esses elementos comprovam que ocupação do município de São Matheus pelo Estado do Espírito Santo “é uma usurpação e um abuso, que não deve ser por mais tempo tolerado” (Ibidem, 1908, p. 87).

De forma geral, os textos publicados pelos sócios do IGHB trazem uma ampla e rica discussão sobre a delimitação das fronteiras interestaduais da Bahia, evidenciando os mais importantes fatos históricos acerca dessa temática, as principais áreas não demarcadas e/ou em litígio, os Estados envolvidos nessas disputas, os documentos e fontes utilizados como comprovantes dos direitos da Bahia sob a posse das terras contestadas e os principais agentes envolvidos nesse processo. Tudo isso, foi de grande valia para que os articuladores desse Estado formassem

⁵⁹ Ver: SANTOS, José Cyrino dos. Limites entre a Bahia e Pernambuco. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, ano. 3, n. 10, p. 499-531, dez. 1896.

seus embasamentos teóricos e criassem as estratégias que melhor os auxiliariam na resolução dos entraves das fronteiras interestaduais da Bahia, na delimitação de seus contornos territoriais e na construção da carta desse Estado.

Vale destacar que, ainda no esforço de demarcar as fronteiras da Bahia, os componentes do IGHB, principalmente, Braz do Amaral, Bernardino de Souza e Miguel de Teive e Argollo, estabeleceram parcerias entre o IGHB e importantes organizações governamentais da Bahia e do Brasil voltadas para questões de formação territorial, como a Diretoria Geral de Estatística do Rio de Janeiro, a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública da Bahia, entre outras. Ganhando destaque aqui a relação firmada entre o IGHB e a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia, visto que, no ano de 1917, segundo Silva (2012), o IGHB foi responsabilizado por tal secretaria para produzir dados precisos acerca dos limites do Estado da Bahia com os Estados vizinhos.

Os mencionados associados também realizaram amplos discursos em defesa da Bahia no interior do IGHB e nos ambientes externos (Parlamento Federal do Brasil, Congresso Federal, etc.), sendo estes publicados nas revistas do IGHB e em jornais diversos com intuito de divulgar e angariar apoio da população para a causa defendida. Representaram a Bahia nos eventos e reuniões dedicados a formação territorial do Brasil como o 6º Congresso de Geografia, realizado em Belo Horizonte no ano de 1919. E, produziram e publicaram diversos artigos em jornais baianos e brasileiros (Jornal A Bahia, Jornal de Notícias, Jornal de Recife, etc.); em eventos e congressos científicos, como por exemplo, nos congressos de Geografia ocorridos no Brasil (1º ao 6º congresso de Geografia) e em outros eventos fora dele⁶⁰.

Ante a todo o exposto, podemos inferir que a relação ciência – natureza - território foi substancial para que os intelectuais do Estado da Bahia iniciassem seus planos de desenvolvimento e modernização desse Estado. Por meio dos conhecimentos, métodos e processos técnico-científicos os membros do IGHB, de certa maneira, colaboraram para a valorização da história da Bahia, da sua gente e das suas peculiaridades; contribuíram para o estudo, descrição e conhecimento sistematizado da natureza e do território baiano; auxiliaram no enaltecimento das

⁶⁰Como exemplo, podemos citar o Congresso de Tuberculose realizado em Paris no ano de 1905. Apesar de não ser um evento especificamente do campo geográfico, o sócio do IGHB Carlos Junqueira Ayres apresentou o Estado da Bahia para os presentes, caracterizando seu clima, suas peculiaridades, suas qualidades e riquezas naturais.

suas riquezas naturais; ajudaram no planejamento territorial e na execução de alguns projetos de infraestrutura do Estado; ajudaram na penetração, exploração e ocupação dos sertões baianos; subsidiaram a ocupação produtiva do território; contribuíram para a integralização e unidade territorial; cooperaram na demarcação das fronteiras interestaduais desse Estado e na confecção de suas cartas geográficas; e produziram materiais substanciais para a Ciência e para a História da Ciência brasileira.

Frente à complexidade da análise das implicações científicas em todos os processos envolvidos na modernização e no desenvolvimento do Estado da Bahia, no próximo capítulo analisaremos especificamente as atividades científicas na formação do limite entre a Bahia e o Espírito Santo - dada a demarcação das fronteiras interestaduais da Bahia também ser um dos objetivos principais do projeto político modernizador adotado pelos articuladores desse Estado durante a Primeira República.

5 A CIÊNCIA NA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BAHIA

A delimitação e a demarcação das fronteiras interestaduais do Estado da Bahia, bem como, o mapeamento do seu território também faziam parte dos planos de desenvolvimento adotado pelos intelectuais baianos durante o decurso da Primeira República. Assim sendo, o presente capítulo analisará as atividades científicas no processo de formação do território da Bahia e na demarcação e delimitação da divisa desse Estado com o Estado do Espírito Santo. Acreditamos que ao analisar especificamente a formação da fronteira ora falada, possivelmente, poderemos construir algumas reflexões acerca do fenômeno como um todo, haja visto que, muitos procedimentos e os responsáveis por essa tarefa foram praticamente os mesmos que estiveram envolvidos na demarcação das demais divisas interestaduais da Bahia.

A escolha por essa área fronteira se justifica pela mesma ser considerada por alguns estudiosos do tema, como, por exemplo, Schineider (2017), como a zona de litígio mais complexa, levando mais de um século para ser efetuada. Também por ter suscitado maiores esforços dos intelectuais da Bahia, desentendimentos e divergências de ideias entre os responsáveis pela resolução dessa causa; e pelo elevado número de artigos publicados na revista do IGHB versando sobre esse conteúdo (dos 15 artigos relacionados à formação das fronteiras interestaduais da Bahia, nove deles fazem alusão sobre os limites entre esses Estados).

É digno de nota que, como no capítulo anterior discutimos sobre as implicações científicas no processo de mapeamento dos aspectos físicos desse território como um todo, aqui apresentaremos as influências científicas na formação dos limites entre os Estados de que se fala de forma mais concisa, haja visto que, muitas ações e atividades se repetiram. Também é importante esclarecermos que nessa seção daremos ênfase a utilização dos conhecimentos científicos oriundos dos campos da geografia, história, geodesia e cartografia.

Em suma, apresentaremos a formação do território baiano, caracterizaremos a zona fronteira entre os Estados em evidência e discutiremos como a ciência produzida pelos intelectuais do IGHB, muitas vezes convertida em ações política de Estado, influenciou o processo de demarcação dos limites entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo. Concomitantemente perpassaremos pelos principais contextos históricos, lutas, disputas, impasses, tensões políticas e debates ocorridos na

formação dessa divisa.

5.1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BAHIA

O território do Estado da Bahia começou a ser formado a partir das doações das capitanias hereditárias. Segundo Freire (1998) e Tavares (2000), três delas em conjunto com mais duas sesmarias⁶¹ - na condição de capitania -, compõem hoje o território desse Estado, a saber: capitania denominada de Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho no ano de 1534; capitania de Porto Seguro, concedida a Pêro do Campo Tourinho também no ano de 1534; a capitania dos Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Corrêa no ano de 1534 ou 1535 (não há certeza quanto à data); sesmaria das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva, cedida a Antônio de Athayde, 1º conde de Castanheira, em 1556; e a sesmaria do Paraguaçu ou do Recôncavo, concedida a Álvaro da Costa em 1566.

Em média, cada capitania antevista compreendia entre 50 a 60 léguas de extensão (padrão de medida utilizado na época), respectivamente, 300 km e 360 km de área, e apresentavam, de acordo com Tavares (2000), os seguintes limites: i) Capitania da Bahia - compreendia 50 léguas de terra na costa e possuía como prováveis limites - da margem direita do rio São Francisco à Ponta do Padrão (hoje Forte e Farol da Barra), começando na ponta do rio São Francisco e correm para o Sul, até a ponta da Bahia de Todos os Santos; ii) Capitania de Porto Seguro - possuía 60 léguas e localizava-se da margem direita do rio Jequitinhonha à esquerda do rio Doce; iii) Capitania dos Ilhéus - contava com 50 léguas e situava-se entre as capitanias da Bahia e Porto Seguro, possuindo como limites prováveis - da ponta do Padrão à margem esquerda do rio Jequitinhonha; iv) Capitania das Ilhas de

⁶¹ Segundo Cintra (2015) as sesmarias das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu, respectivamente, nos anos de 1556 e 1565 ganharam um status jurídico semelhante ao das capitanias, sendo na realidade microterritórios, com características e privilégios hereditários. Por isso, encontramos em alguns livros da literatura especializada a informação de que o território da Bahia é formado pela junção de cinco e não de três capitanias hereditárias - Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Itaparica e Tamarandiva.

Itaparica e Tamarandiva – formada pelas referidas ilhas e mais três léguas quadradas próximas ao rio Vermelho, leste da cidade de Salvador; v) Capitania do Paraguaçu ou do Recôncavo - constituída da faixa de terra entre o sul do rio Paraguaçu e o norte do rio Jaguaripe, o “que poderá ser quatro léguas de costa pouco mais, ou menos e dez léguas de terra, e todas as ilhas que estiverem ao longo da Costa desta dada” (DOAÇÃO..., 2013).

Todavia, para dar formato ao território como um todo, era necessário à sua ocupação. Nessa direção, a partir da primeira metade do século XVI realizou-se nas terras baianas um duplo processo de conquista e posse territorial, colonização e povoamento. A princípio, em concordância com Freire (1998), esse trabalho de colonização e povoamento fez-se ao redor da cidade de Salvador, tomando depois a direção das bacias dos seus mais próximos e importantes rios (rio Paraguaçu, Doce, Mucuri, Pardo, São Francisco, etc.), sendo o rio Paraguaçu o que primeiro atraiu o movimento de colonização. Recordando que, essa relação sociedade-espço estabelecida no processo de colonização foi a base da formação territorial de todo o Brasil.

É pertinente salientar que a existência e a exploração de matérias-primas e artigos da lavoura tropical de interesses da Coroa foram decisivas para esse processo de conquista, posse territorial, colonização e povoamento da Bahia. Conforme Freire (1998), nas terras conquistadas foram construídos engenhos de açúcar, plantações de cana, de mandioca, fumo e criação de gado, extraindo da natureza os recursos para benefício próprio e da prosperidade pública. Desse modo, segundo Alcoforado (2003), durante os séculos XVI ao XIX a rota de ocupação do território baiano foi fundamentalmente estabelecida de acordo com as regiões que mais se destacaram na produção dos principais itens de comercialização desse período, a saber: a região do recôncavo – destaque na produção da cana-de-açúcar, fumo e farinha de mandioca; região sul – realce na produção de farinha de mandioca; e as regiões sertanejas que se destacaram com a criação de gado (notadamente algumas partes das regiões norte, centro-norte, centro-leste e sudoeste).

No bojo dessas discussões, outro dado que merece relevo diz respeito as expedições militarizadas e exploratórias que ocorreram na Bahia. Nos anos coloniais, de acordo com Tavares (2000), estas foram organizadas em companhia chefiadas por capitães que representavam patentes reais. Por assumirem tais postos, esses militares estavam autorizados a conquistar novas terras e a guerrear com o gentio

bárbaro. Ainda em conformidade com antevisto autor, nos séculos XVII e XVIII essa atividade também passou a ser realizada por civis que buscavam recursos financeiros. A busca de ouro, prata, pedras preciosas e criação de gado foram as principais motivações para a realização das expedições exploratórias nesse momento.

Já no século XIX e início do XX, apesar das atividades desse tipo também estarem fortemente relacionadas à ocupação e a exploração do território e dos recursos naturais, havia uma preocupação no que se refere ao conhecimento sistemático da natureza, ao planejamento territorial, ao mapeamento de todo o território baiano e a execução de projetos de infraestrutura. Para Tavares (2000), de uma forma geral, essas expedições além de auxiliarem no processo de colonização e formação territorial da Bahia, também colaboraram para a descoberta e exploração de recurso minerais (principalmente ouro, prata e pedras preciosas); para o desenvolvimento de diversas atividades, como por exemplo, a pecuária, olarias, criação de engenhos de açúcar, etc.; para a abertura de estradas; e foram vitais para os estudos da natureza e para o desenvolvimento da ciência, pois, contribuíram para a análise e descrições do território e da natureza, e produziram muitos materiais de importância científica (produções textuais, plantas, mapas, entre outros).

Como efeito das ações acima mencionadas, Luquini (2015) afirma que a província da Bahia - transformada de capitania para Província da Bahia pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa no ano de 1821 – apresentou durante o Império 41 vilas e uma população aproximada de 221.756 habitantes. Sobre sua economia, Maria Aparecida Oliveira (2014) relata que nesse mesmo período a Bahia encontrava no açúcar e no fumo os principais produtos de exportação. Em relação ao seu território, este já estava quase totalmente povoado, com seu contorno geográfico praticamente definido.

Durante o período republicano, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2001) a Bahia sofreu pouca mudança territorial em relação ao período antecessor (Imagem 12). Nessa época, de acordo com os dados dessa superintendência, o Estado baiano contava com aproximadamente 140 municípios (antes vilas); o sertão ainda estava sendo ocupado na direção norte-nordeste e na região da Chapada Diamantina; e ainda havia duas regiões despovoadas, o Centro-sul e o Oeste. É importante destacarmos que o advento da República transformou as antigas províncias em novas unidades políticas – os Estados –, entretanto, apesar da alteração do regime político e das mudanças

exigidas pelo novo sistema, seus limites territoriais anteriores foram conservados, sendo esse direito atestado pela Constituição da República de 1891⁶².

⁶²Art. 1º - A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil. Art. 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte. Art. 4º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembleias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e aprovação do Congresso Nacional (BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1891).



Imagem 13: Carta Topográfica e Administrativa da Província da Bahia (1857)
Fonte: Arquivo Nacional, 2017

Para melhor compreensão do leitor sobre a conformação territorial que esse Estado assumiu no século XX, utilizamos na figura acima a metodologia da superposição da cartografia vetorial com o contorno do mapa da Bahia do ano de 1934 sobre a carta topográfica da província da Bahia. Como se constata, a Bahia adentrou o século XX com seu território praticamente definido, mas, restava ajustar e legalizar quase todas as suas fronteiras interestaduais, com exceção apenas da linha fronteira com o Estado de Alagoas (não teve litígio). É digno de nota que nesse momento a Bahia fazia divisa com sete Estados brasileiros: Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Piauí ao norte, Minas Gerais e Espírito Santo ao sul, e Goiás a Oeste. Mas, em 1988, quando o norte do Estado de Goiás foi emancipado, passando a se chamar Tocantins, a Bahia ganhou mais um Estado vizinho. Assim, a Bahia é o estado brasileiro que mais faz divisa com outras unidades da federação (oito Estados).

Em consonância com Campos (1906) e Tavares (2000), esse Estado somente teve a maioria dos seus limites geográficos delimitados e demarcados após convênios assinados entre os anos de 1919 e 1928, últimos anos da Primeira República, a saber: a) com Estado de Minas Gerais – convênio assinado em 23 de agosto de 1919 e aprovado pela Assembleia Legislativa em 6 de agosto de 1921; b) com o Estado de Goiás – convênio assinado em 9 de agosto de 1919 e aprovado pela Assembleia Legislativa em 6 de agosto de 1921; c) com o Estado do Piauí – Convênio assinado em 4 de setembro de 1919 e aprovado pela Assembleia Legislativa em 6 de agosto de 1921; d) com o Estado do Pernambuco (zona litigiosa); e) com o Estado de Sergipe – convênio assinado em 28 de outubro de 1921; f) com o Estado de Alagoas – sem litígio; g) com o Estado do Espírito Santo – convênio assinado em 22 de abril de 1926.

A demora na resolução dessa questão está relacionada aos muitos conflitos, discussões e embates que foram travados entre os vários Estados brasileiros na busca de se definir seus limites territoriais. A seguridade da posse e domínio territorial dos Estados garantida pela Constituição de 1891 - teoricamente cada um deles já teria a maior parte do seu contorno definido pelas cartas de doação e pelas

cartas forais⁶³ e manteria os mesmos contornos territoriais apresentados no período imperial – não foi suficiente para que as fronteiras interestaduais do país fossem delimitadas e demarcadas de forma ágil e pacífica, tornando o processo de definição das linhas divisórias entre as unidades de federação, segundo Schneider (2017), um das maiores preocupações do período republicano. Ao ponto dos dirigentes e dos intelectuais do país organizarem congressos e eventos específicos para a resolução dessa questão, como por exemplo, os Congressos Brasileiro de Geografia e a Conferência de Limites Interestaduais ocorrida em meados de 1920 no Rio de Janeiro.

Sobre as razões que desencadearam tantos desentendimentos entre os Estados brasileiros ao definirem seus limites externos, destacamos as cartas de doação e forais, principais documentos utilizados pelos mesmos para legitimar seus direitos territoriais. Apesar da imprescindibilidade dessas cartas, muitas delas não se apresentavam com a clareza necessária para esse fim, isto é, em sintonia com Cintra (2013), na época em tais documentos foram elaborados (Brasil colônia) a falta de um conhecimento adequado das terras e da costa brasileiras e a carência de instrumentos e métodos de medição do espaço físico mais eficazes e rigorosos implicaram diferentes interpretações, dúvidas, incorreções e omissões na delimitação e demarcação do território e nas suas representações cartográficas. Isso imputou obscuridade e inexatidão as cartas de doação e as cartas forais, tornando-as insuficientes para atestarem os limites interestaduais do Brasil, dando margem as discussões e aos embates fronteiriços de que falamos.

Como a capitania da Bahia fazia parte da fração em que não houve clareza e certeza quanto à indicação dos seus limites extremos, não foi possível delimitar suas fronteiras com todas regiões vizinhas de forma simples, rápida e pacífica, ocorrendo em alguns casos, como na formação dos limites Bahia e Espírito Santo, um litígio secular. Frente a essa circunstância, coube aos articuladores desse Estado, entrelaçando história e ciência, lançar mão das fontes primárias como as cartas de

⁶³Segundo Ferreira (2011), a Carta de Doação e o Foral eram a base jurídica do sistema das Capitânicas Hereditárias. O primeiro determinava a posse, mas não a propriedade nominal da capitania, que continuava pertencendo à Coroa; e o segundo definia que a renda advinda da produção da terra pertenceria ao donatário e a quinta parte deveria ser entregue ao rei, assim como garantia ao donatário o direito de conceder sesmarias (lotes de terras cedidos a terceiros, desde que católicos e leais a Portugal). Em síntese, Cintra (2013) assevera que as cartas de doação designavam os limites e as léguas de cada território e as cartas forais indicavam o total de léguas conferidas ao donatário, sem especificar se o território era contínuo ou não.

doação, forais, cartografia da época (a presença de alguns pontos imprecisos e/ou ambíguo dos mesmos não anulam a legitimidade, importância e funcionalidade do documento como um todo), bem como, do suporte científico de tempos mais recentes (ganha destaque aqui a geografia, a astronomia, a cartografia e os instrumentos e técnicas científicas dos séculos XIX e XX) para comprovar seus direitos sobre as terras em disputa.

Nessa empreitada, assim como ocorreu na delimitação e demarcação das fronteiras internacionais relatado nos estudos de Vergara (2010), os precedentes históricos aliados as eventuais tentativas anteriores para o estabelecimento das fronteiras brasileiras foram levados em consideração como ponto de partida para a formação das divisas nacionais. Lembrando que, ainda de acordo com a referida autora, a análise das fontes históricas e de antigos documentos oficiais, foi uma etapa, muitas vezes, decisiva para elaboração dos acordos políticos firmados entre as partes interessadas. Queremos dizer que, nesta ocasião, os negociadores e representantes dos Estados implicados podem decidir, à luz do conjunto da documentação disponível, como deve ser traçada a linha delimitadora dos territórios que estão sendo definidos.

De igual forma, a ciência também se torna indispensável nesses processos. Como justificativa dessa imprescindibilidade, podemos afirmar que, corroborando com o Departamento Nacional de Estatística (1933), todas as fronteiras interestaduais da Bahia obedeceram como limites extremos pontos naturais e acidentes geográficos, como por exemplo, rios, riachos, serras e cachoeiras⁶⁴. Adicionado a isso, na etapa de demarcação, quando os responsáveis por tal tarefa interpretam no terreno as intenções governamentais, a ciência também é fundamental, pois, como afirma Krukoski (2009), somente por meio dos conhecimentos, técnicas e instrumentos científicos (geodesia, cartografia, teodolito, cronômetro, entre outros), é possível criar condições favoráveis para a observação em variados domínios (como no mar, rios e em lugares inexplorados) e superar as dificuldades de interpretação para encontrar no terreno os acidentes geográficos que tenha servido de base para a delimitação.

⁶⁴Para maiores esclarecimentos e detalhes acerca dos limites interestaduais da Bahia ver: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Limites dos Estados Unidos do Brasil. Sistematização provisória das linhas de limite do território da República e do de cada uma de suas unidades políticas.** Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento Nacional de Estatística, 1933.

Outro dado que merece relevo aqui diz respeito à funcionalidade exercida pela ciência geodésica. Segundo Vergara (2010), seus estudos voltados para as dimensões, forma e o campo gravitacional da Terra, permitem analisar, medir e representar o espaço geográfico do planeta com precisão. Também não podemos deixar de salientar que, conforme a mesma autora, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de instrumentos científicos tais como o teodolito, cronômetro, podômetro e bússolas, trouxeram significativas contribuições para o processo de demarcação territorial, pois, além de tornarem possível a observação em lugares desconhecidos e sob variadas condições, estes também proporcionaram maior agilidade nas operações desse tipo e colaboraram para a construção de documentos cartográficos mais precisos, favorecendo assim um avanço na confecção de mapas elaborados nos séculos XVIII e XIX.

Nessas considerações, os itens subsequentes nos proporcionarão uma melhor compreensão acerca do processo de formação das fronteiras interestaduais da Bahia e sobre as atividades científicas envolvidas na formação da divisa entre esse Estado e o Estado do Espírito Santo, mas, antes disso, é pertinente apresentarmos uma breve caracterização socioeconômica da zona fronteira entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo para proporcionarmos ao leitor uma visão geral das terras disputadas pelos Estados ora falados.

5.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ZONA FROTEIRIÇA ENTRE OS ESTADOS DA BAHIA E DO ESPÍRITO SANTO

Formada por um ecossistema originalmente caracterizado como Floresta Tropical Fluvial dos Tabuleiros Terciários, a faixa fronteira entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo é parte do bioma Mata Atlântica. De acordo com Guilherme da Silva e Marcelo Nascimento (2001), a denominação de tabuleiro é dada pelo fato da topografia dessa região apresentar-se plana em grandes extensões, não atingindo altitudes superiores a 200 metros.

Segundo Almeida et al. (2008), sua vegetação exibe grande biodiversidade e seu clima é caracterizado como tropical subúmido. As chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, com período mais intenso entre os meses de novembro a janeiro. A pluviosidade média anual está em torno de 1.100mm, com temperaturas entre 23°C e

27°C.

Em relação aos solos, Thiara Almeida (2009) assevera que predominam as classes de solos denominadas de Latossolos Amarelos e Argissolos Amarelos, que são bastante intemperizados, profundos, bem drenados, pobres em minerais primários. Devido à baixa fertilidade natural, estes necessitam de adubação e correção de acidez, possuindo em condições naturais aptidão agrícola para lavouras e pastagens.

No que se refere a sua população, desde os tempos coloniais até meados do século XX, essa zona de fronteira foi habitada por índios, imigrantes portugueses, afrodescendentes e camponeses que se organizaram e se apropriaram desse território e da sua natureza. Dentre os grupos indígenas, ganham destaque os Aimorés ou Botocudos⁶⁵, pois estes eram encontrados em maior quantidade.

Conforme Simone Raquel Batista Ferreira (2009), num primeiro momento essas terras foram ocupadas pelas fazendas escravistas produtoras de farinha de mandioca, que era comercializada com outras regiões do país e também com a África, onde servia de moeda de troca por escravos. Em seus estudos sobre a História agrária de São Mateus, Anna Lúcia Côgo (2007) salienta que a produção e a comercialização dessa farinha se perpetuou ao longo de todo século XIX, constituindo como principal atividade econômica dessa área, onde também se desenvolvia a produção de açúcar, café, milho e feijão; a pecuária de corte e leiteira; a exploração de minérios e de algumas espécies de madeiras nobres da floresta tropical.

Contudo, como aponta Ferreira (2009), em decorrência da mudança do eixo econômico para a produção do café do Centro-Sul e da abolição da escravatura, a maioria das fazendas de mandioca entrou em decadência econômica. Em função disso, muitas propriedades foram doadas e/ou abandonadas pelos senhores coloniais e apropriadas pelos antigos escravos; enquanto outras foram ocupadas por

⁶⁵ Duarte (2002) classifica como Botocudos as diversas etnias do tronco linguístico Macro-Jê - grupos nômades e de tradições guerreiras que vivem de caça e coleta em extensas áreas da Mata Atlântica.

escravos que fugiam dessas fazendas, dando origem a *quilombos*⁶⁶.

Pouco povoada, com as “explorações agrícolas esparsas, áreas produtivas quase inexpressivas”, desvalorizada economicamente, essa zona de fronteira classificada como sertão da Bahia durante o período em estudo, carecia de ocupação e desenvolvimento. Conforme Simone Ferreira, as primeiras ações suscitadas pelo processo modernizador e desenvolvimentista implantado no Brasil da Primeira República se deu por meio das insistentes incursões de extermínio aos Botocudos e, posteriormente, pela construção das primeiras ferrovias entre as zonas litorâneas e o sertão do rio Doce, movimentadas pelo transporte de café e madeira - dentre elas, a Estrada de Ferro Vitória- Minas, que atingiu o referido rio em 1905.

É importante dizer aqui que as cidades de maior destaque dessa faixa de fronteira durante a época em evidência foram São Mateus (Espírito Santo) e Mucuri (Bahia), por concentrarem as maiores fazendas escravistas e, conseqüentemente, abrigarem um número significativo de agrupamentos de negros e camponeses. Ademais, era pelo porto marítimo de São Mateus que escoava grande parte da produção de farinha de mandioca, garantindo a essa cidade maior visibilidade e importância.

De acordo com Almeida et al. (2008) na década de 1920, iniciaram-se na zona em estudo as atividades de exploração de madeira nobre, muito úteis e lucrativa para a construção e mercenária. Sintonizados com o governo federal e preocupados em desenvolver sua economia e definir as fronteiras políticas do seu Estado, os governantes do Espírito Santo e da Bahia passaram a conceder áreas da floresta à exploração em troca da ocupação e abertura de estradas na região. Entretanto, apesar dessas iniciativas de exploração e povoamento, o norte do Espírito Santo, bem como o extremo sul da Bahia permaneceram sem sofrer significativas alterações ambientais e socioprodutivas até a década de

⁶⁶ Simone Ferreira caracteriza os quilombos como “espaços da liberdade” criados pelos escravos que fugiam das fazendas e se embrenhavam em locais de difícil acesso durante o colonialismo. Para a mesma autora, além de configurar uma resistência frente à sociedade escravista, os *quilombos* - enquanto comunidades autônomas, geridas pelo trabalho familiar direcionado à própria subsistência - reinventavam a própria existência dos africanos e seus descendentes na América. Nos tempos atuais, ainda encontramos na região em estudo os descendentes de antigos escravos residindo em pequenos núcleos de quilombolas que estão ameaçados pela monocultura rural e pelo descaso das autoridades locais. Infelizmente, essa população vive uma constante luta pelo reconhecimento e proteção de suas áreas, geralmente desprovidas de infraestrutura (Ibidem, 2009, p. 69).

1950⁶⁷, quando surgiu um novo ciclo de exploração da madeira guiado pelo crescimento urbano-industrial do Centro-sul brasileiro.

A partir de então, como afirma Marcelino Leonel (2016), as extensas áreas da floresta tropical passaram a ser substituídas pelos monocultivos de eucalipto destinados à produção de carvão vegetal e celulose. Atualmente, conforme o mesmo autor, o cultivo do eucalipto constitui-se na atividade mais dinâmica da região, configurando-a como um dos maiores polos de produção de celulose do mundo.

Assim sendo, pode-se afirmar que até meado do século XX, essa faixa limítrofe era pouco habitada e com ausência de atividades produtivas de grande escala. O agrupamento de negros, camponeses e os indígenas que ali viviam conseguiam manter sua sustentabilidade por meio de práticas tradicionais de uso e apropriação da natureza, sustentando seu modo de vida integrado ao ambiente da floresta sem causar muitos prejuízos a mesma. Todavia, a imposição da racionalidade produtiva adotado no Brasil no século XIX acentuou o processo de exploração da natureza e do território para fins mercadológicos, ignorando os principais personagens dessa localidade.

Os primeiros a sofrer os prejuízos foram os índios⁶⁸. Cerqueira Netto (2009) assegura que antes mesmo do período republicano, no início da colonização, uma grande parcela da população indígena pertencente à zona de fronteira ora mencionada já havia sido massacrada e dolorosamente expropriada de seu território e de seus costumes para estabelecer as primeiras expedições portuguesas. De acordo com o mencionado estudioso, mesmo com uma permanente resistência dos índios, as chacinas contra esses habitantes perduraram até o início do século XX, que ora eram dizimados, ora inseridos no sistema produtivo local, regido pelas leis dos coronéis. Outra parte (menos expressiva), continuou nos aldeamentos do interior da floresta; e outros tantos morreram de fome, doenças e guerras intertribais nas matas.

⁶⁷ Segundo Thiara Almeida, essa época é considerada como “divisor de águas” na história de ocupação do extremo sul baiano e norte espírito-santense, por se configurar na expansão econômica do capitalismo na região, rompendo seu isolamento, e contribuindo para novas formas de uso e apropriação do espaço. Assim, o cultivo do eucalipto se constitui na atividade mais dinâmica da região de que se fala, configurando-a como um dos maiores polos de produção de celulose do mundo. Atualmente, três empresas de relevância mundial estão instaladas nessa área, a saber: Bahia Sul Celulose, Aracruz Celulose e Veracel Celulose (Ibidem, 2009, p. 32).

⁶⁸ Na atualidade, segundo Cerqueira Neto (2009), muitos índios, sem opção para viver como seus antepassados, se tornaram um produto turístico - não por estar exercendo hábitos que formam a sua estrutura cultural, mas por seu biótipo, sua corporeidade. Estes, habitam de forma difusa o litoral da região ou em aldeias na parte continental dos municípios.

Do mesmo modo, em harmonia com Ferreira (2009), a população afrodescendente também foi grandemente prejudicada. Vivendo nos quilombos ou nas terras antes pertencentes aos antigos senhores coloniais, os negros distribuíram-se ao longo dos vales dos rios Cricaré, Itaúnas e Doce, majoritariamente nas principais cidades da região - Conceição da Barra, São Mateus e Mucuri. Ali, os grupos afrodescendentes passaram a reproduzir sua existência material e simbólica. Organizados em extensas redes de parentesco e solidariedade, Cerqueira Neto (2012) advoga que a população negra supria suas necessidades pelas atividades agroextrativistas: roças de alimentos, criação de animais, pesca, caça e coleta de frutos, fibras, madeiras, medicamentos e sedimentos. Sua produção diversificada de alimentos e outros insumos também abastecia os núcleos urbanos e até mesmo as fazendas monocultoras.

Fundamentais em diversos ciclos econômicos do país, mas considerados como um empecilho à lógica do plano político republicano, os habitantes da região de que se fala não tiveram voz nem vez ante as decisões relativas ao seu habitat, modo de vida, sua história e sua cultura. Foram subjugados e marginalizados em prol dos interesses políticos e econômicos daqueles que dominavam o aparato estatal. Lembrando que nesses interesses também se inclui os objetivos do projeto imigracionista que criava a necessidade do branqueamento da população, justificada pelas teorias científicas acerca da inferioridade racial do negro. Assim, muitos dos negros, índios e camponeses foram dizimados ou tiveram seus costumes e territórios forçosamente expropriados. Fatores que apagavam suas singularidades históricas, sua cultura e diversidade.

Essa invisibilidade da população também se deu nos processos de demarcação e delimitação do limite Bahia – Espírito Santo, quando a população somente foi ouvida para fortalecer e/ou atestar os discursos dos articuladores dos Estados litigantes como veremos com maior riqueza de detalhes nas páginas seguintes. Além disso, no tocante a dimensão ambiental, houve a destruição da biodiversidade - não só “biologicamente viva, mas cultural e socialmente significativa” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 517). Como consequência, ocorreu a degradação e perda dos atributos da fertilidade do meio, a deteriorização dos recursos hídricos, entre outros prejuízos.

5.3 BAHIA E ESPÍRITO SANTO: UMA QUESTÃO DE LIMITE

Para alguns, como Argollo (1985), Magalhães (1895), Amaral (1906; 1905; 1913), Sampaio (1908), Tavares (2000), a antiga capitania de Porto Seguro localizava-se da margem direita do rio Jequitinhonha à esquerda do rio Doce, limitando ao sul com a capitania do Espírito Santo pelo referido rio Doce⁶⁹. Para outros, Pinto (1893), Botelho (1895), Cintra (2013), a capitania do Espírito Santo fazia divisa com a capitania de Porto Seguro pelo rio Mucuri. Eis então a divergência entre Bahia e Espírito Santo que perdurou por mais de 100 anos para ser solucionada.

De acordo com Amaral (1905, p. 59-91), desde 1823 os limites entre esses dois Estados (nessa época províncias) agitaram longas discussões. Alguns mapas do Brasil e até mesmo os da Bahia dão como raia meridional desse Estado o rio Mucuri. Representação editada por uns, seguida por outros e reproduzida por quase todos, como demonstra o mapa abaixo (Imagem 14).

⁶⁹ Ao longo dos textos e dos documentos sobre os limites da Bahia com o Espírito Santo há referências tanto ao rio Doce quanto ao riacho Doce como sendo um único curso d'água, localizado na zona limítrofe desses Estados. De acordo com Amaral (1904, p. 59-91), isso ocorre porque a existência de um riacho Doce ao norte da vila de São Matheus, que é o limite das terras de lavoura da antiga vila de São José de Porto Alegre, fez com que muitos engenheiros e estudiosos das terras brasileiras confundissem o pequeno riacho Doce com o rio Doce que corta o Estado do Espírito Santo, na direção de oeste a leste, o qual nasce em Minas-Gerais a 10 léguas de leste de Barbacena e lança-se no oceano a 19°, 36' de latitude sul. Assim sendo, um mesmo curso d'água recebeu denominações diferentes, como era comum naquela época, o que aumentou ainda mais as dúvidas e discussões sobre os limites desses Estados.



Imagem 14: *Mapa Físico do Brasil (1889).*
No detalhe a divisa entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo pelo rio Mucuri.
Fonte: IBGE, 2011.

Todavia, também existem outros mapas do Estado da Bahia, como é o caso da representação cartográfica produzida pelo engenheiro Miguel de Teive Argollo (já abordada no capítulo anterior) (Imagem 15), que dão o limite entre os Estados em questão pelo rio Doce, um pouco mais ao sul do rio Mucuri, antiga linha de lavoura da antes vila de São José de Porto Alegre, hoje município baiano denominado Mucuri.

Os documentos oficiais que embasaram Teive Argollo na elaboração do aludido mapa foram os mesmos amplamente utilizados pelos outros articuladores da Bahia (como veremos a seguir) na delimitação da fronteira em discussão, são eles: a) Foral de 26 de agosto de 1534, o qual concedeu a Francisco Coutinho a capitania da Bahia de Todos os Santos, tendo na costa por limites a ponta do rio São Francisco e a ponta da Bahia de Todos os Santos (Barra do Rio Jaguaripe); b) Foral de 11 de março de 1535 que conferiu a Jorge de Figueiredo Corrêa a capitania de Ilhéus, tendo 50 léguas de costa e estendendo-se para o Sul da ponta da Bahia de Todos os Santos; c) Foral de 23 de setembro de 1534 que concedeu a Pero do Campo Tourinho a capitania de Porto Seguro, a qual se limitava ao norte a capitania de Ilhéus e estendia-se pela costa 50 léguas para o sul; d) Auto de medição e demarcação da vila de São José de Porto Alegre (atualmente cidade de Porto Alegre) realizado em 1735 em virtude da carta Régia de D. José I de 3 de março de 1735, concedendo o sul do riacho Doce por seu limite e; e) Decreto legislativo de 1831, o qual determinou os limites da paróquia filial da Barra da Vila de São Matheus (antiga vila baiana, hoje município São Matheus, pertencente ao Estado do Espírito Santo), com a freguesia de São José de Porto Alegre, pelo rio Itaúnas.

De forma complementar, o engenheiro acima mencionado ainda lançou mão de importantes produções sobre a História do Brasil para endossar seu mapa, a saber: a obra *História da América Portuguesa*⁷⁰, de autoria de Sebastião Rocha da Pitta e o livro intitulado *Chorografia do Brasil*⁷¹, produzido por Antônio Melo Moraes. Conforme Argollo (1895), essas obras também demonstraram que a antiga capitania de Porto Seguro fazia divisa com então capitania do Espírito Santo pelo rio Doce, em 19º; ou pelo rio Cricaré (ou São Matheus), mais ao norte. Para o mesmo autor, quer estivesse a divisa pelo rio Doce ou pelo Cricaré, quer pelo paralelo de 19º, esta linha fronteira estava muito além do sul do rio Mucuri, confirmando seus argumentos sobre as terras pertencentes ao território da Bahia.

⁷⁰ Coleção de obras produzidas por Sebastião da Rocha Pitta (1878) relativas à história da capitania, depois província da Bahia, e de sua geografia. Disponibilizada no Portal do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242473>>.

⁷¹ Livro escrito por Alexandre José de Mello Moraes no ano de 1886. Versa sobre noções históricas e políticas da América e do Brasil. Aborda os acontecimentos do período do povoamento das terras brasileiras; seus governadores; origem das diversas famílias brasileiras; a história dos ministérios e sua política; das assembleias; história da independência e; descrição geográfica do Brasil. Essa obra encontra-se no Portal do Senado. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179475>>.

Ainda para Miguel de Teive Argollo, as evidências apresentadas acima associadas a não existência de qualquer ato legal estabelecido em tempos posteriores – modificando as divisas atestadas nesses documentos -; e ao fato da Bahia sempre ter exercido jurisdição na margem direita do rio Mucuri, asseguravam a incontestabilidade do direito do Estado da Bahia sobre o território que estava localizado do sul do rio Mucuri até o riacho Doce e vertentes do rio Itaúnas.

Para melhor entendimento do leitor acerca dessa divisa e sobre a localização dos rios Itaúnas, Mucuri e do riacho Doce, apresentamos a seguir dois mapas da Bahia e uma planta geral do Estado do Espírito Santo. O primeiro mapa foi produzido pelo governo do Estado da Bahia no ano de 1926 (Imagem 16) e o segundo foi elaborado no ano de 1908 pelo sócio do IGHB Theodoro Sampaio (Imagem 17). Já a planta geral do Estado de Espírito Santo (Imagem 18) foi confeccionada pelo também agremiado Carlos Xavier Paes Barreto e publicado na Revista do IGHB em 1918.



Imagem 16: Mapa Físico da Bahia (1925)
 Fonte: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – RJ

O mapa acima demonstra claramente a localização dos rios Mucuri, Itaúnas e do riacho Doce. Percebemos que tanto o riacho Doce, quanto o rio Itaúnas estão localizados ao sul do rio Mucuri, como advogou Miguel de Teive Argollo.

Semelhantemente, o mapa abaixo, além de evidenciar a localização do rio Mucuri e do riacho Doce, também exibe a linha da divisa entre a Bahia e o Espírito Santo defendida pelos articuladores da Bahia. Por meio desse mapa, podemos perceber a extensão de terra em disputa pelos Estados de que se fala.

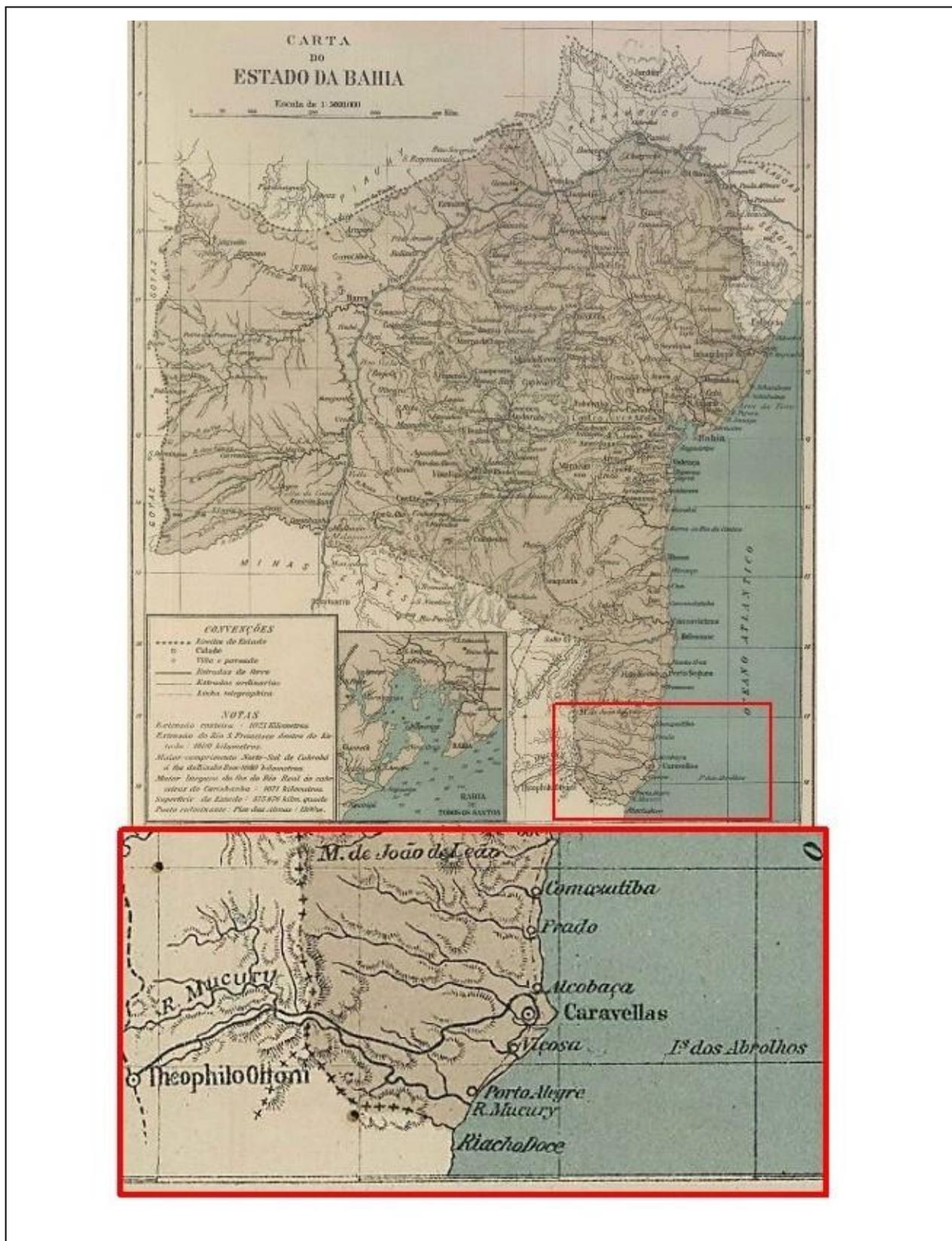


Imagem 17: Carta do Estado da Bahia (1908).

No detalhe a localização do rio Mucuri, do riacho Doce e da divisa entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo defendida pelos articuladores da Bahia.

Fonte: SAMPAIO, Theodoro. Atlas dos Estados Unidos do Brasil, 1908, n/p.

Acervo da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro - RJ

A planta abaixo (Imagem 18), retirado do artigo intitulado *Questão de Limites. Espírito Santo e Bahia. Vitória - Espírito Santo: Artes Graphicas*, mesmo que por um ângulo diferente, também evidencia a localização dos principais acidentes geográficos envolvidos no litígio em questão.

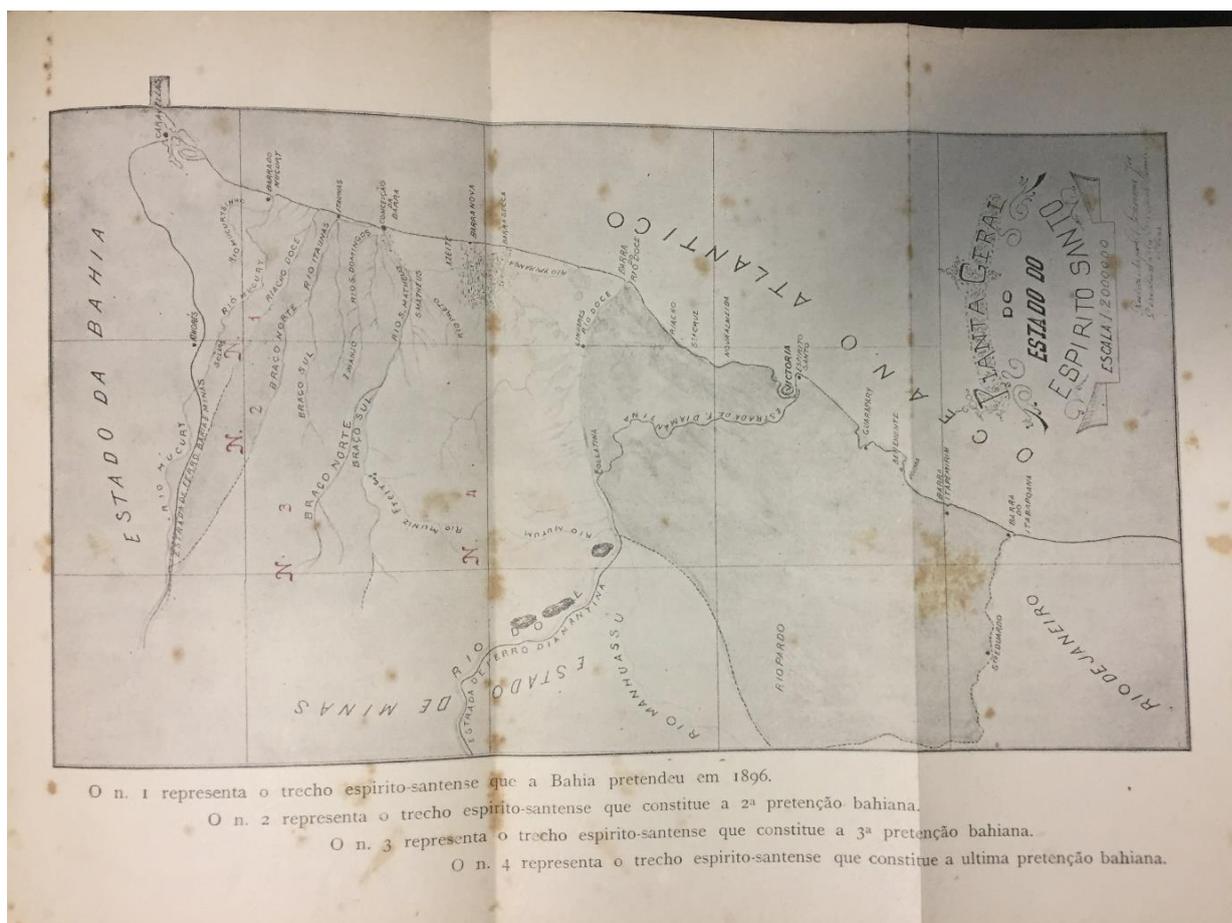


Imagem 18: Planta Geral do Estado do Espírito Santo
 Fonte: Barreto, 1918.

De uma forma geral, as imagens acima constataam os argumentos dos articuladores da Bahia, quando demonstram a localização dos rios Doce e Itaúnas ao sul do rio Mucuri. Em síntese, para os representantes e defensores da Bahia, a divisa entre esse Estado e o Espírito Santo iria além do sul do rio Mucuri, local muito próximo às margens do riacho Doce. Entretanto, para os patronos do Estado do Espírito Santo, essa linha divisória seria delimitada pelo então rio Mucuri.

Novamente ratificando as interpretações dos baianos, agora por meio de uma representação gráfica do Estado do Espírito Santo, Theodoro Sampaio elaborou no ano de 1908 a seguinte carta:

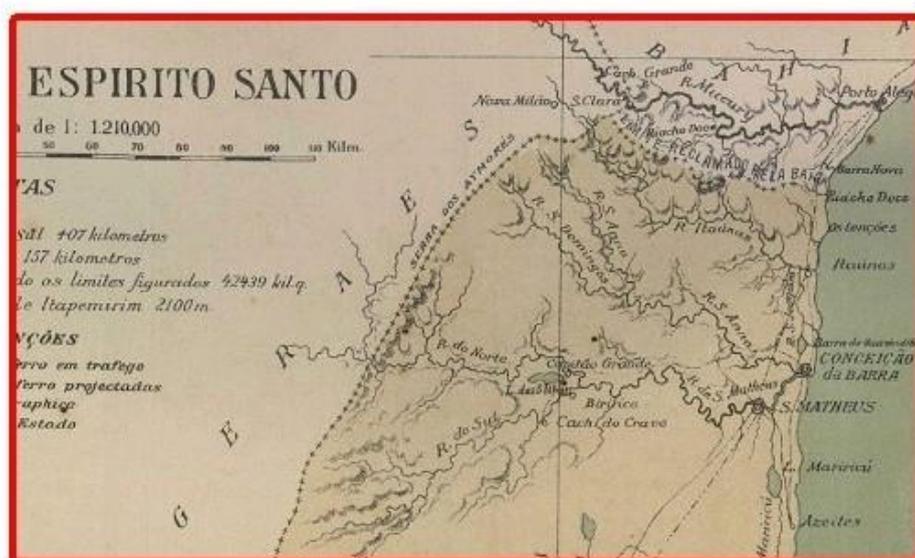
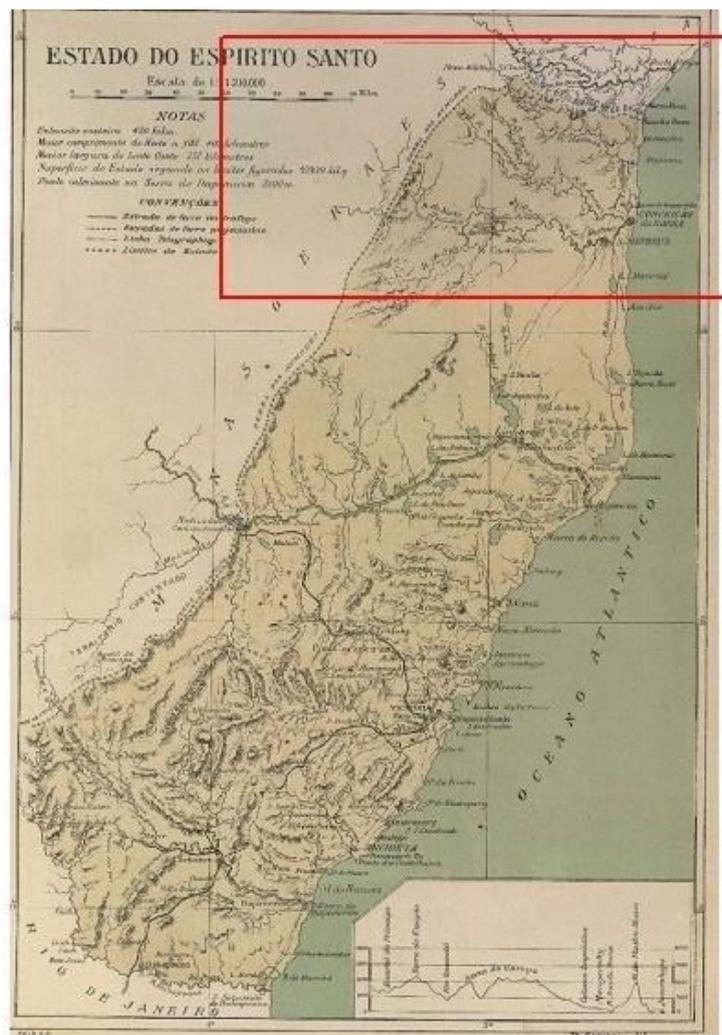


Imagem 19: Carta do Estado do Espírito Santo (1908).
No detalhe a zona litigiosa entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo.
Fonte: SAMPAIO, Theodoro. Atlas dos Estados Unidos do Brasil, 1908, n/p.

A imagem acima serve para mostrar com mais clareza a zona litigiosa entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo. Já o mapa exposto abaixo, apesar da imagem não apresentar uma visualização clara dessa faixa de fronteira, é útil para localizarmos as terras em disputa no território da Bahia.



Imagem 20: Mapa do Estado da Bahia (1913).
No detalhe a zona litigiosa entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo.
Fonte: Inspetoria Federal das Estradas (1913).

Segundo Amaral (1905) o motivo determinante para “excitação” da pretensão da antiga província do Espírito Santo “pelas terras da Bahia” era a existência de minas valiosas, jazidas de areias monazíticas, “que trazidas pela esteira d’água subterrânea, afloram sob os pés do viajante em toda a costa da Bahia” (AMARAL, 1905, p. 61-62). Rica em elementos radioativos (especialmente o tório⁷²), esse material era fonte de renda para essas regiões, visto que, de acordo com Lopes e Bourguignon (2015), foi bastante exportado para alguns países europeus (França, Alemanha e Inglaterra) e norte americano (Estados Unidos) a partir de 1890 para a fabricação de luminárias a gás. Posteriormente a Primeira República, mais precisamente na década de 1940, esse material foi muito cobiçado pela indústria nuclear para desenvolvimento de reatores e bombas.

Mas, apesar das jazidas de areais monazíticas serem consideradas como a principal razão dessa contenda, essa pode não ter sido a única motivação. Como antecipamos na seção anterior, na década de 1920, em concordância com Simone Raquel Batista Ferreira (2009), inicia um momento de valorização da região norte do Estado do Espírito Santo e da parte sul da Bahia, guiado pelos setores de construção e marcenaria que muito se beneficiariam das madeiras nobres que ali existiam. Desse modo, definiu-se as primeiras políticas de exploração madeireira nessa zona fronteira, através da qual os governos de ambos os Estados concederam extensas áreas de floresta para a exploração privada, que em troca deveria traçar um plano de ocupação.

Esse fato, provavelmente trouxe um novo ânimo para os articuladores espírito-santenses, haja vista que nessa mesma época notamos a realização de ações mais efetivas que rematariam seu domínio e ocupação em uma parte dessa fronteira (atual município de São Matheus), a qual, segundo os articuladores baianos, pertencia a Bahia. Como exemplos desses atos, podemos citar a elaboração de plantas, abertura de estradas e o estabelecimento de postos fiscais na zona de que se fala no ano de 1921; e as medições de terras e a construção de uma linha férrea nessa divisa no ano de 1924, visando principalmente o favorecimento do transporte de

⁷²Segundo Lopes e Bourguignon (2015), o tório virou alvo de cobiça internacional após a descoberta de que poderia ser produzido a partir dele urânio 233 (u-233), elemento criado em laboratório e usado em reatores ou bombas atômicas

madeira e dos demais produtos comerciais dessa região. Já os baianos, em contrapartida, restiram a tais iniciativas e também utilizaram-se de diferentes movimentações para garantir seus direitos referentes as terras em litígio, como veremos agora.

5.3.1 Iniciativas dos articuladores do Estado do Espírito Santo

Nessa contenda, advogando pelos seus direitos e visando tornar legítima a posse sobre a faixa de terra em disputa com a Bahia, os delegados⁷³ do Espírito Santo, lançaram mão de várias fontes e argumentos. Primeiramente usaram comunicações diversas que davam a divisa entre esses dois Estados pelo rio Mucuri, como por exemplo, um folheto que, segundo Magalhães (1895), foi elaborado e impresso pelos próprios baianos para ser distribuído na exposição de Filadélfia em 1876; e uma Memória Histórica da Bahia, obra de seis volumes escrita entre os anos de 1835 a 1852 por Ignácio Accioli de Cerqueira Silva. Este trabalho foi elaborado a convite de D. Pedro II para ser apresentada na exposição de Chicago.

Como documentos oficiais que atestavam a posse das terras requeridas, os delegados espírito-santenses usaram as cartas e mapas do Brasil e da Bahia que exibem o rio Mucuri como limite entre os Estados em questão, como por exemplo, os mapas da Bahia elaborados, respectivamente, pelo engenheiro Fernando Baggi e pela Repartição de Obras Públicas da Bahia. Ao mesmo tempo, também se valeram do Ato administrativo - Aviso de 10 de abril de 1823 - expedido pelo Governo Imperial, o qual amparou a posse e o domínio da província do Espírito Santo sobre as terras da Vila de São Matheus também denominada de Barra de São Matheus; e do ato administrativo - Decreto de 11 de agosto de 1831 concedido pelo poder legislativo imperial -, o qual elevou a Capela Filial da Povoação da Barra de São Matheus à categoria de Paróquia.

⁷³ Assim, eram denominados os membros da Comissão de Formação de Limites de cada Estado brasileiro que se encarregavam dos assuntos relacionados a formação das suas fronteiras interestaduais no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX.

De forma adicional, visando a compaixão dos envolvidos nas tarefas de formação das fronteiras brasileiras, os delegados do Estado do Espírito Santo ainda se amparam no argumento sentimental, quando alegaram que o território do seu Estado possuía dimensões muito menores do que o da Bahia, considerado por eles “bastantemente grande” (QUEIROZ, 1924, p. 469). Portanto, na visão dos mesmos, seria mais justo que a zona por eles requeridas ficasse sob seus domínios, já que esta não faria falta e não traria prejuízo ao Estado baiano.

Como principais estratégias para se apropriar das terras em disputa e alcançar seus objetivos, a população e os articuladores do Espírito Santo (aqui se enquadra os delegados, os dirigentes e os intelectuais desse Estado) lançaram mão de diversos meios e ações. Inicialmente, segundo o sócio do IGHB Aristides Queiroz, “de maneira indevida e sem o consentimento legal”, muitos espírito-santenses foram “invadindo” o território da Bahia. Segundo o mesmo autor, a fração baiana que “sofreu o primeiro assalto”⁷⁴ foi a então Villa de São Matheus, entre ao anos de 1822–1823, quando o Brasil estava na luta por consolidar sua independência (QUEIROZ, 1924, p. 470). Nesse momento de combate, a cidade de Salvador tornara centro de resistência em prol da libertação política do Brasil e, por essa razão, a então província da Bahia enfrentou dificuldades de comunicação entre o Conselho Interino do Governo da Bahia (estabelecido nesse período no recôncavo da província) e o sul baiano, fato que gerou condições críticas de sobrevivência nessa região.

Essa situação de fragilidade, segundo Queiroz (1924), colaborou para que alguns espírito-santenses fossem “assaltar” a então vila baiana de São Matheus, “subjugá-la e deitá-la sob seu governo”. Ainda sob a ótica do referido autor, “pela força das armas”, a referida vila foi constrangida a unir-se a província do Espírito Santo – “desligando-se do governo baiano a que obedecera, sem solução de continuidade, desde a sua criação” (QUEIROZ, 1924, p. 470 – 471).

⁷⁴Mais detalhes sobre as ações dos espírito-santenses ver: QUEIROZ, A. V. Limites entre a Bahia e o Espírito Santo: ligeiros apontamentos mostrando as mais recentes invasões do território baiano pelo Estado do Espírito Santo. Salvador. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 49. 1924, p.464–478.

Em contrapartida a essa invasão de parte do seu território, o Conselho Interino do Governo da Bahia fez uma reclamação perante o Governo Imperial. Este, por sua vez, contrariando as expectativas do referido Conselho, expediu o Aviso de 10 de abril de 1823, o qual amparou legalmente a posse e o domínio da vila de São Matheus para a então província do Espírito Santo.

A segunda iniciativa dos articuladores da referida província para expandir seu território aconteceu em 1831, quando houve a elevação da capela filial da povoação dessa mesma vila/barra de São Matheus a condição de Paróquia, concedida pelo poder legislativo imperial no decreto de 11 de agosto do mesmo ano (1831). Naquela época elevar a capela à categoria de Paróquia significava ampliar seus limites territoriais. Desse modo, como a vila de São Matheus já estava aderida a província do Espírito Santo, alargar seus limites correspondia aumentar também o domínio dessa província, permitindo assim, que a mesma alcançasse à beira do rio Itaúnas, segundo Queiroz (1924), local “muito mais próximo do almejado termo da sua extorsão, avizinhar a Bahia pelas águas do rio Mucuri” (QUEIROZ, 1924, p.467).

No entanto, dois cuidados notáveis teve o poder legislativo imperial ao elaborar tal decreto: 1º - não concedeu todas as terras do rio Cricaré ao riacho Doce a nova vila criada (vila de São Matheus), permanecendo as terras do lado norte do rio Itaúnas sob o domínio da então vila de São José de Porto Alegre (vila baiana); 2º - esse ato legislativo tratou exclusivamente de vilas e freguesias, não se referindo as províncias em questão, conseqüentemente, deixou a disputa de limites entres as províncias da Bahia e do Espírito Santo “no mesmo pé que até então sempre esteve, pelo lado do direito da lei” (QUEIROZ, 1924, p. 468). Ainda conforme Queiroz (1924), estando “abatida pelo desengano doloroso de 10 de abril de 1823”, nenhum protesto ou atitude por parte da Bahia foi lançado contra essa ação da província espírito-santense.

A terceira ação dos articuladores da província do Espírito Santo aconteceu 50 anos depois⁷⁵, em 1882, quando, por determinação dos seus governantes, foram criados e instalados diversos postos fiscais ao norte do rio Itaúnas.

⁷⁵É pertinente salientar que, de acordo com Queiroz (1924), ao longo desses 50 anos o Espírito Santo não realizou nenhuma ação voltada para posse das terras localizadas na fronteira entre esse Estado e a Bahia.

Como contrapartida, os dirigentes baianos reclamaram sobre essa ação para os governantes espírito-santenses, mas, estes firmaram-se indiferentes as queixas da Bahia, permaneceram estabelecendo seus postos fiscais na zona litigiosa e tomaram posse dos terrenos localizados entre o norte do rio Itaúnas e o riacho Doce. De acordo com o agremiado Aristides Queiroz, o riacho Doce somente não foi transposto por esses povos vizinhos porque os baianos da vila de São José de Porto Alegre ofereceram resistência a instalação dos mesmos. Assim, como resultado dessa iniciativa espírito-santense, nas palavras do aludido autor, “foi arrebatada mais um trato de terras baianas” (QUEIROZ, 1924, p. 474).

Nessa altura, a província do Espírito Santo já havia ampliado seus domínios até local muito próximo do riacho Doce, mas, ainda faltava um pedaço de terra para atingir a linha fronteira almejada - o rio Mucuri. Intentando realizar sua conquista por completo, estes prosseguiriam com suas tentativas. Segundo Amaral (1905), no ano de 1893, algumas pessoas (o autor não menciona nomes), enviadas pelos governantes do Estado do Espírito Santo, destruíram provas do direito da Bahia sobre as terras em litígio quando, retiraram o marco de pedra que existia na margem do rio Itaúnas, a qual indicava o limite do atual município de São José de Porto Alegre. Três anos depois, no ano de 1896, os dirigentes espírito-santenses também mandaram fazer medições de terras entre o riacho Doce e o Rio Mucuri (zona litigiosa), mesmo ano em que a Bahia autorizou mineração nas areias monazíticas nessa mesma faixa de terra.

Na continuidade, em consonância com Amaral (1905), no ano de 1911 foi criada uma lei espírito-santense que autorizava a venda de terras localizadas na divisa em discussão como se estas pertencessem ao Estado do Espírito Santo. Como consequência, em 1915, o governo desse Estado fez concessões das terras localizadas na zona declarada como de seu domínio. Seis anos depois, em 1921, o governo do Estado a que se fala mandou levantar plantas, derrubar matas, cortar madeiras, abrir estradas e estabelecer postos fiscais na faixa fronteira em evidência. Por fim, em 1924, os dirigentes espírito-santenses ordenaram medições de terras e construíram uma linha férrea na divisa entre seu Estado e o Estado da Bahia.

5.3.2 Ações dos articuladores do Estado da Bahia

Lutando pelos seus direitos referente às terras em litígio ora falada e em contrapartida a iniciativas espírito-santenses apresentadas anteriormente, a população e os articuladores da Bahia (membros do IGHB e dirigentes desse Estado), buscaram a garantia possessória das terras que, segundo alguns deles (Braz do Amaral, Aristides Queiroz, Miguel de Teive Argollo, Bernardino de Souza), sempre foram da Bahia e jamais saíram de seu poder. Para isso, utilizaram-se de diferentes movimentações: estudos; produção de ofícios, relatórios, artigos, matérias em jornais; discussões no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa da Bahia; realização e participação de eventos científicos e de cunho geográfico; produção de cartas geográficas e mapas; uso das forças policiais, entre outros. Concomitantemente, os articuladores baianos exigiram o reconhecimento por parte do governo do Estado do Espírito Santo sobre os direitos da Bahia e a restituição subsequentemente do que já havia sido “apossado” por esse Estado vizinho – a vila de São Matheus – e que era legitimamente do Estado baiano. Vejamos:

Em consonância com Fontes (1924), o povo baiano da vila, depois município de São José de Porto Alegre – por residirem justamente na região de divisa em evidência - foi quem primeiro defendeu o território da Bahia e ofereceu resistência as ações dos representantes do Estado do Espírito Santo. Em diversos momentos tornaram-se “porta-vozes de todas as ações espírito-santenses, alarmando a Bahia ameaçada”. Também fizeram “repetidas reclamações e cobranças de ações mais enérgicas do governo estadual e colaboraram com todas as informações e documentos necessários sobre o direito do Estado da Bahia sobre a região em disputa”⁷⁶ (FONTES, 1924, p. 479–501)

Ainda para Fontes (1924), as ocorrências mais efetivas do povo da vila acima mencionada foram: os protestos contra as ações dos articuladores do Estado do Espírito Santo junto ao governo estadual da Bahia e os atos de administração

⁷⁶ Sobre todas as reações dos moradores da Vila de São José de Porto Alegre frente às ações dos representantes do Estado do Espírito Santo ver: FONTES, Pedro. A questão de limites Bahia- Espírito Santo e a atitude da Vila de São José de Porto Alegre. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 49, p. 479–501, 1924.

praticados desde 1831, sempre levando ações da sua Câmara até a margem do braço norte do rio Itaúnas (região onde estava construindo a estrada de ferro espírito-santense); a elaboração de um abaixo assinado em 18 de outubro de 1893 solicitando ao engenheiro Miguel de Teive e Argollo que fosse seu representante legal na defesa do território da Bahia; a solicitação (no ano de 1920) da criação de um posto fiscal e da construção de duas casas no território em disputa, uma para o agente fiscal estadual e a outra para a força pública, impedindo assim a pretensão do governo do Espírito Santo de construir escolas e postos fiscais às margens do rio Mucuri. A população também intimou o recenseador do Espírito Santo que quis recensear a zona sul do Rio Mucuri, notificando-o para não exercer sem direito função censitária em território alheio a sua circunscrição e; recolheram os livros e papéis referente ao censo ilegal praticado pelo referido recenseador no ano de 1921 (FONTES, 1924, p. 479 – 501).

Simultaneamente, de maneira mais abrangente, os agremiados do IGHB também se esforçaram para evitar a perda de terras por parte do Estado da Bahia e para delimitar e demarcar suas fronteiras interestaduais. É pertinente lembrar que muitos agremiados além de terem sua formação em áreas como engenharia e atuarem em campos científicos propícios ao desenvolvimento de trabalhos relacionados a geografia e a formação territorial, estes também ocupavam cargos políticos e funções estatais. Ademais, também estavam comprometidos com as questões referentes a superação da crise econômica enfrentada pela Bahia durante o período da Primeira República e com a modernização e o desenvolvimento desse Estado, já que tudo isso também trazia benefícios para as principais oligarquias baianas, as quais, muitos deles faziam parte. Essas condições suscitaram maior atuação dos mesmos em todas as atividades relativas a conformação do território baiano.

De um modo geral, as principais iniciativas dos componentes do Instituto foram: estudar o assunto; reunir as fontes e documentos que autenticavam os direitos da Bahia sobre seu território; e produzir protestos e artigos que apresentavam os acontecimentos históricos e comprovavam a posse legal do Estado da Bahia sobre a zona de fronteira em litígio. Posteriormente, publicaram suas produções em diversos meios de comunicação e em eventos gerais e científicos, na tentativa de divulgar esse embate para a comunidade baiana e brasileira, atestar os direitos da Bahia sobre a zona em disputa, conseguir apoio da sociedade e, de certa forma, obrigar as

autoridades responsáveis a tomar ações mais enérgicas e necessárias para solucionar tal entrave.

Ao mesmo tempo, os agremiados do IGHB realizaram estudos sistemáticos da natureza e do território baiano; produziram com maior exatidão cartas e mapas que exibiam o domínio territorial baiano; elaboraram diversos documentos que auxiliaram na resolução desse e demais litígios fronteiriços; participaram ativamente das reuniões e dos eventos brasileiros dedicados a formação das fronteiras nacionais; e intermediaram acordos políticos referentes aos limites entre esse Estado e demais Estados vizinhos. Enquanto parlamentares, puseram o tema sobre a demarcação das fronteiras interestaduais do Estado da Bahia em pauta nas discussões da Assembleia Legislativa e do Congresso Nacional, desenvolvendo vários debates acerca dessa questão.

Tratando de algumas dessas ações de forma pormenorizada, podemos começar falando sobre as produções dos associados do IGHB. Em contestação as investidas do Estado do Espírito Santo e também a publicação no ano de 1895 de um folheto intitulado *Breve notícias sobre o Estado da Bahia* de autoria Benjamin Botelho⁷⁷ - no qual o autor cita o mapa do Estado da Bahia organizado pelos engenheiros Fernando Baggi e Alexandre Maia Bitencourt⁷⁸ e solicita a efetivação da divisa entre Bahia e Espírito Santo pelo rio Mucuri, como está representado no referido mapa -, o associado Miguel de Teive Argollo elaborou e apresentou um mapa da Bahia (Imagem 5 - localizada na seção anterior) contendo, na visão dele, “os verdadeiros” limites legais desse Estado, bem como, publicou alguns trabalhos sobre essa temática na RIGHB e em jornais baianos.

Contradizendo os espírito-santenses, Argollo (1895) asseverou em seus artigos que a antiga província da Bahia só poderia recuar seus limites definidos na carta de doação até o rio Mucuri se houvesse um ato legal que endossasse tal

⁷⁷Benjamin Botelho (1836-1891), nascido em Niterói, foi político, militar, professo da Escola Militar do Rio de Janeiro e diretor do Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos (Biografias – Unidade Acadêmica de Engenharia Civil/UFCG. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF22/lemos.pdf>>

⁷⁸Segundo André Luís Mattedi Dias (2002), Alexandre Maia Bitencout (1846 - 1913) era engenheiro de formação, foi sócio do Instituto Politécnico e da Escola Politécnica da Bahia durante o período de 1897 a 1913, e atuou como superintendente e diretor do setor de obras públicas da capital e do Estado. Infelizmente não encontramos o mapa da Bahia produzido por esse engenheiro em nenhum dos arquivos analisados durante essa investigação. As fontes por nós utilizadas também não trouxeram nenhuma evidência sobre a relação desse membro da Escola Politécnica com os associados do IGHB.

restabelecimento. Não existindo tal feito, sob a ótica do mesmo autor, não deveriam os representantes do Estado do Espírito Santo considerarem o rio Mucuri como divisa sul da Bahia, o que a faria perder uma “vasta zona, toda margeada por um rio navegável” (ARGOLLO, 1895, p. 267). De forma adicional, o aludido engenheiro ainda ressaltou que a Bahia exercia constante jurisdição na referida zona fronteiriça. Como comprovação da sua assertiva, Argollo (1895) utilizou-se dos mesmos documentos que o embasaram na construção do mapa da Bahia (1892), os quais já foram por nós demonstrados em páginas anteriores e, por isso, não achamos necessário expormos novamente aqui.

Nessa mesma linha de raciocínio, Braz do Amaral apresentou uma valiosa *Memória Histórica* na sessão magna do IGHB no dia três de maio de 1906; e publicou um artigo intitulado Bahia e Espírito Santo (AMARAL, 1908) na RIGHB no ano de 1908. É importante realçar que esse agremiado, então orador do IGHB, foi um dos defensores e representantes do Estado da Bahia que mais se empenhou em resolver o litígio fronteiriço existente entre os Estados em foco. Basta dizer que este foi o principal representante desse Estado no 6º Congresso Brasileiro de Geografia e na Conferência de Limites Interestaduais; autor do Relatório em defesa do patrimônio territorial da Bahia apresentado ao governador J. J. Seabra no ano de 1921 e escritor do livro *Limites da Bahia e Espírito Santo*.

Com vasto conhecimento sobre a formação do território baiano, Braz do Amaral, nas aludidas produções, além de fazer um apanhado geral sobre os fatores históricos envolvidos na constituição do território da Bahia (os mesmos apresentados por Miguel Argollo), também acrescentou uma série de fatos e fontes não antes mencionados (coletados nos arquivos portugueses e brasileiros) que consubstanciavam os direitos da Bahia⁷⁹ no embate em evidência. Segundo Amaral (1906, 1908), os novos documentos por ele agrupados revelaram as raízes do direito de doação, da posse, conquista, compra e confiscação do território da Bahia, são eles: um livro oficial depositado no Arquivo Ultramarino de Lisboa; diários de viagem, mapas, atos, ofícios, decretos diversos e documentos administrativos da Corte de Portugal; cartas, ofícios, licenças, documentos de jurisdição e finanças,

⁷⁹Para maior riqueza de detalhes sobre os atos, decretos e demais especificidades sobre a Capitania de Porto-Seguro e sobre os documentos citados na memória histórica ver: AMARAL, B. Bahia- Espírito Santo limites entre os dous Estado. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 30, p. 59-91, 1904.

requerimentos governamentais entre outros comprovantes trocados entre autoridades da Bahia (Ouvidor, Capitão-mor, membros do Conselho do Estado, etc.) e o imperador do Brasil; as relações dos Oficiais de Justiça e da Fazenda da Bahia (1806); o livro da Provedoria de 1758; os mapas de rendimento das vilas da Comarca da Bahia e os mapas das suas escolas; documentos assinados em Vitória (capital do Espírito Santo); a carta da Bahia levantada por Antonio Pires da Silva Pontes; correspondências e ofícios trocados entre os governos dos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais; manuscritos da Arquivo Ultramarino; documentos dos correios da Bahia e; uma licença do príncipe regente concedida em 1812 a Antônio de Araújo de Azevedo, componente do Conselho de Estado, para abrir uma estrada na Bahia.

Para o supradito autor, estas provas demonstraram de maneira inconcussa os direitos que a esse Estado assiste e eliminam todas as dúvidas de que a faixa de terra entre o rio Mucuri e rio Doce faz parte da antiga capitania de Porto Seguro, portanto, é território baiano. Os conteúdos abordados em cada um desses documentos foram devidamente expostos pelo autor e estão disponíveis nas revistas do IGHB. Em geral, todos os documentos apresentados evidenciam que o limite da antiga província da Bahia se dá pelo rio Doce.

Ao longo dos seus estudos, Amaral (1904) também ressalta que a linha divisória de que se trata foi desbravada e colonizada por baianos; sempre esteve sob a jurisdição da Bahia; e as cidades localizadas nessa faixa de terra foram fundadas por autoridades baianas, fatos que, sob o ponto de vista do direito em uso entre “os povos cultos”, o princípio de *uti possidetis* - que privilegia a efetiva ocupação do território, ou seja, a terra pertence a quem a ocupa -, também garante a Bahia a posse sob as terras em disputa.

Cabe abrir um parêntese aqui e dizer que segundo Demetrio Magnoli (1997) e Leandro Janke (2014) o conceito *uti possidetis* – *como possuis, continuais possuindo* – é originário do direito civil romano e reporta-se à noção de conferir legitimidade de posse tendo como argumento uma circunstância de realidade, como por exemplo, a ocupação efetiva de um território. Para os mesmos estudiosos, essa noção, que conferia soberania sobre os territórios a partir de sua ocupação efetiva, consagrou-se como princípio de direito internacional em 1750, com a celebração do

Tratado de Madri⁸⁰ entre Portugal e Espanha. Sobre a utilização do princípio de *uti possidetis* nos acordos de fronteiras, Rildo Duarte (2018) assevera que o mesmo foi utilizado pela primeira vez em 1837, durante negociações com a Confederação Peruano-Boliviana⁸¹, transformando-se a partir daí em norma geral da diplomacia brasileira para tratados de limites.

Desse modo, seguindo a lógica de definição das fronteiras brasileiras, Braz do Amaral (1904) enfatizou que o Estado baiano teve “incontestavelmente” o *uti possidetis* - a posse da zona litigiosa por mais de um século, permanecendo parte dela sob os domínios da Bahia até os dias atuais (AMARAL, 1904, 87). Assim, para o mesmo associado, a Bahia possui vantagens até ante o direito internacional que atua nas decisões referentes as questões dos territórios.

Dando sequência à produção dos sócios do IGHB em prol do seu Estado, no ano de 1906, José de Oliveira Campos, em apreço a José Marcelino de Sousa, então governador da Bahia, apresentou um estudo relativo aos limites do Estado da Bahia. Nesse artigo, Campos (1906) exibiu uma série de documentos que ele havia encontrado no acervo do Arquivo Público da Bahia, em algumas repartições governamentais e em alguns cartórios baianos. Embora muitos desses documentos fossem os mesmos já apresentados por outros consociados, alguns novos foram citados: Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo (1878); Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo; e uma Memória sobre o Estado da Bahia.

Outro novo elemento trazido por José Campos favorável a Bahia se relaciona ao fato da antiga capitania do Espírito Santo já ter sido ligada a capitania baiana em tempos antecessores. De acordo com esse autor, o coronel Francisco Gil de Araújo, morador da Bahia, por carta de doação régia tomou posse da Capitania do Espírito

⁸⁰ Segundo Janke (2014), o Tratado de Madri (1750) redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto que a Espanha controlava a maior parte da baixa do Prata. Partiu da coroa Portuguesa, interessada em anular o meridiano de Tordesilhas que não garantia a soberania portuguesa sobre territórios ocupados ao longo da colonização, a defesa do *uti possidetis* para determinar os limites das possessões entre as duas coroas no continente americano

⁸¹ De acordo com Leandro Janke (2014), a Confederação Peru-Boliviana foi instituída como um estado confederado na América do Sul durante o período de 1836 e 1839. Após a independência do Peru e da Bolívia do Império Espanhol, os governos desses países decidiram se integrar em um único Estado. Tinham como objetivo principal consolidar um Estado mais poderoso da América do Sul, com base na riqueza mineral que possuíam.

Santo em 18 de março de 1675. Por sucessão, essa capitania foi passada para seu filho Manoel Garcia Pimentel que também residia na Bahia. Tempos depois, por falta de uma sucessão legítima, essa então capitania espírito-santense retornou para a família do seu primeiro donatário, Antônio de Oliveira Madali, capitão governador subalterno ao governo. Assim, esta capitania pertenceu a Bahia até o ano de 1721.

Ao mesmo tempo em que produziam e publicavam seus textos, os homens do IGHB também proferiam discursos nas sessões do Instituto, na câmara dos deputados e no congresso nacional sobre a altercação em evidência. De certa maneira, dentre outros fatores, eles utilizaram desses artifícios para pressionar as autoridades locais a tomarem atitudes mais enérgicas e eficientes na demarcação das divisas interestaduais da Bahia. Como resultado dessa cobrança, Antônio Moniz Sodré de Aragão, então governador do Estado (1916-1920), estabeleceu uma comissão para tratar dos assuntos relativos a formação dos limites fronteiriços da Bahia e nomeou Braz do Amaral, Eduardo Espínola e Arlindo Fragoso como membros desta comissão.

Agora como delegados da Bahia, os referidos intelectuais representaram seu Estado no 6º Congresso de Geografia⁸², realizado na cidade de Belo Horizonte (MG) no ano de 1919. Este evento, foi promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia em parceria com Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e com os governos federal e estadual. De acordo com Evangelista (2003) o 6º Congresso de Geografia, assim como os demais congressos desse tipo realizados anteriormente, possuiu como finalidades colher e apreciar quaisquer contribuições tendentes a aumentar e desenvolver o conhecimento da geografia do Brasil. Também visou organizar uma exposição de obras, mapas, fotografias, telas e aparelhos geográficos sobre o Brasil, quer nacionais quer estrangeiros.

Logo na primeira reunião concretizada no congresso acima mencionado, a comissão de delegados da Bahia elaborou um plano geral em defesa dos direitos do seu Estado. Em seguida, Braz do Amaral apresentou aos demais delegados um ofício de 1º de julho de 1918, enviado pelo governo do Espírito Santo para os dirigentes da Bahia. O referido documento solicitava que os articuladores baianos

⁸²Para maiores informações ler: RELATÓRIO apresentado ao Governador do Estado pelos Delegados da Bahia ao 6º Congresso de Geografia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v.46, p. 203-212, 1919.

considerassem a medida total de 150 léguas da antes capitania da Bahia como referência para demarcar o limite entre os dois Estados de que se fala. Respondendo a tal pedido, Braz do Amaral explicitou que a medição das 150 léguas iria cair nas proximidades do rio Mucuri (como desejado pelos articuladores espírito-santenses), o que redundaria em prejudicar o estatuído nos autos de criação da antiga Vila de São José de Porto Alegre. Por essa razão, a comissão decidiu que tal proposta não convinha aos interesses da Bahia, permanecendo essa questão sem nenhuma solução. Entretanto, como resultado das ações iniciadas nesse 6º Congresso de Geografia, foram assinados os termos de convênio fixando os limites entre os Estados da Bahia e Goiás, Bahia e Minas Gerais e Bahia e Piauí, os quais foram aprovados pela Assembleia Legislativa no ano de 1921.

Estando ainda a questão dos limites entre a Bahia e Espírito Santo (também Bahia e Pernambuco e Bahia e Sergipe) por resolver, no ano seguinte ao 6º Congresso de Geografia (1920), os delegados da Bahia novamente representaram seu Estado na Conferência de Limites Interestaduais, organizada pelo governo federal especificamente para solucionar as questões de limites nacionais ainda pendentes naquele período. Apesar de todo esforço dos referidos delegados em dirimir os litígios fronteiriços da Bahia, especificamente a fronteira de que fala, somente foi celebrado o acordo direto entre Bahia e Minas Gerais (já pré-estabelecido no 6º Congresso de Geografia), continuando sem solução os litígios anteriormente citados. Vale lembrar que, mesmo diante do incentivo do governo federal para solucionar essa questão, além Bahia, muitos Estados não conseguiram celebrar os acordos esperados.

Em 1924, quatro anos após a realização da Conferência de Limites Interestaduais, o baiano Aurélio de Menezes, então engenheiro chefe da 3ª turma de Tacheometria da Comissão Geográfica do Estado do Espírito Santo, publicou na Revista do IGHB o artigo intitulado *Comunicações feitas ao Instituto Geográfico e Histórico*, o qual demonstra o resultado dos estudos realizados pelo citado associado no litoral da Bahia. Segundo Menezes (1924) o objetivo desse trabalho era clarificar as dúvidas ainda existentes sobre as terras pertencentes ao Estado baiano e ajudar a dirimir o litígio em questão.

Como resultado desse artigo, Menezes (1924) assevera ser um “erro de muitos estudiosos” apontar o rio Mucuri como limite entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo (MENEZES, 1924, p. 216), haja vista, que, como por ele constatado nesse estudo, o aludido rio se encontrar localizado ao norte dos rios Itaúnas e Cricaré (ou

São Matheus). Para esse autor “a Bahia possui o direito” sobre as terras em disputa defendido pelos seus consorciados. (MENEZES, 1924, p. 216).

Depois de todas as discussões e ações aqui expostas e após longos anos de diversas tratativas entre representantes dos dois entes federados, foi assinado o primeiro protocolo de intenções estabelecendo um cronograma e indicando os profissionais para o levantamento da área litigiosa. Segundo Schineider (2017),

[...] os trabalhos de cadastro e levantamento focaram o território localizado entre os rios Itaúnas e Mucuri. A equipe do Espírito Santo foi chefiada pelo Engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, enquanto a Bahia consignou como responsável o também engenheiro Pedro Fontes. Segundo relato dos próprios coordenadores da lide, apesar das dificuldades de labor numa zona desprovida de recursos, conforto, ou higiene, os serviços correram sob a áurea da maior cordialidade. A despesa de 51:950\$541 (cinquenta e um contos, novecentos e cinquenta mil e quinhentos e quarenta e um réis) foi dividida entre os estados. Os trabalhos foram conduzidos durante o primeiro semestre de 1925 e concluído com solenidades locais promovidas pelas câmaras municipais de São Mateus e Conceição da Barra (SCHINEIDER, 2017, n.p.)

Feito isso, finalmente em 22 de abril de 1926, foi assinado o convênio que estabeleceu os limites entre os dois Estados em evidência. De acordo com o autor acima mencionado, firmou o termo os governadores estaduais Florentino Avidos, do Espírito Santo, representado na ocasião por Carlos Xavier Paes Barreto e Ceciliano Abel de Almeida; e Francisco Marques de Góes Calmon, da Bahia. Desse modo, como estabelecido na primeira clausula do aludido convênio, a linha divisória entre os dois Estados pactuantes, ficou assim definida:

da foz do riacho Doce, pelo talvegue desse curso d'água até a confluência do córrego das Areias, daí pelo talvegue do córrego das Areias até a confluência do córrego Grande, de onde, seguindo por uma reta, irá até a confluência do Palmital, no Barreado; daí pelo talvegue do Palmital acima, até suas nascentes, de onde tirar-se-á uma reta até Santa Clara (BAHIA, 1926 apud SCHINEIDER, 2017, n.p.).

Com riqueza de detalhes, a segunda clausula desse documento também esclarece a forma como a linha acima mencionada deveria ser traçada:

A linha acima deverá ser traçada no campo, por uma comissão mista dirigida por dois engenheiros escolhidos por cada Estado, pela maneira seguinte: da confluência do córrego Grande (depois de receber o córrego do Boia e da Laina) com o córrego das Areias seguirá num picadão em linha reta, até a foz do Palmital no Barreado; daí pelo

talvegue do Palmital, até sua cabeceira, e desta, em outro Picadão, também em linha reta, até Santa Clara, conforme, para melhor elucidação, será traçado nas plantas levantadas pela comissão de 1925, devidamente autenticadas. Os pontos da confluência do córrego Grande, com o córrego das Areias; do córrego Palmital com o Barreado, da cabeceira do Palmital e Santa Clara, no marco provisório colocado pela comissão mista de 1925, serão assinados de modo absoluto, por meio de coordenadas geográficas, e em picadão, serão colocados marcos hilométricos de cimento ou cantaria (BAHIA, 1926 apud SCHINEIDER, 2017, n.p.).

Em harmonia com Schineider (2017), a implantação da divisa no picadão, com extensão de quase 70 km, somente foi efetivada no ano de 1928, após seis meses de trabalho “duro” na mata fechada. Esse trabalho foi realizado pela equipe capixaba chefiada pelo engenheiro geógrafo Cícero de Moraes. É válido realçar que o referido convênio possuía caráter condicional, sendo devidamente chancelado pelos legislativos estaduais até expirar em 1996. Ainda em consonância com o referido autor, esse acordo seguiu com sucessivos aditamentos quinquenais até o ano de 1986, quando finalizou sua última prorrogação, então assinada em 1981 pelos governadores Elcio Alvares, do Espírito Santo, e Antônio Carlos Magalhães, da Bahia.

As fotografias abaixo (Imagem 21 e 22), produzidas no ano de 2019 por Walmar Baptista e Manuel Montes, técnicos da equipe de limites territoriais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), demonstram respectivamente um fragmento do marco provisório colocado na divisa entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo pela comissão mista de 1925 e a foz do rio Palmital, um dos cursos d’água que percorrem a linha divisória de que se fala:



Imagem 21: Marco provisório colocado pela comissão mista de 1925 – divisa Bahia e Espírito Santo
Fonte: MONTES, 2019



Imagem 22: Foz do rio Palmital
Fonte: BAPTISTA, 2019

Para melhor visualizarmos a divisa entre os dois Estados em questão apresentamos abaixo um mapa da Bahia datado de 2011. Apesar desse mapa ser mais atual e ter sido construído fora do recorte temporal do nosso estudo, ele exhibe a mesma linha divisória acima descrita e o mesmo contorno da Bahia estabelecido no ano de 1928, quando foi definido completamente seu circuito territorial.

Embora o município de São Matheus tenha permanecido sob o domínio do Espírito Santo e alguns intelectuais reprovarem o traçado divisório entre esse Estado e a Bahia, principalmente aqueles que defendiam os direitos do Estado baiano (como Braz do Amaral, Bernardino de Souza, Eduardo Espínola, Arlindo Fragoso, entre outros), esta solução foi adequada à época, pois atendeu à demanda desses dois entes federados, no que se refere à demarcação de suas fronteiras e na finalização de uma disputa secular.

5.4 BAHIA E ESPÍRITO SANTO: AS CIÊNCIAS NATURAIS, GEODÉSICAS E HUMANAS NA DELIMITAÇÃO DE SEUS LIMITES

De imediato é necessário observar que a prática científica foi imprescindível para a formação do território da Bahia. Desde os processos iniciais de povoamento, colonização do território baiano que a ciência já se tornara substancial. Qualificada como fonte vital para a concretização dos projetos políticos de modernização da Bahia e do Brasil no decurso da Primeira República, a ciência tornou-se ainda mais relevante nesse período.

Como demonstrado em páginas anteriores, as principais ações dos associados do Instituto para atender essa demanda foram: estudo sistemático e exploração da natureza e do território baiano; execução de projetos de infraestrutura; construção de novas cartas e mapas de maior exatidão; elaboração e publicação de materiais e artigos relativos a conformação territorial da Bahia; participação e organização dos eventos referentes a demarcação das fronteiras interestaduais do Brasil; e participação no firmamento de acordos políticos entre o dirigentes do Estado da Bahia e demais Estados vizinhos.

Especificamente no caso da formação dos limites entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo, as estratégias não foram diferentes, repetindo-se todas as iniciativas supramencionadas. Em relação ao estudo sistemático da natureza e do território localizado na divisa entre as duas regiões de que se fala, podemos citar como exemplo os trabalhos realizados por Miguel de Teive Argollo, quando este ocupava o cargo de diretor chefe do prolongamento da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, e o estudo de Aurélio de Menezes que descreveu a zona litorânea em litígio, demonstrando a localização mais precisa dos rios Mucuri e Cricaré (ambos já

discutidos anteriormente e por isso não achamos necessário detalharmos novamente aqui).

No que se refere à elaboração de representações cartográficas, Miguel de Teive Argollo, juntamente com seus consorciados Theodoro Sampaio e Carlos Xavier Paes Barreto, deram importantes contribuições (figuras já expostas na seção anterior, por essa razão não foram apresentadas aqui). Miguel de Teive Argollo, contradizendo alguns mapas do Brasil e da Bahia existentes naquela época, elaborou um mapa do Estado baiano no ano de 1892 (Imagem 5), no qual, entre outras importantes informações, evidenciou o sul do riacho Doce como limite entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo. Nesse mapa o autor fez questão de frisar que o limite da Bahia estava de acordo com a carta Régia de D. José I de 3 de março de 1735.

Nessa mesma direção, Carlos Xavier Barreto elaborou uma Planta Geral do Estado do Espírito Santo (imagem 18), a qual também aponta a localização dos principais acidentes geográficos envolvidos no litígio em evidência – rio Doce, Itaúnas e o rio Mucuri. No caso de Theodoro Sampaio, esse sócio construiu o Atlas dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1908, segundo ele, “organizado para auxiliar o ensino da Geografia pátria nas escolas primárias do Brasil” (Ibidem, 1908, n.p.). Nesse instrumento pedagógico o referido engenheiro também apresentou o mapa do Estado da Bahia (Imagem 23) conforme as interpretações dos delegados baianos. De forma semelhante, no mapa do Estado do Espírito Santo, apresentado nesse mesmo Atlas, Theodoro Sampaio salienta a zona de limite reclamado pela Bahia, o que nos faz entender que esse estudioso deixou subentendido que a zona em litígio pertence ao Estado baiano.

Nota-se que, por meio dessas produções cartográficas elaboradas com métodos e instrumentos científicos mais modernos e precisos, foi possível melhor caracterizar, evidenciar e localizar a zona de divisa e os acidentes geográficos utilizados como pontos de referência para demarcar os limites entre os dois Estados em foco. Isso favoreceu a elucidação de algumas incertezas e imprecisões dos documentos oficiais, das cartas e mapas sobre os limites territoriais da Bahia confeccionados em tempos antecessores.

Orientados pelos discursos cientificista-positivistas, a intelectualidade baiana daquele período considerou essas representações cartográficas como conhecimento exato e verdadeiro. Assim, conformados como um poderoso discurso ideológico e como um instrumento político de poder, tais imagens do território baiano foram

amplamente utilizadas pelos associados do IGHB como instrumentos de comprovação e legitimação dos direitos da Bahia no entrave fronteiriço com o Espírito Santo. Ao ao mesmo tempo, como já vimos, serviram para facilitar o desenvolvimento de práticas e ações relacionadas aos objetivos desenvolvimentistas e modernizadores desses agremiados, fossem eles em benefício próprio ou comum.

Como exemplo da utilização das imagens do território da Bahia para proveito individual podemos citar o tão mencionado mapa elaborado por Miguel de Teive e Argolo. Quando confeccionou tal representação, Argolo era diretor e arrendatário da Estrada de Ferro do São Francisco e fundador da Companhia Viação Geral da Bahia (essa companhia tinha a concessão das quatro principais estradas de ferro desse Estado - Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia, Bahia ao São Francisco, a Estrada de Ferro do São Francisco e a Central da Bahia), portanto, certamente, ao elaborar o mapa da Bahia, esse sócio também estava preocupado com a implementação, desenvolvimento e lucratividade das ferrovias desse Estado (inclusive aquelas que ele tinha parte) – dado a imagem cartográfica do território ser fundamental para a construção de estruturas de transporte e comunicação desse tipo. É válido recordar que, tais empreendimentos também serviriam para desenvolver os negócios das principais oligarquias baianas.

Os princípios positivistas e racionalistas das ciências exatas também influenciaram significativamente a produção e o formato das matérias e dos artigos produzidos e publicados pelos componentes do IGHB. Seus trabalhos obedeceram, de certa maneira, ao suporte teórico de alguns estudiosos renomados daquela época e seguiram algumas características científicas e acadêmicas. No que diz respeito às influências teóricas, muitos traços das obras analisadas apontam harmonia com as ideias de Giambattista Vico e Leopoldo Ranke, para citar alguns.

Percebe-se a harmonia das ideias dos integrantes do Instituto com algumas das ideias de Giambattista Vico e Leopoldo Ranke quando eles advogavam pela natureza científica da compreensão da própria história do homem e defenderam o uso de recursos de pesquisa e crítica das fontes para os estudos historiográficos. Para Giambattista Vico, a filosofia era entendida como a razão que estuda o feito/verdade, e por isso, os homens só poderiam adquirir ciência sobre as coisas feitas pelo próprio homem. Desse modo, a ideia de Ciência Nova proposta por esse autor significava, fundamentalmente, a compreensão dos fatos feitos pelos homens através da reflexão e do estudo dos materiais herdados dos antepassados, “devendo a História ser

compreendida mediante as especificações de cunho científico” (LENZI; VICENTINI, 2002, p. 201-210).

Seguindo essa mesma perspectiva de Giambattista Vico, Leopoldo Ranke - conhecido como "Pai da História Científica" – apresentou algumas iniciativas e propostas metodológicas que também imputaram um caráter científico a História. Ao discordar da forma como estava se fazendo a história em sua época - a história era vista como relatos em crônicas, voltados a falar sobre grandes batalhas ou sobre os soberanos, em alguns aspectos chegavam até mesmo serem romanceadas - Ranke desenvolveu recursos de pesquisa e crítica das fontes, adaptando para isso, “à História, processos já em uso, antes dele, entre filólogos e exegetas da Bíblia”. (HOLANDA, 1979, p. 16).

Ademais, mesmo não seguindo rigorosamente um “método científico” proposto pelos moldes das ciências exatas, podemos dizer que, de forma mais abrangente, as pesquisas desses associados também foram realizadas seguindo alguns passos e procedimentos do “método científico”, quando, por exemplo, compilaram evidências empíricas, realizaram estudos exploratórios, verificaram os fatos estudados, testaram suas hipóteses e produziram conhecimentos importantes sobre o tema em estudo.

Assim, esse entendimento científico da história e a produção do conhecimento histórico realizado por meio do uso de pesquisa de fontes, da análise, interpretação, conferência dos dados, ou seja, o uso de uma metodologia mais rígida e sistemática para a concretização do trabalho do historiador, foi amplamente utilizado nos artigos produzidos pelos sócios do IGHB. Embasados nesses pressupostos, nos fundamentos e procedimentos da ciência moderna e nos alicerces que passaram a definir a produção do conhecimento da história no século XIX e início do XX - historiografia moderna - sobretudo no que se refere a tendência positivista de crítica das fontes, os associados do Instituto realizaram um trabalho considerável de pesquisa histórica e produziram suas obras acerca dos limites entre os Estados da Bahia e Espírito de forma mais técnica, racional e objetiva.

Nessa direção, os artigos publicados na RIGHB sobre os limites entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo, com certa ordem e rigor, basicamente apresentaram o mesmo formato: discussões pormenorizadas sobre essa temática, demonstração dos argumentos dos autores de forma mais racional e lógica, e análise crítica das fontes. Como já explicitamos sobre isso anteriormente, aqui apresentaremos apenas alguns exemplares que se referiram especificamente a

fronteira Bahia e Espírito Santo, como é o caso do artigo *Limites entre Estados*, de autoria de José de Oliveira Campos, publicado na Revista no ano de 1906. Nesse artigo, ao buscar legitimar o direito da Bahia sobre a zona limítrofe contestada pelo Estado do Espírito Santo o supradito autor lança mão de algumas fontes e faz uma análise crítica das mesmas:

A Constituição Federal vigente decretou no art. 2º que cada uma das províncias formará um Estado, pelo que os Estados conservaram os limites que no extinto regime tinham as províncias. Sendo assim, vê-se que a Bahia e o Espírito Santo devem conservar os limites que tinham a 15 de novembro de 1889 [...] A Bahia limita-se ao sul com o Estado do Espírito Santo pelo riacho Doce [...] é assim que o engenheiro Miguel de Teive Argollo, no mapa que publicou do Estado da Bahia em 1892, dá como o limite o riacho Doce, e ao lado deste mapa tem a seguinte observação para ser lida: o limite do Estado da Bahia com o do Espírito Santo está de acordo com a carta régia de 3 de março de 1775 (CAMPOS, 1906, p. 3-4).

Não se dando por satisfeito em apresentar apenas as fontes acima citadas para endossar seus argumentos, Campos (1906) ainda ressalta a existência e o estudo de várias outras fontes, a saber: Carta de régia de 3 de março de 1775; auto de medição que se fez nas terras adjacentes a antiga vila de Porto Alegre; artigo do engenheiro Miguel de Teive Argollo publicado no Jornal de Notícia no ano de 1873; mapa mostrando o limite entre a Bahia e o Espírito Santo; entre outros.

Semelhantemente, Braz do Amaral no seu trabalho intitulado *Bahia e Espírito-Santo* (AMARAL, 1908, p. 83-91), publicado no ano de 1908, também fez uso de diversas fontes ao longo do seu texto para confirmar os direitos da Bahia sobre as terras litigiosas, são elas: Decreto da Corte de Portugal – o qual demonstra como pertencente a Bahia a freguesia da Villa de São Matheus, área contestada pelo Espírito Santo; ofícios, licenças, documentos de jurisdição, entre outros comprovantes que explicitam que a antes vila de São Matheus (localizada na área de litígio) faz parte da Capitania da Bahia. Somado a isso, o referido autor ainda salienta no texto a fidedignidade dos “documentos e provas do mais rigoroso valor histórico”, os quais, segundo ele, incontestavelmente, comprovam que a ocupação do município de São Matheus pelo Estado do Espírito é uma “usurpação e um abuso” (AMARAL, 1908, p. 87).

E foi assim, embasados pelos princípios científicistas, fortalecidos pelos argumentos históricos e munidos de todas as informações e comprovações que legitimavam os direitos do Estado da Bahia sob as terras em litígio com o Estado do

Espírito Santo que os componentes do Instituto participaram e representaram ativamente a Bahia nos encontros relativos a demarcação das fronteiras interestaduais do Brasil e defenderam seu Estado. Mas, antes de abordarmos sobre a participação dos membros do IGHB nos encontros dedicados a formação das fronteiras interestaduais do Brasil, é preciso tecer algumas considerações acerca dos modos como essas questões eram resolvidas durante o período em análise.

Segundo Fernandes (2018), durante o decurso da Primeira República, os assuntos referentes à resolução dos limites interestaduais envolviam as competências dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário; e os dispositivos utilizados para resolver esse tipo de entrave se concretizavam de diferentes formas - acordos diretos, tribunais arbitrais, processos no STF, dentre outros. Segundo o mesmo autor, inicialmente, as resoluções das questões de limites foram dirimidas por meio da política. As Assembleias Legislativas dos Estados foram subordinadas ao Congresso Nacional, tornando-se, assim, o meio político como foco da resolução.

No que diz respeito ao poder judiciário, Lêda Boechat Rodrigues mencionada por Saul Fernandes, assevera que esse órgão também foi importante nessa tarefa. Na concepção desses estudiosos, mesmo não sendo garantia de resolução e ainda ter sofrido interferência política, o poder judiciário funcionou como árbitro nos conflitos entre os poderes estaduais. Dessa forma, ao menos quando lhe chegou para serem resolvidas, o Supremo Tribunal Federal instaurou nas questões de limites a exigência da utilização da interpretação das leis vigentes.

Embora os poderes mencionados anteriormente tenham colaborado para solucionar essas questões, Fernandes (2018) afirma que a falta de uma ação mais efetiva dos mesmos na resolução dos litígios fronteiriços e a demora nos trâmites da justiça brasileira acabaram dando subterfúgios no reconhecimento e fortalecimento dos tribunais arbitrais, e atribuíram importância ao executivo nacional - Presidente da República ou de emissários vinculados à presidência. Diante dessa nova possibilidade, os acordos políticos centrados no executivo nacional eram orientados pelo chefe do executivo e coordenados por autoridades ligadas a ele e as diversas instituições com preceitos nacionalistas, dentre essas, os Institutos Históricos e Geográficos. Destarte, com a abertura para novos personagens, é que os associados do IGHB passaram a atuar como representantes e mediadores da Bahia nos encontros voltados para a temática em foco.

Recaptulando, os principais eventos dedicados a causa foram o 6º Congresso

Brasileiro de Geografia e a Conferência de Limites Interestaduais. No que concerne ao primeiro evento, Duarte (2018) assevera que, como seu objetivo principal era discutir e tentar resolver boa parte das questões de limites entre os Estados brasileiros, marcaram presença nesse congresso diversos intelectuais renomados da época, como Francisco Bhering e Thiers Fleming (componentes da comissão da Carta Geral do Brasil); estudiosos estrangeiros; representantes da área civil, das forças armadas e dos mais diversos cargos políticos; e o presidente da República.

Os associados do IGHB que participaram desse congresso foram os delegados da Bahia: Braz do Amaral, Eduardo Espínola e Arlindo Fragoso. Como já explicitamos em páginas anteriores a atuação desses membros nesse evento, por ora, basta dizer que eles traçaram um plano geral em defesa dos direitos da Bahia e discutiu as propostas enviada pelos dirigentes do Estado do Espírito Santo, solicitando a eles - representantes da Bahia – que considerassem a medida total de 150 léguas da capitania da Bahia como referência para demarcar o limite entre esses dois Estados.

Em resposta a aludida solicitação dos espírito-santenses, Braz do Amaral argumentou que tal proposta prejudicaria o estatuído nos autos de criação da antiga Vila de São José de Porto Alegre, pois, a medição das 150 léguas se aproximaria do rio Mucury, dando ao requerente uma porção de terra baiana. Por essa razão, a comissão decidiu que tal requerimento não convinha aos interesses da Bahia e, não havendo mais nenhuma outra proposta de ambos Estados, nada se resolveu acerca da demarcação das fronteiras entre esses dois Estados. Por outro lado, vale lembrar, a comissão baiana obteve êxito ao dirimir os litígios fronteiriços e estabelecer o convênio fixando os limites entre os Estados da Bahia e Goiás, Bahia e Minas Gerais, e Bahia e Piauí. Os acordos entre Bahia e Goiás, e Bahia e Piauí, foram submetidos posteriormente ao Congresso Federal, nos termos da Constituição da República do Brasil, e aprovados.

Em relação a Conferência de Limites Interestaduais, recordamos que esta foi organizada especificamente para solucionar todas as questões de limites que ficaram pendentes após a realização do 6º Congresso de Geografia. Em consonância com Duarte (2018), ainda restavam 29 questões internas de limites por resolver, inclusive a divisa de que se trata nessa seção. Nesse evento, a Carta do Brasil ao Milionésimo foi utilizada como principal motivo para refletir e referendar os acordos concretizados ao longo do mesmo.

Em consonância com Fernandes (2017), o presidente de honra da Conferência de Limites Interestaduais foi o então Presidente da República, Epitácio Pessoa, o qual fez o convite formal para todos os Estados brasileiros enviarem seus delegados e exporem suas dificuldades na elaboração dos acordos. Representou a Bahia, o delegado Braz do Amaral. Contudo, mesmo diante do incentivo do governo federal, muitos Estados não conseguiram celebrar os acordos esperados, permanecendo muitos litígios sem solução. No caso da Bahia, foi celebrado o acordo direto entre Bahia e Minas Gerais, mas, continuou sem conclusão os litígios entre a Bahia e o Estado de Pernambuco, Bahia e Sergipe e Bahia e Espírito Santo.

É digno de nota que nesses eventos os delegados de seus respectivos Estados lançavam mão de todas as fontes que disponibilizavam para embasar seus argumentos e garantir seus interesses. No nosso caso, os documentos oficiais compilados pelos agremiados do IGHB, juntamente com seus artigos e as cartas geográficas elaboradas pelos mesmos serviram como comprovantes dos direitos do Estado da Bahia sobre as terras em disputa. Isso quer dizer que, de certa maneira, por estas estarem fundamentadas nos preceitos científicos, certamente, estas fontes colaboraram para dar maior credibilidade aos argumentos dos delegados baianos.

Após os eventos mencionados acima, tendo ainda alguns litígios por dirimir, os esforços a fim da execução dos acordos celebrados e dos que ainda seriam efetivados continuaram, conforme dispunha a Constituição vigente. Assim, de acordo com Fernandes (2018), os deputados brasileiros, por meio das sessões da Assembleias Legislativas e da Câmara Federal, permaneceram abordando essa questão e se empenharam em aprovar projetos de leis com os novos limites que foram definidos ao longo dos anos subsequentes. Já o governo federal buscou por meio de Comissões de Limites fazer o mapeamento e a execução dos convênios.

Desse modo, ante a todos os esforços apresentados, os articuladores da Bahia conseguiram definir as fronteiras interestaduais desse Estado ainda durante a Primeira República, sendo a demarcação da linha fronteira entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo demarcada no ano de 1928. Vale lembrar que, por causa da morosidade na resolução dos litígios das suas fronteiras interestaduais, a Bahia não apresentou seus contornos totalmente definidos no ano de 1922, como exigido pelo Governo Federal, pela razão da confecção da Carta ao Milionésimo.

Mesmo não conseguindo reaver a posse da antiga vila de São Matheus,

integrada ao Estado do Espírito Santo, os esforços e o empenho dos componentes do IGHB foram de suma importância nessa empreitada. Além de impedir que o Estado do Espírito Santo se apossasse de outra parte de terra, segundo eles, pertencente a Bahia (região próxima à antiga Vila de São José de Porto Alegre), também evitaram a demarcação dos limites entre esses dois Estados pelo rio Mucuri (a favor do Estado do Espírito Santo) e conseguiram dirimir o litígio secular existente entre esses dois Estados.

À face do exposto, podemos inferir que as ciências naturais, geodésicas e humanas - notadamente a geografia, astronomia, cartografia e história –, bem como o conjunto de operações técnicas e científicas da engenharia, foram substanciais para a delimitação e demarcação da fronteira entre o Estado da Bahia e do Espírito Santo; para a formação do contorno territorial do Estado da Bahia como um todo e, também, para o desenvolvimento e modernização desse Estado. Além do mais, as produções dos homens da ciência vinculados ao IGHB tornaram-se até os dias atuais, uma das principais fontes de pesquisa sobre a história da Bahia e elementos imprescindíveis para a História da Ciência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, criado em 1894, surgiu com a mesma perspectiva dos outros institutos históricos e geográficos do Brasil. Entretanto, mais do que criar símbolos regionais e nacionais que se adequassem à necessidade de legitimação da República, salvar e eternizar tudo que fosse suscetível de tornar-se memorável para o país, os membros dessa agremiação objetivavam fortalecer a identidade regional; recuperar parte do prestígio que a Bahia usufruía em tempos pretéritos; superar a crise econômica enfrentada por esse Estado durante o decurso da Primeira República; e integrá-lo ao projeto de modernização nacional republicano. Não esquecendo que esses propósitos também contemplavam algumas aspirações das principais oligarquias baianas, as quais, muito desses associados eram representante ou delas faziam parte.

Como homens do seu tempo, os intelectuais do Instituto estavam harmonizados com as ideias e objetivos dos demais articuladores do Brasil, os quais, no recorte temporal do nosso estudo, buscavam construir a identidade nacional, desenvolver a ciência brasileira e inserir o país no rol das nações modernas e civilizadas. Para isso, os intelectuais brasileiros imputaram ao território a base das interpretações do país e dos projetos nacionais, visto que o Brasil era formado por uma população relativamente pequena e marcada pela escravidão - incombinável com a referência de população existente nos modelos ocidentais - e sua história pouco colaborava para a elaboração de uma identidade nacional.

Do mesmo modo, os membros do IGHB também comungavam da concepção positivista-cientificista, que permeou o pensamento social brasileiro durante a época em que se fala, acompanhando um movimento mundial de supervalorização da razão e da técnica, o qual caracterizou a ciência como saber absoluto, superior, “salvadora da humanidade”. Para os adeptos dessa ideia, somente por meio do conhecimento científico o homem poderia alcançar seus ideais, solucionar seus problemas mais essenciais e promover o desenvolvimento e progresso das nações. Logo, a teoria evolucionista se tornaram a principal matriz ideológica da classe hegemônica modernizadora brasileira durante o final do século XIX e início do XX. Tal fato deve-se a ter visto nela argumentos que sustentavam seu discurso e sua intervenção, também contribuindo para a afirmação das ideias de construção da nação, de progresso e de transformação técnica no país.

Assim, alinhando ciência e território, os intelectuais baianos lançaram mão das mesmas estratégias dos dirigentes do Brasil para fortalecer a identidade regional da Bahia; reverter a realidade desfavorecida que esse Estado vivenciava; modernizá-lo; e inseri-lo no projeto republicano nacional. Melhor dizendo, embasados nas correntes científicas, positivistas e evolucionistas prevalentes no período em foco, os homens do IGHB utilizaram-se notadamente da história, da geografia, da geodesia, astronomia, cartografia e da engenharia para a implementação do projeto de desenvolvimento e modernização do Estado da Bahia.

Como principais estratégias utilizadas por esses intelectuais para alcançarem os objetivos do referido projeto, ganha destaque a valorização dos elementos históricos da Bahia; o enaltecimento de sua gente e de suas especificidades; os estudos geográficos, botânicos, etnológicos, entre outros; e a exploração sistemática e econômica do território e das riquezas naturais dessa região. Concomitantemente, colaboraram para o povoamento e para a transformação dos sertões baianos; participaram da integralização do território, auxiliaram na delimitação do espaço físico-geográfico da Bahia, na demarcação de suas fronteiras interestaduais e na construção da sua carta geográfica compatível com os conhecimentos científicos vigente naquela época.

No que diz respeito especificamente à demarcação das fronteiras interestaduais da Bahia - que além de fazer parte dos objetivos do projeto político adotado pelos articuladores baianos no período republicano, se configurar numa questão imprescindível para o domínio político e controle total do território baiano, também se conformou como um dos focos principais da nossa investigação -, os agremiados do IGHB também se esforçaram para solucionar essa causa. Dado a complexibilidade desse fenômeno, focamos nossa análise especificamente na formação do limite entre a Bahia e o Espírito Santo, pois, acreditamos que por meio dos estudos acerca dessa fronteira poderíamos construir algumas considerações importantes a respeito da conformação do território da Bahia como um todo. A escolha por essa zona fronteira se justificou por essa ser a divisa que suscitou maiores esforços dos intelectuais e articuladores da Bahia para ser demarcada e pelo elevado número de artigos dedicados a essa temática publicados na revista do IGHB.

Assim sendo, inferimos que os intelectuais do Instituto foram os principais responsáveis pelo estudo e compilação das fontes e documentos que autenticavam os direitos da Bahia sobre as terras em litígio com os estados vizinhos; também foram

personagens de suma importância no estudo sistemático e sob as bases científicas da natureza e das terras em disputa; foram os principais autores de artigos e comunicações acerca da formação das divisas interestaduais desse Estado; e se conformaram como substanciais representantes e defensores da Bahia na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, nos eventos científicos brasileiros e demais encontros governamentais voltados para a delimitação e demarcação das fronteiras nacionais.

Ante o exposto, podemos afirmar que a relação ciência-natureza-território foi fundamental para que os intelectuais do Estado da Bahia iniciassem seus planos de desenvolvimento e modernização desse Estado. Por mais que o cenário da Bahia não tenha sofrido alterações durante o decurso do período relativo à Primeira República, permanecendo como um Estado de economia agrícola, dotado de regiões desconhecidas e despovoadas, com um território ainda por ser integralizado e melhor utilizado e desprovido de alterações significativas em relação aos costumes, ao caráter ético-social da população e as estratégias infraestruturais, os conhecimentos e técnicas científicas foram imprescindíveis para que os articuladores desse Estado dessem o pontapé inicial para o processo de melhoramento econômico, desenvolvimento e modernização da Bahia.

A ciência também foi fundamental para que os intelectuais que pensavam a Bahia durante a época em evidência comesçassem a desenvolver ações que continuadas promoveriam em tempos subsequentes o bem-estar e o desenvolvimento social da população baiana, bem como, a inserção da Bahia no projeto republicano nacional. Em suma, as atividades científicas realizadas pelo grupo reunido em torno do IGHB colaboraram para o desenvolvimento do Estado da Bahia, da ciência e da escrita da história. Distante de finalizar os estudos sobre o conteúdo em discussão nesse trabalho, a presente tese visou oferecer mais uma oportunidade de reflexão e investigação acerca da complexa relação território- ciência-nação, sobre a história da Bahia e história das ciências.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamira R de. **Algazarras nas ruas**: comemorações da independência na Bahia (1889–1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALCOFORADO, F. **Os Condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. 415 f. Tese. (Doutorado em planificación territorial y desarrollo regional) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 2003.

ALMEIDA, Antonio Calmon du Pin. Relatório apresentado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 3 de maio de 1895. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 4, p. 167–174, jun. 1895.

ALMEIDA, Bernardino Francisco de. Relatório do tesoureiro. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 4, p. 187-191, jun. 1895.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Planejamento. Salvador**, v. 5, n. 4, p. 19-54. out./dez. 1977.

ALMEIDA, Thiara Messias de. **Cultivo de eucalipto no Extremo Sul da Bahia**: modificações no uso da terra e socioeconômicas. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009.

_____; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos; MOREAU, Maurício Santana; PIRES, Mônica de Moura; FONTES, Ednice de Oliveira; GÓES, Liliane Matos. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20 n. 2, p.: 5-18, DEZ. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a01v20n2.pdf>
Acesso em: 12 ago. 2020.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. Bahia e Espírito Santo. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 34, p. 83-91, 1908.

_____. Bahia-Espírito Santo limites entre os dois estados. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 31, p. 59-91, 1905.

_____. Discurso. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 42, p. 12–24, 1915.

_____. Memorial acerca da questão de limites entre a Bahia e Sergipe apresentado ao Exm^o Sr. Dr. Governador do Estado. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v.37-39, p. 147-191, 1913.

_____. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. J. J. Seabra, Governador da Bahia, pelo Dr. Braz do Amaral, Representante do Estado na Conferência de Limites do Rio de Janeiro. Defesa do patrimônio territorial da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do estado. 1921.

AMARAL, Braz Hermenegildo do; ESPÍNOLA, Eduardo; FRAGOSO, Arlindo. Relatório apresentado ao Governador do Estado pelos Delegados da Bahia ao 6º Congresso Brasileiro de Geografia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 46, p. 203–212, 1919.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Nação e consciência nacional**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. Agriculturas, ciências e raças: as teses da Escola Agrícola da Bahia e a construção do Estado brasileiro. In: 16º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - **Anais...** Campina Grande. Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Estadual da Paraíba, 2018.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e classe média em Salvador**. 1992. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

ARCASSA, Wesley de Souza. Friedrich Ratzel: a importância de um clássico. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, Vol. 3, Nº1. p. 98 - 115, 2017. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31840>>. Acesso em: 20 set. 2020.

_____. Paulo Fernando Cirino Mourão Ratzel: **para além do determinismo geográfico**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/2011/2011-ensino%20e%20epistemologia/Wesley%20e%20Paulo.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2020

ARGOLLO, Miguel de Teive. Estudos sobre os limites entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 5, p. 267–273, set. 1895.

_____. Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 7, p. 77–96, 1896.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ARTIGO 8º DOS ESTATUTOS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 39–40, set. 1894.

ARTIGOS 1º-11º DOS ESTATUTOS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 37–38, set. 1894a.

ARTIGOS 13^o e 15^o, Seções 4^a e 5^a dos Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 41, set. 1894b

ATA DA SESSÃO DO IHB, de 6 de junho de 1856. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 110, set. 1894a.

ATA DA 3^a SESSÃO EM 17 DE JUNHO DE 1894. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 28-32, set. 1894b.

ATA DA 19^a SESSÃO DO IGHB, de 27 de outubro de 1895. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 6, p. 419, dez. 1895.

BACELAR, Jefferson. **Guia Geográfico História da Bahia**. Disponível em: <<http://www.historia-bahia.com/bibliografia/argollo.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BACELAR, Jonildo. Miguel de Teive e Argollo. **Guia Geográfico História da Bahia**. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/bibliografia/argollo.htm>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BACKHEUSER, Everardo. **Curso de geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1944.

BAHIA. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A nossa revista. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, ano 1, n. 1, p. 309-316, dez. 1894.

_____. Inauguração do Monumento. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 5, p. 217-221, set. 1895.

_____. Introdução: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 3-5, set. 1894.

_____. Opinião da imprensa. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 13-15, set. 1894.

_____. Opinião da Imprensa. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 18-20, set. 1894.

_____. Organização do Instituto. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 6-7, set. 1894.

_____. A nossa Revista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, Salvador, ano 2, v. 2, p. 103-104, set. 1895.

_____. Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. 1894. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 37-58, set. 1894.

_____. Juízo da Imprensa Jornal Gazeta de Notícias do Rio: 24 de outubro de

1894. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 2, p. 314-315, dez. 1894.

_____. Juízo da Imprensa. A nossa Revista. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 2, p. 306-316, dez. 1894.

_____. Juízo da Imprensa. Jornal Estado da Bahia: 9 de outubro de 1894. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 2, p. 311-312, dez. 1894.

_____. Juízo da Imprensa. Revista dos Tribunais: 5 de março de 1893. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 3, p. 103, mar. 1895.

_____. O Estado da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n.10, p. 551–563, mar. 1896.

_____. Ofertas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 6, p. 304-308, dez. 1894.

_____. Opinião da Imprensa sobre o Instituto de 1856: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 83-85, set. 1894.

_____. Relação de Sócios. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 35, 1909.

_____. Relação dos sócios efetivos do Instituto Histórico de 1856 a 1858. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 81–83, set.1894.

_____. Relatório do tesoureiro Bernardino Francisco de Almeida. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 4, p. 190-191, jun. 1895.

_____. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Bahia em números, Bahia in Figures. Salvador: SEI, 2002.

_____._____. Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. **Questão de limites**: Espírito Santo e Bahia. Vitória: Artes Graphics, 1918.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.

BAVARESCO, Agemir. A crise do Estado-nação e a teoria da soberania em Hegel. **Sociedade em Debate**, Pelotas, p. 77–109, dez. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Grasielle/Downloads/565-2109-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BENEDICT, Anderson. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e

difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Organização Federal. Rio de Janeiro. 1891, 37 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População do último censo, v. 4, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>> Acesso em: 01 jan. 2018.

_____. Censo demográfico. Tabela 1286 - População e Distribuição da população pelas Grandes Regiões e Unidades da Federação nos Censos Demográficos. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1286#resultado>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. 2018. Área Territorial Oficial - Consulta por Unidade da Federação. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20141009143842/http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. 2019. Monumento ao 2 de Julho. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=432170>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. 2019. Território Brasileiro e Povoamento. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km². Agência IBGE notícias. 2012. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

_____. Contagem populacional 2007. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional de Estatística. Limites dos Estados Unidos do Brasil. Sistematização provisória das linhas de limite do território da República e de cada uma das suas unidades políticas. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento Nacional de Estatística, 1933.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Estado, estado-nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 155-185, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00155.pdf>>. Acesso em: 05

abr. 2018.

_____. **Nação, Estado e Estado-nação**. São Paulo. Disponível em: <<http://bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Esta-do-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>>, Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. **Construindo o Estado republicano**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. A crise financeira global e depois um novo capitalismo? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86, p. 51-72, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

_____. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BRITTO, João de. A gruta da Mangabeira na vila do Brejo-Grande. In: TORRES, João. Curiosidades naturais: a lapa da Mangabeira. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 2, p. 244-243, dez. 1894.

BUENO, Wilson da C. Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória. In PORTO, C. M. (Org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-06.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

CALVO, Hernando Manoel. **Conceptos sobre difusión, divulgación, periodismo y comunicación**. 2006. 3p. Disponível em: <<http://www.manuelcalvohernando.es/articulo.php?id=8>>. Acesso em: 22 out. 2019.

CAMPOS, Diogenes de Almeida et.al. **A Geologia brasileira órfã**: 100 anos sem ORVILLE A. DERBY. 2016. Disponível em: <https://www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/mcter/Orville_Derby2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CAMPOS, José de Oliveira. Limites entre Estados. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 32, p. 3-32, 1906.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES. Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 47 - 52, set. 1894a

CAPÍTULO 2, Parágrafo único dos Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 39, set. 1894b.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.85-103, 2011.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica para o público leigo no Brasil. 2011. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9003/1/2011_RitadeC%a1ssiadoValeCarib%ca9.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Inf. & Soc. Est**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89–104, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/23109/14530>>. Acesso em: 08 set. 2018.

CARREGOSA, Antonio Santana. **O mandonismo local e a política no sertão da Bahia**: o caso do município de Paripiranga. 2015. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6248/1/ANTONIO_SANTANA_CARREGOSA.pdf>. Acesso: 10 ago. 2020.

CARTIER, Michel. “Imperialismo”. Enciclopédia Einaudi. Estado Guerra. V. 14. Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. p. 318-329, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38. p. 1-26, 1998.

_____. A Construção da Ordem: a elite política. In: _____. **Teatro das Sombras**: a política imperial. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. Natureza, território, civilização e modernidade e a construção da nação nos livros didáticos de geografia da Primeira República. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 78-94, [s.d.]. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/17755/pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. A construção da nação nos livros didáticos de Geografia da Primeira República. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 55-65, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/43>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. **Geographia do Brazil**: a construção da nação nos livros didáticos de geografia da primeira República. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8VMFBQ/geographia_do_brazil____carvalho__naiemer.pdf?sequence=4. Acesso em: 21 mar. 2014.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **RBCS** Vol. 22 nº. 65, outubro/2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000300003&lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2020

CASTRO, Iná Elias de. Do imaginário tropical à política: a resposta da geografia brasileira à história da maldição. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. 10, n. 218, p. 11,

ago./2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-11.htm>>. Acesso em: 26 maio 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Disponível em: <<http://www.edufba.ufba.br/2015/01/do-isolamento-regional-a-globalizacao-contradicoes-sobre-o-desenvolvimento-do-extremo-sul-da-bahia/>>. Acesso em: 02 set. 2020.

_____. Cerqueira Neto, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. O Extremo Sul da Bahia que não pertence a Bahia: da fragmentação estadual à busca de uma identidade regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 13, p. 307–319, mar/2012. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 02 Ago. 2020.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CINTRA, Jorge Pimentel. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. v. 23. n. 2. p. 11-42. jul.-dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v23n2/1982-0267-anaismp-23-02-00011.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. O Mapa das Cortes e as fronteiras do Brasil. **Boletim de Ciências Geodésicas**, Curitiba, v. 18, n. 3, p.421-445, jul.-set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/bcg/article/view/29209/19006>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

_____. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 63-77, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/05.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

CLUBE DE ENGENHARIA. Orville Derby. 2015. Disponível em: <<http://portalclubedeengenharia.org.br/2015/11/23/centenario-da-morte-de-orville-derby-pai-da-geologia-no-pais/>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CÔGO, Ana Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. 2007. 200 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Hist%C3%B3ria%20agr%C3%A1ria%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo%20no%20s%C3%A9culo%20XIX:%20a%20regi%C3%A3o%20de%20S%C3%A3o%20Mateus.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2020

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. In: Castro, I. E;

GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L (org.). Geografia: conceitos e temas. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. **Portugalia e Monumenta Cartographica**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

CORTESÃO, Jaime. **A fundação de São Paulo**: capital geográfica do Brasil. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

_____. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. 2 v. São Paulo: Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

_____. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Instituto Rio-Branco, 1971.

COUTO, E. A. Diagnóstico estratégico do Sul da Bahia. **Revista eletrônica Cesesb**. Itamaraju, 2006. Disponível em: http://www.cesesb.edu.br/site/arquivos/pdf/revista_eletronica/administracao/3edicao/diagnosticoestrategico>. Acesso em: 15 set. 2006.

CURADO, Isabela. Pesquisa Historiográfica em Administração: uma Proposta Mercadológica. In: ENANPAD, Campinas. **Anais...** Campinas: Anpad, 2001.

DANTES, Maria Amélia. Relações científicas e tradições científicas locais: modelos institucionais no Brasil no final do século XIX. In: AFONSO-GOLDFARB, Anna Maria; MAIA, Carlos (Org.). **História da Ciência**: o mapa do conhecimento. São Paulo: EDUSP, 1995.

DENIPOTI, Cláudio. Templos do progresso: instituições de leitura no Brasil oitocentista. **Locus**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2. p. 95-106, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20567>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

DIAS, André Luís Mattedi. **Engenheiros, mulheres, matemáticos**: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968). 2002. 322 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09062002-091012/publico/Tese.pdf>> Acesso: 10 ago. 2020.

DIEGUEZ, Lucília Maria Esteves Santiso et al. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)** [Online]. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/derbyorv.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

DOAÇÃO DA CAPITANIA DE PARAGUAÇU DE DOM ÁLVARO DA COSTA. In: Documentos Históricos. Vol. XIII. Série XI. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929, p. 226. In: BONFIM; A. G; ADAN, C. F. F. As capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu e a ocupação territorial do Recôncavo baiano no século XVI. Colóquio baiano tempos, espaços e representações: abordagens históricas e geográficas. **Anais...** Vitória da Conquista. 2013, p. 1-17. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2868/pdf_93>. Acesso em: 14 jan. 2019.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; VERGARA, M. R O homem, as ciências naturais e o Brasil no século XIX. **Acervo**, Rio de Janeiro. v. 22, p. 167-178, 2009.

DOMINGUES, Cesar Machado. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - RIO, XIV. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, UnRio, 2010. Disponível em: <http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonANPUHCesarMachado.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

DUARTE, Regina Horta. **Notícias sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DUARTE, Rildo Borges. **Cartografias capitais: os projetos do Mapa Internacional do Mundo e da Carta do Brasil ao Milionésimo**. 2018. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19032019-121834/pt-br.php>>. Acesso em: 11 out. 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a04n118.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903–1914)**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005.

ESTATUTOS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 38, set. 1894.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Congressos Brasileiros de Geografia. **Revista geo-paisagem** [online], ano 2, n. 3, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/congresso.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; SCHEFFLER, Sandro Marcelo. A Comissão Geológica do Império e os crinoides fósseis do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 121-139, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FERNANDES, Etelvina Rebouças. Duas ferrovias para ligar o mar da Bahia ao rio do sertão. **Cadernos PPG - AU/ UFBA**, Salvador, v. 5, n. 2006, p. 89-104. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1432/947>>. Acesso em: 08 out. 2019.

FERNANDES, Saul Estevam. **Brasil em pedaços ou a história dos meios de resolução das questões de limites interestaduais**. 2017. 151 f. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7567>>. Acesso em: 08 out. 2019.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do Lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. 2009. 528 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=177001>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34: p. 437-455, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a10.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX. **Interciência**, v. 17, n. 3. p. 141-146, maio-jun. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000113&pid=S0104-8775200500020001000010&lng=en>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. Ciência no torrão natal: a adaptação de modelos estrangeiros e a construção de uma problemática científica nacional (1840-1870). In: AFONSO-GOLDFARD, Ana Maria; MAIA, Carlos. A. (Orgs.). **História da ciência: o mapa do conhecimento**. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. “Batedores da ciência” em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do “sertão” de São Paulo na transição para o século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 763-777, jul.-set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n3/10.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

FIORUCCI, Flávia. ¿Aliados o enemigo? Los intelectuales em los gobiernos de Vargas e Perón. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 15, n. 12, jul./dez. 1994. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/896/859>>. Acesso em: 10 maio. 2017.

FONSECA, Maria Rachel Froes da. Ciência e Identidade na América Espanhola (1780-1830). In: AFONSO-GOLDFARD, Ana Maria; MAIA, Carlos. A. (Org.). **História da ciência: o mapa do conhecimento**. São Paulo: Edusp, 1995.

FONTES, Pedro. A questão de limites Bahia-Espírito Santo e a atitude da Vila de São José de Porto Alegre. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 49, p. 479–501, 1924.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador, EDUFBA, 1996.

FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brazil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FREIRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 1990.
_____. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FREITAS, Liliane de Brito. Reis Magalhães. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. [s.l.]: FGV; CPDOC, 2015. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?id=vi2HCgAAQBAJ&pg=PT5787&lpg=PT5787&dq=Joaquim+dos+Reis+Magalhães&source=bl&ots=L8uBxWTPd&sig=nqS11Dwlx6WhSNO480AXDbzWwFE&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiSnor13cndAhXMhJAKHbUFDdMQ6AEwDHoECAMQAQ#v=onepage&q=Joaquim%20dos%20Reis%20Magalhães&f=false>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FREITAS, Liliane de Brito; SAMPAIO, Consuelo Novais. Sátiro Dias. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889- 1930)**. [s.l.]: FGV; CPDOC, 2015. Disponível em:
<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DIAS,%20Satiro.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. Au Brésil: deuxregions de Bahia (1896-1937). 1992. Tese (Doutorado em História) - Université de Paris, Sorbonne, Paris IV, Paris.

FREITAS, Inês Aguiar de, “A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século das Luzes”. **Terra Brasilis**, v. 6, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/376>>. Acesso em: 02 maio 2019.

FULGÊNCIO, Rafael Figueiredo. O paradigma racista da política de imigração brasileira e os debates sobre a “Questão Chinesa” nos primeiros anos da República. **Revista de Informação Legislativa**, Ano 51, n. 202, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503045/RIL202.pdf?sequence=8>>. Acesso em: 11 set. 2020.

GARCIA, M. Correa. Extratos do Periódico. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 95-99, set. 1894.

GAUDIO, Rogata Soares Del. O mapa enquanto discurso e o discurso do mapa:

algumas questões. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 05, n. 02, p.129-145, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epec/v5n2/1983-2117-epec-5-02-00129.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2019.

GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. Descendentes e ex-escravos ricos que voltaram para a África. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/descendentes-e-ex-escravos-ricos-que-voltaram-para-africa/>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

GESTEIRA, Heloisa Meireles; VALENTE, Maria Esther Alvarez; VERGARA, Moema Rezende. **Olhar o céu, medir a terra**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 16, pp. 67 - 79, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73955>>. Acesso em: 13 set. 2020.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Quaderni del carcere**. Turim: Einaudi, 1975.

GUIDO, Humberto; SEVILHA, José M.; SILVA NETO, Sertório de Amorim. **Embates da razão: mito e filosofia na obra de Giambattista Vico**. Uberlândia: Edufu, 2012.

GUIMARAES, Manuel Luíz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1998.

GUIMARÃES, Augusto. Discurso. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 5, p. 227-229, set. 1895.

HARLEY, John Bryan. Mapas, saber e poder. **Confins**, n.5, 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Leopold Von Ranke: história**. São Paulo, Ática, 1979.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Introdução: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 03, set. 1894.

_____. Opinião da imprensa.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Salvador, n. 1, p. 14, set. 1894.

_____. O Estado da Bahia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, Salvador, n. 10, v. 3, p. 551-563, 1896.

_____. Ofertas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 6, p. 304-308, dez. 1894.

_____. Relação de Sócios. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 35, 1909.

_____. Revista da Instrução Pública. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 84, set. 1894.

_____. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, Salvador, v. 42, p. 24, 1916.

_____. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 6, set. 1894.

JANKE, Leandro Macedo. **Duarte da Ponte Ribeiro**. Território e territorialidade no Império do Brasil. 2014. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11062015-140713/publico/2014_LeandroMacedoJanke_VOrig.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela dos Santos e Alexandre Morujão.. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KARVAT, Erivan Cassiano. Histórias na “História da América Portuguesa”: concepções de história em torno da obra de Rocha Pita (1730). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXIII., Londrina. **Anais...** Londrina, 2005.

KURY, Lorelai. Explorar o Brasil: o Império, as ciências e a nação. In: KURY, Lorelai (Org.). **Comissão Científica do Império, 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2009.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 4.ed. Campinas: Papirus, 1997

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se**: ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador 1912-1916. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1996.

_____. **A rainha destronada**: discursos das elites sobre as grandezas e infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. A Bahia na história: heroísmo, sacrifício e abandono. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, “HISTÓRIA, CIDADES E SERTÕES”, I., Ilhéus. **Anais...** Ilhéus, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2002.

_____. Braz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e engajamento político-social na Primeira República. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E SOCIAL, XXVII., Natal. **Anais...** Natal, ANPUH, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364926209_ARQUIVO_BrazdoAmaral,ohistoriadordaBahia_TextoXXVIIISimp.ANPUH.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

LEONEL, Marcelino Serretti. **Extremo sul da Bahia: caracterização socioeconômica e os impactos da expansão do setor de base florestal.** 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACE-ADBH5J/1/tese_final_agosto_2016.pdf>. Acesso: 10 ago. 2020.

LESSA, Renato. **A invenção republicana.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, Arnaldo do Rosário. **Theodoro Sampaio: sua vida e sua obra.** 1981. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1981.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil.** São Paulo: Hucitec. 2013.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LOPES, Aglisson; BOURGUIGNON, Natália. **A guerra de Guarapari: uma história sobre praias tropicais, bombas atômicas, riquezas e exploração no litoral brasileiro.** Gazeta online. 2015. Disponível em: <<https://especiais.gazetaonline.com.br/bomba/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

LUQUINI, Rita de Cassia da Silva. **Os limites das fronteiras internas de domínio do estado da Bahia: conflitos e atualização.** Universidade Federal da Bahia. Instituto de geociências. Programa de pós-graduação em geografia. Salvador. Jun./2015.

MAIA, João Marcelo. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MACHADO, Gustavo B. **Tendências e contradições na formação regional do Extremo Sul da Bahia entre 1950 – 2000.** Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

MAGALHÃES, Emídio. Repositório Institucional – UFBA, Coleções: Produção Artística (EBA). 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7578>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

MAGALHÃES, Reis. Estudos sobre os limites entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 6, p. 395–402, dez.1895.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no**

Brasil (1808-1912). São Paulo: Moderna, 1997.

_____. O Estado em busca do seu Território. Terra Brasilis (Nova Série), **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, 2012. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/343>>; DOI : 10.4000/terrabrasilis.343>. Acesso em: 21 abr. 2018.

MARCONATTO, Arildo Luiz. Immanuel Kant (1724-1804). **Só Filosofia**. Disponível em: <http://www.filosofia.com.br/historia_show.php?id=102>. Acesso em: 04 dez. 2018.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Forum almanack braziliense**, n. 1, maio 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000238&pid=S0011-5258200800040000500024&lng=pt>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

_____. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, v. 2, p. 727-736, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia século XIX**: uma província do império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENEZES, Aurélio de. Comunicações feitas ao Instituto Geográfico e Histórico. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 49, p. 195-216, 1924.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 105–113, jun. 2001.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. Geografia, História e História da Geografia. **Terra Brasilis**, v.2, 2000. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/319>> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.319>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. _____. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. _____. 20.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Nação e Território:** ideologias geográficas na formação histórica do Brasil. In: Instituto Prometheus; Fundação Lia Maria Aguiar. (Org.). Rumos da cidadania: a crise da representação e da perda do espaço público. 1ª ed. São Paulo: Instituto Prometheus, 2010.

_____. “O Sertão”. **Terra Brasilis**, p. 4-5, 2003. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. O Sertão. Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis** (Nova Série), p. 4-5, 2003.

_____. **Território e História no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Cristina de. Formação territorial e Ideologias Geográficas: um olhar sobre o Oeste catarinense entre 1840 a 1930. In: XVI Encontro Estadual de História da ANPUH. **Anais...** Santa Catarina, 07 a 10 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464654047_ARQUIVO_TrabalhoCompletoCrisMoraes.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. William Morris Davis e a Teoria Geográfica. **Revista de Geomorfologia**, v 2, n. 1, p. 1-20, 2001. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/4>>. Acesso em: 14 out. 2019.

MOREIRA, Vânia M. Losada. *Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica*. **Diálogos Latinoamericanos**, Universidade de Aarhus, Latinamericanistas, n.003, p.87-113, 2001. Disponível em: <https://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/4vnia_moreira-indios.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870–1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

NASCIMENTO, Jaime Oliveira do. **Sampaio, Theodoro**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SAMPAIO,%20Teodoro.pdf>>. Acesso em: 22 Jan. 2019

OLIVEIRA, Jaime Nascimento. **Sampaio, Teodoro**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SAMPAIO,%20Teodoro.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Filinto Justiniano Ferreira Bastos: a trajetória de um abolicionista (1879-1882). **História** [online], Assis/Franca, v. 37, Epub Sep, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v37/1980-4369-his-37-e2018031.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia L. A Conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento Brasileiro. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 195-215, jul./1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6648/LuciaLippi_MAN>

GUINHOSv5s0.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Revista Política e Sociedade**, v. 7, n. 12, p. 13-21, 2008.

_____. Nação, região e geografia. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e República nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2010.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. A formação territorial do oeste da Bahia e as políticas territoriais do estado no período de 1889-1955. **Élisée, Rev. Geo. UEG**, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 133-150, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3124>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. A formação territorial do oeste da Bahia e as políticas territoriais do estado no período de 1889-1955. **Élisée Rev. Geo. UEG**, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 133-150, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/a-formacao-territorial-do-oeste-da-bahia-e-as-politicas-territoriais-do-estado-no>>, Acesso em: 04 dez. 2018.

OLIVEIRA, Thiago Luiz dos Santos. Os fundamentos da história enquanto ciência e disciplina escolar: paradigmas e orientações delineadoras. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 10, n. 13, p. 37-52, dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/11001/8826>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DO IGHB. Instituições e Correspondências. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 30, p. 204-214, 1904.

ORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO. Introdução: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 05, set. 1894.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943)**: a Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEDRÃO, Fernando. O recôncavo baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **História econômica da independência e do império**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Humboldt e Ritter, os pais da Geografia**". Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/humboldt-ritter-os-pais-geografia.htm>>. Acesso em: 18 out. 2019.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem**: O florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

_____. **Positivismo**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando, nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2003.

PRAGUER, Henrique. Riqueza Mineral do Estado da Bahia. Formação geológica do Estado da Bahia. Minerais existentes. Explorações antigas e modernas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 13, p. 419-431, 1897.

QUEIROZ, A. V. Limites entre a Bahia e o Espírito Santo: ligeiros apontamentos mostrando as mais recentes invasões do território baiano pelo Estado do Espírito Santo. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 49, p. 464-478, 1924.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996.

RELAÇÃO DOS SÓCIOS EFETIVOS DO INSTITUTO HISTÓRICO DE 1856 A 1858. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 81–83, set. 1894.

RELATÓRIO APRESENTADO AO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, em 3 de maio de 1895, pelo 1º Secretário Antonio Calmon Du Pin e Almeida. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 173, mar. 1895.

RELATÓRIO DO TESOUREIRO. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 3, p. 187, jun.1895.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne em 11 de março de 1882. Tradução de Glaydson José da Silva. **Revista Aulas**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-21, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo histórias e memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817**. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, Guilherme. Luta pela autonomia e pelo Território: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Brasil, v. 8, n. 15, p. 19-28, 2009.

SÁ, Dominichi Miranda de M; VERGARA, Moema Resende. Visões da História: ciências, natureza e território. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=554>. Acesso em: 05 fev. 2016.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação**. Salvador: EDUFBA, 1999.

_____. **O poder legislativo da Bahia:** Primeira República (1889-1930). Salvador: Assembléia Legislativa, UFBA, 1985.

_____. **Partidos políticos da Bahia na Primeira República:** uma política de acomodação. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 1999.

SAMPAIO, Theodoro. A Bahia Atualidade e futuro: a incomparável riqueza, as possibilidades ilimitadas e o progresso atual do grande Estado do Norte. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 53, p. 147-172, 1928.

_____. A Bahia atualidade e futuro. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v.54, p. 147-172, 1928.

_____. Discurso pronunciado na sessão solene de 2 de julho de 1923 do Centenário da Independência nacional na Bahia, ao inaugurar-se o novo edifício do Instituto Geográfico e Histórico. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 23 -56, 1894.

_____. Discurso pronunciado na sessão solene de 3 de maio de 1917, quando se comemorou o aniversário do Instituto. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 43, p. 133–149, 1917.

_____. **História da fundação da cidade do Salvador.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

_____. **O Estado da Bahia:** agricultura, criação de gado, indústria e comércio. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

SÁNCHEZ, Edney Christian Thome. **Revista do IHGB:** um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos e Linguagens, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANTANA, José Carlos Barreto de. 2009. Debate acadêmico. **Jornal UNESP**, ano XXII, n. 249. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/249/opiniao.php>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Teodoro Sampaio. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1999., Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001.

SANTOS, Ana Carolina Vila Ramos. A natureza dos românticos brasileiros: uma leitura da sociologia ambiental. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 75-92, jul./dez. 2010.

SANTOS, José Cyrino dos. Limites entre a Bahia e Pernambuco. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, ano. 3, n. 10, p. 499-531, dez. 1896.

SANTOS, Thiago Pereira dos. Friedrich Ratzel e a sua contribuição à geografia. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/geografia/friedrich-ratzel-sua-contribuicao-geografia.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SCHNEIDER, Vailson. Divisa interestadual Espírito Santo–Bahia. Vitória, 06 de abril

de 2017.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. O espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**. vol.8 no.20, São Paulo Jan./Apr. 1994.

Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>>. Acessado em: 10 set. 2020.

_____. **Guardiões de nossa história oficial**. São Paulo: IDESP, 1989.

SEIXAS, Antonio Romualdo de. Discurso que abriu a primeira sessão inaugural do instituto histórico da Bahia em 03 de maio de 1856, Extratos do Periódico. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 104-105, set. 1894.

_____. Discurso pronunciado na primeira sessão inaugural do Instituto Histórico da Bahia em 3 de maio de 1856. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 100-107, set. 1894.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “Orgânicos” em Tempos de Pós-Modernidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SENA, Consuelo Pondé. **Bernardino de Souza, vida e obra**. Salvador: Quarteto, 2013.

SENA, Consuelo Pondé; SAMPAIO, Theodoro Fernandes. In: MARTINS, Wilson Thomé Sardinha; SILVA, Nilson Joau; PEREIRA, José Nilton Carvalho (Org.). **Síntese Histórica: 125 anos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador: Editora Allucci e Associados Comunicações, 2019.

SENA JUNIOR, Gilberto Ferreira. Xavier Marques e a Identidade baiana na Primeira República. Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia. UESC, 09 A 11 DE JUNHO DE 2010, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/gilbertoferreira.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SILVA, Aldo José Moraes. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégia de consolidação institucional (1894-1930)**. 2006. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

_____. **Instituto Geográfico e histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional**. Feira de Santana: UEFS, 2012.

SILVA, Alzenir Severina da. **Territorialidades em torno das águas: discursividade e práticas de apropriação e uso dos mananciais em Garanhuns/PE**. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Barbara Christine Nentwig et al. **Atlas escolar Bahia**. João Pessoa: Grafset, 2000.

SILVA, Deise Rosalio. **Intelectuais, cultura e escola única no pensamento político pedagógico de Antonio Gramsci**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Edima Aranha. Evolução histórica do método científico desafios e paradigmas para o século XXI. **Econ. Pesqui** .. Araçatuba, v. 3, n. 3, p. 109-118, mar. 2001. Disponível em:

<http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3_artigo07_evolucao.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer charutos**: uma atividade feminina. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SILVA, Guilherme C. da; Nascimento, Marcelo T. Fitossociologia de um remanescente de mata sobre tabuleiros no norte do estado do Rio de Janeiro (Mata do Carvão). **Revta Brasil. Bot.**, São Paulo, V.24, n.1, p.51-62, mar. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-84042001000100006>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SILVA, Nady Moreira Domingues da. Positivismo no Brasil. **Filosofia em Revista**. 2011, São Luís –MA. Disponível em: <<https://www.sociologiaemos.pro.br/wp-content/uploads/2019/04/O-POSITIVISMO-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: set. 2020.

SILVA, Nilson Joau; SOUZA Bernardino José de. In: MARTINS, Wilson Thomé Sardinha; SILVA, Nilson Joau; PEREIRA, José Nilton Carvalho (Org.). **Síntese Histórica**: 125 anos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Editora Allucci e Associados Comunicações, 2019.

SILVEIRA, Alan; VERGARA, Moema Rezende. A construção da carta geográfica do Brasil de 1922: parâmetros científicos e saberes estratégicos. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA, IV., **Anais...** UFRJ. 2011. Disponível em: <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/posteres/Alan%20Silveira.pdf>>, Acesso em: 02 fev. 2017.

SILVESTRE, Honório. O Sul da Bahia: páginas de Geographia phisica e econômica. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, p. 5-65, 1928.

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2003.

SOUZA, Bernardino José de. A Bahia. Conferência realizada em Recife, estado de Pernambuco, em homenagem ao 4º congresso Brasileiro de Geografia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 42, p. 5-26, 1916.

SOUZA, Bianca Gonçalves; MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória e Tradição Positivista no Brasil**: Reflexões sobre o Processo de Elaboração de um Projeto de Nação a partir da Proclamação da República. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). **Anais**. João Pessoa, 23 a 30 de outubro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2777/1231>>. Acessado em: set. 2020. Acesso: 10 ago. 2020.

SOUZA, Collatino Marques. O Parcel de Abruços. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, p. 27-29, 1895.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. A Filosofia na Antropogeografia de Friedrich Ratzel. **Caderno de Geografia**, v.24, n.42, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325611080_A_Filosofia_na_Antropogeografia_de_Friedrich_Ratzel_The_philosophy_in_anthropogeography_of_Friedrich_Ratzel>. Acesso em: 23 set. 2020.

STÜRMER, Arthur Breno; COSTA, Benhur Pinós da. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 50-60, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/26693/pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

TÍTULO IV DAS SESSÕES DO INSTITUTO E ORDEM DOS SEUS TRABALHOS, Capítulo II, Disposições Gerais, Artigo 76º dos Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 57, set. 1894a.

TÍTULO I, Fins e Organização, Capítulo I do Fim e objeto do Instituto, Artigo 1º dos Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 37-38, set. 1894b.

TORRES, Antônio Novais. **Biografia João Nepomuceno Torres**. [s.l.]: Recanto das Letras. 2014. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/biografias/4934966>>. Acesso em: 02 maio 2018.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. Colonização nacional e estrangeira. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 11, p. 03-18, mar, 1897.

_____. Discurso proferido em 3 de maio de 1895. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 4, p. 149-165, jun. 1895.

_____. Memória Histórica sobre o Instituto fundado em 1856. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 65-81, set. 1894.

_____. Memória Histórica sobre o Instituto fundado em 1856. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 66, set. 1894.

TORRES, Tranquilino Leovigildo et al. Propaganda: cartas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 59-62, set. 1894.

_____. Propaganda: cartas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 61, set. 1894.

TRANSCRIÇÃO DE NOTA VEICULADA PELO JORNAL ESTADO DA BAHIA, em 9 de outubro de 1894. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 2, p. 311-312, dez. 1894.

TRANSCRIÇÃO DE NOTA VEICULADA PELA REVISTA DOS TRIBUNAIS, em 5 de

março de 1893. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 3, p. 103, mar. 1895.

TRANSCRIÇÃO DE NOTA VEICULADA PELO JORNAL DIÁRIO DA BAHIA, em 9 de outubro de 1894. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 2, p. 311, dez. 1894.

VERGARA, Moema Rezende. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-31, 2004. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos_sbhc/49.pdf>. Acesso em: 04 maio 2018.

_____. A divulgação da ciência e a ideia de território na Primeira República: a fase de José Veríssimo da Revista Brasileira. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2010.

_____. Ciência e História no Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central da Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 909-926, Oct./Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000400008>. Acesso em: 09 mar. 2017.

_____. Ciência e modernidade no Brasil: um balanço historiográfico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, XXIII., Londrina. **Anais...** Londrina, 2005, p. 1 - 8.

_____. Geodésia expedita em cadernos da Academia Militar: considerações em torno de um curso de Luís Cruls. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 177, a08316, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-83092018000100309&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 dez. 2019.

VERGARA, Moema de Rezende; CAPILÉ, Bruno. Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878): Contextos e Processos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI., São Paulo. **Anais...** São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300582380_ARQUIVO_TextoC_afileMASTversaofinal.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

VILAR, Leandro. Seguindo os passos da História. 2009. Disponível em: <<https://seguidopassoshistoria.blogspot.com/search?q=ranke>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

WEBER, M. Ensaios de sociologia. In: GERTH, H. H; MILLS, C. W. (Org.) **Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos**. Rio de Janeiro: Editora S.A LTC., 1979.

YUDELL, Michael; ROBERTS, Dorothy; SALLE, Rob De; TISHKOFF, Sarah. Tirando a raça da genética humana. **Science**. Vol. 351, p. 564-565, 05 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://science.sciencemag.org/content/351/6273/564/tab-pdf>>. Acesso em: 02 set. 2020.

